

500 *anos de guerras e revoluções no Brasil e no mundo*



Apresentação

Esta apostila contém os materiais para discussão sobre algumas das principais revoluções democrático-burguesas e socialistas ocorridas no mundo.

Esta é a segunda escola de formação para operários do PSTU e se realizará por regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) no primeiro semestre de 2018. A primeira se realizou no segundo semestre de 2015.

A Escola de Formação se realizará em 9 dias, portanto, tivemos que fazer uma escolha das revoluções e conflitos que vamos discutir no curso.

A escolha do tema tem a ver com a necessidade da discussão das revoluções, para que a militância tenha conhecimento histórico e teórico com vistas a se preparar para a revolução brasileira e mundial.

Com este material estamos inaugurando o estudo das revoluções e conflitos ocorridos no Brasil. Fizemos uma seleção de 5 conflitos dentre as centenas de rebeliões, motins, revoltas, guerras e revoluções ocorridas no Brasil em 500 anos. Seleção muito difícil, mas necessária porque disporemos de dois dias para este debate.

Estamos enviando esta apostila com dois meses de antecedência para que seja reproduzida para todos (as) operários (as) do PSTU e, se possível, que seja lida antes da data da realização da Escola. A leitura do material pode interessar a participação de todos (as), ainda que vamos ler coletivamente estes materiais (resumidos) no decorrer do curso.

Desejando um bom estudo,

Secretaria Nacional de Formação

15 de dezembro de 2017

SUMÁRIO

1.	Revolução Norte-Americana	04
2.	Revolução Francesa	39
3.	Revolução Haitiana	51
4.	Guerras e Revoluções Brasileiras	62
	4.1 A Resistência Indígena	71
	4.2 Quilombo Dos Palmares	82
	4.3 Cabanagem	98
	4.4 Revolução Farroupilha	115
	4.5 Canudos	121
	4.6 Resumo histórico dos principais conflitos do Brasil em 500 anos	132
5.	Revolução Russa	141
6.	Revolução Cubana	191

1. REVOLUÇÃO NORTE-AMERICANA



Introdução

Neste tópico do nosso curso vamos estudar as duas grandes revoluções burguesas americanas, 1776, 1861-65, entendendo-as como parte de um mesmo processo de construção da democracia burguesa nos EUA. Vamos tomar por base o texto de George Novack, como leitura obrigatória, que pode ser complementada, para quem quiser saber mais, pela bibliografia sugerida como complementar.

Esta rápida apresentação visa introduzir o tema e facilitar a compreensão do texto de George Novack. Vamos contar brevemente a história das duas revoluções, deixando as conclusões teóricas e políticas para serem trabalhadas no texto de Novack.

"Ambas as revoluções norte-americanas, a de independência em 1776 e a guerra civil ou de secessão em 1861-65, constituíram duas etapas de um mesmo processo de reconstrução democrática e burguesa das estruturas sociais e políticas das treze colônias britânicas norte-americanas." (Novack)

Esse processo de conjunto foi fundamental para assentar bases para a localização econômica e política "privilegiada" que os EUA tem no mundo capitalista nos dias de hoje, diferentemente do processo que se deu na América espanhola e no Brasil. (Novack).

A independência das treze colônias americanas (Seguindo de norte a sul: Massachusetts, New Hampshire, Nova York, Rhode Island, Connecticut, Nova Jersey, Pensilvânia, Delaware, Maryland, Virginia, Carolina do norte, Carolina do Sul e Geórgia) do império britânico foi importantíssima para o mundo moderno, representou o primeiro processo revolucionário de independência do chamado "novo mundo" e lançou bases de crítica, que perdurariam através dos tempos, ao antigo regime. Ideias inovadoras e revolucionárias (forte influencia do movimento iluminista) para a época, relativas à república, à constituição, à liberdade e à

felicidade ganharam força nesse processo. Lembremos que esse processo teve início antes da grande revolução francesa burguesa de 1789 e contra a nação capitalista mais rica e desenvolvida da época, a Inglaterra.

Alguns historiadores inclusive marxistas afirmam que a Revolução Americana foi o prelúdio da Grande Revolução Francesa, antecipando o que estava por vir logo a seguir na Europa.

No centro da revolução estava o antagonismo entre os resquícios do feudalismo, plantados artificialmente às margens das Américas, e a incipiente sociedade burguesa. De certo modo, pode-se dizer que o feudalismo se rompeu em um de seus elos mais fracos, em um lugar onde as relações capitalistas tinham se desenvolvido ao ponto em que podiam desafiar os débeis restos da velha sociedade e realmente suplantá-la. Porque, embora o feudalismo não tenha se desenvolvido de forma orgânica nas Américas, e embora não tenha havido séculos de domínio dos lordes e Reis e o poder estabelecido da igreja para esmagar, havia muitos aspectos daquele sistema que estavam bem vivos nas colônias americanas da Grã-Bretanha.¹

Um claro exemplo de desenvolvimento desigual e combinado. Tinha a escravidão e a servidão em escala massiva, uma combinação de relações pré-feudais, semifeudais e semi-capitalistas, todas se deixando cair em um vasto e não lavrado continente cheio de recursos naturais, habitado por milhões de comunistas primitivos falando milhares de línguas diferentes.

Mesmo com a independência política do império britânico, não se deu o fim da escravidão ou a ampliação dos direitos dos indígenas ou das mulheres, mostrando os grandes limites do "ideal de liberdade e felicidade" dentro do horizonte burguês. Além disso, apesar da proclamação da independência, os americanos, em particular a aristocracia e a burguesia, ainda encontrava-se dividida sobre o tema da independência.

Estas fortes contradições, diferenças e conflitos, ajudam a explicar a guerra civil americana, também conhecida como Guerra de Secessão (separação), que ocorreu menos de um século depois, como parte de um mesmo processo revolucionário na América.

*"Essa é uma guerra de homens ricos, mas uma luta de homens pobres".
(Frases emblemáticas do período da Guerra de Secessão)*

A Guerra de Secessão (separação), nos Estados Unidos, foi um dos conflitos mais importantes da história dos Estados Unidos. A guerra civil foi marcada pelas diferenças políticas e econômicas entre as regiões Norte (industrial) e Sul (agrária) e teve início a partir da criação de dois blocos políticos no congresso nacional ao redor da questão da escravidão. Ao final do conflito, os Estados Unidos contavam 600 mil mortos, a devastação dos Estados do Sul, que se enfraqueceram econômica

¹ Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016.

e politicamente, ao mesmo tempo em que se consolidava a hegemonia do Norte. Com isso, triunfa o espírito burguês capitalista moderno.

O resultado do conjunto da obra foi uma profunda revolução política e social, que erradicou a maioria dos vestígios que restavam do governo monárquico e do feudalismo herdados da, só parcialmente completa, revolução burguesa inglesa. Os americanos realizaram a revolução democrática burguesa em uma escala nunca antes vista na história.

Em suma, o Império Britânico era um poder historicamente regressivo, enquanto as emergentes colônias americanas eram uma força historicamente progressista, lutando por autodeterminação nacional, maior democracia política e um alcance mais amplo para suas atividades econômicas. Crescentemente, eles se viam como uma nação nova e separada, um sentimento que ultrapassava as linhas de classe e as fronteiras dos estados coloniais. Os esperançosos capitalistas americanos estavam lançando as bases para a eventual e sem precedentes explosão das forças produtivas que se seguiram. Do ponto de vista marxista, este foi um desenvolvimento progressista histórico, uma vez que lançou as bases econômicas sobre as quais podemos agora construir o socialismo.

Contudo, não era este o único antagonismo em fermentação. Em adição à crescente tensão entre as colônias e seu dono, a luta entre as classes produtora e exploradora era bem viva desde os dias iniciais da história americana.

Muitos dos primeiros colonos eram exilados políticos ou religiosos, com fortes tradições democráticas e revolucionárias. Eles estabeleceram instituições como reuniões da Câmara Municipal da comunidade, milícias populares armadas e um relativo grau de tolerância religiosa. Mas, também existia, desde o início, uma classe dominante controlando despoticamente a maioria, e periodicamente irrompiam conflitos. Rebeliões de escravos e outros levantamentos dos oprimidos, como a Rebelião do Bacon, irrompiam periodicamente. Na luta entre as classes dentro das próprias colônias, os britânicos sempre estavam do lado da reação, defendendo os interesses dos proprietários e o status quo. Por outro lado, como em todas as revoluções sociais, foram as massas trabalhadoras e empobrecidas que travaram as guerras e que nesses processos estiveram presentes questionamentos que iam além da luta dos dois blocos de capitalistas proprietários (um industrial e outro agrário), podemos encontrar na história real a luta de classes, significativas violações sobre a propriedade privada, sobre o poder e os privilégios da classe então governante, que foi separada pela revolução. Acima de tudo, foi a decisiva entrada das massas no cenário da história que pôs o carimbo de revolução neste processo. Se estavam ou não inteiramente esclarecidas sobre o que estavam fazendo, as massas antes passivas e mesmo "apáticas" despertaram para a consciência política e social, tomaram seus destinos em suas próprias mãos e embarcaram em uma luta heroica contra as imposições britânicas e sua própria classe dominante nativa.

Sem dúvida, os britânicos continuariam a dominar o planeta por outros 100 anos ou mais. Mas as sementes de sua eventual queda em todo o mundo estavam

contidas na separação de suas colônias americanas. Estas se converteram em nova potência rival, eclipsando, com o tempo, seus antigos amos.²

1776: A Primeira Revolução Americana – a independência dos EUA

"A história da moderna e civilizada América se abriu com uma dessas grandes guerras, realmente libertadoras, realmente revolucionárias, das quais tem havido tão poucas em comparação ao vasto número de guerras de conquista que, como a atual guerra imperialista, foram causadas por disputas entre reis, latifundiários ou capitalistas sobre a divisão das terras usurpadas ou ganhas ilicitamente. Esta foi a guerra do povo americano travada contra os ladrões britânicos que oprimiam a América e a mantinham na escravidão, da mesma forma como esses sanguessugas 'civilizados' ainda oprimem e mantêm na escravidão colonial centenas de milhões de pessoas na Índia, Egito e em todas as partes do mundo". (Lênin, em carta aos trabalhadores americanos).

Para compreender um pouco melhor os fatores que possibilitaram a Revolução Americana que estouraria nas 13 colônias americanas na década de 1770, é importante retornar ao século anterior e entender como se deu o processo de colonização da América pela Inglaterra.

A colonização inglesa teve início em 1607, na região da Virgínia, por três vias: concessão de terras às companhias de comércio para exploração e implantação de colônias, doação real a famílias nobres ou da alta burguesia, e, finalmente, colonização por grupos puritanos (calvinistas)³, que ali procuravam criar uma nova sociedade. Embora de maioria inglesa, a parte do continente que viria se tornar os Estados Unidos era, desde o início, uma mistura étnica, cultural e também de classe: com holandeses, franceses, ingleses, escoceses, alemães, espanhóis, nativos americanos, africanos e outros.

Pessoas de todas as classes e de todas as origens chegaram para fazer uma vida nova: soldados, artesãos, fazendeiros, moleiros, padeiros, maquinistas, criminosos, advogados, artesãos especializados e não especializados, traficantes, peleteiros, comerciantes, banqueiros, pregadores, pescadores, contrabandistas, ricos, pobres, religiosos marginalizados e assim por diante, 35% dos quais eram servos ou escravos. Desta forma milhares de colonos se instalaram no continente durante o século XVII, tomando as terras que pertenciam aos habitantes originais, os povos indígenas.

Mas o processo de colonização na região ao Norte tomou formas bem diferentes da região ao Sul. O Sul foi inicialmente habitado em sua maioria por aventureiros em busca de riqueza rápida. Em 1649, com a deposição e execução do rei Carlos I da Inglaterra na sequência da Guerra Civil Inglesa e proclamação da República sob

² Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016.

³ Variante do protestantismo. O grupo dos Calvinistas surgiu de João Calvino. Defendia a teoria da predestinação, ou seja, Deus já sabia o que iria acontecer no seu destino, e o sinal que ele dava para você poder saber se iria ter um destino bom ou ruim era o dinheiro, então se a pessoa fosse rica era sinal de que teria uma vida boa, mas caso não tivesse tanto dinheiro era sinal de que não teria uma vida boa. Na Inglaterra o grande período puritano se passou, mas nos EUA foi forte desde o início da "Nova Inglaterra" (1620) até o Grande Despertamento (em 1740).

Oliver Cromwell, antigos defensores da monarquia vieram para as colônias do sul, onde se tornaram grandes proprietários de terras e escravos. Fruto desse processo surgiu uma sociedade altamente hierarquizada, rural e conservadora.

As colônias do Norte, por sua vez, se tornariam abrigo daqueles que fugiam de perseguições religiosas, que organizariam uma sociedade mais igualitária, que tinha a educação como prioridade. Além disso, a própria natureza da chegada de tais colonos às novas terras tornaria sua sociedade particularmente independente da metrópole inglesa, numa tendência que se espalharia para as colônias mais ao Sul.

Tudo isto enxertado em um ambiente muito diferente e até então não regulamentado, selvagem e muitas vezes hostil, com diversos climas, flora, fauna e geografia, para não mencionar os milhões de nativos americanos. Isto inevitavelmente levou desde o início à criação de instituições sociais, culturais, políticas, religiosas e legais únicas, que, com o tempo, se separaram cada vez mais das instituições da metrópole. Ademais de serem ingleses, os futuros americanos se identificavam crescentemente como sendo homens de Massachusetts ou Virginianos. Com o tempo, as instituições peculiares desenvolvidas para se adaptar a este novo mundo colocaram seu selo no caráter do país e de seu povo. O "robusto individualismo" e o "espírito de fronteira" típicos de muitos americanos têm suas raízes neste período. Como havia tanta terra disponível, se tornou crescentemente difícil manter trabalhadores livres enquanto eles pudessem se mover mais a Oeste e se estabelecer em sua própria propriedade, apesar das dificuldades decorrentes. Isto levou à dependência crescente do trabalho de escravos e de servos contratados como aprendizes, e mesmo a maiores tensões entre as classes.⁴

Incidentes como a Rebelião do Bacon de 1676, em que servos contratados como aprendizes, negros e brancos, lutaram contra seus exploradores comuns, e que até mesmo incendiaram a capital do estado de Virgínia, Jamestown, também produziram um impacto no curso do desenvolvimento do país. Ante o temor desta unidade de classe atravessando as linhas raciais, e como os negros podiam ser mais facilmente identificados do que os brancos, foram aplicados distintos padrões para punir os rebeldes, e a preferência pela importação de escravos africanos cresceu.

Mas, através de tudo isto, havia uma crescente identidade nacional, uma história comum e uma atitude diferente, com o tempo e de forma implacável cresceu a necessidade de uma maior independência política e econômica. Durante um período de séculos e décadas, quase imperceptível para os que viveram nele, uma nova sociedade "amadureceu dentro do ventre da velha". E uma vez que as condições materiais objetivas amadureceram suficientemente, o fator subjetivo – a consciência revolucionária e o radicalismo da nascente burguesia dos EUA, e acima de tudo, a vontade da classe trabalhadora de lutar para mudar a sociedade – aceleraram dramaticamente.⁵

⁴ Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016.

⁵ Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016.

Diferentemente das colônias portuguesas e espanholas do mesmo período, portanto, as 13 colônias contavam com um sistema de auto governabilidade, tendo assim relativa autonomia política, embora ainda fossem vinculadas às leis inglesas.

Em meados do século XVIII, a América já não era mais um remanso periférico. Em 1776, um de cada 4 ingleses viviam nas colônias americanas, que tinham uma população de 2,5 milhões de habitantes. Era um importante componente econômico do vasto Império Britânico, particularmente quando se tratava de comércio e navegação. Os americanos desfrutaram por muito tempo de privilégios e proteções por fazer parte do Império. Mas, em certa etapa, eles cresceram e queriam andar sobre seus próprios pés. A economia das colônias americanas estava começando a se equilibrar. Mas o colossal potencial para se converter em uma potência comercial e marítima – como os britânicos – foi cada vez mais cercado pelas restrições impostas pela metrópole.

No século XVIII, a autonomia da colônia americana foi progressivamente diminuída com diversas restrições e imposições da metrópole, que passou, por exemplo, a proibir que as 13 colônias tivessem fábricas que competissem com indústrias inglesas, as colônias eram forçadas a comprar e vender somente com mercadores britânicos, em vez de comerciar livremente com quem oferecesse melhores oportunidades. Eram forçadas a importar mercadorias britânicas caras, em vez de produzi-las em casa, onde abundavam recursos naturais e a capacidade de produzir bens de qualidade estava crescendo. Eram forçadas a contrair empréstimos dos bancos britânicos e muitas delas estavam profundamente endividadas sem nenhuma possibilidade de escapar. As muitas tarifas, taxas e obrigações levaram a um auge cada vez maior do contrabando, e muitas novas fortunas foram feitas contornando as leis. Mas, eventualmente, mesmo isto não foi suficiente. As taxas impostas a 3.000 milhas de distância por um Parlamento no qual os colonos não tinham nenhuma voz se tornaram intoleráveis. A insatisfação na colônia crescia a cada medida restritiva, a cada novo imposto criado.

A Guerra dos Sete Anos, travada contra a França⁶ na disputa das terras americanas, apesar da vitória, deixou a Inglaterra em péssima situação financeira⁷. O Parlamento Britânico decidiu que os americanos podiam pagar mais pela proteção que lhes era oferecida, e para voltar a encher os cofres drenados por sua guerra com os franceses. Para se reequilibrar, a metrópole optou por submeter às colônias a mais tributos ainda. Assim, foram aprovados vários novos impostos para produtos de uso diário dos colonos – como açúcar, selo e chá. Essas medidas foram muitíssimo impopulares, e logo os primeiros protestos e boicotes contra o governo britânico ocorreram.

Na década de 1760, amplas camadas da sociedade colonial estavam gradualmente se unindo contra os britânicos – mas por distintas razões de classe. Embora os americanos pagassem apenas 1/25 das taxas pagas pelos súditos da Coroa que

⁶ É interessante observar o bem calculado papel desempenhado pela França durante a Revolução Americana. Nada tinha a ver com “liberdade” e “democracia”, e tudo a ver com fortalecer a monarquia e enfraquecer sua nêmesis britânica. Viram na revolta colonial uma oportunidade para dar um golpe em seu rival do outro lado do canal. Também desejavam fortalecer sua própria posição nas Américas, e não se incomodavam nem um pouco em tornar os americanos subordinados a eles. No entanto, em uma das viradas dialéticas maravilhosas da história, os custos incorridos em apoiar os americanos aceleraram a bancarrota e eventual desaparecimento da monarquia francesa por sua própria revolução em apenas poucos anos mais tarde. (Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016).

⁷ Em relação à guerra dos sete anos, uma boa referência é o filme O Último dos Moicanos (1992).

viviam na Inglaterra, os ricos comerciantes e os proprietários de plantações endividados se eriçavam por cada violação de sua capacidade de lucrar sem restrições. Por que deviam assumir todos os riscos e enfrentar a ruína econômica apenas para enriquecer as elites que viviam com segurança e de forma cômoda em Londres? Naturalmente, muitos dos Conservadores ricos permaneceram leais à Coroa, particularmente na Nova Inglaterra e nos estados do Atlântico médio. Afinal de contas, eles estavam se dando muito bem como representantes do Império, bem recompensados com terras e poderes para governar as colônias em seu nome.

Mas a maioria dos que viviam nas 13 colônias estava claramente a favor de mudanças. Contudo, a questão era: que tipo de mudança e no interesse de quem? Os ricos, sentindo-se claustrofóbicos dentro da camisa de força do Império, queriam liberdade para realizar ainda maiores lucros em seus próprios termos. As massas trabalhadoras, descontentes com sua sorte na vida, encontraram um inimigo que era crescentemente visto como ocupação externa de seu país. Então, temporariamente, os interesses dos ricos e dos pobres coincidiram, e a raiva foi dirigida ao inimigo externo. Foi este o caso durante o movimento contra a Lei do Selo em 1765. Em 1765 escrevia John Dickson, um autor de um influente panfleto:

"Nada é desejado na metrópole a não ser um precedente, cuja força será estabelecida pela submissão tácita das colônias. (...) Se o parlamento for bem sucedido nessa tentativa, outros estatutos imporão outros deveres... e dessa forma o parlamento extorquirá de nós as quantias de dinheiro que quiser, sem qualquer outra limitação que não o seu prazer".⁸

Esse tipo de informação circulava na época em forma de panfletos que alcançavam parcela significativa da população, inclusive os analfabetos, na medida em que eram lidos em voz alta e pregados em lugares públicos.

Com a lei do selo (que taxava jornais, revistas, licenças comerciais etc.), por exemplo, os colonos se revoltaram, organizações como os filhos da liberdade (Sons of liberty) foram formadas e retratos de GreenVille⁹ queimados. Discursos exaltados foram proferidos em praça pública enquanto os colonos impediam a venda de selos. Ao passo que o descontentamento geral se difundia pela sociedade. Mas como os interesses fundamentais da burguesia e dos trabalhadores pobres não eram em absoluto os mesmos, as divisões eram inevitáveis, e esta unidade temporária ia sendo destroçada pela crescente polarização de classe na sociedade.

As formas como as duas classes antagônicas da sociedade americana expressavam suas frustrações eram muito diferentes. Enquanto os ricos queriam meramente negociar melhores termos para eles, as massas de trabalhadores urbanos e produtores rurais tomavam as coisas cada vez mais em suas próprias mãos. Enquanto os ricos a princípio queriam incitar as massas para utilizá-las cinicamente como alavanca contra a Coroa, os protestos adquiriam vida própria, e frequentemente se tornavam violentas:

⁸ Junqueira, Mary A. 4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007, pp:24.

⁹ George Greenville, lorde do tesouro britânico, propôs o Stamp Act (lei do selo) que previa que selos fossem colados em determinados documentos como jornais, revistas, licenças comerciais, entre outros, mediante a devida tributação.

“Tornou-se evidente que sua agitação por compensação comercial foi desatando as forças sociais mais destrutivas aos interesses comerciais do que os atos equivocados do Parlamento”. (Braverman)

As assembleias coloniais passaram a questionar o próprio direito do governo inglês de tributar os habitantes, uma vez que as 13 Colônias não tinham representação qualquer no Parlamento inglês¹⁰. Após inúmeros conflitos e um boicote por parte dos colonos aos produtos ingleses, a metrópole acabou por suspender as novas taxas do açúcar e do selo.

Os boicotes levaram a distúrbios e à destruição da propriedade comercial, ao incêndio de agências governamentais de cobrança de impostos e à humilhação de Conservadores e empregados do governo por multidões. Como em todos os processos revolucionários, a consciência das massas foi rapidamente transformada. As demandas se elevaram com mais clareza e os programas e representantes políticos elevados pelo movimento foram testados pelos acontecimentos, enquanto as massas continuavam a se orientar cada vez mais à esquerda. Com o tempo, as demandas e ações das massas se tornaram cada vez mais coerentes, e começaram a se aglutinar em torno de um programa e uma organização cada vez mais radicais.

A burguesia por sua vez prometia lealdade ao rei desde que não se tomassem medidas arbitrárias por parte do parlamento como instituir novos impostos sem a devida representação e negociação.

Em 1773 o novo ministro do tesouro britânico Lorde North propõe ao parlamento uma nova lei que ficaria conhecida como lei do chá (Tea act) que concedia a companhia das Índias orientais, companhia comercial britânica que atuava na Índia e na Ásia em geral, o direito de vender chá aos colonos americanos com redução das tarifas alfandegárias. Isso diminuiria o preço do produto afetando diretamente o comércio e o contrabando do local. Em protesto a nova lei, várias frotas com carregamento de chá foram impedidas pelos colonos de atracar nas cidades portuárias americanas, mas foi em Boston (Massachusetts) que o descontentamento chegou ao extremo. Em 1773 homens vestidos de índios tomaram os navios britânicos no porto e lançaram 45 toneladas de chá vindas das Antilhas ao mar. Esse episódio passou para a história como a festa do chá de Boston (Boston Tea Party).

Como Harry Braverman explicou, foi Sam Adams quem organizou o Tea Party de Boston, coordenou o boicote em massa de produtos britânicos e dos comerciantes americanos que vendiam esses produtos, quem apelou pela convocação do Congresso Continental, e era quem “movia” os fios fundamentais por trás do cenário dessas reuniões. Sam Adams passou toda a sua vida como um revolucionário democrata consistente, preparando tal movimento. Ele também organizou os Filhos da Liberdade e o Comitê de Correspondência, uma rede de radicais que se espalhava a partir da Nova Inglaterra, ajudando a unificar e coordenar a rebelião nas colônias. Somente em Massachusetts, havia cerca de 300 Comitês de Correspondência, em um estado que tinha somente 450 mil habitantes naquela época.

¹⁰ Tornou-se comum a expressão No Taxation without representation (sem representação não há tributação), por meio da qual afirmavam que a imposição de impostos sem seu devido consentimento era considerado tirania.

Isto foi o mais perto de uma vanguarda ou partido revolucionário que podemos encontrar na época da revolução. Sam Adams entendia a necessidade de uma liderança audaz e perspicaz, de um programa revolucionário e da disciplina e organização. Ele também entendeu melhor que ninguém a necessidade de conectar as ideias revolucionárias com o movimento das massas, e era muito hábil nisto. Como Adams colocou: "Nosso negócio não é fazer acontecimentos, mas melhorá-los com sabedoria".¹¹

Em represália, a Inglaterra considerou que tal insubordinação não era mais compatível e adotou medidas repressoras conhecidas como *coercitive acts* (leis coercitivas) ou *Intolerable act* (leis intoleráveis).

O porto de Boston foi fechado até que se restabelecesse a ordem e os direitos políticos da assembleia de Massachusetts foram reduzidos. Somente a coroa poderia nomear juízes, magistrados e autoridades policiais. Foi nomeado um novo governador para a colônia, o general Tomas Cage, que manteve Massachusetts sob controle militar. Dessa forma a indignação se espalhou, como exemplifica o panfleto de um revolucionário anônimo de 1775 afirmando que o ideal de liberdade não caberia só a eles, mas sim a toda a humanidade:

*"... Levanta-se! Todo o velho mundo está infestado pela opressão. A liberdade tem sido caçada ao redor do globo. A Ásia e a África há muito a expulsaram. A Europa a vê como uma estranha e a Inglaterra lhe deu um aviso para partir. Oh! Receba-se a fugitiva e prepare-se a tempo um asilo para a humanidade".*¹²

Camada após camada da sociedade foram arrastadas pelo movimento crescente, expressando frustrações reprimidas contra o domínio britânico e contra a sociedade em geral. Não só as massas urbanas – artesãos, mecânicos, operários assalariados e lojistas – como também os lavradores, os fazendeiros, os homens da fronteira do Oeste, que eram menos refreados pela estratificação de classe da costa Leste. Muitos proprietários de plantações no Sul, enfrentando a ruína econômica devido às suas dívidas, também lançaram seu peso na luta. Uma vez que tendiam a viver longe das despertadas massas urbanas, muitos proprietários de escravos eram surpreendentemente audazes em sua agitação contra os britânicos.

As massas começam a se organizar por baixo. Tabernas, cafés e salas de reunião municipais, particularmente na Nova Inglaterra, tornaram-se foco de agitação revolucionária. Embora somente 1.500 cidadãos de Boston tinham direito, por qualificações de propriedade, de participar e votar, os radicais tinham uma galeria instalada e milhares lotavam as reuniões para ouvir pessoas como Samuel Adams falar. Havia claros elementos de poder dual nestas reuniões e outras similares em todas as colônias, enquanto as massas se expressavam diretamente e tomavam decisões em desafio aberto aos governadores britânicos e às legislaturas instaladas. A impressão e circulação de jornais e panfletos radicais como o Senso Comum de Thomas Paine, também aumentou dramaticamente, enquanto a sede de ideias das

¹¹ Não é nenhuma surpresa que Sam Adams fosse o homem mais odiado na América Conservadora. De fato, as escaramuças em Lexington e Concord começaram porque os Redcoats [soldados britânicos – NDT] estavam a caminho de prender Adams para evitar que ele comparecesse ao Congresso Continental, o qual, eventualmente, emitiu a Declaração de Independência e organizou um exército em desafio ao domínio britânico.

¹² Junqueira, Mary A.4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007, pp:41-42.

massas crescia exponencialmente. Este é um claro exemplo da necessidade e do papel da imprensa revolucionária, para espalhar as ideias revolucionárias e unificar a luta nacionalmente.

Enfrentados a esta radicalização, que ameaçava “sair do controle”, cada vez mais, grandes comerciantes que tinham coqueteado com a revolução, perdiam a cabeça e se passavam para o lado da reação, apesar do fato de que seriam eles os eventuais beneficiários da derrubada revolucionária dos antigos governantes.

Naturalmente, os principais participantes nem sempre estavam conscientes de todos os fatores subjacentes que os motivavam. Os interesses fundamentais eram expressos como uma batalha de ideias, apresentada em termos de “liberdade” e “democracia” frente à “tirania” etc. A independência não era necessariamente a intenção de muitos dos líderes ou das próprias massas, até o Verão de 1776, e mesmo depois. Mas a necessidade tende a encontrar um caminho para se expressar, e logo os eventos, como uma bola de neve, ganharam vida própria.¹³

As aspirações das massas empobrecidas e dos “tipos medianos” – como era chamada a nascente pequena burguesia – se expressavam nas ideias crescentemente radicais e revolucionárias, nas palavras e ações de pessoas de origem britânica como Thomas Paine; do dono de plantação na Virgínia, Thomas Jefferson; do homem do renascimento Benjamin Franklin; e do inigualável agitador e organizador Samuel Adams, de Boston. Sua penetrante lógica, eloquência e clareza representa alguns dos melhores textos revolucionários já escritos. Eles faziam parte da ampla ofensiva ideológica mundial da classe capitalista então progressista, contra o feudalismo decadente e a Igreja. Apesar dos esforços da censura, havia mais possibilidades de expressar essas ideias na América, uma vez que os autores e as gráficas estavam a milhares de milhas de distância das autoridades estatais na Europa.

Em 1774 na Filadélfia foi estabelecido o primeiro congresso continental com os representantes descontentes das colônias. Condenaram as leis intoleráveis e declararam lealdade ao rei desde que não sofressem com impostos e mantivessem a sua liberdade e consentimento político tal como era antes da guerra dos sete anos. Vê-se, portanto, que ao declarar lealdade ao rei, esses colonos não estavam pensando imediatamente em separação política, mas só queriam restituídos àqueles direitos que lhe foram tirados, isto é aquela antiga memória institucionalizada que eles sempre usufruíram.

Thomas Jefferson¹⁴, proprietário da Virginia e um dos autores da declaração da independência, escreveu em 1774 para o primeiro congresso continental um documento de instrução aos seus delegados (Summary View) sobre o que deveria ser direcionado ao Rei George III:

“Abra seu coração, senhor (O Rei) ao pensamento liberal expandido. Não permita que o nome George III seja uma nódoa na página da história (...) Não mais persevere em sacrificar os direitos de uma parte do império aos desejos desordenados de outra; trate a todos com direito igual e imparcial (...) Não é nosso interesse separar-nos

¹³ Luta de classes e a Revolução Americana, John Peterson. Artigo, 2016.

¹⁴ Thomas Jefferson (1743-1826). (Em relação à vida de Thomas Jefferson ter como referencia o filme “Jefferson Em Paris”).

da Inglaterra(...) não os deixe pensar em impedir-nos de ir a outros mercados dispor das mercadorias que eles não possam usar ou de suprir as necessidades que eles não podem preencher. Menos ainda propor que nossas propriedades, em nossos próprios territórios, sejam tributadas ou reguladas por qualquer poder que não seja o nosso".¹⁵

Mas a Coroa não recuou, ao contrário. Do período correspondente ao primeiro congresso e ao segundo (10 de maio de 1775) houve repressão militar por parte da coroa Inglesa, mas as milícias coloniais resistiram, ainda que sem a organização formal de um exército. Semanas antes do Segundo Congresso Continental, tropas britânicas entraram em confronto com grupos de colonos armados, isso gerou uma radicalização de uma parte importante dos colonos, e uma ruptura definitiva destes com a Coroa, e finalmente foi criado um exército liderado pelo virginiano George Washington.

O exército britânico era a máquina de guerra mais profissional do planeta, uma força intimidante e mortal. E, no entanto, um bando de soldados irregulares, maltrapilhos, pobremente treinados fez muito mais do que apenas assediar os Redcoats com táticas de guerrilha, estilo nativo-americano; eles realmente os derrotaram em um punhado de ocasiões em verdadeiras batalhas. O que é mais importante, eles ganharam vitórias fundamentais nos momentos cruciais da guerra, que, apesar de não representarem uma ameaça estratégica para a ocupação britânica, impulsionaram fortemente o moral da causa rebelde.

Depois das primeiras escaramuças em Lexington e Concord, uns 20 mil homens armados de lugares tão longínquos quanto Vermont e New Hampshire inundaram a área de Boston e sitiaram a cidade. Estes eram trabalhadores comuns, agricultores, os pobres e pequenos artesãos. Esta foi um verdadeiro levante armado de massas, em desafio aberto ao estado, uma antecipação do início de formação dos exércitos da república francesa.

A formação do Exército Continental sob o comando de George Washington foi uma tentativa de trazer alguma ordem sistemática – e um controle hierárquico – às fileiras das forças coloniais. Mas sempre foi uma força de combate menos profissional em comparação à enviada pelos britânicos. Contudo, os colonos em revolta – as camadas mais pobres e marginalizadas daquela sociedade – estavam inspirados pelos ideais de liberdade genuína e pela promessa de uma vida melhor para todos. Eles contribuíram mais do que como soldados em campanha, provisionando e suprindo o exército, manufaturando mosquetes, canhões e munição, contrabandeando produtos através das linhas britânicas e comprando títulos do Congresso Continental com suas poucas poupanças para financiar o esforço de resistência.

O segundo congresso continental fez um último apelo ao rei enviando a *Oliver branch petition* (petição do ramo de oliveira) confirmando a lealdade à coroa e pedindo condescendência aos súditos das treze colônias. A recusa dessa petição foi o estopim para em **4 de julho de 1776** o congresso declarar a independência das

¹⁵ Junqueira, Mary A.4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007, pp:43.

treze colônias do império britânico e apresentar publicamente a **declaração de independência dos Estados Unidos**.



A guerra propriamente dita só estourou depois da entrega da Declaração de Independência e a criação oficial dos Estados Unidos da América. Para convencer habitantes ainda indecisos, o inglês Thomas Paine (1737-1809), escreveu um livreto em forma de panfleto intitulado "Senso Comum". Era fortemente inspirado pelos ideais iluministas, Paine defendia com hábeis palavras a necessidade de se separar de um governo déspota, que apenas explorava e prejudicava as 13 Colônias.

O famoso panfleto "Senso Comum" (Common Sense) questiona a premissa da dominação inglesa sobre as colônias:

*"Admitindo-se porem que somos todos de ascendência inglesa, o que significa isso? Nada. A Bretanha, sendo agora um inimigo declarado, todos os outros nomes e títulos desaparecem: e dizer que nosso dever seria a reconciliação seria ridículo. O primeiro rei da Inglaterra na presente linhagem (Guilherme, o conquistador) era francês e a metade dos nobres da Inglaterra são descendentes do mesmo país; sendo assim, se seguíssemos o mesmo método de raciocínio, a Inglaterra deveria ser governada pela França."*¹⁶

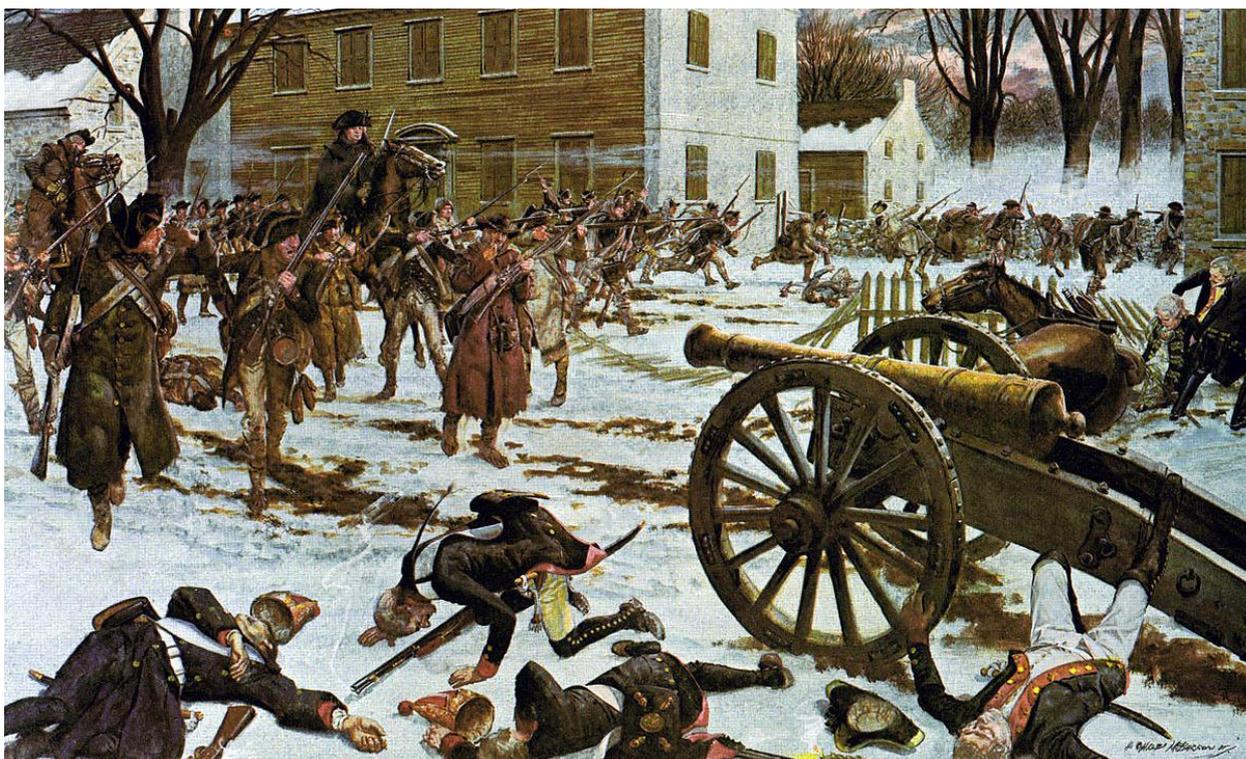
Diversos e divergentes interesses de classe estavam em jogo, então não é de admirar que a guerra não foi somente contra os britânicos; foi também uma guerra civil entre os próprios americanos. Estima-se que em torno de 400 mil americanos serviram nas forças armadas durante o curso do conflito. Mas uns 50 mil destes serviram do lado dos britânicos, suplementando os soldados regulares britânicos. Este é um número significativo, dado que as forças de Washington nunca excederam os 90 mil homens em um momento dado, e estavam abaixo frequentemente dos 12 a 15 mil homens.

¹⁶ Junqueira, Mary A.4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007, pp:43.

As forças de Washington também foram atormentadas por doenças, deserções, liderança incompetente, corrupção e pelas brigas no Congresso Continental que os privavam de fundos e abastecimento. Os soldados também se amotinaram em muitas ocasiões, dados o trato duro e as condições que suportavam, enquanto Washington e Cia invernavam em conforto relativamente luxuoso como os reis guerreiros de antigamente. No entanto, os colonos pró-independência seguiram em frente, recebendo eventualmente o apoio de milhares de soldados franceses e da marinha francesa.

É verdade que as forças dos EUA foram superadas em grande medida contra os regulares britânicos, pelos americanos treinados que lutavam pelos britânicos, e pelos mercenários de Hesse trazidos pela Coroa Britânica. Os colonos perderam a maioria de suas batalhas e geralmente eram obrigados a "lutar como índios" – uma guerra de guerrilha. George Washington era um bastardo vaidoso e pomposo e, certamente, não era nenhum Napoleão. Mas entendeu a necessidade de apelar à opinião pública e ao papel do moral na guerra. Por seu lado, os generais britânicos eram excepcionalmente incompetentes, frequentemente mais preocupados com os preparativos da próxima festa de debutantes sociais na Filadélfia ou em Nova Iorque do que na próxima batalha com os rebeldes.

Vitórias importantes do Exército Continental, como na **Batalha de Trenton**, tiveram tremendo valor moral, e mostraram que o exército regular britânico e as forças mercenárias podiam ser derrotados. Muitos acreditam que os milhares de soldados Hessianos envolvidos nesta batalha no dia depois do Natal ou estavam bêbados ou de ressaca, mas há evidências do contrário. De qualquer forma, apenas uma semana antes da aposta de Washington de cruzar o Delaware e atacar a guarnição em Trenton, o Exército Continental parecia à beira do colapso e a causa rebelde extinta. Mas a vitória energizou a resistência colonial, e o resto, como se diz, é história.



Também se deve notar que especialmente perto do final da guerra, houve muitos combates nas colônias do Sul, alguns deles muito brutais, embora as batalhas mais famosas tenham ocorrido em Massachusetts, Nova Jérsei, Pensilvânia, Nova Iorque e no Canadá. A guerra de independência contra a antiga metrópole duraria até 1781, quando os colonos, apoiados pela França, Países Baixos e Espanha, derrotaram definitivamente as tropas inglesas na batalha de Yorktown, cidade da Virginia, e o general britânico Cornwallis entregou as armas aos colonos¹⁷.

Mas a guerra só foi encerrada formalmente dois anos depois, em 1783, com a assinatura do Tratado de Paris, onde a Inglaterra reconheceu pela primeira vez a independência dos Estados Unidos da América. Em 1788, a primeira Constituição do novo país – com fortes influências iluministas – foi promulgada.

Sem dúvida ocorria um acontecimento inédito no novo mundo, colônias independentes da Europa, imbuídas de ideias liberais e republicanos negavam o poder do Estado moderno tradicional e das monarquias. Colônias que agora eram Estados que falavam em constituição, federação, confederação, direitos do individuo, liberdades fundamentais e até mesmo do direito do homem em buscar a sua felicidade, o que era algo extremamente inovador para aqueles tempos. Esses Estados iriam agora lutar pela implementação de um novo governo e pela sua formação, dando margem assim a outros conflitos que perdurariam de forma gradativa ao longo do século XVIII e XIX. Vale lembrar que a população ainda se encontrava bastante dividida em suas lealdades nacionais. De qualquer forma, muitos eram indiferentes à luta e simplesmente queriam a paz, a tranquilidade e a estabilidade, não importando quem estivesse no comando. Estimou-se que aproximadamente um terço dos colonos eram pela independência; um terço apoiava a Coroa; e um terço vacilava entre os dois polos.

As transformações sociais que resultaram da guerra revolucionária e suas consequências foram significativas. Neste sentido, foi uma verdadeira revolução social e não meramente uma revolução política. De fato, com relação ao tamanho da economia e da população, a Revolução Americana resultou em uma das maiores expropriações de propriedade privada na história mundial.

A herança e a primogenitura terminaram dentro de poucos anos. No estado de Nova Iorque, todas as terras e rendas da Coroa e mais de 2,5 milhões de acres de propriedades senhoriais foram expropriados, incluindo a casa Van Rennsalaer, que tinha dois terços do tamanho de todo o estado de Rhode Island, e a fazenda Phillipse, que se estendia por mais de 300 milhas quadradas. Na Carolina do Norte, a fazenda de Lord Granville, compreendendo 1/3 de toda a colônia, foi também expropriada. A situação era similar em estados como Pensilvânia e Virgínia, onde a fazenda Fairfax de 6 milhões de acres foi ocupada, embora Lord Fairfax não fosse um Conservador leal.

Estas terras foram então divididas em milhares de pequenas parcelas, uma reforma agrária de longo alcance, um dos pilares da revolução nacional-democrática. Isto resultou no surgimento de uma grande classe de fazendeiros pequenos e independentes. Milhões de dólares de outras formas de propriedade também foram expropriados – sem compensação. Muitos daqueles que tiveram suas propriedades

¹⁷ Em relação à guerra de independência ter como referencia o filme “Revolução”.

confiscadas e que não fugiram do país foram lançados de volta para o monte de pessoas “normais” que tinham de trabalhar para viver.

Além disso, os requisitos de propriedade para o sufrágio foram afrouxados, com a propriedade da terra não mais servindo para habilitar o voto. As igrejas oficiais que existiam em algumas das colônias também foram separadas dos fundos do estado uma vez que a separação da igreja do estado finalmente se tornou lei em todas as colônias. E embora a escravidão tivesse um novo sopro de vida depois da invenção do descaroçador de algodão no início do século seguinte, ela foi abolida imediatamente em seis das colônias, e a milhares de escravos foi concedida a liberdade também no Sul. Além disso, o comércio de escravos foi legalmente proibido – embora, na prática, tenha continuado durante décadas.

Uma nova classe dominante de novos-ricos cresceu quase da noite para o dia, enquanto advogados, artesãos especializados, comerciantes e banqueiros se levantavam para preencher o vazio deixado pelos Conservadores em fuga e pelos empregados coloniais britânicos. Estima-se que pelo menos 100 mil, e talvez 200 mil conservadores fugiram do país, principalmente para o Canadá, alguns para a Grã-Bretanha. Com relação à população do país, foi talvez a mais massiva emigração política e econômica da história moderna; 10 vezes mais per capita dos que fugiram da França durante o “Reino do Terror”, em 1790. Esses emigrados representavam a nata da terra colonial, representando nada menos que a metade dos proprietários mais educados e ricos da Nova Inglaterra e de Nova Iorque queimando os pés para longe da revolução.

Crise econômica e um período de adaptação se seguiram à guerra, enquanto a especulação dos tempos de guerra e o contrabando chegavam ao fim. Além disso, a situação de crédito e comércio preferencial por fazer parte do Império britânico significava acesso aos bancos e portos externos. A Rebelião de Shay, um levante em massa dos agricultores descontentes de Massachusetts e ex-soldados da Guerra Revolucionária, continha dentro dela os ecos dos “Niveladores” da Revolução Inglesa, exigindo que aqueles que tinham lutado por liberdade e igualdade também deviam ter igualdade econômica. Isto aterrorizou os novos líderes dos estados naqueles tempos profundamente desunidos, e levou à adoção de uma nova Constituição.

A nova Constituição adotada em 1789 e vigente até nossos dias, contou com uma estrutura federal muito mais centralizada do que os antigos Artigos da Confederação. Outras revoltas, como a Rebelião do Uísque na Pensilvânia Ocidental, foram posteriormente abatidas como demonstração de força do novo estado nacional.

A jovem burguesia americana agora tinha o poder firmemente em suas mãos e começou a criar estruturas, leis e instituições para se enriquecer e defender seus interesses. Ela utilizou o poder estatal para extirpar os restos do velho sistema e construir alicerces sólidos para sua eventual ascensão à proeminência mundial. Antes predominavam os mercadores capitalistas que compravam barato no mercado mundial e vendiam caro em casa. Agora, se sentavam as bases para o desenvolvimento dos meios de produção e das manufaturas em grande escala nas

próprias antigas colônias, e para o surgimento mais tarde do capitalismo industrial e financeiro.

O primeiro banco nacional e um sistema de crédito e dívida nacional foram estabelecidos. Alexander Hamilton foi o primeiro Secretário do Tesouro. Isto foi como colocar a raposa a cargo do galinheiro. Hamilton, embora amoral, foi um animal político peso-pesado das avançadas relações de propriedade capitalistas americanas. Ele lançou implacavelmente as bases do sistema sob o qual ainda vivemos hoje. Grandes fortunas foram feitas quando ele convenceu o novo Congresso dos EUA a pagar na íntegra os títulos de guerra emitidos pelo velho Congresso Continental durante a guerra – mas somente depois que seus amigos especuladores tinham comprado os antigos e quase inúteis pedaços de papel dos proprietários originais por centavos de dólar.

Em suma, os elementos básicos da revolução nacional democrática foram realizados, estabelecendo as condições para o florescimento do capitalismo no continente americano: um território unificado, língua, moeda, sistema legal, forças armadas para se defender de invasores externos e para abater rebeliões internas etc. Com todo um continente a ocupar e explorar, havia muito espaço para ampliar o país e basear sobre ele o sistema capitalista.

A traição das aspirações das massas

Por outro lado, a independência política, não significou o fim da escravidão ou a ampliação dos direitos dos indígenas ou das mulheres, o que mostra os limites do seu ideal de liberdade, dentro do horizonte burguês.

A instituição da Escravidão e o regime de Plantation, principalmente no sul dos Estados Unidos, por exemplo, perdurariam até os anos 60 do século XIX e só no século XX os negros passariam a ter direitos políticos.

O resultado potencial da revolução foi necessariamente limitado e condicionado pela etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das classes na sociedade daquele tempo. Ela não poderia ter sido nada mais do que uma revolução burguesa e, tanto quanto as revoluções burguesas podem ir, ela estava bem à frente do seu tempo.

No entanto, em muitos outros aspectos, a revolução só foi realizada parcialmente. Mesmo o seu lado de democracia política permanece incompleto até hoje. A instituição do Colégio Eleitoral significa que o mais alto cargo do governo nacional, a presidência, não é eleito diretamente pelo povo. Milhares de outros funcionários são nomeados, e não são eleitos ou responsáveis diante do eleitorado. O Senado é uma espécie de “Câmara dos Lordes” com mais poder político per capita dos estados menos povoados, mais rurais e politicamente retrógrados. Ainda hoje, as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens. E a persistência da escravidão necessitou de uma segunda revolução – a Guerra Civil Americana – para abolir a escravidão e estabelecer um sistema de trabalho livre por todo o país, permitindo a dominação irrestrita do capitalismo através de todo o continente.

Dadas as condições objetivas do tempo, muitos dos ideais expressos pelos Pais Fundadores e pelos panfletários radicais que estimularam as massas a lutar e

morrer pela revolução acabaram por ser irrealizáveis e utópicos. No entanto, um órgão de maravilhosa literatura revolucionária foi produzido, o qual colocava em palavras eloquentes as aspirações das massas, palavras que continuam a receber poderoso eco nestes dias. Como podemos esquecer as linhas de agitação da Declaração da Independência, com a premissa de que “todos os homens nascem iguais” (exceto, naturalmente, os escravos, os nativos americanos e as mulheres)? Ou sua afirmação dos “direitos inalienáveis do homem”, e os direitos à Vida, Liberdade e de Busca da Felicidade?

O projeto inicial se referia à Vida, Liberdade e ao direito à propriedade. Mas Benjamin Franklin e outros se opuseram incluindo “defesa da propriedade” como uma das virtudes do governo na Declaração. Franklin era um pensador e economista político à frente de seu tempo. Ele acreditava que a propriedade era uma “criatura da sociedade” e que deveria ser tributada como uma forma de financiamento da sociedade civil.

E, naturalmente, há a audaz afirmação da Declaração da Independência:

“Sempre que uma forma de governo se torne destrutiva destes princípios [Vida, Liberdade e Busca da Felicidade], é Direito do Povo alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo Governo, que se fundamente em tais princípios e organize seus poderes na forma que, a seu juízo, ofereça as maiores probabilidades de alcançar sua segurança e felicidade”. Thomas Jefferson também acreditava que “A árvore da liberdade deve ser refrescada de vez em quando com o sangue de patriotas e tiranos. É o seu adubo natural”. Ele também era favorável à regular revisão e reformulação da Constituição, a cada 20 anos ou mais, se necessário. Estas eram ideias ousadas, especialmente em um mundo dominado por Reis, a Igreja e por séculos de obrigações feudais e hierarquias.

Mas a realidade econômica e as necessidades do sistema se afirmaram e a Constituição dos EUA se tornou a garantia suprema dos direitos de propriedade privada. É um notável modelo de democracia burguesa – de democracia para os ricos.

George Novack. Capítulo V - Cinco Séculos de Revolução, Duas Eras de Revoluções Sociais.

A natureza da Primeira Revolução Americana (trechos selecionados)

A Inglaterra experimentou duas revoluções no século XVII, a turbulenta “grande revolução” da década de 1640 e a mais tranquila “revolução gloriosa” quatro décadas mais tarde. Suas colônias norte-americanas experimentariam também duas revoluções. Ambas as revoluções norte-americanas constituíram duas etapas de um mesmo processo de reconstrução democrática e burguesa das estruturas sociais e políticas das treze colônias britânicas norte-americanas.

Este capítulo desenvolve o tema do caráter essencial da primeira revolução, que foi a guerra de independência americana.

(...) Tanto a primeira como a segunda revolução americana foram peças fundamentais e necessárias na rota do ascenso a suas alturas atuais (...)

A natureza socioeconômica e política de uma revolução são determinadas fundamentalmente pelo período histórico em que surge. (...) A primeira revolução americana teve necessariamente um caráter muito menos avançado [que a de 1917 na Rússia]¹⁸ pois seu desenvolvimento se deu na etapa comercial de ascenso do capitalismo a escala mundial. Esse contexto internacional foi o que determinou as premissas materiais de sua evolução e triunfo final, assim como seus principais objetivos e limitações.

Nas condições do século XVIII, as metas do progresso e avanço social, econômico e político eram ao mesmo tempo burgueses e democráticos. Este fato era determinante. O que isso significava?

A definição sociológica de "burguesia" e de seus atributos, "burgueses", tinha tanto conotações positivas como negativas. Significava que o movimento revolucionário devia ser dirigido contra condições e forças que constituíam um obstáculo no caminho do crescimento livre do modo de vida e de trabalho mais satisfatório para o desenvolvimento pleno de uma sociedade produtora de mercadorias. A destruição dos elementos pré-capitalistas era um requisito para a construção de tais instituições que permitiam o desenvolvimento das relações burguesas.

Dentro da rúbrica de "democrática" se incluía um leque muito amplo de temas e objetivos. Entre eles estavam a liberação e a unificação nacionais (o direito de autodeterminação); a separação entre o estado e a igreja; o autogoverno; uma série de liberdades civis e direitos humanos (a liberdade de palavra, de pensamento e de expressão, liberdade de reunião e de petição; jurado popular); o direito cidadão ao voto, a ter armas e a viajar livremente. O aspecto social mais importante da democratização era o direito dos pequenos agricultores a possuir as terras semeadas por eles e suas famílias.

As demandas apoiadas pelas forças revolucionárias da época tinham um caráter híbrido. Os direitos estritamente burgueses como a liberdade de comércio, de propriedade privada, de representação política em troca do pagamento de impostos, de hipotecar propriedades e de receber juros sobre empréstimos, se misturava com os direitos e as liberdades democráticas. O caráter dual de seus objetivos surgia dos componentes extraordinariamente variados e complexos que participavam do fluxo revolucionário.

A coalizão que formavam as forças patriotas, todas elas assentadas com sua comum hostilidade à coroa inglesa, estava integrada pelos setores sociais com interesses diversos que em certos momentos podiam entrar em conflitos violentos entre si. Por exemplo, havia grande disparidade entre as condições de vida e o desfrute de riquezas dos opulentos comerciantes como John Hancock em Boston ou John Brown em Newport por um lado, e por outro, as de um pequeno comerciante ou artesão da Filadélfia; ou entre um dono de plantações de tabaco, como George Washington e um colono da fronteira¹⁹. Os habitantes das cidades tinham perspectivas diferentes aos agricultores das terras do oeste.

¹⁸ Trecho entre parênteses colocados pelos editores da apostila.

¹⁹ Com o termo "fronteira" foi designado durante o século XIX todo o vasto território a oeste das treze colônias cuja independência deu origem aos Estados Unidos da América. Fronteira e oeste eram assim, em grande parte, sinônimos.

Todos estes setores podiam se unir na luta pela independência e a liberdade contra a tirania britânica, que representava o primeiro e mais importante inimigo do progresso democrático. Mas os pequenos agricultores, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores tinham aspirações e objetivos próprios que iam contra os desejos e desígnios das camadas mais altas.

A tarefa imperiosa da revolução era a derrubada da dominação britânica. Conseguir esse objetivo constituía o interesse primordial tanto das classes altas como das populares das colônias. Era, portanto, um objetivo da burguesia nativa e também de caráter democrático. Seu triunfo não significava somente a conquista, por parte dos comerciantes e dos donos de plantações, da soberania sobre a nação e do controle do comércio e dos territórios ao oeste, senão que também significava a liberação de todo o povo, sem distinção de classes, do domínio estrangeiro. (...)

Entretanto, outros aspectos da política das treze colônias eram fonte de diferenças mais que de acordos nas fileiras dos patriotas. A questão central girava em torno da divisão dos poderes: como se faria tal divisão entre os elementos constituintes da nova nação e quão amplos seria o leque de liberdades que se concederia ao povo comum? Não se podia decidir de antemão quais direitos seriam conquistados pelo povo, nem até que ponto seria possível conseguir suas esperanças de melhoria e bem-estar.

A guerra de independência das treze colônias norte-americanas deve, portanto, ser definida como uma revolução democrático-burguesa ou, com mais precisão, a primeira etapa do processo de transformação da sociedade norte-americana, cuja segunda etapa seria a guerra civil de 1860-1863. (...)

A revolução americana era uma revolução burguesa de um tipo especial. Diferentemente da revolução inglesa do século anterior ou da revolução francesa que a seguiu rapidamente, era uma revolução *colonial*. A combinação de uma revolução democrática no espaço sociopolítico de uma colônia conferia suas características específicas e explicava muitos de suas conquistas.

As premissas de uma rebelião nacional e popular como a revolução americana foram forjadas no desenvolvimento econômico a escala internacional. Neste caso particular era uma consequência da expansão do mercado mundial capitalista e das mudanças que impunham nas populações do novo mundo. Todo esse conjunto de fatores foi incorporado em uma nova formação social com uma peculiar constituição de forças classistas que depois de uma prolongada coabitação se enfrentavam entre si.

A constelação excepcional de forças sociais que estavam concentradas nas colônias norte-americanas sob o domínio britânico produziu algo novo na atividade revolucionária dos primeiros tempos da burguesia. Diferentemente das rebeliões ocorridas nos domínios dos impérios espanhol, português e francês que, sem exceção, tinham sido derrotadas, os súditos britânicos das treze colônias da costa atlântica foram os primeiros em conquistar o êxito de uma rebelião contra a dominação imperial de uma "mãe pátria" europeia. Assim, as rebeliões das treze colônias deram início no século XVIII a larga e continuada série de rebeliões coloniais que se desenvolveram antes de tudo no século XX e que tantas dores de cabeça deram aos amos imperialistas.

Por que foram justamente esses colonos os que empreenderam tal ação e conseguiram realizá-la com tal êxito? A resposta está nas condições históricas que formaram e impulsionaram o desenvolvimento das treze colônias e em particular das peculiaridades econômicas, sociais e culturais que as distinguiam.

Na Europa e na Ásia, o feudalismo e outras formas de relações pré-capitalistas floresceram durante séculos, imprimindo uma marca permanente no seu desenvolvimento subsequente. Muito depois que a monarquia, a nobreza, o clero e a aristocracia latifundiária foram derrotadas pela burguesia em ascensão ou se fundiram com elas nos diferentes países, suas instituições características, costumes e ideias continuaram influenciando nos círculos dominantes nas vidas de seus habitantes. As colônias norte-americanas tinham antecedentes e um processo de gestação totalmente diferentes. Surgiram de circunstâncias históricas muito diferentes e em um espaço social colocado em nível mais alto. Desde o início, a civilização dos Estados Unidos se construiu principalmente sobre os cimentos burgueses, partindo de sua estrutura econômica até suas alturas filosóficas e religiosas. Essa natureza basicamente burguesa que marcou suas origens constituiu a peculiaridade primordial da vida e o desenvolvimento americanos a partir do século XVII.

Certamente, diferentes formas econômicas e relações sociais pré-capitalistas coexistiram e se mesclaram com as relações burguesas durante a época colonial. Os habitantes nativos mantiveram seus vínculos e costumes tribais, apesar de todas as deformações que o impacto da "civilização" branca produziu neles. A escravidão dos negros se implantou e floresceu em especial nas colônias do sul e os grandes proprietários tentaram uma e outra vez impor às instituições semifeudais do velho mundo ao novo. Todas essas formações e forças pré-capitalistas, no entanto, acabaram, de forma crescente, se submetendo ao mercado mundial capitalista em pleno desenvolvimento e se integravam a sua estrutura. A agricultura baseada no trabalho servil enviava as colheitas de seus produtos básicos (principalmente tabaco, arroz e índigo²⁰) ao comércio de exterior e ao consumo.

A permanência e o predomínio das influências mercantis foram os principais responsáveis pela debilidade do feudalismo. As mesmas forças que na Europa ocidental destruíam o feudalismo impulsionavam, ao mesmo tempo, a escravidão em todas as colônias americanas.

Os aristocratas britânicos e os favoritos dos reis e rainhas britânicos, não descansavam em seus esforços por implantar ou reforçar as relações feudais. (...) Os proprietários de terras da coroa tentaram reimplantar do outro lado do Atlântico a ordem feudal em Maryland, nas Carolinas e na Pensilvânia. Alguns inclusive puseram em prática em seus domínios regras da lei feudal que na Inglaterra tinham sido deixadas de lado há tempos.

Mas, os meios e os costumes com os quais contavam esses proprietários de terra da coroa inglesa não eram suficientes para concretizar seus planos. Não podiam levar a essa parte do novo mundo todo o contexto histórico e as relações

²⁰ Nome comum a várias plantas da família das leguminosas, usadas para a extração de tintura azul, de anil; indigueiro ou anileira. (Nota dos editores da apostila).

econômicas que tinham favorecido na idade média o florescimento do feudalismo na Europa ocidental e que precisamente nessa mesma época estavam fortalecendo o punho do “segundo feudalismo” na Europa oriental e na Rússia, e implantado estruturas semifeudais nas posses americanas dos impérios ibéricos.

Desde o início, as colônias inglesas cresceram como extensões e ramos adjacentes do mercado capitalista mundial. Suas economias não estavam fechadas ou isoladas senão que integradas organicamente no circuito da produção e intercâmbio internacional de mercadorias. Com podia prosperar ou inclusive sobreviver o feudalismo de modo duradouro em uma região recentemente aberta e onde quase tudo era convertido, desde o princípio, em um artigo de comércio?

As relações abarcavam toda a estrutura econômica, da terra e seus jornaleiros até os produtos do campo, do mar e da terra. A terra era vendida e comprada de modo amplo e permanente. As classes mais altas se preocupavam em estabelecer e manter as várias formas de trabalho que requeriam do mercado quer fossem escravos, servos ou braços para alugar. Ainda que uma importante parte da produção e das colheitas era para uso doméstico, o destino dos produtos coloniais principais era sua venda em mercados distantes.

As cidades que cresceram ao longo do litoral atlântico – Boston, Newport, Rhode Island, Nova York, Filadélfia e Charleston na Carolina do Sul – não eram apenas cidades com centros administrativos, quartéis militares ou estações navais, mas sim concentrações urbanas que ferviam com atividades mercantis e comerciais, inseparavelmente vinculadas ao comércio exterior com as regiões mais distantes. Ainda que os pequenos artesãos prosperassem e se incrementaram, as guildas fechadas de características artesanais das cidades medievais não podiam se cristalizar em castas fixas e fechadas nestas cidades portuárias do Atlântico norte.

A aprendizagem tradicional de sete anos foi abandonada totalmente em 1731. A última tentativa para estabelecer uma organização gremial foi realizada em 1718 pelos tecelões de pano e alfaiates da Filadélfia, mas a tentativa rapidamente se desmoronou. Um dado interessante assinalou que os tecelões da Filadélfia organizaram o primeiro sindicato dos Estados Unidos quase um século depois. Michael Burrage expressou adequadamente este fato quando escreveu: “A história dos grêmios de artesãos nos Estados Unidos é em grande medida o registro de sua desintegração”. As condições requeridas tradicionalmente para a prática das profissões médica e legal, que as fazia exercícios muito exclusivos na Inglaterra, foram eliminadas igualmente nas treze colônias.

A submissão à rotina, a autoridade assim como a suspeita às inovações que caracterizavam as situações pré-burguesas, se diluíram em um ambiente em qual prevaleceram novas ideias e condições cuja dinâmica permite a mudança social de modo acelerado e a existência das possibilidades mais amplas. No lugar de “sapateiros a seus sapatos”, palavra de ordem que expressaria melhor a idiosincrasia gremial, as colônias produziam “benefícios para todos os ofícios”, uma espécie de “mil usos”. Paul Revere, o célebre patriota, era ourives, mas não apenas isso, senão que também podia fazer trabalhos em cobre, era relojoeiro, moldava chapéus, forjava espátulas, instrumentos de cirurgia, canhões e sinos, assim como gravava cartazes políticos e agitava e organizava rebeliões.

Ainda que a agricultura era a base da economia das colônias, os grandes fazendeiros, apesar de seus esforços, não puderam manter a casta hereditária de servos ou peões sujeitos a seus domínios em um país em que a mão de obra era tão escassa e, portanto, muito cara e que além disso tinha uma grande abundância de terra barata para colonizar. Aqueles que cultivavam o solo eram, necessariamente, ou os grandes proprietários de plantações trabalhadas por escravos ou os agricultores independentes.

(...) Desde o princípio, os habitantes das colônias ergueram poderosas instituições para resistir e inclusive se rebelar com as armas em mãos, contra as obrigações feudais impostas pelos donos legais das terras. Durante todo o século XVIII houve uma constante erosão dos vínculos feudais e seu desmoronamento por outras formas de relações econômicas. (...)

Os regimes dos senhores de terra foram eliminados das colônias começando em New Hampshire em 1679 e concluindo em Maryland, Delaware e Pensilvânia em 1776. A revolução terminou o trabalho de erradicação de parasitas tais como os proprietários ausentes. Junto com esses, a monarquia britânica e seus séquitos no governo, constituíam os principais inimigos dos rebeldes. Eram detestados como exploradores e opressores ausentes por quem trabalhavam diretamente na terra e como opulentos aristocratas pelos habitantes plebeus e do povo. Por sua parte, os representantes mais radicais dos comerciantes e os donos das plantações os temiam como rivais e restauradores.

A primeira revolução americana tirou dos senhores de terra (com exceção de alguns no rio Hudson) todas suas propriedades e poder político. Os rebeldes varreram igualmente com as grandes fazendas dos senhores (tais como William Penn, Baltimore, Granville, Fairfax e outros) e com as relíquias feudais, como os tributos e as terras da coroa, as primogenituras, a servidão e a igreja estabelecida.

O machado revolucionário cortou a raiz e os ramos do feudalismo. Seus últimos vestígios desapareceram em 1850. Nunca mais reviveu e não tinha nada que lamentar por sua morte nem glórias espúrias a celebrar, como mais tarde no caso do sul escravista anterior à guerra civil.

Destacamos na análise o destino do feudalismo porque foi a primeira vítima socioeconômica autóctone da revolução e assim se pôde fazer mais evidente a natureza subjacente dessa última. A principal missão de uma revolução burguesa é a eliminação implacável de qualquer obstáculo que se interponha no caminho do crescimento do capitalismo nacional.

O desenvolvimento das diversas forças burguesas, grandes e pequenas, ricas e pobres, patrícias e plebeias, chocava inevitavelmente com o domínio estrangeiro e a propriedade feudal.

Se mais rapidamente percorria o povo o caminho do capitalismo, mais agudo se fazia o conflito entre os amos estrangeiros e seus servidores coloniais, por uma parte, e as forças novas que surgiam contra eles, por outra parte. De tal modo, mais tarde do que cedo se apresentaria a rebelião burguesa. Assim como a mesma Inglaterra tinha se aburguesado mais rápido e de modo mais completo que Espanha, Portugal, Rússia e inclusive França, assim também suas colônias do litoral

atlântico conformaram relações capitalistas mais avançadas e extensas em comparação tanto com Quebec como com as colônias conquistadas da Irlanda e Índia. Essa é a razão pela qual o poder burguês surgiu com mais força e muito antes em Massachusetts, Nova York e Virgínia que nas outras colônias inglesas.

As conquistas políticas maiores da revolução são provas suficientes de seu caráter nacional e democrático. Os patriotas conquistaram o seu direito à autodeterminação ao destruir o domínio britânico, realizaram a união das treze colônias em uma nação independente e estabeleceram uma república constitucional, a forma de governo mais progressista da época.

Se os senhores de Londres tivessem permitido de bom grado que seus súditos americanos se desenvolvessem como queriam, aceitando seus planos mercantis e capitalistas, não teria necessidade de uma guerra revolucionária. Mas as colônias eram joias muito preciosas, fontes enormes de enriquecimento das classes dominantes da Grã-Bretanha, para libertar sem batalha. A alta oficialidade da coroa tampouco pensava que os recém-chegados colonos pudessem superar e muito menos derrotar o formidável poder de sua majestade imperial. (...)

Assim, as forças patrióticas unidas se impuseram: os comerciantes e os donos de barcos, apoiados pelos fazendeiros antibritânicos das plantações comerciais do sul, aliados com os vendedores e artesãos, os marinheiros e estivadores dos portos e contando com a solidariedade do povo rural do interior do país, todos eles reuniram a força e a firmeza necessárias capazes de derrotar todos os agentes e instrumentos de seus opressores e conquistar a soberania nacional. (...)

Uma revolução social tem que destruir um modo de produção e uma forma de propriedade obsoleta, tal e como a guerra civil estadunidense destruiu e eliminou o sistema escravista. Certamente a forma feudal de propriedade não estava tão extensa nem era tão poderosa como a propriedade escravista. A guerra de independência, no entanto, sim desenraizou todo vestígio das relações feudais que ainda permanecia nas colônias e impôs as relações legais e econômicas burguesas. Ainda que os principais dirigentes patriotas não tivessem a intenção de efetuar uma reconstrução social, efetuaram-na de todas as maneiras, por suposto, dentro dos limites de uma transformação de caráter burguês.

A igreja anglicana foi desmantelada, o direito de servidão e de primogenitura foi eliminado: os senhores de terras foram expropriados; as obrigações senhoriais como os tributos devidos à coroa ou às famílias proprietárias se interromperam; o direito real de se apropriar prioritariamente da madeira dos bosques para seus barcos foi abolido e os feudos dos *tories*²¹ foram confiscados e distribuídos. As distinções por título cederam seu lugar às distinções pela riqueza. Essa destruição cabal da ordem pré-revolucionária foi favorável para todos os setores brancos e livres da população.

A questão agrária é um fundamento de toda revolução burguesa. Quais classes deveriam ter acesso a terra e em que termos seriam concedidas as propriedades? Além dos aristocratas com seu título de nobreza, os colonos norte-americanos deviam se confrontar com outras duas forças que reclamavam seus direitos sobre

²¹ Tory, denominação popular britânica para referir-se ao partido conservador e seus servidores.

os territórios que habitavam: os americanos nativos (as tribos indígenas) e o rei britânico. Os colonos procederam contra as tribos indígenas empurrando-as para o oeste, tirando-as de seus tradicionais campos de caça por meio da violência e da fraude. A respeito das limitações impostas pela coroa à ocupação das terras mais além dos Apalaches, os colonos simplesmente as desconheciam e todas essas terras foram entregues aos governos estaduais ou federal para que se encarregassem de distribuí-las.

As regiões assim apropriadas foram abertas não apenas aos colonos residentes como também às ondas de imigrantes do velho mundo que chegariam aos milhões aos Estados Unidos no século seguinte. As reformas promoveram uma difusão mais ampla da propriedade agrária a qual foi, no entanto, redistribuída em proporções desiguais de um modo tipicamente burguês. As famílias mais ricas dos patrícios compraram grandes extensões de terra enquanto que outros enormes territórios caíram em mãos dos especuladores. A Ordem da Terra (*Homestead Act*) de 1785 institucionalizou a fazenda familiar como a unidade básica de produção agrícola na ampla região do meio oeste. Essas medidas eliminaram os últimos obstáculos ainda existentes para o pleno desenvolvimento de um mercado livre da terra.

O caráter burguês da revolução foi confirmado não apenas pelas tarefas históricas que confrontava senão que, ainda mais decisivo, por seus resultados. Foram as consequências de seus atos, do que aboliu de fato e com a lei e as perspectivas que abriu ao desenvolvimento da propriedade privada, tanto em grande como em pequena escala, as que justificaram amplamente.

A independência e a unificação promoveram o desenvolvimento em múltiplas formas do mais variado tipo de empresas econômicas. Ao eliminar todos os obstáculos que impediam o livre comércio entre os estados, criaram um mercado nacional em constante expansão. O comércio interestadual facilitou a especialização da produção em diferentes regiões. Uma divisa nacional comum e o estabelecimento de bancos comerciais expandiram o crédito para as empresas comerciais e manufatureiras. Os direitos sobre as minas e outros recursos nacionais monopolizados pela coroa foram postos à disposição da exploração privada.

Um dos primeiros atos do Congresso Continental em 1774 foi a abertura de ponta a ponta do comércio exterior, que tinham sido trancadas previamente pelo Conselho de Londres. Os hábeis e audazes comerciantes e construtores de barcos das colônias se ajeitavam para evitar essa medida da metrópole. Mas a liberação do comércio com o exterior lhes permitiu colher lucros ainda maiores. A perda do comércio com o Caribe britânico depois da revolução foi mais que compensada com os grandes lucros que a abertura comercial com a China deu aos comerciantes da Nova Inglaterra e Nova York. O capital comercial americano foi liberado do domínio do império britânico. O resultado foi a abertura de enormes possibilidades ao longo de todo o planeta. A jovem república deu as boas-vindas ao capital estrangeiro, o qual contribuiu em grande medida para o impulso do progresso econômico do novo país durante o século seguinte. (...)

As mudanças ocorridas na sociedade britânica como consequência das revoluções do século XVII tiveram um impacto político de grande envergadura nas colônias atlânticas. Seus habitantes estavam acostumados a ter uma margem de ação maior

(...) na resolução de seus problemas internos que os outros domínios britânicos. Apesar de tudo, a sociedade colonial era muito antidemocrática e estava controlada por famílias aristocráticas cuja lealdade primordial era com a coroa.

E ainda que o poder supremo da jovem república tenha ficado nas mãos dos representantes dos setores acomodados, a guerra de independência foi um divisor de águas na conquista de novas liberdades para o povo comum.

Muitos dos grandes comerciantes e fazendeiros antibritânicos eram “revolucionários apáticos” e os mais moderados entre eles queriam que as mudanças políticas e sociais produzidas pelo conflito fossem reduzidas o máximo possível. Desde o início das rebeliões populares de 1774-1775 até a adoção da Constituição em 1789, ocorreram continuas disputas entre os patrícios e os radicais plebeus no campo dos patriotas acerca do grau de profundidade a que devia chegar o processo de democratização em marcha. Estas disputas culminaram com a rebelião dos agricultores liderada por Shays em Massachusetts ocidental em 1786-1787. O esmagamento da rebelião foi o momento no qual se abriu a etapa para preparar e aprovar a Constituição. O destino do movimento democrático se decidiu com o resultado destas lutas de classes no seio mesmo da causa patriota. Não teria sido possível incluir a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) dentro da Constituição sem estas pressões e protestos daquilo que as classes acomodadas chamavam, pejorativamente, a ditadura da ralé.

Além da conquista da soberania, da unidade nacional e da república representativa, os rebeldes introduziram inovações políticas como congressos constituintes e as constituições escritas estaduais e federais com garantias específicas para os direitos populares e legais. Igualmente criaram uma fusão original entre o federalismo e o republicanismo. Essa concepção era considerada como uma utopia na Europa onde se acreditava que a forma republicana de governo só era compatível no caso de um país com uma população pequena e claramente localizada.

As vicissitudes do impulso pelo igualitarismo se podem apreciar com clareza comparando a Constituição da Pensilvânia de 1776, redigida no momento alto da luta democrática revolucionária, com o documento escrito para a república federal, onze anos depois, quando os senhores da propriedade conseguiram derrotar e manobrar as massas insurgentes. O primeiro documento é excepcionalmente democrático em seus postulados. Estabelecia uma legislatura unicameral, concedia o voto a todo homem livre a partir dos 21 anos e instituía um autogoverno local em todos os níveis. Os estrangeiros que residissem no estado durante um ano tinham o direito a votar e a ser eleitos para cargos públicos depois de dois anos de residência.

Inclusive os artigos da precedente Constituição da Confederação que foi substituída pela carta magna dos Estados Unidos, eram mais progressistas que esta. Introduziam, por exemplo, o costume de rodízio dos cargos públicos, declarando que nenhuma pessoa deveria ser membro do Congresso mais de três anos a cada período de seis anos.

Nenhuma revolução burguesa conseguiu mais que uma democratização parcial das instituições estatais e das relações sociais. As conquistas imediatas da primeira revolução americana não beneficiaram mais que aos homens livres e brancos que

possuíam certa quantidade de propriedades, aos quais foi concedido o direito de sufrágio. Os índios, habitantes originais dos territórios da nova nação, não receberam benefícios da revolução, ao contrário, novas agressões. Tampouco foi concedido direitos às mulheres, nem aos criados domésticos.

A revolução não aboliu a escravidão, nem o tráfico de escravos em muitos estados nortenhos; a escravidão foi abolida no território do noroeste e a Constituição proibiu o comércio de escravos depois de vinte anos de sua promulgação. Mas, a maioria da população negra continuou sob o jugo da escravidão e sua situação foi legitimada pela Constituição. A permanência da escravidão conduziria a uma nova revolução no século seguinte.

Se aplicamos padrões ideais aos resultados da primeira revolução americana é fácil mostrar que este primeiro experimento de democratização da vida americana foi altamente defeituoso. Mas, em termos históricos realistas, suas realizações devem ser compreendidas e comparadas com o que prevalecia durante a dominação imperial britânica assim como com o que conseguiram movimentos similares ao outro lado do Atlântico nesse momento de expansão do capitalismo mundial. Aplicando essas provas específicas, o balanço político final da revolução americana é muito mais louvável do que o da revolução francesa.

Na França, como tinha sucedido antes na Inglaterra, o ciclo da revolução burguesa finalizou com a restauração da monarquia sobre novas bases sociais. Embora o estado que surgiu da revolução americana era também de caráter burguês dadas suas relações fundamentais de propriedade, sua estrutura era democrática, republicana e federal. Ademais, o poder estatal não estava controlado totalmente em mãos dos endinheirados homens do norte. Compartilhavam o controle da administração nacional com os representantes das fazendas do sul com os quais se aliaram na guerra contra os britânicos e com os quais forjaram a nova república. Assim como a burguesia britânica governou junto com a aristocracia latifundiária, igualmente suas contrapartes burguesas transatlânticas governaram associados com os amos escravistas de 1789 a 1860. Foi necessária a guerra civil para que os capitalistas dos Estados Unidos conseguissem o monopólio da soberania do estado com sede em Washington.

(...) A Declaração de Independência anunciou, não somente a Inglaterra, como também às demais potências europeias que os norte-americanos não aceitariam nenhuma intervenção estrangeira na formação de seu destino nacional. A revolução promoveu as condições para o desenvolvimento sem impeditivos do novo país no curso capitalista. (...)

Uma experiência revolucionária tão profunda inevitavelmente inspira novas formas de consciência que se enraízam muito fundo na tradição de um povo. Uma das consequências mais duradouras da era revolucionária e de seus resultados teve lugar no campo ideológico e cultural. Os princípios básicos da ideologia democrática burguesa foram elaborados em seu estilo plebeu durante esse período. (...)

Ainda que a guerra de independência não tivesse o mesmo significado histórico mundial da revolução francesa que seguiu imediatamente depois no centro da civilização europeia, durante muitas décadas teve um tremendo impacto na consciência progressiva de muitos povos. (...)

Capítulo VIII - A Guerra Civil dos Estados Unidos - George Novack

O significado histórico da guerra civil norte-americana deve ser focado a partir de dois níveis: nacional e internacional. Os dois estão relacionados às seguintes interrogações: que lugar ocupa este gigantesco conflito político, em primeiro lugar na história dos Estados Unidos da América (EUA) e, depois na história mundial do século XIX? (...) A guerra civil dos Estados Unidos tinha profundas raízes históricas. Era produto inevitável de dois processos entrelaçados. No século XX, de modo geral, considerou-se que a revolução russa foi a primeira revolução que retrocedeu e negou suas ideias originais. Não é assim. Houve uma precedente, a decepção produzida pela primeira revolução americana que foi se dando lentamente, etapa por etapa, até culminar em uma contrarrevolução completa.

O processo contrário a esta revolução sociopolítica era o do ascenso da indústria capitalista com seus efeitos contraditórios no desenvolvimento da sociedade estadunidense. A interação destes dois processos fundamentais, o primeiro enraizado nas condições nacionais, e o segundo uma expressão das condições mundiais, constituiu uma força impulsionadora fundamental da história dos EUA entre o fim da primeira luta revolucionária e a eclosão da segunda.



É impossível compreender a necessidade de uma segunda revolução americana sem apreciar cabalmente a dinâmica destes dois processos inter-relacionados (...). A primeira revolução, a das treze colônias, se desenvolveu no último quarto do século XVIII.

A segunda revolução, a guerra de secessão, eclodiu na metade do século XIX. Separadas por um intervalo de quase 75 anos, estas duas revoluções são consideradas como acontecimentos totalmente distintos e sem nenhuma relação entre elas. Esta ideia é, superficial, falsa e profundamente errônea. Na realidade, a

primeira revolução e a guerra civil formam duas partes de um todo. Constituem duas etapas específicas, no entanto, interligadas do desenvolvimento da revolução democrática burguesa dos Estados Unidos.

O movimento revolucionário ou nacional-burguês na América do Norte tinha cinco grandes tarefas a realizar: (1) libertar o povo da dominação estrangeira; (2) unificar os estados ou colônias em uma só nação; (3) estabelecer uma república democrática; (4) colocar o poder nas mãos da burguesia; (5) a mais importante de todas, eliminar da sociedade estadunidense os resquícios pré-capitalistas (tribalismo indígena, feudalismo e escravidão). Sobre esses pilares fundamentais puderam desenvolver-se livre e plenamente as forças de produção e mudanças capitalistas. As cinco tarefas estavam vinculadas entre si; a solução de uma delas, preparava as outras. A revolução de 1776 resolveu as primeiras destas três tarefas. A luta dos patriotas libertou as treze colônias da dominação britânica. A luta de classes pelo poder que seguiu o triunfo patriota (1783-1788) conduziu a criação da união federal das treze colônias-estados e a nova nação estabeleceu uma república democrática. As outras tarefas tiveram um destino muito diferente. Embora a revolução tenha limpado a colônia de muita escória feudal e abriu o caminho para um rápido desenvolvimento do capitalismo e a nacionalidade estadunidense, não conseguiu colocar firmemente as mãos da grande burguesia no centro do poder, nem tampouco reorganizou por completo a sociedade sobre as bases burguesas.

Estas diferenças, da primeira revolução burguesa dos EUA não foram evidentes de modo imediato e teve que passar certo lapso de tempo para que se manifestasse com toda sua força destrutiva. No primeiro momento, a revolução parecia haver tido um completo êxito e cujo resultado era satisfatório para os capitalistas do norte. Haviam conseguido uma posição privilegiada na nova república, a qual governou junto com os fazendeiros sulistas, com quem havia combatido junto contra a Inglaterra, escrevendo a *Constituição* e formando a União.

No entanto, os comerciantes e produtores se demonstraram incapazes de manter sua hegemonia. Depois de um breve, embora importante período, em que se mantiveram no topo do poder supremo durante os governos de Washington e Adams, seus representantes políticos diretos se viram obrigados a entregar a presidência da república para a aristocracia sulista. A conquista burguesa do poder demonstrou-se prematura. Esta se viu de maneira ainda mais palpável quando os capitalistas (comerciantes e produtores) se mostraram incapazes de recuperar a supremacia que haviam cedido aos escravistas em 1800 com a chegada do poder de Jefferson, tendo que se conformar com um papel de segunda fileira.

Este deslocamento da grande burguesia do norte para ao lado dos fazendeiros sulistas foi uma prova das limitações do movimento revolucionário do século XVIII. Mas, esta derrota *política* nortista foi possível pelas relações sociais subjacentes, assim como, pelo curso do seu desenvolvimento. Por que a burguesia nortista foi incapaz de manter a posição predominante que havia alcançado em 1776-1800? Precisamente, por que a quinta tarefa e mais importante das tarefas da revolução – a liquidação de todas as forças pré-capitalistas – não se realizaram cabalmente. Assim se demonstra que o domínio do capital mercantil era vítima do atraso econômico característico de toda a sociedade estadunidense. A primeira revolução se desenvolveu em um país colonial com um nível de desenvolvimento econômico

relativamente baixo baseado na agricultura. A contradição entre o regime político extremamente avançado instaurado pela revolução da independência e da economia, todavia imatura, foi a causa da debilidade e a consequência da queda da grande burguesia dos altos círculos do poder em Washington.

A estrutura social do país ao fim do século XVIII era um complexo heterogêneo de formas de trabalho livre e escravo, pré-capitalistas e capitalistas. Para realizar por completo a reconstrução da sociedade de acordo aos padrões burgueses era necessário erradicar a escravidão pela raiz. Porém, esta tarefa era muito difícil nas condições preexistentes. Os interesses dos escravistas foram poderosos suficientes durante o período revolucionário independentista para impedir o controle da instituição, além do mais, conseguiram uma garantia constitucional para sua perpetuação. O máximo que os opositores da escravidão conseguiram foi restringir seu alcance conseguindo aprovar uma lei de abolição do comércio exterior de escravos que entraria em vigor vinte anos depois, a emancipação dos escravos em alguns estados nortistas nos quais a escravidão tinha uma importância econômica insignificante e sua proibição categórica nos territórios do noroeste.

A escravidão era uma forma de produção cada vez menos rentável e uma carga para muitos donos de plantações no período intermediário entre os séculos XVIII e XIX, o qual levou a muitos de seus opositores a se consolar com a ideia de que a "peculiar instituição" (assim se chamava eufemisticamente) se extinguiria no sul, do mesmo modo em que havia feito no norte. Os problemas que representavam seriam automaticamente resultados de uma etapa de transição do trabalho escravo ao trabalho livre. No entanto, todas estas expectativas foram abaixo com o repentino ascenso do Rei Algodão (*King Cotton*). Esta revolução econômica da agricultura sulista deu um alto impulso ao moribundo sistema escravista que seus ams econômicos e seus representantes políticos não somente conseguiram arrancar o leme do governo nacional a burguesia federalista com a chegada do presidente Jefferson em 1800, mas que mantiveram sua soberania, sem o desafio, durante os seguintes sessenta anos.

A luta pela supremacia do poder da república entre as forças escravistas do sul e as forças partidárias do trabalho livre encabeçadas pela burguesia nortista foram o fator decisivo da vida política no período compreendido entre as duas revoluções. A partir de 1800, a burguesia cedeu muito no terreno político aos escravistas. O supremo poder político caiu inevitavelmente nas mãos da nobreza algodoeira, economicamente predominante. Os capitalistas não puderam reconquistar sua liderança perdida até que, como consequência do desenvolvimento econômico do país, conseguiu uma nova combinação de forças sociais suficientemente fortes para superar os escravistas e seus aliados, e depois, vencê-los. Graças as conquistas da revolução e as circunstâncias extraordinariamente favoráveis, os Estados Unidos presenciaram um formidável avanço durante a primeira metade do século XIX (...). Sob a pressão do povo, as conquistas acumuladas como resultado da revolução e o consecutivo avanço econômico foram se repartindo através de numerosas reformas democráticas. Esta etapa do regime da burguesia e dos escravistas foi um período relativamente pacífico na política nacional. As disputas mais importantes entre as duas classes dominantes (incluindo as contradições diretas relacionadas a escravidão) se fixaram por meio de negociação.

Em meados de 1850 ocorreu uma mudança brusca neste processo. O ascenso da grande burguesia no norte e da expansão massiva dos pequenos agricultores no noroeste rompeu o equilíbrio econômico em que se baseava o poder dos escravistas e surgiu uma nova correlação de forças sociais. Os grupos escravistas hegemônicos, acuados pela perspectiva de perder o controle político, como também pela decadência econômica e a desintegração social do sistema escravista, começaram a opor-se de forma categórica a todas as tendências progressistas em todas as esferas da vida nacional. Sua reação se tornou cada vez mais intolerável. Não somente os escravos negros, mas o povo dos EUA em seu conjunto era vítima da arrogância dos senhores escravistas. Para derrotar esta reação crescente e garantir que o progresso obtido seguiria aumentando, era imperativo enfrentar, romper e derrotar o punho do poder escravista.

O candidato mais adequado para dirigir a luta contra os latifundiários escravistas sulistas era a burguesia industrial, o segundo filho da classe burguesa. Estes setores dos capitalistas vinham planejando desde tempos atrás conquistar a supremacia política que sua irmã maior, a aristocracia comercial, havia perdido em 1800. A luta silenciosa entre os escravistas e os industriais que explodiu em episódios violentos durante várias ocasiões haviam sido resolvidas por meio de negociações em 1820, 1832 e 1850. No entanto, com uma organização do Partido Republicano, os industriais lançaram uma ofensiva final em sua luta pela conquista do poder supremo.

Os diferentes grupos sociais nortistas propuseram dois métodos para conquistar a emancipação do povo da terrível praga da escravidão. Os representantes dos capitalistas industriais, em ascensão, esperavam chegar a um compromisso com os latifundiários escravistas para que deixassem pacífica e voluntariamente a sua posição dominante, imitando o exemplo dos industriais ingleses nas Antilhas Britânicas. Os agentes políticos dos industriais ingleses haviam chegado a um acordo com a aristocracia latifundiária inglesa, assim como os latifundiários coloniais do Caribe e em 1833 votou-se no parlamento de Londres a emancipação dos escravos com compensação para os antigos escravistas das colônias britânicas. Contudo, o modo para abolir a escravidão nos Estados Unidos iria ser diferente do caso britânico. Não seguiu o curso das reformas políticas e sociais patrocinadas pelos republicanos moderados. Tomou o caminho revolucionário indicado pelos abolicionistas radicais. Estes percursos da segunda revolução dos Estados Unidos refletiam as posições da democracia plebeia (pequenos agricultores, trabalhadores assalariados no norte e os escravos negros no sul) que defendiam e lutavam pela abolição da raiz do poder dos senhores escravistas.

Poucos cidadãos dos Estados Unidos consideravam, nos anos cinquenta, desejável e possível um programa tão radical como o dos abolicionistas. No entanto, as agressões cada vez mais ameaçadoras a reação dos escravistas e a exacerbação da crise social transformaram rapidamente a opinião geral. Em suas etapas iniciais, o sistema escravista se fundava na base política surgida pela primeira revolução norte-americana. Porém, as instituições democráticas haviam convertidos em obstáculos insuportáveis para o desenvolvimento de suas atividades. A aristocracia escravista ansiava eliminá-las e estava decidida a fazer.

Os partidários sulistas da secessão constituíam a expressão mais acabada desta tendência reacionária. Seus objetivos era, nem mais nem menos, reverter por completo as metas e as conquistas da revolução. Seu programa convocava explicitamente o rechaço incondicional de seus princípios democráticos e igualitários, a destituição da união federal e a eliminação da evolução progressistas das forças produtivas da nação ao anacrônico sistema escravista. A secessão significava de maneira implícita, o abandono do governo representativo e republicano, inclusive, ameaçava com a perda da independência nacional. Os abutres imperialistas da Inglaterra e da França, inimigos jurados da União republicana norte-americana, viam com bons olhos o desafio secessionista dos sulistas.

A vitória do Partido Republicano em 1860 e a consequente secessão dos estados escravista levaram ao enfrentamento inevitável entre os proprietários de terras sulistas e os industriais nortistas. Explodiu com toda a potência o conflito entre as forças favoráveis a escravidão e as contrárias as mesmas, entre o campo da revolução e o da contrarrevolução. O *coup d'état* secessionista voltou a colocar no tapete todos os problemas da revolução democrático-burguesa, inclusive aqueles que pareciam resolvidos de forma permanente.

Neste momento crucial de sua história, o povo dos Estados Unidos se confrontava a três perspectivas fundamentais. Uma vitória da Confederação sulista havia apagado o que restava da primeira revolução de 1776 e o odiado domínio ditatorial dos escravistas havia se fortalecido como nunca antes em todo o país. Outro compromisso entre os campos adversários significou o alongamento da luta até o ponto de esgotamento popular. Um triunfo das forças populares significaria a liquidação completa e decisiva de todo o que faltava para terminar a revolução democrática burguesa. Foi a primeira alternativa mais favorável que resultou vitoriosa. Os burgueses republicanos, os quais haviam chegado ao poder com um programa que propunha uma restrição do poder escravista, se deram conta que poderiam permanecer na mesma e derrotar os assaltos da Confederação somente através do recurso das medidas cada vez mais revolucionárias que levaram a derrubada e a abolição do poder escravista. Com o fim de conservar as conquistas da primeira revolução norte-americana foi necessário estendê-las, fazendo outra revolução. Necessitou-se, também, uma reversão suplementar das relações socioeconômicas para apoiar a mudança de 1860.

No curso da segunda revolução, os representantes mais radicais do capital industrial e seus aliados plebeus completaram as tarefas iniciadas pelos seus predecessores da primeira. Estes setores radicais lideraram a luta das forças contra a escravidão, terminaram apoderando-se do controle do governo federal, cujo aparato foi concentrado em suas mãos. Derrotaram os exércitos da Confederação nos campos de batalha da guerra civil, quebraram o poder econômico e político da oligarquia escravista; consolidaram a ditadura da burguesia estabelecida durante a guerra e remodelaram a república de acordo seus interesses.

A segunda revolução norte-americana não somente levou ao poder uma nova classe dominante, como também, ao abolir a escravidão, eliminou de um só golpe a principal forma de propriedade e de trabalho no sul. O grande problema político e social que havia agitado aos Estados Unidos desde o nascimento da república –

como eliminar o poder escravista e a sua "instituição peculiar" – foi definitivamente resolvido.

A segunda revolução dos EUA também pôs fim ao papel progressista da burguesia norte-americana. A aniquilação do poder escravista e da escravidão foi a última expressão de sua utilidade política revolucionária. Tal como aconteceu anteriormente com a aristocracia dos proprietários de terras, a nova oligarquia capitalista dominante se transformou de maneira bastante rápida em uma força reacionária por completo, convertendo-se no principal obstáculo do progresso social não somente nos Estados Unidos, mas em todo mundo. (...)

A segunda revolução norte-americana não foi somente a consequência da necessidade de resolver os problemas irresolútos da primeira revolução. Não foi menos importante para sua gênese e estouro, a sua vinculação orgânica com o curso da evolução histórica do mundo ocidental a partir de 1789 e, particularmente a partir dos acontecimentos políticos histórico-mundiais da revolução europeia de 1848. Estes processos levantaram novos problemas ao povo dos EUA. Também deram instrumentos e meios para resolver os velhos problemas a partir de novas condições.

Entre o fim da primeira revolução norte-americana em 1789 e o começo da segunda revolução, em 1860 teve lugar uma revolução ainda maior no mundo ocidental. Esta ocorreu no campo da produção. A introdução da maquinaria impulsionada pela energia a vapor deu luz ao sistema fabril, o que tornou possível a indústria em grande escala. O método de produção capitalista se ergueu pela primeira vez sobre seus próprios fundamentos e iniciou a dominação das principais esferas da vida econômica. A era dos capitalistas industriais continuava a do capitalismo comercial.

A ascensão do capitalismo industrial que começou no final do século XVIII e chegou até o início do século XX, foi uma época turbulenta da história mundial. Com o ímpeto apaixonado, os capitalistas atacaram e destruíram os resíduos das civilizações feudais e bárbaras, e ergueram um novo mundo sobre suas ruínas. A extensão do intercâmbio comercial imprimiu uma mobilidade sem precedentes ao capital, ao trabalho e a cultura. O capital cobriu o mundo inteiro buscando abertura de comércios e a inversão, milhões de pessoas se mudaram do velho mundo para o novo mundo em gigantescos fluxos migratórios jamais antes presenciados na história. A cultura se tornou mais cosmopolita. A ciência e as invenções aceleraram o ritmo do crescimento industrial.

A segunda revolução norte-americana ocorreu no momento culminante deste processo. De 1852 a 1872, o capitalismo industrial experimentou seu crescimento mais impetuoso. O volume sem precedentes do comércio exterior durante este período indica com muita precisão o ritmo da expansão econômica. Depois de experimentar um aumento de 1,75 milhões de dólares em 1830 para 3,6 milhões de dólares em 1850, o volume do comércio exterior deu um salto para 9,4 em 1870, um crescimento duas vezes e meia maior, em menos de vinte anos. Esta taxa de crescimento nunca foi superada desde então pelo capitalismo mundial. Foi durante o século XIX que se desenvolveu a revolução industrial da qual surgiu o mundo capitalista contemporâneo.

A época da expansão mais rápida do capitalismo de 1847 a 1871 foi também um período de guerras e revoluções em três fases consecutivas. A crise de 1847 produziu a primeira onda poderosa dos levantes, os quais foram derrotados por uma série de vitórias da reação e pela recuperação econômica em consequência da febre do ouro na Califórnia em 1849. Depois de um período prolongado de prosperidade, a crise mundial de 1857 foi a causa da segunda sequência de guerras e revoluções. Começou com a primeira guerra italiana pela independência e foi continuada em sucessão rápida pela guerra civil dos Estados Unidos em 1861, a insurreição polaca de 1863, a aventura mexicana de Napoleão III e campanha contra a Dinamarca em 1864 iniciou uma série de guerras prussianas dirigidas por Bismarck. O impulso revolucionário foi sentindo até no Japão, onde com a Restauração Meiji, a classe governante adaptou parcialmente sua economia e seu regime ao novo sistema industrial.

O último período durou de 1866 a 1871. Iniciado com a crise de 1866, testemunhado pelo levante espanhol que derrubou a rainha Isabel e culminou na campanha expansionista prussiana liderada por Bismarck, iniciando-se com a campanha contra a Áustria em 1866 e finalizando de forma exitosa com a unificação alemã e a vitória sobre a França em 1871. A guerra civil na França que explodiu imediatamente depois da derrota de Napoleão III pelo exército de Bismarck foi a marca história mais alta desta época. A comuna de Paris foi a primeira vez que o proletariado tomou o poder na história. Com o esmagamento da Comuna e a restauração da ordem burguesa com a Terceira República, o refluxo revolucionário se prolongou até o final do século.

Assim, quase durante 25 anos, o mundo ocidental foi uma fogueira de guerras e revoluções. Foi a época mais turbulenta que a humanidade havia experimentado desde as guerras napoleônicas ou que conheceriam até a primeira guerra mundial. Esta caldeira histórica se forjou não somente nas potências imperialistas da Europa moderna que dominaram o planeta até 1914, com a nação destinada a superar a todas elas como a mais poderosa das potências mundiais: os Estados Unidos capitalistas da América do Norte.

(...) A guerra civil dos Estados Unidos não foi um fenômeno isolado, nem meramente nacional. Foi uma das ligas mais importantes da cadeia de conflitos que surgiram diretamente da crise econômica mundial de 1857 e constituiu o grande movimento revolucionário democrático-burguês do meio século.(...)

Todos os levantes de 1848 na Europa, sem exceção, desde a Irlanda até a Áustria, terminaram em uma derrota e a vitória da velha ordem, com mudanças superficiais na cúpula do poder. Ao mesmo tempo, de modo contraditório, estes assaltos frustrados fizeram possíveis numerosas reformas nas décadas posteriores e prepararam o caminho para avanços posteriores das forças progressistas. Os movimentos revolucionários da segunda e da terceira onda tiveram mais êxito na realização de seus objetivos. O triunfo da União dos Estados Unidos foi de importância histórica maior que o fracasso da insurreição polaca de 1863. A conquista da unificação e independência nacional da Alemanha e Itália teve maior significado que o fato tenha ocorrido sob os regimes monárquicos. Inclusive no caso dos movimentos que não alcançaram o triunfo, provocaram reformas valiosas (a

extensão do sufrágio na Inglaterra, a autonomia nacional dos cantões suíços, liberdades constitucionais limitadas na Hungria, etc.).

Para 1871, as burguesias haviam conseguido conquistar governos liberais constitucionais na maioria dos países de importância da Europa Ocidental, com a exceção da Alemanha, Rússia e Império Austro-húngaro, pela qual estas nações pagariam mais do que suas antigas dívidas com a história quando de novo toda a Europa era sacudida pela segunda onda revolucionária de 1917-1918. As reformas sociais, com exceção dos Estados Unidos, se limitavam na maioria dos casos a remoção dos vestígios do feudalismo que obstaculizavam o desenvolvimento capitalista(...). Somente os Estados Unidos realizaram uma verdadeira transformação das relações sociais.

Nos Estados Unidos todas as tarefas da revolução democrático-burguesa foram resolvidas de forma otimizada. No país nortista os magnatas da grande indústria converteram-se nos únicos governantes da República ao destruir os escravistas e a escravidão. Nos outros países, como na Alemanha e Itália, a burguesia titubeante, carecendo de energia revolucionária, não esteve a altura de suas metas históricas e seguiu sendo subserviente das velhas classes dominantes, as quais mantiveram as rédeas do poder em suas mãos.

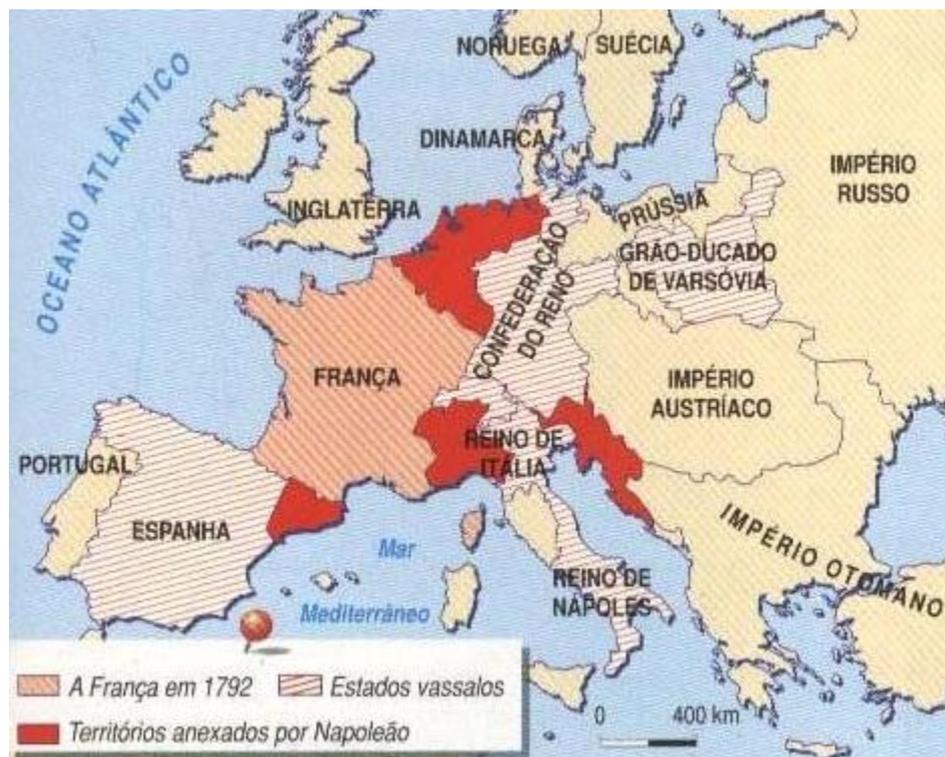
A burguesia dos Estados Unidos foi capaz de realizar a sua missão histórica de modo tão brilhante devido a peculiaridade excepcional do desenvolvimento social do país. Seu impulso ao poder fundamentava-se nas grandes realizações da primeira revolução norte-americana. O povo norte-americano havia conseguido a independência nacional, livrou-se igualmente tanto do altar como do trono, e gozava da benção da democracia republicana. Estas janelas colocaram a burguesia norte-americana desde o princípio em uma posição privilegiada, a qual permitia facilmente superar com rapidez as burguesias europeias. Mas ainda, o poder econômico, a independência política e o peso social dos capitalistas dos Estados Unidos superavam consideravelmente os dos capitalistas de seus pares alemães e italianos. Os mestres do capitalismo dos Estados Unidos não eram novatos na política. Haviam se preparado durante quase um século para o confronto decisivo, já havia disfrutado uma vez do poder supremo e consideravam que o pertencia por direito próprio. Criaram suas instituições parlamentares e tomaram posse legal do aparato estatal antes de entrarem na batalha. Quando chegou a hora, entraram na arena com seu próprio partido e seu programa.

O papel desempenhado pela corrente burguesa, agrupada no Partido Republicano, como portadora da causa da união republicana e de suas instituições democráticas, permitiu agrupar ao seu redor as forças progressistas tanto nacionais com de todo o mundo civilizado. O norte contava com o apoio dos negros do sul, cuja simpatia pela causa nortista debilitou ainda mais a Confederação, embora os dirigentes nortistas não quisessem impulsionar as iniciativas independentes dos escravos. Conseguiram agrupar a grande maioria dos pequenos agricultores. Em vez disso, os escravistas não conseguiram envolver diretamente no conflito os seus simpatizantes dos governos da Europa ocidental. A importância que tinha estas alianças pode avaliar-se, lembrando que os patriotas rebeldes somente puderam derrotar de forma exitosa os colonialistas britânicos, quase um século antes, com a ajuda financeira e a intervenção militar de França, Espanha e Holanda.

A força econômica da burguesia nortista era imensamente superior a de seus oponentes sulistas. O auge que havia precedido a crise de 1857 encheu de lucros os cofres dos baús dos industriais e empresários do norte que tinham a sua disposição grandes quantidades de recursos e créditos. Os nortistas também se apoiavam sobre uma base industrial e agrícola mais forte que as forças da Confederação. Esta última, pelo contrário, carecia tanto de uma base industrial (apesar de esforços gigantescos e desgastantes não puderam criar a indústria que lhe faltava durante os anos de guerra), como de um acesso rápido e efetivo aos recursos do mercado mundial. A guerra esgotou os estoques da Confederação, danificando irremediavelmente a economia escravista e, em particular, impediu que seu produto chave, o algodão, chegasse aos mercados internacionais. Foram os estados leais a união que experimentaram o auge industrial e agrícola com a correspondente acumulação de capital. Por último, o acentuado e irreconhecível antagonismo entre os escravistas e os industriais por uma parte, e o amadurecimento do proletariado, por outra parte permitiria que a burguesia radical levasse a cabo a luta contra seu inimigo de classe até o fim. A burguesia alemã em cada etapa de sua luta contra os príncipes e junkers que se colocavam a sua direita, tinha que cuidar da classe operária a qual se colocava a sua esquerda. A classe operária dos Estados Unidos, com exceção de uma breve explosão em meados de 1863, não se ergueu nunca como uma força poderosa e independente durante todo o período em questão. (...)

Depois da guerra civil e o período de Reconstrução que seguiu, os capitalistas que estavam no cume do poder político e econômico do país, não consideraram necessário realizar ainda mais mudanças radicais na sociedade estadunidense. E, na verdade, o tempo das transformações revolucionárias na era do capitalismo havia terminado. Isto não significava, no entanto, como propunham os sustentadores do sistema que toda possibilidade de revolução nos Estados Unidos havia desaparecido para sempre. Sua exitosa revolução burguesa havia, no entanto, deixado questões importantes não resolvidas. Por exemplo, a reforma agrária se efetuou de uma maneira injusta. A *Homestead Act* de 1862 deu aos pequenos agricultores brancos livre acesso aos territórios federais do oeste e concederam amplas extensões das melhores terras as companhias ferroviárias. Porém, a maioria dos habitantes do campo que haviam dado uma contribuição decisiva na luta contra os fazendeiros sulistas foram pouco recompensados. Os republicanos emanciparam os escravos negros, mas se negaram a dar-lhes os meios materiais para a sua independência ("os quarentas acres de terra e uma mula", como se dizia na época) ou para garantir sua igualdade social e seus direitos democráticos. De fato nas disputadas eleições presidenciais de 1876, os líderes republicanos selaram um pacto com os racistas brancos do sul para manter seu domínio em Washington. Assim, desta maneira, apagaram os últimos recursos de igualdade e democracia que os negros haviam conquistados durante o período da Reconstrução. (...)

2. REVOLUÇÃO FRANCESA



A França em 1792

A Revolução Francesa (George Novack²²)

O acontecimento revolucionário central da época burguesa foi a Revolução Francesa do final do século XVIII. A Revolução Francesa não somente derrubou os três principais sustentáculos da velha ordem. Além disso, quebrou a coluna vertebral do feudalismo europeu e impulsionou no Haiti uma vitoriosa rebelião de escravos.

O ciclo da revolução se prolongou ao longo de um quarto de século, de 1789 a 1814. O resultado foi a vitória do princípio burguês da propriedade privada e do seu modo de exploração. No entanto, a burguesia não conseguiu sua soberania política junto com a dominação social. A dinastia Bourbon contra qual o país lutou por tanto tempo, foi novamente posta no trono pelas grandes potências no final do ciclo. Foi necessário que transcorresse meio século antes que a burguesia francesa pudesse prescindir dos reis e dos bonapartes²³, e governar sem intermediários em uma república democrática.

O fato de que a revolução burguesa não conseguiu impor a hegemonia política em suas mãos, se explica pela complicada dinâmica do processo revolucionário. Os primeiros movimentos contra a Coroa não se iniciaram entre os patrícios do Terceiro Estado como na Inglaterra, mas foram impulsionadas por nobres dissidentes, cuja iniciativa teve um grande eco na oposição burguesa. Assim, os representantes da burguesia, junto com a aristocracia liberal, deram o passo decisivo de converter os Estados Gerais, convocados pelo Rei, em Assembleia

²² Trotskista norte-americano, um dos líderes do SWP, partido da IV Internacional nos EUA.

²³ Governos unipessoais e arbitrários como o de Napoleão Bonaparte, entre 1804 e 1814 e de 20 de março a 22 de junho de 1815, este último conhecido como governo dos 100 dias.

Nacional, que passou a governar sem ele. Se as classes altas desafiaram e transformaram o antigo regime, os plebeus²⁴ da cidade junto com os camponeses a esmagaram e demoliram.

A ofensiva revolucionária fez grandes progressos através das intervenções das classes médias menos acomodadas e dos trabalhadores empobrecidos, que incentivados por suas aspirações e estimulados por seus sofrimentos, assumiram as pesadas e sangrentas tarefas de empreender a batalha contra os cães de guarda do sistema feudal, tornando-se os mais fortes defensores da revolução. Como George Rudé demonstrou, as intervenções dos homens e mulheres das massas nas ruas e nos mercados foram, com exceção do ano de 1790, "quase uma característica permanente da vida de Paris durante primeiros seis anos da revolução e, inclusive, quase dois anos antes que esta irrompesse".

A revolução experimentou um ascenso de 1789 ao final de 1793, na medida que os plebeus se orientavam mais e mais à esquerda e os partidos mais radicais superavam e substituíam os moderados.

A agitação das massas alcançou seu ápice com a tentativa de tomada do poder dos "enragés"²⁵ em agosto de 1793 e a campanha de descristianização no outono do mesmo ano; não cedeu por completo até que a insurreição dos pobres de Paris fosse reprimida pelo Diretório²⁶ em maio de 1795.



²⁴ Eram as classes mais despossuídas, pobres, homens e mulheres livres que praticavam comércio, faziam artesanato e trabalho agrícola.

²⁵ Quando da Revolução Francesa, os "Enragés" (literalmente "Enraivecidos", em português) eram um grupo de revolucionários radicais que tiveram notadamente como chefe o padre constitucional Jacques Roux. Reivindicavam não só a igualdade civil e política, mas também a social, preconizando a taxaço dos gêneros alimentícios, a requisição dos grãos e taxas para os ricos. Podemos situá-los à esquerda do grupo dos "Montanheses". São combatidos tanto por Maximilien de Robespierre quanto por Danton, Marat e os "Hébertistes". Suas ideias foram retomadas e desenvolvidas por Babeuf.

²⁶ Golpe de Estado armado pela alta burguesia financeira marcou o fim da participação popular no movimento revolucionário. Em compensação, os estabelecimentos comerciais cresciam, pois a ideia burguesa havia eliminado os empecilhos feudais. O novo governo, denominado **Diretório** (1795-1799), autoritário e fundamentado numa aliança com o exército (então restabelecido após vitórias realizadas em campanhas externas), foi o responsável por elaborar a nova Constituição, que manteria a burguesia livre de duas grandes ameaças: a República Democrática Jacobina e o Antigo Regime.

Ao longo do primeiro período, as intervenções espontâneas das massas foram o principal estímulo da revolução, exercendo de modo constante pressões radicais contra o antigo regime. Esta ação direta começou com a tomada da Bastilha, que também foi o sinal para que as massas dos povoados e das províncias, incluído os camponeses, assaltassem os palácios de toda a França, estendendo-se assim a rebelião à grande parte da população (dos 26 milhões de franceses, 20 viviam no campo). A insurreição dos camponeses atacou o trono pela retaguarda, enquanto os levantes em Paris eram um assalto frontal. A combinação desses dois movimentos tornou a revolução invencível.

A primeira resposta da Assembleia Nacional foi chamar as tropas para reprimir os insurgentes. Considerando sua debilidade para confrontar a todo um povo em marcha, os delegados recuaram. Em agosto de 1789, votaram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, decretaram a total destruição do regime feudal e rejeitaram o veto do Rei sobre a legislação. Todas foram grandes concessões da burguesia às massas.

Paris foi a cabeça da revolução e as massas plebeias da capital sua força mais poderosa. Durante a tomada da Bastilha estiveram na primeira fila e, pela segunda vez, demonstraram sua iniciativa e audácia em outubro de 1789, quando 20 mil franceses, incluindo as Guardas Nacionais²⁷ do distrito de Paris, dirigidos por multidões de mulheres (donas de casas, comerciantes, etc.) que exigiam o abastecimento de pão na cidade, invadiram Versalhes e massacraram a metade do corpo de guardas reais. Em seguida, forçaram Luís XVI a firmar um decreto para abastecer a cidade com alimentos, que também aprovava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, junto com os dezenove artigos da Constituição apresentados pela Assembleia Nacional e obrigaram o rei a mudar sua residência de Versalhes a Paris para que fosse mais estreitamente vigiado pelos cidadãos. Durante os cinco anos seguintes, o estado de ânimo e o movimento dos habitantes de Paris foram os fatores determinantes no desenvolvimento da revolução.



²⁷ Milícia armada organizada pela burguesia formada após a queda da Bastilha.

A Constituição finalmente votada pela Assembleia Nacional na primavera de 1791 tornou patente o temor da burguesia à extensão da democracia. Dividiu os franceses em cidadãos ativos e passivos e somente os primeiros tinham o direito de votar pela legislatura. Eram considerados cidadãos ativos quem pagava um pequeno imposto direto certificando a propriedade de uma quantidade de tamanho considerável de bens imóveis. A limitação do sufrágio universal a uma pequena minoria de proprietários foi projetada para excluir a massa plebeia de participação ou representação dentro do governo nacional. Para a burguesia, os direitos do homem não incluíam igualdade nos direitos eleitorais.

A Assembleia Legislativa eleita sobre a base da Constituição burguesa de 1791 foi derrubada pelo levante da classe trabalhadora de Paris dos dias 9 e 10 de agosto de 1792. Naquele momento crucial, os "cidadãos passivos" demonstraram novamente serem os mais enérgicos representantes das forças revolucionárias. Suspeitando com razão da cumplicidade traidora da família real com os contrarrevolucionários intervencionistas e aristocratas emigrados que haviam invadido o país, se levantaram em defesa da revolução. Os insurgentes tomaram as Tulherias²⁸, onde residia Luís XVI, derrotaram e mataram os guardas reais suíços, sequestraram o Rei e sua família e, de fato, derrubaram a Monarquia.

Esta "segunda revolução", destruiu a autoridade da Assembleia Legislativa, selou o destino da Monarquia e de fato deu o poder à Comuna de Paris insurreta. A Comuna estava dominada por Danton, Robespierre e Marat, e havia surgido depois do assalto e destruição do antigo governo municipal da capital francesa. Tinha sua sede no palácio de governo do Hotel de Ville²⁹ e havia imposto um regulamento a cidade. Sentindo o bafo quente das massas cada vez mais perto da sua nuca, a moribunda Assembleia Legislativa derrubou o Rei e convocou eleições para nomear uma Convenção³⁰ cujo objetivo era projetar uma nova carta magna mais democrática. A Convenção se converteu na arena de luta pela supremacia entre suas duas alas, esquerda e direita, encabeçada pelas facções rivais, os partidários da Gironda, uma região do oeste da França, e os partidários da Montanha, deputados que eram chamados assim porque se sentavam nas arquibancadas da parte superior da sala da Convenção.

Os dirigentes destas duas correntes, a dos moderados girondinos e a dos radicais jacobinos, eram representantes de diferentes setores das classes proprietárias. Estavam violentamente enfrentados entre si pelas difíceis condições das guerras civil e externa que assolavam a França, as quais agudizavam os antagonismos e tensionavam as relações sociais até um ponto de rompimento.

Embora ambas as facções adversárias fossem firmes defensoras da propriedade privada, tinham interesses divergentes e possuíam relações diferentes com os

²⁸ Residência real dos monarcas franceses

²⁹ Sede do governo municipal de Paris

³⁰ Durante a Revolução Francesa, houve o período da contrarrevolução, liderado pelo rei Luís XVI. Após esse período de muita desordem, uma nova Assembleia Nacional Constituinte teve que ser formada para preparar uma nova constituição. Surge então a **Convenção Nacional** (ou simplesmente **Convenção**), que tinha os jacobinos (partido representado pela pequena e média burguesia, liderado por Robespierre) como maioria entre seus membros. Para fins legislativos e administrativos a Convenção criou - entre outros - o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Pública.

setores plebeus. Os girondinos eram mais conservadores, controlavam a maioria dentro da Assembleia Legislativa e da Convenção que a substituiu, e favoreciam a burguesia que controlava o comércio e a exportação de produtos têxteis. Protegiam e evitavam a queda do Rei e tratavam de manter as massas imobilizadas. Os líderes jacobinos tinham relações estreitas com os setores inferiores: proprietários de oficinas, artesãos, operários, os sans-culottes³¹. Eram os setores que sofriam os efeitos econômicos e sociais da guerra, os mais decididos partidários da revolução e que em última instância representavam as forças mais leais e decididas a democratizá-la e levá-la adiante.

Os exasperados sans-culottes de Paris, que haviam derrubado a monarquia, se levantaram contra os girondinos ao final de maio de 1793 e colocaram no poder os jacobinos de esquerda. O regime revolucionário de Robespierre estava dirigido pelos mais intransigentes rebeldes da classe média, os mais conscientes das necessidades da luta e das demandas das massas. A ditadura democrática dos jacobinos repousava sobre uma relação de forças em que o peso dos elementos conservadores havia se reduzido ao mínimo, enquanto o poder do povo chegou a sua máxima expressão. Seu governo significou a maior vitória das forças progressistas e democráticas da revolução sobre as tendências burocráticas e burguesas.

O regime jacobino foi consequência de todo o poder que as massas insurgentes haviam acumulado desde 1789. Formou a base de uma extensa estrutura de instituições democráticas, o comando principal das 48 sessões em que se dividiam a Comuna de Paris, das sociedades populares, dos comitês revolucionários e do exército revolucionário.

A comuna insurreta se baseava nas seções locais. Este órgão de autogoverno municipal não só governou Paris depois da ação de agosto, como também atuou como contrapeso da Assembleia e da Convenção.

A comuna revolucionária manteve prisioneiro Luís XVI, tomou o controle da Guarda Nacional, aboliu a cidadania passiva e introduziu o sufrágio para todos os homens, suprimiu os cargos feudais restantes sem compensação e colocou a venda em pequenos lotes todas as propriedades confiscadas dos emigrados.

A direção política e administrativa das forças radicais dentro das seções, da comuna, da Convenção, do Comitê de Segurança Pública e do exército surgiam das sociedades populares. Estas associações voluntárias, das quais a mais importante era a dos jacobinos, eram os partidários mais ativos da revolução.

Em 1793, a França estava coberta por uma rede de entre 5 ou 6 mil destes clubes ou sociedades, com cerca de meio milhão de membros. Uma grande quantidade destes clubes estava em correspondência com os jacobinos de Paris. Atuavam como um mecanismo de organização nacional capaz de mobilizar os setores mais militantes e devotos nas execuções das tarefas revolucionárias.

³¹ Nome dado pelos aristocratas aos pequenos comerciantes, artesãos, assalariados e camponeses ~~e até~~. Livremente traduzido da língua francesa como "sem culotes", o culote era uma espécie de calções justos que se apertavam na altura dos joelhos, vestimenta típica da nobreza naquele país à época da Revolução. Em seu lugar, os "sans-culottes" vestiam uma calça comprida de algodão grosseiro, traje tipicamente utilizado pelos burgueses.

A autoridade de Robespierre entre os jacobinos o elevou a categoria de ditador, e a perda de sua autoridade sobre os clubes no verão de 1794, permitiu aos termidorianos derrubá-lo e levá-lo a guilhotina, junto com seus companheiros mais próximos.

As sociedades floresceram e declinaram com as vicissitudes da causa revolucionária. Seu número e poderio se elevaram com o ascenso do fluxo revolucionário e caíram até o fundo quando o protagonismo político do povo se extinguiu. Foram as primeiras vítimas da reação e repressão Termidoriana e praticamente desapareceram até 1796.

O regime revolucionário do Comitê de Segurança Pública, que durou cerca de um ano, obteve grandes conquistas. Surgido como resposta ante o perigo externo da revolução de 1793, rechaçou os exércitos invasores, venceu a contrarrevolução em Vendee³² e reconquistou a Bélgica. Centralizou o governo e quebrou a resistência realista, que não cedia, aplicando-lhe penas com o máximo rigor no tribunal revolucionário e instaurando o terror.

Não menos significativos do que os sucessos militares foram as medidas sociais que decretou e colocou em prática. O governo revolucionário obteve o controle da economia e deteve a inflação por meio de requisições e da Lei do Maximum³³, que deu pão aos pobres a preços razoáveis. Colocou os desempregados para trabalhar na fabricação de armas e cumprindo tarefas de guarda. Deu aos camponeses as terras nacionais que foram divididos em pequenos lotes e colocados a venda. Estabeleceu serviço médico gratuito, assistência aos idosos, ajuda as famílias dos soldados, e o direito de compensação por danos de guerra. Obteve dinheiro para estas medidas através de empréstimo forçados e de impostos. O monopólio dos assuntos públicos foi eliminado e as portas da administração se abriram para as classes médias e baixas.

Politicamente e socialmente, os jacobinos foram tão longe quanto qualquer regime burguês revolucionário em aliança com as massas insurgentes, na atenção das necessidades do povo, liberando suas capacidades construtivas e permitindo o livre exercício de seus poderes. Mesmo assim, não chegaram, nem podiam ter chegado, suficientemente longe para satisfazer as tumultuosas demandas dos sans-culottes e para eliminar as injustiças sociais.

A ditadura jacobina se baseava em uma coalizão da burguesia revolucionária com os plebeus. Os líderes jacobinos estavam prontos a chamar as massas para organizar protestos políticos e mesmo convocar a insurreição armada quando fosse adequada as suas finalidades. **Mas temiam liberar a energia das massas e se apressaram a frear qualquer movimento vindo de baixo, que ameaçasse**

³² Cidade francesa localizada no centro-oeste da França. Foi palco de uma contrarrevolução organizada pela nobreza, utilizando os camponeses para arregar o levante.

³³ **Lei do Maximum Général** foi uma lei criada, na Convenção Nacional, após a Revolução Francesa, pelo partido dos jacobinos (Montanha) com o intuito de controlar a inflação gerada pelos juros altos impostos. Sua aplicação gerou uma imediata reação burguesa de boicote ao abastecimento culminando na carência de produtos e fome. A fome ocasionou um clima de tensão social que preocupou os jacobinos. O grupo da montanha, dentre as várias propostas de seus líderes, decidiu esperar o prejuízo burguês com o boicote, contudo, na Convenção Nacional, cada líder defendeu sua proposta. Robespierre foi quem defendeu a proposta do grupo e levou Danton, um dos líderes que defendeu sua própria proposta, aos Tribunais Revolucionários onde foi julgado inimigo da revolução e condenado. Foi uma das causas do Terror, que levou milhares de pessoas a serem mortas na guilhotina. Assim percebia-se que os jacobinos estavam dispostos a passar por cima de quem fosse para se manterem no poder, eliminando até mesmo próprios jacobinos de aliados passaram a ser considerados inimigos.

suas posições e sua prosperidade. Os proprietários de oficinas, artesões, trabalhadores diaristas e operários que formavam as fileiras dos sans-culottes aceitaram rapidamente a direção da burguesia radical na batalha entre a monarquia e a república. No entanto, se seus objetivos políticos e militares coincidiam, seus interesses econômicos e seu conceito de bem-estar social divergiam ampla e profundamente. Embora ficassem incomodados com o controle dos preços porque restringia seus lucros, os líderes jacobinos não somente estavam de acordo com a regulação dos preços dos artigos de primeira necessidade, como também queriam congelar os salários. Os trabalhadores pobres insistiam em regular os preços, mas eram contra o congelamento dos salários. As tensões que surgiam em tal situação levaram a um rompimento da aliança entre jacobinos e sans-culottes.

Os enragés, dirigidos pelo “padre vermelho”, Jacques Roux, e por Eugène Leclerc e Jean Varlet defenderam vigorosamente o descontentamento e as aspirações igualitárias dos plebeus. Eles não hesitaram em atacar a todos os agentes das classes altas que tratavam de descarregar os custos da guerra e as cargas da revolução nas costas dos pobres. Continuaram pressionando os seguidores de Robespierre para que tomassem medidas mais severas para frear os especuladores, aliviar a miséria dos pobres e lutar pela igualdade social.

Robespierre, assediado por todos os lados, desde a direita até a esquerda, considerou intolerável a pressão dos agitadores enragés que instigavam e fomentavam os protestos entre os pobres e os famintos. Reprimiu os representantes das massas mais empobrecidas, primeiro, acusando-os caluniosamente de agentes vendidos ao estrangeiro e depois pediu a guilhotina para eles. Procedeu da mesma maneira com os partidários de Hébert³⁴ que estavam ligados aos enragés a frente das massas de Paris e que se declaravam contra a religião cristã. Para combater o programa hebertista de maior controle popular sobre a administração, Robespierre denunciou com falsas acusações também aos descristianizadores e em novembro de 1793 os condenou a morte.

A situação de Robespierre era mais que incômoda. Encontrava-se entre dois tipos de inimigos que de certo modo ele mesmo havia criado: aqueles que ele considerava que o superavam e iam muito longe e mais rápido que ele nas suas ações contra as classes possuidoras e aqueles que ele via avançar mais lentamente e eram insensíveis as demandas populares.

Ao eliminar os dantonistas e os revolucionários mais provados da Comuna, Robespierre cortou as bases de seu apoio anterior. A tumba que havia cavado para os outros se converteu em seu próprio túmulo. Foi deposto em **9 do Termidor**³⁵ (26 de agosto de 1794) por uma intriga em que se misturaram opositores de diversas tendências. A chegada dos termidorianos ao poder reverteu o curso da direção revolucionária.

³⁴ Foi um político francês. Redator do Père Duchesne, exerceu preponderante influência na Comuna de Paris. Chefe da facção ultrarrevolucionária, da extrema-esquerda jacobina, entrou em luta com Robespierre, este mandou aprisioná-lo. Seus partidários chamavam-se hebertistas.

³⁵ foi uma revolta na Revolução Francesa contra os excessos do Terror. Ela foi desencadeada por uma votação do Comitê de Salvação Pública para executar Robespierre, Saint-Just e vários outros membros da liderança do Terror. Esta terminou a fase mais radical da Revolução Francesa. Após esta iniciou-se o governo dos girondinos conservadores.



A guilhotina que decapitou os robespierristas cortou também o florescimento da democracia revolucionária. A República continuou sob o Diretório, reinstaurou o sufrágio limitado da primeira Constituição burguesa de 1790 e seguiu um curso de reação social e política. As massas se envolveram em várias ações desesperadas pela retaguarda antes que seu ardor revolucionário fosse esmagado por completo. Em maio do ano seguinte, os insurgentes de Paris quase dispersaram a Convenção pela força e construíram barricadas nas ruas dos bairros populares. As tropas foram chamadas pela primeira vez em seis anos para sufocar o levantamento. A Convenção prendeu, encarcerou e deportou dez mil rebeldes e guilhotinou vários dos seus líderes.

A chama final da luta plebeia para buscar a igualdade social foi a “Conspiração dos Iguais”, encabeçada por Graco Babeuf³⁶, que propunha uma solução comunista para os problemas dos pobres. Utilizou os mesmos métodos organizativos que seus predecessores radicais. Publicou um jornal influente chamado “O tribuno do povo”, formou uma sociedade chamada “Clube Panteão”, por sua sede se localizar próximo ao Panteão de Paris, que reuniu cerca de 2 mil membros e logo após a desagregação desta, organizou um grupo secreto para preparar o levantamento e ganhar as forças armadas a favor de seu projeto comunista.

A Conspiração, no entanto, foi traída por um dos membros próximo a Babeuf e Buonarroti³⁷ e dissolvida pela polícia no dia 10 de maio de 1796, somente dias antes da data programada para iniciar a insurreição. Babeuf foi julgado e condenado a morte e Buonarroti foi enviado a prisão e quando saiu dela, conseguiu viver para escrever a história e as ideias do movimento em livros que alimentaram o espírito rebelde dos revolucionários franceses e europeus durante a primeira metade do século XIX.

³⁶ Jornalista francês formou a Conjuração dos Iguais, sua doutrina babeuvistas deu bases que futuramente constituíram o comunismo.

³⁷ Philippe Buonarroti foi um revolucionário e teórico socialista italiano radicado na França.

Embora seu programa de curto alcance e seu método de ação não foram muito diferentes aos utilizados pelos jacobinos de esquerda, Babeuf introduziu duas inovações ideológicas memoráveis na história da revolução burguesa. Uma foi o conceito da revolução ininterrupta que significava empreender a guerra dos plebeus contra os patrícios, dos pobres contra os ricos, até o fim. Esta doutrina da luta de classes constante prefigurava a ditadura do proletariado sem base científica no materialismo histórico.

No entanto, Babeuf superou os seus antecessores acima de tudo pelas propostas que fez para realizar a igualdade e garantir a democracia. Os jacobinos radicais, os enragés e os hebertistas foram partidários não menos veementes da igualdade. Os sans-culottes estavam a favor tanto da igualdade social como da legal. Mas todas essas forças e tendências convergiam em um ponto de vista econômico que divergia radicalmente dos babeuvistas: esperavam alcançar estes objetivos, nos limites da propriedade privada.

Tanto os grandes como os pequenos estratos da sociedade burguesa viram a multiplicação de pequenos proprietários como a garantia para a proteção da liberdade individual e da prosperidade nacional. Colocaram uma grande ênfase na propriedade privada, na pequena empresa privada e nas pequenas oficinas privadas. Essa foi, de fato, a direção tomada pela revolução que transformou a França feudal em uma nação de pequenos proprietários encabeçados por banqueiros e homens de negócios. Esta dispersão da propriedade entre pequenos agricultores e donos de oficina retardaria seu desenvolvimento industrial durante o século XIX.

Babeuf, pelo contrário, propôs a abolição da propriedade privada. Sua concepção era de um comunismo de distribuição de bens mais do que uma produção socializada. Uma vez que "os estômagos são iguais" também deveriam compartilhar em forma equitativa os bens disponíveis do armazém comum ao que contribuiriam seus donos.

O sistema de Babeuf estava direcionado para uma democracia radical. **"Nossos dogmas são democracia, igualdade sem mácula e sem reserva"**, insistia. Compreendeu que a democracia política somente podia se garantir e ser complementada por uma democracia social e que uma democracia popular consistente se dirige, através da abolição da propriedade privada, ao comunismo. Propunha abolir a herança para implementar o igualitarismo completo que desejava.

As ideias e propósitos de Babeuf estavam bastante a frente de seu tempo. Se a França não pode chegar a uma democracia burguesa estável no final do século XVIII, estava ainda menos pronta para o socialismo no nível de desenvolvimento econômico que se encontrava nesse momento. As forças produtivas da sociedade tinham que expandir-se sob as condições capitalistas antes que amadurecessem as condições pós-capitalistas.

Os pilares da propriedade privada em pequena escala fincaram raízes profundas no solo francês devido a excepcional radicalidade da revolução agrária. Ao contrário dos camponeses do resto da Europa, os camponeses franceses eliminaram todas as obrigações feudais e receberam a terra sem nenhum custo. Essa reforma agrária

radical transformou o campesinato em um firme apoio dessa parte da revolução. Em nenhum outro lugar da Europa, a propriedade da terra estava tão amplamente estendida. Mas, as posses materiais da ampla massa de pequenos proprietários converteu-os em um igualmente sólido apoio da ordem burguesa e uma firme força conservadora durante todo o século XIX.

As medidas tomadas pela revolução secularizaram efetivamente o Estado e destruíram o poder da igreja católica. Nem sob o governo de Napoleão que pactuou um tratado com o Vaticano, nem sob a restauração, a igreja recuperou seus antigos privilégios. Milhares, centenas de milhares de franceses de diferentes classes tinham bastante que perder se a igreja recuperasse os direitos expropriados sobre os antigos territórios.

Além da intensidade dos seus conflitos de classe, a rapidez de seu desenvolvimento e a taxativa eliminação dos senhores de terra e eclesiásticos, a revolução francesa teve mais impacto e influência internacionais que qualquer outro acontecimento social e político da época burguesa. Não haveria nada igual até a revolução russa em 1917. Seus marcos, seus textos, suas ideias e instituições, tanto como seus exércitos, fluíram além das suas fronteiras nacionais, espalhando-se através da Europa e chegando até a América por meio da revolução haitiana. O espetáculo de ver derrubada a coroa, a igreja e outras veneráveis instituições como consequência dos levantamentos populares, elevou o entusiasmo dos povos do mundo e convidou amplos setores da oposição de um extremo a outro da Europa a emular estas ações. Acendeu as esperanças de libertação dentro das classes inferiores e dividiu as seções politicamente alertas da população em partidários dos franceses e opostos a eles.

As repercussões internacionais da revolução não cessaram com a queda das repúblicas revolucionárias. Embora, o regime pessoal de Napoleão extinguiu as últimas chamadas da revolução em casa, como campeão da nova ordem burguesa contra as forças decadentes da reação feudal e semifeudal, o pequeno curso (como era chamado por ser oriundo da Córsega) manteve vivas as brasas da revolução no exterior.

Embora Bonaparte não aceitou o autogoverno através de corpos legislativos eleitos, sob sua jurisdição imperial ele promoveu na Itália e na Alemanha uma reorganização interna que purgou ambos países de seus restos feudais. Foram abolidos os títulos aristocráticos e a nobreza foi privada de seus privilégios em impostos, empregos públicos e comandos militares. Instituiu-se a igualdade perante a lei. O sistema senhorial foi liquidado, embora o assalto contra a propriedade feudal fosse menos completo do que na França, porque os velhos proprietários das terras continuaram recebendo direitos. Os proprietários de terra substituíram os senhores feudais. Os dízimos e privilégios da igreja foram varridos e se estabeleceu a tolerância religiosa e um Estado secular. As associações e outras restrições medievais sobre o trabalho e comércio foram abolidas. Assim, as conquistas napoleônicas não somente levantaram e derrubaram reinos e repúblicas, como reformaram as estruturas sociais de toda a Europa ocidental.

O refluxo da revolução que começou com o Diretório e continuou através do Consulado e o Império culminou depois da derrota militar final de Napoleão, com a

estabilização de uma nova relação de forças sociais em que se colocou na cúpula a monarquia Bourbon restaurada. Luís XVIII, no entanto, governou sobre uma ordem social fundamentalmente diferente a do seu antecessor decapitado. A Restauração deixou intactas as conquistas sociais essenciais da revolução: a abolição do feudalismo e dos seus privilégios, do sistema senhorial e dos seus títulos, o princípio da igualdade diante da lei e, acima de tudo, a redistribuição da propriedade da terra. O rei Bourbon manteve suas mãos fora dos direitos da propriedade privada e não interferiu com as operações da empresa capitalista. Manteve a dívida do Estado tão útil aos financistas. A França definitivamente havia se aburguesado. O poder e prestígio andavam de mãos dadas com a riqueza e não mais com o nascimento.

Os principais beneficiários da revolução foram a grande burguesia e suas camadas periféricas, a pequena burguesia, os grandes proprietários de terras, entre os quais se incluíam os camponeses mais ricos. Os trabalhadores tiveram poucos benefícios materiais e menos melhorias para mostrar diante de tantos sofrimentos e sacrifícios que tiveram que passar como apoiadores da revolução. O caráter burguês da revolução se demonstrou, entre outras formas, nas severas leis trabalhistas. Quando a Assembleia Constituinte aboliu os grêmios de ofício feudais, aceitou a Lei de Chapelier, a qual proibia greves e qualquer associação de trabalhadores. Os republicanos burgueses de esquerda não se opuseram a esta lei, que deixava os trabalhadores assalariados completamente a mercê da exploração de seus patrões. Ainda pior foi a inclinação anti-operária do Código Napoleônico, o qual não só proibia os sindicatos e impedia os trabalhadores de mudar de trabalho ou patrão, mas, além disso, não aceitava a palavra de um trabalhador individual contra seu chefe nas cortes e tribunais judiciais.

Toda revolução burguesa – e não somente elas – experimenta uma insuperável contradição entre as aspirações das massas e os limites de sua realização. Na medida em que a revolução francesa ganhava força e não se podia parar seu avanço, de uma etapa a outra, ela esmagava todos os obstáculos que se encontravam no caminho como um rolo compressor. Porém, de repente, as forças mais dinâmicas se chocaram com barreiras intransponíveis erguidas pelas condições históricas e o nível alcançado pelas forças produtivas. Em seguida, o curso avassalador se detém e inclusive deve retroceder.

Os tremendos esforços das massas em movimento foram absolutamente indispensáveis para romper a resistência da reação, liquidando o antigo regime e possibilitando impor o domínio econômico, social e político da burguesia. Tanto na política como na economia, não é raro que uma classe faça o trabalho da outra. Por acaso os camponeses e os operários não facilitaram o caminho para que a burguesia mexicana alcançasse o domínio sobre o país? No caso francês, os plebeus realizaram um imenso serviço de completar o acerto de contas com os senhores feudais a favor da opulenta burguesia. Sem a combatividade plebeia e independente e sem as contribuições heróicas civis e militares das massas, a revolução teria se detido em vários momentos chave e retrocedido, realizando muito menos do que se pretendia.

No entanto, as massas militantes não eram ingênuas ou simples servidoras de uma astuta burguesia. Conquistaram bastante para sua própria causa. Apesar de que

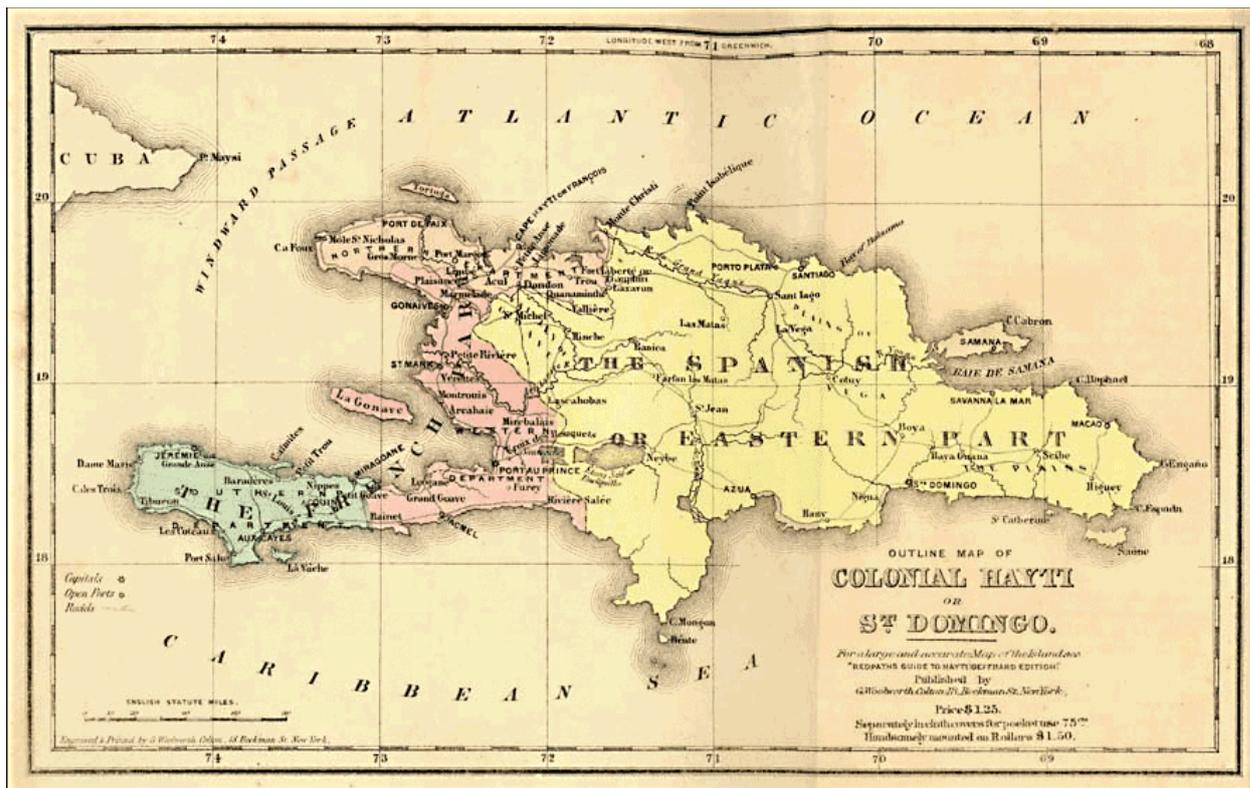
antes de 1789 já existiam algumas pequenas repúblicas dentro da Europa monárquica, como na Holanda e na Suíça, estas eram dominadas por famílias nobres e comerciantes patrícios. Não eram genuínas democracias onde o conjunto dos cidadãos tinha o poder de decisão dentro do governo.

A Revolução Francesa avançou mais que qualquer outra em seu tempo na propagação e popularização da ideia da soberania do povo e mostrou tudo o que podia realizar a sua ação independente. As intervenções das massas durante as jornadas de 1789, 1792 e 1793, passaram a ser parte das mentalidades dos homens e mulheres do século XVIII e XIX. As ideias fundamentais da importância decisiva da revolução popular na história da democracia e o impulso do progresso nacional na vida de uma nação se transformaram nos eixos políticos e ideológicos que determinariam os movimentos revolucionários desde então.

Embora a fase democrática da revolução tenha sido de curta duração e os plebeus tivessem tido que ceder as posições políticas que haviam ganhado, no período em que controlavam sua condição e seu destino puderam dar à humanidade um exemplo de governo democrático em suas duas variantes: a direta e a representativa. A primeira se manifestou através de iniciativas locais dos clubes, seções, comitês, forças armadas voluntárias e ações *ad hoc* (para fins específicos) colocadas em prática pelas assembleias da plebe; e a segunda por meio da comuna revolucionária de Paris e a Convenção.

As reversões seguintes da revolução não destruíram estas tradições de democracia e ação direta, nem na França nem no resto da Europa; permaneceram como uma força viva na memória da humanidade. Desde então, em todos os lugares em que eclode uma revolução popular contra um regime tirânico, faz-se referência quase que inevitavelmente ao exemplo dado pela insurreição mais importante da época burguesa. E isso é assim com toda justiça.

3. REVOLUÇÃO HAITIANA



Haiti Colonial

A Rebelião dos Escravos Negros na Ilha de São Domingos ***Capítulo VII do Livro Cinco Siglos De Revolución, de George Novack***

O século vinte, dominado pelo capital monopolista e imperialista, foi a era da revolução colonial por excelência. Duas rebeliões especialmente notáveis deste tipo ocorreram antes do século XX quando reinava o capital comercial nos domínios comerciais da Inglaterra e França. Ambas as rebeliões se deram na América, uma no litoral do Atlântico do Norte³⁸ e outra na ilha de São Domingos.³⁹

Ambas as revoluções compartilhavam uma característica em comum: sua resistência e subsequente vitória sobre o domínio imperial europeu. Mas também tiveram características muito diferentes. As classes envolvidas pertenciam, considerando-se de acordo com a evolução histórica, em diferentes níveis de desenvolvimento. A rebelião de São Domingos era parecida com as rebeliões da Roma Antiga, embora enfrentasse latifundiários burgueses e não contra os patrícios opressores. A guerra de independência norte-americana foi dirigida por uma coalizão de comerciantes nortistas e latifundiários sulistas. Estes últimos eram escravistas e, obviamente, impediram a participação de seus escravos na guerra.

³⁸ Ver o Capítulo V – A natureza da primeira revolução americana.

³⁹ A ilha de São Domingos, a segunda maior ilha do Caribe, estava dividida em duas quando ocorreu a rebelião dos escravos negros analisada neste capítulo: a parte oeste, que ocupava um pouco mais da metade da ilha, seguia sendo uma colônia espanhola [hoje República Dominicana, nota da tradução] e a parte leste estava sob controle da França. A revolução antiescravista se desenvolveu principalmente nesta última parte, de onde surgiu a primeira república negra da história e a segunda do hemisfério ocidental, a República do Haiti.

No entanto, apesar de sua heterogeneidade social, ambas as nações coloniais viviam sob o domínio do império de um único mercado mundial do qual eram parte integrante e além disso, muito importante. Seus movimentos insurgentes foram a consequência da mesma dinâmica dos impérios capitalistas comerciais europeus.

A revolução francesa, além de reestruturar a Europa, teve um grande impacto no novo mundo. Foi um fator que promoveu e impulsionou as explosões sociais em São Domingos e originou a primeira rebelião vitoriosa de um povo negro no mundo colonial. A rebelião do Haiti foi uma consequência da revolução na "Pátria Mãe". A ofensiva do Terceiro Estado contra o antigo regime precipitou os acontecimentos. Depois que a burguesia francesa encabeçou o assalto contra a monarquia e a burocracia absolutista na metrópole, os latifundiários da Ilha de São Domingos a seguiram de imediato.

De nenhuma maneira foi um episódio insignificante. O Haiti desempenhava um papel considerável na vida econômica e política da França. Antes de 1789, a ilha era a colônia mais lucrativa e próspera do mundo. Era uma peça chave da economia do Atlântico, e de longe, o mercado mais importante do hemisfério ocidental. O comércio de seus produtos (açúcar, índigo, algodão, peles, melão e rum) era a fonte de imensas riquezas tanto para o governo como para a burguesia da França.

O setor da burguesia francesa vinculado a este comércio ultramarino entre a metrópole e suas colônias tinha se tornado, muito antes da revolução, na força econômica mais importante da França. E a ilha de São Domingos constituía a base principal de sua riqueza e influência. Os comerciantes de Marselha, Bordéus, Nantes e uma dúzia de portos franceses formavam a coluna vertebral da oposição burguesa a monarquia. Mirabeau, o primeiro líder da revolução, era o deputado de Marselha na Assembleia Constituinte.

Este setor da burguesia foi o apoio fundamental dos girondinos, a corrente que opôs, nos momentos culminantes do processo revolucionário, aos jacobinos. Um grande e importante setor de latifundiários da ilha, que residiam na França, vinculados à nobreza por meio de casamentos, era girondino, embora não tenha determinado a direção da política francesa com a mesma força que as influências e os interesses das Antilhas britânicas determinaram a política na Inglaterra.

Quando começou a revolução em 1789, a população da metade leste de São Domingos estava dividida em 30 mil brancos, 25 mil ex-escravos, a maioria de mulatos, e meio milhão de escravos negros. A colônia era administrada por um governador, geralmente um oficial militar e aristocrata, com dois regimentos sob sua ordem, o prefeito e os conselhos locais, dominados pelos brancos ricos e poderosos: os grandes comerciantes, os prósperos agentes da burguesia e os latifundiários da ilha. Abaixo dessa elite estavam os pequenos burgueses, ou seja, os advogados, notários, lojistas e os aventureiros de todas as nacionalidades.

As linhas de cor dividiam estritamente os brancos dos mulatos, e estes dos escravos. Um grande número de mulatos eram bem educados, com uma próspera posição social, e também tinham o direito a posse de terras e escravos. Os descendentes dessas misturas de sangue foram classificados em 128 divisões em que se levava em conta até a última gota de sangue ancestral.

O fato determinante que presidia a vida social em São Domingos era o temor aos escravos. A desconfiança entre os negros e os mulatos era tão grande como o ódio que compartilhavam dos brancos.

Os escravos importados da África eram marcados com ferro quente em ambos os lados do peito. Homens e mulheres, jovens e velhos, todos igualmente, trabalhavam nas plantações de açúcar desde o primeiro raio de sol até se por no final do dia. Era a rotina de todo o ano. Viviam e eram tratados pior que os animais e como tais, morriam. Eram submetidos a crueldades abomináveis e um terrorismo calculado, castigados duramente e torturados horrivelmente até por pequenos erros. Eram autorizados a cultivar um pequeno pedaço de terra para complementar suas poucas rações. No entanto, uma característica de seu trabalho seria chave para a rebelião: a concentração de muitos trabalhadores nas plantações. Estas condições do trabalho agrícola se assemelhavam muito ao trabalho de fábrica.

Havia outros setores da população como os *maroons*⁴⁰, termo que designava os bandos de escravos que fugiam para as montanhas e que ficavam arrodando as plantações e uma pequena casta privilegiada de criados, de onde veio **Toussaint L'Ouverture**, o célebre líder dos jacobinos negros.



O movimento revolucionário se desenvolveu em três ondas, cada uma alimentando-se de setores diferentes da sociedade até que a grande onda chegou e estremeceu as profundezas. A primeira fase foi uma luta pelo poder entre os brancos, os poderosos contra os mais fracos. Depois seguiu a luta dos ex-escravos, já homens livres, que exigiam direitos civis que até então só os brancos tinham acesso. Em 1791, a Convenção Nacional concedeu-lhes todos os privilégios como cidadãos franceses. Esta resolução foi rechaçada violentamente pelos brancos da ilha e pediram a Paris a revogação que foi revogada. Por último, em agosto de 1791, os escravos das plantações se rebelaram, explodiu a insurreição e os mulatos se uniram a ela.

É uma tarefa enorme para uma descrição detalhada de todas as mudanças nos alinhamentos sociais, processos complexos e truculentos que levou para chegar e quebrar os acordos entre as diversas forças protagonistas do movimento insurgente

⁴⁰ Literalmente granada, muito vermelho

durante os doze anos da revolução. No entanto, para nosso propósito não é necessário fazer uma descrição detalhada desse processo. A maior parte do material desse capítulo tem sua fonte no livro clássico que relata a história destes acontecimentos *The Black Jacobins (Os jacobinos negros)* do marxista jamaicano C.L.R. James, cuja leitura recomendo calorosamente. Sua tradução para o espanhol é uma necessidade urgente para a compreensão cabal da revolução de independência das nações caribenhas e latino-americanas em geral.

Então, passo agora a referir-me aos principais problemas que surgiram no curso da revolução democrática. Estes problemas assumiram características peculiares, muito diferentes as de qualquer outro país.

A questão central, logicamente, em torno da qual girava todo o turbilhão revolucionário era a questão da escravidão. Continuará ou abolirá? No entanto, ironicamente, esta questão fundamental não foi levantada de maneira imediata. Pelo contrário. Foi ignorada, suprimida ou posta de lado pelas autoridades de ambos os lados do Atlântico até que os escravos mesmos – e os *sans-culottes* de Paris – colocaram a questão no centro da vida política com suas ações insurrecionais.

A primeira e principal preocupação da burguesia era a questão da sucessão do poder: qual setor das classes altas tomaria o poder das mãos da aristocracia do antigo regime? Esta questão era tão relevante na colônia quanto na própria França. Os grandes comerciantes, os prósperos agentes da burguesia marítima e os fazendeiros lutavam contra os colonos brancos pelo direito de governar. A burguesia governamental tratava de equilibrar entre estas duas forças, inclinándose mais para o lado dos colonos brancos numa luta que não chegou a uma conclusão.

As forças racistas brancas tiveram que reconhecer que tinham um concorrente, uma terceira força em luta que eram os mulatos e negros livres, que buscavam compartilhar o poder. Este desafio obrigou os brancos a unir-se contra a ameaça que vinha de baixo. Os dois campos estavam muito emparelhados e nenhum conseguia impor sua hegemonia durável e estável, na medida em que revolução continuava acelerada na França.

As três forças sociais anteriores não queriam nem se interessavam em mudar a situação de escravidão dos trabalhadores negros. Porém, essa posição se desequilibrou completamente quando os escravos se levantaram por conta própria. A entrada desta poderosa força armada na arena marcou uma nova e mais profunda divisão da luta pela supremacia.

Foi nesse momento de viragem crítica quando uma profunda convulsão social mudou todo o quadro. A questão da dominação política, de qual classe ou, com mais precisão, qual camada da classe dominante assumiria o poder supremo na ilha, questão que dominou a guerra civil nos primeiros anos da revolução, deu lugar a uma questão mais ampla e social, a questão da propriedade. A partir da revolta dos escravos, tanto os proprietários brancos como os negros se confrontavam com a questão da propriedade dos seres humanos que lutavam para se libertar.⁴¹

⁴¹ Algo similar ocorreu na guerra civil dos Estados Unidos quando a questão constitucional sobre quem governaria em Washington surgiu categoricamente entre as duas forças competidoras, a burguesia industrial e os latifundiários. Politicamente se expressou no debate principal

A abolição da escravatura era o ponto central do programa democrático da revolução, seu conteúdo social mais profundo. A *Declaração dos Direitos do Homem* que prometia e concedia a igualdade política e legal aos cidadãos franceses, tinha para os negros uma dimensão mais profunda. Significava liquidar as correntes dos escravos e converter-se em uma pessoa, um cidadão livre da república.

Nos primeiros anos da revolução, nem a monarquia, nem a burguesia conservadora na França ou na colônia estavam dispostos a modificar a condição dos escravos negros que era o fundamento da sua propriedade, riqueza e poderio. A nobreza colonial conseguiu o reconhecimento de seus representantes que se sentaram ao lado dos deputados da metrópole na Assembleia Nacional. Foi um fato novo porque foi a primeira vez que se reconhecia uma representação colonial. Mas parou nisso. A igualdade de direitos não seria reconhecida aos escravos. Tais direitos foram concedidos relutantemente aos mulatos para manter em segurança a colônia e os escravos o seu lugar.

A situação mudou drasticamente em consequência de dois poderosos movimentos de massas. O primeiro foi a insurreição dos escravos em agosto de 1791, o outro foi a conquista do poder pelos *sans-culottes* em 1792-1793. Os plebeus parisienses no início da revolução não conheciam nem se interessavam pela questão colonial e em especial pela escravidão, assuntos considerados de atenção exclusiva das classes mais altas. No entanto, a erupção do entusiasmo democrático e fraternal surgido ao calor da ditadura plebeia dos jacobinos, ajudou a criar o clima adequado para que a Convenção Nacional tomasse a decisão de abolir a escravidão e o tráfico de escravos em geral em 1793.

Os escravos das plantações se levantaram em armas dois anos antes e os mulatos se levantaram juntos. Depois de dois anos de cruel e custosa luta, conquistaram sua emancipação. Desde então, as fronteiras da liberdade na França permaneceram atadas em um só nó com a causa da emancipação dos negros.



que prevaleceu entre os nortistas e sulistas durante o período imediatamente anterior e ao início da secessão. No entanto, tudo mudou completamente quando o presidente Lincoln lançou a Proclamação de Emancipação dos Negros, dois anos depois do início da guerra e decidiu aceitar os negros no exército.

O reconhecimento legal de sua liberdade pelo governo francês colocou os negros em um lugar chave no processo da revolução e garantiu sua lealdade a República, apesar do atraso com que se deu. Mas foi entusiasticamente bem vinda porque era a realização de um sonho há muito acalentado. Durante 200 anos nas celebrações da meia-noite de seu culto africano de vodu cantaram e dançaram ao som desta canção: *"Juramos destruir os brancos e todas suas possessões. Melhor morrer que faltar a este juramento"*.

Finalmente eles haviam conseguido sua emancipação através da sua insurreição, correndo o risco de ser mortos pela sangrenta repressão dos escravistas. Muito mais devia ser feito para realizar uma reconstrução plenamente democrática da sociedade e do Estado. A abolição das relações básicas da propriedade e da produção com destacamentos negros organizados, armados e em marcha colocou de forma brusca o problema do poder do estado a todas as forças em conflito. Quem governará: o governo francês, as frações de brancos, os mulatos ou os negros?

Essa era a questão crucial que ficou em aberto quando a escravidão foi abolida em 1793. Seriam necessários vários anos de guerra civil antes que fosse encontrada uma solução definitiva.

Prevaleceu no país uma situação de duplo poder. De um lado se encontrava a tradicional e institucional autoridade do regime colonial, rachada e balançada nos seus alicerces e questionada pelas mudanças de governo ocorrido na metrópole. De outro lado, enfrentava a autoridade os formidáveis exércitos de escravos com seus líderes. Um após outro se tentavam e falhavam as negociações de pactos que fossem aceitáveis pela classes em luta, pois as diferenças e as desconfianças mútuas não se superavam. O conflito entre eles era, na verdade, irreconciliável. Ambos os lados permaneceram em uma batalha constante durante os doze anos em que durou a revolução. A correlação de forças mudava sem descanso, determinada pelos militares e a natureza transitória das alianças que foram forjadas.

Em 1801, Toussaint L'Ouverture conduziu a tomada do poder pelos escravos e estabeleceu uma forma de governo constitucional. Esta ditadura democrática foi o primeiro governo, embora não formalmente com seu próprio nome, de uma nação independente. Toussaint se recusou a quebrar todos os vínculos com a França, país que seguia considerando o berço da revolução, algo assim como Tito via a União Soviética antes de 1948, quando rompeu com Stálin.

A atitude de Toussaint não dissipou as suspeitas de Napoleão, que estava determinado a derrotar o Primeiro Governo e restaurar a escravidão na colônia. Para atingir esse objetivo enviou a ilha o General Leclerc, seu cunhado, com 25 mil soldados, engrossadas com mais reforços posteriormente, para reverter as conquistas da revolução. Os exércitos dos escravos resistiram ferozmente e o derrotado Leclerc, com suas tropas dizimadas pelas enfermidades, propôs um trato a Toussaint. Este foi enganado pelas solenes garantias do militar bonapartista para depor as armas e imediatamente depois foi detido e enviado a França, onde morreu na prisão em 1805.

Furiosos diante a traição, os negros retomaram sua luta de independência sob a liderança de Dessaline. Os franceses viram-se obrigados a evacuar da ilha em 1803, diante da presença nas costas de uma frota britânica. A independência foi proclamada no ano seguinte e Dessaline nomeado governador vitalício. Seu governo se iniciou com um massacre de todos os brancos franceses, salvando do mesmo destino os brancos ingleses e estadunidenses, devido à presença dos britânicos que intercederam por eles. Era a terrível represália dos negros por tanto sangue derramado, por todas as brutalidades e traições de que haviam sido vítimas.



Jean Jacques Dessaline

Vamos apontar **uma diferença importante entre a luta pela independência nas colônias norte-americanas e em São Domingos**. Ao contrário da primeira, onde o objetivo da independência nacional da Inglaterra esteve desde o início no centro da revolução norte-americana, no caso de São Domingos surgiu como objetivo fundamental apenas no momento culminante do conflito com a França. A questão candente da escravidão foi a prioritária desde o início da luta sobre todos os demais problemas; posteriormente os escravos chegaram a identificar sua causa com a da revolução francesa e com a política dos jacobinos; depois viram-se obrigados a forjar alianças militares provisórias com as potências inimigas da França, Inglaterra e Espanha. Toussaint foi caminhando para a independência e constituição, e de fato, era um Estado autônomo sem que se proclamasse abertamente a ruptura com a França.

Mas a truculência do caminho de Toussaint seria sua ruína. Desorientou seus seguidores e provocou a ocupação de Napoleão. Somente depois da sua morte, Dessaline levantou a bandeira da independência, endossada pelas massas negras emancipadas. Assim, mostrava que compreendia qual era o objetivo político lógico de sua luta contra os franceses escravistas. Estes últimos finalmente tiveram de aceitar o fato consumado e se retiraram completamente da ilha e reconheceram a soberania do novo país, Haiti. O autogoverno foi, portanto, a culminação de um processo que foi iniciado com a emancipação dos escravos.

A libertação nacional alcançada sob a liderança de Dessaline culminou as conquistas dos negros liderados por Toussaint. Seu movimento havia quebrado a antiga estrutura do Estado e criado um exército revolucionário disciplinado, cujo apoio do povo trabalhador foi firme e seguro. Seu regime não era parlamentar, surgido do sufrágio popular, foi uma ditadura revolucionária de homens livres que no seu processo de auto-emancipação foi conquistando liberdades que jamais haviam conhecido, o que não era difícil, pois antes de 1789 não tinham nenhuma.

Das profundezas do abismo, os escravos negros haviam se levantado com heroicos esforços ao status de classe dominante. Quando o processo começou, os proprietários brancos estavam firmemente colocados no topo e os negros amontoados nos mais profundos porões sociais. Quando a revolução terminou, os brancos haviam sido completamente derrotados e aniquilados, e os negros eram os donos indiscutíveis da ilha. Não existe outro acontecimento na história do capitalismo que se compare com a radicalidade das transformações deste. A República do Haiti, estabelecida por ex-escravos negros, foi, junto aos Estados Unidos, a primeira sociedade pós-colonial e também o primeiro Estado moderno da população negra.

A questão da propriedade era uma pergunta que foi composta por vários fatores. A primeira referia-se a escravidão. A revolução aboliu a propriedade sobre as pessoas. No entanto, a abolição da propriedade colocou o problema da propriedade das grandes plantações onde trabalhavam os escravos. Uma vez emancipados, qual seria as novas condições em que trabalhariam os antigos escravos, convertidos em agricultores livres e como começaria novamente a produção agrícola?

No começo, antes da expropriação das grandes fazendas, os donos das mesmas estabeleceram com os trabalhadores negros a tradicional relação entre o patrão e seus trabalhadores assalariados. Porém, quando os franceses foram expulsos, Toussaint confrontou-se com problemas colossais e teve que impor medidas draconianas para superá-los. As plantações açucareiras eram empresas coletivizadas. O perigo era que os negros passassem suavemente para o cultivo de um pequeno lote de terra, produzindo somente o necessário para sobreviver, como é o caso dos camponeses mexicanos pobres e latino-americanos em geral.

Toussaint não permitiu que as grandes fazendas fossem destruídas. Decidiu associar o interesse dos trabalhadores com seu trabalho dando a eles um salário de subsistência e ao final do ano 25% do produto das fazendas. Os generais, a mando dos distritos, eram responsáveis da organização dos trabalhadores e da prosperidade das colheitas. Confinou os negros nas plantações sob pena rígida punição. Estava no centro da luta colossal consistente na transformação da população de escravos em uma comunidade de trabalhadores livres e levava esta batalha da única maneira que sabia. Assegurou que os operários recebessem o quarto da produção e que a jornada de trabalho começasse as cinco da manhã e terminasse as cinco da tarde.

O Haiti é, por causa das divisões sociais, um caso instrutivo da intrincada interação dos conflitos de classes e raciais em uma revolução democrática. As relações entre as raças se deram em cinco direções distintas: a atitude dos brancos para os mulatos e reciprocamente deste para aqueles; as relações dos mulatos para com os

escravos e dos negros para os mulatos e os brancos. Todas estas relações sofreram flutuações significativas no curso da revolução, dependendo dos interesses materiais em jogo que cada camada via-se obrigado a proteger e promover.

Os “grandes e pequenos brancos”⁴² que tomaram o poder da coroa depois da queda da Bastilha, haviam imposto aos crioulos a mais dura discriminação antes da revolução, embora muitos destes últimos eram mais ricos, mais educados e mais sofisticados que eles. Estavam determinados em manter os mestiços naquele lugar, sem conceder-lhes os direitos de cidadãos e sem levar em conta suas demandas. Isso deixou os mulatos sem nenhuma alternativa, alinharam-se a burocracia monarquista no processo da guerra civil que continuou a se alastrar. No entanto, depois que os monarquistas triunfantes esmagaram os patriotas, eles também deram as costas aos mulatos, que, portanto, viram-se obrigados a organizar sua própria insurreição.

Após o fracasso da sua tentativa de insurreição, os líderes dos mulatos foram julgados, torturados, executados e tiveram seus pertences confiscados. Sua sentença de morte foi executada por enforcamento, a qual foi colocada em uma praça central no lado oposto ao lugar em que os brancos haviam sido executados anteriormente. A divisão racial foi mantida mesmo na morte.

Nos anos seguintes, os mulatos foram de um lado a outro em suas alianças, em algumas ocasiões se juntando com os brancos contra os negros puros e em outro com os escravos negros contra os brancos. As alterações em suas alianças militares e táticas estavam motivadas em cada situação, não por simpatias e antipatias raciais, mas por aquilo que consideravam melhor para os seus interesses materiais. O conflito final mostrou que os negros e crioulos se uniram contra os brancos para conquistar a independência. E sempre que a ameaça estrangeira aumentou no horizonte, ambos os grupos estiveram sempre unidos contra ela.

Os interesses raciais e classistas de meio milhão de escravos negros coincidiram completamente na insurreição contra os fazendeiros brancos. Ela foi a alavanca mais poderosa que levou a abolição da escravidão. Mas a cor da pele não podia determinar por si mesmo, se teriam que lutar com os republicanos contra os monarquistas, com os brancos contra os mulatos ou com estes contra aqueles, com os espanhóis e os ingleses contra os franceses ou vice-versa. Tais decisões deviam se dar sobre bases diferentes às bases raciais, ou seja, tendo em conta as considerações militares, sociais, políticas ou econômicas.

Esses fatores foram, por vezes, mais decisivos do que o preconceito racial mais profundo, não só entre os negros e seus dirigentes, mas também no caso dos mulatos e dos setores brancos confrontados. A combinação de cores mais variada e peculiar pode ser encontrada nos alinhamentos classistas em constante mudança e nas alianças com o governo colonial que se deram durante o curso da revolução.

A luta haitiana, portanto, não foi uma guerra racial, como às vezes é descrita. A lógica profunda e intensa de seu desenvolvimento mostrou sua natureza real: foi uma guerra de classes oriunda da ganância da burguesia francesa que se esforçou

⁴² Refere-se aos franceses ou seus descendentes brancos, termos equivalentes utilizados na Nova Espanha para denominar os espanhóis, “peninsulares”. “Crioulos”, creole em francês, no Haiti, é equivalente a mulato ou mestiço.

até o final para manter primeiro e restaurar depois, a escravidão e sua privilegiada possessão colonial.

A independência nacional foi o objetivo da revolução democrática que estava inseparavelmente vinculada ao objetivo de alcançar a unidade nacional. A ilha de São Domingos estava dividida entre os espanhóis e os franceses. Por ocasião do tratado de 1795, a França se converteu na potência colonial dona de toda a ilha que foi, no entanto, invadida por forças britânicas. Toussaint expulsou os ingleses em 1798, unindo assim toda a ilha. Apesar de Napoleão ter proibido Toussaint de anexar a colônia, este derrotou os espanhóis e ocupou toda a ilha. A unidade nacional foi possível pela revolução até que os espanhóis restabelecerem sua dominação na parte oeste da ilha que, posteriormente, se transformou no país São Domingos e finalmente na atual República Dominicana.

Mesmo antes dos ocupantes serem derrotados militarmente e removidos, e também antes que as ameaças periódicas de invasão e ocupação por parte dos ingleses e os espanhóis unidos, surgiu o problema de que tipo de governo substituiria o regime colonial. Sob as circunstâncias de uma incessante guerra civil, das intervenções e devastações estrangeiras que transformou a ilha em um deserto, os desastres complementados pela sequência de drásticas mudanças governamentais na França, uma ditadura militar de um ou outro tipo, com algumas maquiagens constitucionais, era o único tipo de governo possível. A verdadeira alternativa era se a ditadura militar estaria apoiada nas massas rebeldes ou em uma potência estrangeira.

Toussaint foi chamado também de "Cromwell negro" e, de fato, tinha muitas características semelhantes entre estes homens e os impasses que enfrentariam. Porém, o governo de Toussaint teve um caráter bem mais popular e progressista do que o Protetorado cromwelliano que se fundamentou na liquidação dos *Levellers* (niveladores) e que entregou o poder político aos grandes proprietários da cidade e do campo. A ditadura mais democrática de Toussaint se apoiava na massa de ex-escravos emancipados e se confrontava com gigantescas adversidades. A Inglaterra também era uma ilha, no entanto era a única característica em comum com o Haiti, pois era um país europeu imperial, enquanto este era caribenho colonial. A constituição aboliu a escravidão para sempre e concedeu a Toussaint o governo vitalício com o poder de designar seu sucessor. A exclusão de funcionários franceses do governo foi equivalente a independência virtual e foi o motivo pelo qual Napoleão planejou um golpe para eliminar o poderoso líder revolucionário negro, que era seu par em estatura e realizações.

A marcha dos acontecimentos do Haiti não pode se separar do que estava acontecendo na França. Os ataques do Terceiro Estado a monarquia e o assalto a Bastilha em 1789 detonaram a insurreição dos colonialistas brancos. A afinidade direta da radicalização das duas revoluções foi ainda mais drasticamente demonstrada na coincidência das vitórias dos *sans-culottes* e dos jacobinos em Paris e a emancipação dos escravos em 1793; A interação das fases sucessivas das revoluções permaneceu reafirmada, ainda que de maneira negativa, nas tentativas estéreis de Napoleão de eliminar as conquistas dos homens livres. Assim como o avanço da revolução democrática na França beneficiava os negros, seus retrocessos prejudicavam sua causa.

Esta relação que se estabeleceu entre a revolução francesa e a rebelião dos escravos negros na ilha de São Domingos foi o exemplo mais notável que houve em todo o curso da civilização burguesa uma revolução combinada.

A revolta antifeudal e democrática mais importante do século XVIII, desenvolvida em um país mais avançado da Europa ocidental, vinculou-se de maneira estrita com uma rebelião de escravos nas colônias, ou seja, com uma forma de produção característica da etapa mais primitiva da sociedade de classes. Esta unidade paradoxal da insurreição de massas pertencentes a eras muito diferentes da história é um excelente exemplo da dinâmica da lei do desenvolvimento desigual e combinado, que constituiu uma das características mais gerais da luta de classes moderna.



Os escravos romanos demonstraram que foram incapazes de se emancipar por conta própria, apesar de protagonizarem numerosas insurreições. Os escravos negros do Haiti, pelo contrário, conseguiram se libertar e triunfaram, tornando-se donos do próprio país. Foi uma façanha sem paralelo na história. Uma classe desconhecida para a política europeia alcançou a supremacia e converteu o Haiti no primeiro país americano que aboliu a escravidão, além disso, com métodos revolucionários.

Suas repercussões internacionais foram sentidas na região e no mundo. Os britânicos aceleraram o curso para efetivar a emancipação dos escravos nas suas possessões nas Antilhas. Em tempos mais recentes e em terras mais distantes, o espetáculo dos negros armados, organizando-se, dotando-se de direções capazes e derrotando um dos estados imperiais mais poderosos do seu tempo, foi, desde então, uma fonte de inspiração para os revolucionários africanos de nosso tempo.

A revolução negra de São Domingos foi o primeiro grande golpe histórico dado na noção de supremacia branca e foi dado por combatentes da raça negra. Na perspectiva da história mundial, a luta dos escravos negros da ilha caribenha deve ser considerada como um combate precursor da era da revolução democrática, da revolução colonial permanente que caracterizou o século XX.

4. GUERRAS E REVOLUÇÕES BRASILEIRAS



Introdução

Resumo geral e lições

Estamos fazendo a discussão sobre o tema pela primeira vez. Existe uma vasta bibliografia sobre o tema e inúmeras polêmicas. Estudar o assunto e ter uma opinião fundamentada, baseada no método marxista, é uma condição para ter um programa revolucionário adequado para o Brasil.

A primeira questão que queremos discutir é: podemos dizer que teve guerras e revoluções no Brasil?

Introduzimos o tema *guerras* não nos referindo a mais famosa delas que foi a *Guerra do Paraguai*, mas as guerras de extermínio das nações indígenas, que durou 200 anos, a guerra ao *Quilombo dos Palmares* ou a *Guerra de Canudos*, “guerras internas”, guerras de classe, levadas adiante pelo invasor europeu contra os povos originários, contra negros e negras africanas escravizadas e os descendentes de ambos.

A maioria dos brasileiros acredita que não houve *revoluções* no Brasil porque o povo brasileiro é e sempre foi “pacífico”.

Essa é a ideologia do imperialismo e da burguesia brasileira para que os trabalhadores do Brasil não tenham conhecimento de 500 anos de *guerras e revoluções*.

Tivemos aqui uma verdadeira revolução que durou 5 anos, na Província do Grão-Pará (que compreendia o que hoje é o Estado do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima), proclamou a República, influenciada pelos ideais da revolução francesa, norte-americana e haitiana, foi dirigida por indígenas, negros e pobres que conseguiram ficar 10 meses no poder e que teve, no final, 30 mil mortos. Trata-se da *Cabanagem*, em 1835, nome dado devido aos seus protagonistas, que moravam em casebres na beira dos rios.

Essa ideologia que o povo brasileiro não lutou é tão impregnada em todas as camadas da população que até os intelectuais resistem em etiquetar estes grandes enfrentamentos como *revoluções*.

Pode-se argumentar que eram revoluções regionalizadas. É verdade, porém, a Comuna de Paris também foi localizada e nem por isso deixou de ser uma revolução.

Embebidos pela ideologia dominante, não titubeamos em classificar, corretamente, de revoluções de independência as revoluções latino-americanas dirigidas por Bolívar e San Martín. Para se ter uma ideia de comparação o exército de Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens entre colombianos e peruanos e o de San Martín, Argentina, em 1817, contou com 8.000 homens. Aqui no Brasil, desconhecemos que a *Revolução Farroupilha* teve 20 mil combatentes, a *Balaiada* de 1835 teve 11 mil alistados, o *Quilombo de Palmares* teve cerca de 5 mil guerreiros, a *Cabanada* mobilizou 7 mil combatentes, que a guerra contra os Tamoios, em 1556, durou 25 anos, e morreram 300 mil indígenas. Que a *Cabanagem* teve 30 mil lutadores mortos, que a Guerra de Canudos gerou 20 mil mortos do lado dos conselheiristas e 5 mil mortos do exército "republicano" brasileiro.

Também, as contradições do processo brasileiro leva a que se chegue a conclusão que eram revoltas reacionárias, atrasadas, porque não tinha objetivos claros ou eram contraditórios. Por exemplo, menciona-se que a Cabanada defendia a volta de Pedro I ao poder. Ou que a Revolta dos Malês, insurreição urbana de negros escravizados, na Bahia de 1835, defendia uma república islâmica. Essas contradições revelavam que a burguesia e a pequena burguesia "ilustrada" abandonou a revolução democrático-burguesa, que passou a ser protagonizada por negros, indígenas e a população pobre. O proletariado brasileiro estava apenas se formando neste período. Contradições no processo da revolução burguesa existiu em todas partes, por exemplo, o General argentino San Martín, que dirigiu a independência da Argentina e do Chile, defendia uma forma de governo monárquica, já que entendia ser mais fácil o reconhecimento dessa independência pelas nações europeias.

Neste curso vamos demonstrar, contra a ideologia burguesa, que o Brasil teve 500 anos de guerras e revoluções, revoltas e motins de todo tipo. Que nos orgulhamos dos nossos antepassados (povos originários e negros/negras africanas) e que

honraremos as dezenas de milhares de mártires que lutaram e morreram para ter um país independente do imperialismo e livre da escravidão e da exploração.

Que na nossa bandeira vermelha, no século 21, estará impresso o exemplo de luta e o genocídio feito ao nosso povo pelo imperialismo europeu nascente.

Vamos estudar cada guerra, revolução, motim ou revolta protagonizada pelos povos originários e pelos negros escravizados, para aprender com eles nos 500 anos de resistência e ao mesmo tempo, vamos cobrar cada lágrima rolada no genocídio do povo brasileiro, feito para enriquecer um punhado de nações capitalistas da Europa.

A dinâmica dos processos revolucionários no Brasil de 1500 a 1900

A segunda questão que queremos desmistificar é que o povo brasileiro é um povo fraco, que não tem História.

Existe o mito de que tudo foi realizado por grandes homens e mulheres aristocratas burgueses do tipo de Pedro I, Princesa Isabel, Duque de Caxias, etc. E que o povo só assistia da arquibancada, batendo palmas.

Esse é outro mito inventado pela classe dominante brasileira para que a classe operária não conheça seu passado heroico de luta.

A verdade é justamente o contrário: fraca é a classe dominante brasileira, porque é covarde e preferiu se aliar aos invasores estrangeiros que ao povo para lutar pela independência do país.

Ela é tão fraca que foi incapaz de fazer sua revolução, porque já nasceu totalmente dependente do mercado mundial na primeira fase do sistema capitalista, sua fase mercantil, que foi de 1500 a 1750, aproximadamente.

Primeiro, ela surgiu como senhor-de-engenho, totalmente dependente de Portugal e do mercado mundial. Nasceu como uma espécie de aristocracia burguesa, já que usava formas pré-capitalistas de exploração do país, a escravidão indígena e negra, a serviço do sistema capitalista mundial, que estava em formação e que se apresentava, naquele momento, como *Sistema Colonial*.

Então, esta burguesia brasileira nunca foi "brasileira". Ela sempre foi a sócia minoritária de uma firma exploradora, num negócio chamado "Brasil". Serviu por três séculos (de 1500 a 1822) ao Império Português, por mais um século serviu ao imperialismo inglês (de 1822 a 1930, aproximadamente), e de 1940 até hoje, quase um século servindo aos Estados Unidos. Ela aparenta força, mas é apenas máscara, porque a verdadeira força dominante está com a burguesia mundial imperialista, que detêm o poder no mundo.

A outra força verdadeira neste tabuleiro é a classe trabalhadora brasileira. Desde a mão-de-obra escravizada indígena (cerca de 5 milhões de almas viviam aqui quando os invasores chegaram em 1500), utilizada por 200 anos e depois a africana por mais de 300 anos (cerca de 4 milhões de negros e negras africanas

vieram para o Brasil, escravizadas), foi quem construiu este país e ainda ajudou a criar as potências capitalistas da Europa. Por exemplo, as 80 toneladas de ouro extraídas nas Minas Gerais, por escravizados negros, foram parar nos cofres do banco Rothschild, em Londres.

Do ponto de vista da luta, veremos no decorrer do curso, que os povos originários resistiram de forma espetacular por dois séculos (de 1550 a 1750) e terminou sendo dizimado. Por um problema de espaço, nosso curso não tem condições de estudar as grandes guerras de resistência indígena em 200 anos. Foram dezenas de guerras e rebeliões indígenas como a Guerra dos Tamoio entre 1562-1567 em SP e RJ, a Guerra dos Aimoré entre 1555/1573 na Bahia, a Guerra dos Potiguara entre 1586/1599 no Rio Grande do Norte e Paraíba, o levante dos Tupinambá entre 1617/1621 no Pará, a Confederação dos Cariri entre 1676/1692 no sertão do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a Rebelião de Manu ladino entre 1676/1692 no Ceará, Piauí e Maranhão, a Guerra dos Manau entre 1723/1728 na Amazônia, os ataques dos Guaikuru entre 1725/1744 no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a Guerra dos Mura entre 1700 e 1789 no Pará e no Amazonas, a Guerra dos Guarani entre 1753/1756 na região das Missões, na fronteira do Rio Grande do Sul. Um dos grandes guerreiros tamoio/tupinambá, Aimberê foi imortalizado no poema *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães, dizendo o seguinte:

*Tamoio sou, Tamoio morrer quero,
e livre morrerrei. Comigo morra
o último Tamoio; e nenhum fique
para escravo do luso. A nenhum deles
darei a glória de tirar-me a vida.*⁴³



Os negros escravizados vão entrar na luta por volta de 1600 e vão guerrear, usando todas as táticas possíveis, até 1900, quando saem vitoriosos na sua luta contra a escravidão.

⁴³ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. A confederação dos Tamoios. In: RAMOS, Frederico José da S. *Grandes poetas românticos do Brasil*. São Paulo: LEP, 1949; p. 191.

Os 618 quilombos instalados no Brasil, com cerca de 500 mil negros rebelados e as 38 insurreições negras cumpriram um papel revolucionário no Brasil.

Este ascenso negro no Brasil era produto do ascenso continental, que questionava as bases da colonização espanhola/portuguesa/inglesa do continente americano. A luta negra continental, cujo ápice foi a revolução haitiana de 1800, influenciada pela revolução norte-americana e francesa, ao mesmo tempo acelerou a crise do *sistema colonial*, baseado na escravização da mão-de-obra negra, assim como acelerou o processo que levou a burguesia ao poder na Europa e no mundo.

A guerra de classes contra a escravidão, levada exclusivamente pelos negros e negras até 1850, a partir daí foi institucionalizada pela classe dominante no final do século XIX. Por isso, a "libertação dos escravos" aparece como resultado da magnanimidade de uma aristocrata burguesa branca e da luta institucional dos intelectuais abolicionistas.

Essa guerra era de classe e anticolonial, como se expressou na seguinte poesia, declamada durante a *Confederação do Equador*, em 1823, declamada por negros e pardos que aderiram à revolução:

*Marinheiros (portugueses) e caiados (embranquecidos)
todos devem se acabar
porque só pardos e pretos
no país hão de habitar.*

A verdadeira história mostra, então, a **fragilidade** e a **covardia** da burguesia brasileira, que tomou emprestado a força do seu sócio majoritário, o imperialismo. Por isso, foi incapaz de levar adiante sua revolução de independência contra Portugal e Inglaterra e preferiu se juntar a eles para reprimir as revoluções populares que lutavam pela independência e pelo fim da escravidão.

É uma burguesia traíra, que já nasceu sob o signo da dominação estrangeira. Por isso, trilhou um caminho diferente da burguesia norte-americana que realizou sua revolução democrático-burguesa, alicerçando o progresso dos Estados Unidos, em meio milhão de mortos na guerra civil.

A transição de revolução democrático-burguesa em revolução popular

Século XVIII Guerras contra os povos originários (tamoios, aimorés e potiguaras entre outros).

XVI Continuam as guerras indígenas (tupinambás, cariris e janduís), porém inicia briga entre Portugal e Holanda pelo domínio do Brasil e choques da classe dominante local (aristocracia burguesa) com o império português, expressada na *Revolta de Amador Bueno* (SP), no *Motim do Nosso Pai* (PE) e na *Revolta dos Beckman* (MA).

XVII

Século XVIII Continuam as guerras indígenas, agora no sertão e no Norte, na *Guerra dos Mura e dos Manau* (AM), a *resistência dos Guaicurus* (MS), a *guerra dos Guaranis* (região Sul), porém predominaram as disputas contra o monopólio dos portugueses, levados adiante pela aristocracia local que se expressou na *guerra dos Emboabas* (SP e MG), na *Revolta do Sal* (SP), na *guerra dos Mascates* (PE), nos *Motins do Maneta* e nas "Conjurações" e "Inconfidências" em Minas, Rio e Bahia, que ficou conhecida como a *Revolução dos Alfaiates*. Estes conflitos começaram sob a direção

da burguesia liberal, mas foi mudando a direção, diminuindo o peso da burguesia e assumindo caráter popular no final do século na *Revolução dos Alfaiates*. Há uma evolução programática, deixando as disputas comerciais e avançando para a defesa da República. Ocorreu uma mudança de base social, da burguesia para a pequena burguesia e daí para os negros e indígenas. Os conflitos receberam grande influência da revolução americana (de independência das 13 colônias) e da Revolução Francesa, principalmente no Nordeste que era, neste período, o centro econômico e político do Brasil.

Século XIX

De 1800 a 1822: com chegada da Corte portuguesa ao Brasil, começaram as guerras para aumentar as fronteiras do império brasileiro (invasão da Guiana francesa e a anexação do Uruguai, que teve o apoio da Inglaterra, de quem Portugal já era um protetorado). Por outro lado, começam as revoluções de independência ante Portugal nas regiões que definharam economicamente ou foram desprezadas pelo Imperador (Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará). Essas revoluções de independência iniciaram sob a direção da burguesia liberal das cidades. Período culmina com a Independência do Brasil que foi produto de vários movimentos revolucionários nas regiões que queriam expulsar os portugueses daqui. A "Independência" foi uma negociação de cúpula entre a aristocracia burguesa brasileira, o Império português e o imperialismo inglês, que já tinha um domínio econômico, político e militar grande no Brasil. Foi preventiva, já que tratava de evitar uma verdadeira revolução de independência, dirigida pelos de baixo. Aqui se deve recordar que só havia passado 10 anos das revoluções de independência da América latina, 20 anos da revolução haitiana, 30 anos da revolução francesa e 46 anos da revolução de independência das 13 colônias norte-americanas.

De 1823 a 1900: o Brasil se tingiu de vermelho com conflitos de todo tipo, de norte a sul, contra a ultra-centralização determinada por Pedro I. Vão ocorrer milhares de conflitos regionais contra o poder central, pela separação e independência, dirigidas pela burguesia local, com apoio popular. Os principais conflitos, guerras e revoluções foram: a *Confederação do Equador* (PE), a *Cabanada* (PE/AL), a *Cabanagem* (PA/AM), a *revolta dos Malês* (BA), a *Revolução Farroupilha* (RS), a *Sabinada* (BA), a *Balaiada* (MA), a *Revolução Praieira* (PE), *Revolta do Ronco da Abelha* (Nordeste), *Motim da Carne sem Osso* (BA), a *Guerra do Paraguai*, a *revolta dos Muckers* (Nordeste), a *Guerra das Mulheres* (RN), a *Revolta do Vintém* (RJ e PR), fechando com a *Guerra de Canudos* (BA).

Os movimentos vão mudando de caráter, num transcrescimento (desenvolvimento por dentro) da revolução burguesa em revolução popular, cada vez mais plebeia, cada vez mais radicalizada e dirigida pelos de baixo, isto é, a maioria da população trabalhadora do Brasil negros, pardos e indígenas.

A burguesia abandonou sua revolução e o proletariado ainda não estava suficientemente desenvolvido e organizado. Tal fato gerou processos revolucionários contraditórios como a *Cabanada* (1832 em PE/AL) com 7 mil combatentes, usando um discurso reacionário e com uma ação revolucionária, de enfrentamento a propriedade latifundiária e democracia operária, dirigida por camponeses pobres, negros e indígenas.

Outro exemplo de desenvolvimento da revolução por dentro foi a *Cabanagem* (1835 no Grão-Pará) que teve no poder por 10 meses. Na medida em que se aprofundava a revolução, foi mudando o sujeito social da revolução, inicialmente dirigida por grandes proprietários, que foram ficando para trás, enquanto se radicalizava a revolução e a contrarrevolução, os negros e indígenas foram assumindo a liderança. Porém, a falta de projeto socialista, levou a queda e dispersão da maior revolução brasileira, que teve cerca de 30 mil mortos, quase o dobro dos mortos da Comuna de Paris.

Outro exemplo foi a *Revolta dos Malês*, no mesmo ano da *Cabanagem*, dirigido por negros muçulmanos escravizados da cidade de Salvador, cujo objetivo era uma República Islâmica e o fim da escravidão.

A *Balaçada* também foi uma revolução plebeia que mobilizou 11 mil combatentes e morreram 5 mil, dirigidos por pobres e negros escravizados de um quilombo.

O melhor exemplo de revolução burguesa, com direção de grandes latifundiários, a *Revolução Farroupilha*, teve uma base popular ampla com 20 mil combatentes, contando com boa parte dessa base sendo negra e plebeia. A revolução foi dirigida até o fim pela burguesia, que fez acordo com Império, garantindo seus interesses. Para isso, traiu sua base pobre, entregando os negros de bandeja na última batalha, de Porongos, onde morreu 95% dos negros farrapos.

Essas revoluções foram abandonadas pela burguesia liberal que, por volta de 1850, se reconciliou com o Imperador Pedro II. A última grande revolução, com projeto global, foi a Praieira entre 1848 e 1850. Daí as revoltas foram mais específicas e plebeias, contra abusos na cobrança de impostos ou problemas mais localizados.

As revoltas e revoluções ficaram órfãs de um projeto socialista, já que o proletariado estava ainda engatinhando e os projetos burgueses já não eram suficientes para a guerra. Os projetos socialistas eram ainda dos socialistas utópicos, um socialismo cristão, que foi aplicado em Canudos.

A pequena burguesia se mostrou incapaz de um projeto próprio. Isto se revelou na *Sabinada* (1837) na Bahia, dirigida por setores da classe média, sem grandes proprietários nem setores populares, proclamava uma república baiana, mas reconhecia o direito ao trono de Pedro II e não se enfrentavam com a escravidão.

Instaurada a "República", a aristocracia burguesa se vestiu de burguesia cafeeira e continuou o massacre de pobres, como ficou claro na *Guerra contra Canudos*. Aí se massacraram 20 mil conselheiristas, boa parte composta por negros, indígenas e camponeses pobres.

Uma das coisas mais marcantes da história da luta de classes brasileira é a violência da resposta burguesa, o seu autoritarismo. Se essa burguesia foi covarde, vil e subserviente com o dominador estrangeiro, foi extremamente feroz, contrarrevolucionária para enfrentar o povo. A formação do Estado centralizado no Brasil, na consolidação do império de Pedro I e de Pedro II, se deu alicerçado num banho de sangue, numa montanha de dezenas de milhares de mortos. E, pior que não foi uma ação revolucionária, como a revolução norte-americana, que teve 500 mil mortos. Aqui se tratou da centralização senil de um império em decomposição,

a centralização armada não para a unidade republicana, mas a centralização autoritária para impor a dominação colonial do país. Por isso, quando o governo imperial (e depois o republicano vai fazer igual com Canudos) derrotava o povo num conflito, a repressão foi violentíssima: dezenas de milhares de mortes, enforcamento das principais lideranças, expondo as cabeças em praça pública, esquartejando, para atemorizar o povo. O genocídio indígena dizimou 4,7 milhões dos 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil. Jeronimo de Albuquerque se divertia colocando indígenas na boca do canhão para disparar em seguida. 30 mil mortos na *Cabanagem*, 20 mil mortos em *Canudos*, a *Revolução Farroupilha* com seus 47 mil mortos e um longo etc. Para amedrontar o povo, se enforcou, esquartejou e se pendurou em praça pública os pedaços dos corpos dos líderes, como lição aos rebeldes. Isso foi feito com Zumbi, Tiradentes, soldado Lucas Dantas, os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino, com os padres João Ribeiro e Vigário Tenório, Frei Caneca, Negro Cosme, Antônio Conselheiro. Essa foi a prática dos portugueses e da burguesia que dirige o Brasil desde 1500.

Além de autoritária ela sempre foi traíra. Todo acordo de paz que ela fez com o movimento, traiu em seguida. Em todo movimento corrompeu algum traidor interno ao movimento para conseguir informações vitais. Para vencer os indígenas teve que se aliar com outras tribos, senão seria derrotado facilmente. O regente Feijó prometeu entregar a Amazônia aos ingleses e franceses desde que estes derrotassem a *Cabanagem*. Na *Revolução Farroupilha*, a liderança burguesa combinou com o Duque de Caxias, chefe das tropas imperiais, fazer um ultimo combate, o de *Porongos*, onde se mandou os negros de ambos lados. Morreram 95% dos negros alistados no exército farroupilha. Fizeram isso para não libertar os negros guerreiros, justamente que era uma das cláusulas do acordo.

Então, o roteiro do filme é o seguinte: começou com conversa, lero-lero, depois veio a cooptação, um acordo de paz e, não resolvendo, vem a carnificina.

A dominação colonial sempre rima com um estado autoritário e com carnificina. Essa lição tem que ser aprendida pelos revolucionários do século 21. Nossa mão não deve tremer na hora do golpe decisivo contra a burguesia, não temer nem segurar a violência revolucionária das massas em erupção, porque a história demonstrou que a mão da burguesia brasileira e do imperialismo não tremeu na hora de massacrar indígenas e escravos, nossos antepassados de luta e de classe. É a mesma classe que está no poder há 500 anos. Até hoje seus herdeiros estão no poder: são os Collor, os Calheiros, os Sarneys, os Maluf, os Albuquerque Maranhão, os Moreira Salles, os Setúbal e companhia. Ela está bem aí, pertinho de nós, e não nos enganemos porque ela esta usando a democracia e a frente popular, é apenas um jeito de corpo, uma adaptação aos tempos de luta, em que ela não pode simplesmente dizimar. Porém, não nos esqueçamos, que o genocídio da juventude negra na periferia é uma expressão da guerra de classe movida pelo Estado contra a classe trabalhadora.

O mito da democracia racial e da assimilação harmônica de três raças

A terceira questão que queremos desmistificar neste curso é o mito de que o povo brasileiro é resultado de uma miscigenação de três raças, e que houve uma assimilação harmônica de indígenas e negros na sociedade brasileira, gerando um

povo feliz, de bem com a vida, que se diverte, canta e ri, extrovertido e alegre, pacífico, e que resolve seus problemas numa boa. Uma verdadeira democracia racial.

O que se passou com os indígenas foi uma **assimilação destrutiva**. Com a derrota das guerras de resistência indígenas, depois de 200 anos, eles se tornaram “livres”, mas não podiam falar sua língua, habitar sua terra, nem orar para seus deuses. Dos 13 aos 60 anos eram obrigados a fazer roça e entregar os produtos para o monopólio português. Eles não se misturaram, foram misturados na marra. Foi uma destruição da sua etnia, da sua nação, apagando, *cuidadosamente*, sua história e suas lutas... Os descendentes dos povos originários somos todos nós, que estamos engrossando o cinturão pobre das grandes cidades.

O mesmo se passou com os negros, que “alforriados”, foram jogados nas grandes cidades para engrossar o exército industrial de reserva, para fazer trabalhos braçais e precários, sem direitos... Essa foi a forma que o capitalismo assumiu sua cara semicolonial do Brasil, que tem que superexplorar sua mão-de-obra para dar conta de remunerar o capital estrangeiro e seu sócio minoritário. Portanto, somos duplamente explorados e duplamente oprimidos.

Proposta para debater no curso

Como temos apenas dois dias (dos nove dias que dura o curso) para debater as guerras e revoluções brasileiras, **vamos nos concentrar em 5 conflitos**. O critério que usamos para selecionar estes conflitos foram os choques que predominaram a participação de negros e indígenas, justamente porque uma revolução para ser verdadeiramente popular no Brasil ele tem que predominância destes dois troncos. Os negros e indígenas representavam 72,7% da população em 1823. No Grão-Pará, em 1833, momento em que antecedeu a *Cabanagem*, a população se distribuía assim: 119.877 habitantes (100%), 32.751 eram indígenas (27,5%), 29.977 negros escravizados (25%), 42 mil eram mestiços (35%), 15 mil eram brancos (12,5%), sendo mais da metade composto por portugueses. Neste caso, tínhamos 87,5% da população negra e indígena.

A história do Brasil é a história da luta destes povos e destas classes. Então tem muita importância como cada classe se comportou nestas guerras e revoluções, porque destes conflitos vamos extrair uma visão de mundo e de história do Brasil e da América, ontem e hoje.

Por serem emblemáticos e representativos do conjunto das guerras e revoluções brasileiras, elencamos 5 grandes processos para serem lidos e discutidos no curso. Além disso, publicaremos junto com os textos de cada conflito relacionado abaixo, um resumo histórico dos principais conflitos, que segue anexado a este caderno.

- 1. Guerra dos Tamoios (SP/RJ entre 1556-1567)**
- 2. Guerra dos Palmares (AL/PE, entre 1597 e 1694).**
- 3. Cabanagem (1835-1840, no Grão-Pará)**
- 4. Revolução Farroupilha (1835-1845, no Rio Grande do Sul)**
- 5. Guerra de Canudos (1896, na Bahia)**

Tratamos aqui dos conflitos até 1900 por um problema de tempo que dispomos para o curso. A classe trabalhadora brasileira não parou de lutar de 1500 até hoje. Em 1910 tivemos a revolta da chibata, em seguida a greve geral de 1917, e assim foi até a derrubada da ditadura militar pela força da classe operária. Somos uma classe trabalhadora muito forte, composta, por 135 milhões de pessoas, sendo 40 milhões de operários industriais. Essa classe está dispersa e sem confiança em si, depois do engano da Frente Popular, porém não restará outra alternativa para ela que ir, mais uma vez, para uma guerra de classe. O inimigo interno e externo não nos deixará outra possibilidade. A frase do Trotsky se atualiza: toda revolução é impossível até que se torne inevitável.

4.1 Guerras de Resistência Indígena no Brasil⁴⁴

Genocídio indígena nas Américas

"se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% ou mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população [indígena] estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a essa Hecatombe.⁴⁵"

Os povos originários que habitavam o Brasil em 1500 somavam cerca de 5 milhões de pessoas. Em meados do século XVIII, a estimativa era que restavam 1 milhão e 200 mil indígenas.

"De 1900 em diante, avalia-se que 95 nações, falando 35 línguas, foram extintas. Em 1910, falava-se em 1 milhão de índios. Em 1980, os mais otimistas não contavam 250 mil índios no Brasil", segundo dados divulgados, em 1984, pela revista Retratos do Brasil, no texto "índio no Brasil: genocídio sem trégua".

De 1500 a 1535 se deu o *escambo* (troca de objetos por pau-brasil) entre indígenas e portugueses. Foi o período *pacífico* da colonização.

Em 1535, pressionado pela ocupação francesa do Rio de Janeiro, Portugal resolveu colonizar o Brasil. Entregou grandes propriedades para colonizadores, que já chegaram escravizando os indígenas.

Aí começou o enfrentamento com as nações indígenas, que não aceitavam a escravidão.

Na Bahia, os indígenas foram escravizados pelos portugueses, para trabalhar nos engenhos e na família. A vida útil de um escravo indígena no engenho era de três a cinco anos. Numa luta que durou 8 anos, os tupinambás derrotaram os portugueses.

Em Pernambuco, o conflito durou dois anos, começando em 1547, onde participaram 8 mil guerreiros indígenas, que saíram vitoriosos.

Os Goitacazes resistiram no Rio de Janeiro, numa guerra que durou 5 anos, onde os portugueses foram derrotados.

⁴⁴ Texto baseado no livro: História da Resistência Indígena, 500 anos de luta. Benedito Preziosi, expressão popular, 2017

⁴⁵ TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 129.

colaboradores do reino português. Se buscavam a salvação espiritual desses povos, na prática os missionários contribuíram para sua submissão e destruição de suas culturas. Nesse período assumiram o chamado "catolicismo guerreiro", ao perceberem que o fracasso da colônia portuguesa significaria também o fracasso do projeto missionário. Por isso, não hesitaram em participar de lutas e batalhas. Os indígenas do litoral conhecerão, a partir desse momento, um período de muitas guerras e doenças provocadas pelo contato com os europeus, que levarão a seu quase extermínio." Pg. 37

Um dos episódios de resistência indígena que entrou para a História do Brasil foi a chamada *Confederação dos Tamoios*. Não foi uma aliança de várias etnias contra os portugueses, uma confederação, como aparece nos livros didáticos, mas uma Guerra dos Tamoio ou dos Tamuya, contra os portugueses de São Vicente e seus aliados, os Tupi.

Esse povo guerreiro vivia no litoral Norte de São Paulo e na região do Rio de Janeiro até Cabo Frio, em constante conflito com os portugueses de Santos e São Vicente.

Essa guerra indígena ficou mais acirrada com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro, em 1555, quando iniciaram a implantação de uma colônia denominada França Antártica.

Antes desse episódio, os Tamoio já pressionavam os portugueses que haviam construídos alguns engenhos de açúcar em São Vicente e Santos, com grande presença de escravos indígenas. A meio caminho do Rio de Janeiro, em Bertiooga, foi levantada uma pequena fortaleza que poderia defendê-los dos constantes ataques indígenas. Para mantê-la, alguns portugueses foram para lá com suas famílias mestiças. Um grupo de 30 indígenas, Tupinambá⁴⁷ e Guarani, que trabalhavam como escravos nas roças e nos serviços domésticos, formavam uma pequena vila ao redor do forte.

Em princípios de 1551, no meio da noite, apareceram umas 70 canoas, com seus *mossakara*,⁴⁸ sob a orientação de duas irmãs mestiças, filhas de mãe Tupinambá e pai português, e que conheciam bem o local. Pegos de surpresa, os portugueses conseguiram defender-se, refugiando-se no forte. O ataque foi violento, as casas foram incendiadas com flechas incandescentes e o forte foi ocupado. Seus moradores foram presos e, depois, sacrificados.

O fortim ficou abandonado por um tempo, sendo posteriormente reconstruído e equipado com um canhão, que faria a defesa desse braço de mar.

Durante o período em que os franceses ali estiveram, conseguiram a confiança de vários Caciques das 20 aldeias que lá havia, como Marakujá-Guassu, Moendy, Mbaraká--Guassu, Mbaé-Nhosê, e especialmente de Kairussu, da aldeia Urussu-mirim.

O ódio guerreiro contra os portugueses era sentido por todos, como foi conservado por Jean de Léry, missionário calvinista, que ali viveu algum tempo:

Nossos predecessores não só combateram valentemente, mas ainda subjugaram, mataram e comeram muitos inimigos, deixando-nos assim

⁴⁷ Tubinambá era a autodenominação, e Tamoio ou Tamuya (que significa "o povo do avô") era o nome que lhes foi dado pelos Tupi de São Vicente.

⁴⁸ Nome das lideranças guerreiras.

honrosos exemplos. Como, pois, podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes sem fazer guerra? Deixará nossa covardia que os Marakajá e os Perú-angaíva (o português, gente má), que nada valem, e que continua nos atacando?

Em seguida, o orador bate com as mãos nos ombros e nas nádegas e exclama:

-Erima, erima Tupinambá kunumi-guasú, tã, tã!!!

O que quer dizer:

Não, não, gente de minha nação Tupinambá, poderosos e fortes mancebos; não é assim que devemos proceder. [E continuou]: devemos ir procurar o inimigo ainda que morramos todos e sejamos devorados, mas vinguem os nossos pais!⁴⁹

Diante das dificuldades que os Tupinambá enfrentavam por falta de apoio dos franceses divididos pelos embates religiosos, uma delegação indígena foi à França pedir uma ajuda efetiva ao rei. O socorro do rei da França não se concretizou.

Aproveitando-se da fragilidade dos franceses, o governador, Mem de Sá partiu de Salvador, em 1560, disposto a expulsar aqueles invasores com uma pequena armada, formada por portugueses e Tupinambás da Bahia, seus aliados. Em vez de ir ao Rio de Janeiro; dirigiu-se à São Vicente, para conseguir apoio dos colonos portugueses e dos Tupi de Piratininga, já cristianizados.

Começava um duro cerco aos franceses, instalados na pequena ilha de Seregipe, na baía da Guanabara, e contra seus aliados, os Tamoios.

Nesse momento, surgiu outro inimigo, que deixou um terrível rastro de destruição e morte: a peste. Trazida da Europa, provavelmente pelos franceses, fez centenas de vítimas, indígenas em toda a região, matando inclusive o grande cacique Cunhambebe, o líder mais importante dessa guerra.

Frente aos Tamoio e franceses encurralados numa ilha, Mem de Sá conseguiu alcançar a primeira vitória, desalojando-os de lá. Fugindo para o continente, os sobreviventes franceses refugiaram-se em terra firme, e, juntamente com os indígenas, adotaram a tática de guerrilha, com emboscadas e ataques-surpresa.

O Tratado de Paz de Iperoig⁵⁰

Desgastado pela luta e pelo avanço da idade, o governador Mem de Sá retornou à Bahia, enviando a Portugal seu sobrinho, Estácio de Sá, a pedir reforços para consolidar os avanços obtidos.

A volta do governador ofereceu uma trégua nessa guerra. Nesse ínterim, os Tamoio passaram a atacar o litoral Sul, ameaçando a população das vilas de Santos e São Vicente. A pressão foi tão grande que obrigou muitos deles a buscar refúgio em Itanhaém, um pouco mais ao Sul.

Entram em cena os jesuítas padre Manoel da Nóbrega e o Irmão José de Anchieta, que trabalhavam, respectivamente em São Vicente e em Piratininga. O objetivo era articular, um acordo de paz. A estratégia supunha ir até Iperoig, atual Ubatuba, para convencer os Tupinambá a abandonarem essa guerra e, em contrapartida, os portugueses se comprometeriam a não escravizar mais indígenas.

Partiram os missionários numa ousada operação, de entrada no território inimigo.

⁴⁹ LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. São Paulo: Martins/Edusp, 1972, p. 138.

⁵⁰ Fonte: VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*, L III, par. 58-105. Petrópolis: Vozes, 1977, v. 2, p. 110-132; ANCHIETA, padre Joseph de. Carta ao provincial de Portugal, 9.07.1565. Cartas. Correspondência ativa e passiva. São Paulo: Loyola, 1984, p. 257-267.

Como *avaré* ou *karaíba*, isto é, como homens de Deus, eles podiam ir para toda parte, sem serem ameaçados. Essa ação não foi aceita por todos os Tupinambá, e as aldeias dividiram-se. O grupo de Ubatuba, liderado por Koakira, era mais tolerante com os portugueses, não exigindo seu extermínio, mas apenas o respeito pelas fronteiras e o fim da escravidão indígena.

Os Tamoio do Rio de Janeiro, ao contrário, liderados por Aimberê, filho de Kairussu, eram mais radicais, exigindo a morte de todos os *peró* [portugueses].

Aimberê queria vingar-se dos portugueses, pois tivera vários parentes mortos. Destilava ódio por ter sido preso numa expedição escravista, quando mesmo algemado, saltou do navio português, conseguindo escapar a nado até a praia. Odiava também os *avaré*, pois colaboravam com a ocupação portuguesa. Por isso, os padres não se sentiam seguros em Ubatuba, quando esses indígenas apareciam por lá.

Como saída para a paz, o padre Nóbrega sugeriu partir para Santos com uma delegação indígena para iniciar as negociações. Temendo pela vida de suas lideranças, os Tamoio exigiram que o Irmão José ficasse na aldeia como refém. Caso ocorresse algo com a delegação indígena, ele seria igualmente morto.

Os representantes Tamoio percorreram a região com Nóbrega, passando pelas vilas de Santos, São Vicente e Itanhaém, além da missão de São Paulo de Piratininga, no planalto. Foi na igreja de Piratininga que uma liderança Tupi tomou a palavra, fazendo esse emblemático discurso:

*Eu sou o guerreiro, de quem vocês ouviram tanto falar e assaltar [atacar] muitos de vocês, fazendo vários mortos, porque sempre fui grande inimigo, e agora ainda que me separei dos meus [parentes Tupi], por amor dos cristãos e de Nosso Senhor Jesus Cristo, passo de minha parte a enfrentar tudo, e nem tenho medo de vocês. Quero, porém sua amizade. Estando agora na casa de Deus e como os padres nos orientam nossa vida, fomos à sua terra e pedimos estas pazes para que sejamos todos amigos. Sejam amigos daqui em diante, e desde já não nos lembremos mais das guerras passadas.*⁵¹

Um abraço de paz selou a amizade entre os indígenas presentes. Em São Vicente, foram acertados os termos da paz: os portugueses e seus aliados, os Tupi, deixariam de atacar as aldeias Tupinambá na busca de escravos, e os Tupinambá respeitariam o território de seus vizinhos; incluindo o vale do Paraíba e o planalto de Piratininga.

Os acordos de paz logo foram quebrados, pois não interessavam aos portugueses a existência de indígenas livres, além da presença francesa. Pouco tempo depois, a guerra foi retomada, sobretudo, com a chegada de Estácio de Sá, que trouxera mais reforços de Portugal.

A partir de 1567, a guerra foi retomada. Ocorreram combates no Rio de Janeiro, sendo o mais importante contra a aldeia Urussu-mirim, situada onde hoje está a praia do Flamengo. A aldeia parecia inexpugnável, pois era protegida por um fosso e duas cercas e os indígenas já usavam armas de fogo, recebidas dos franceses. O combate aconteceu a 20 de janeiro e, durou todo o dia.

Um incidente definiu o combate: um tiro atingiu um barril de pólvora que estava numa das canoas Tupinambá, provocando uma grande explosão. Pelo estrago feito e pelo grande barulho, os sobreviventes indígenas rebelados abandonaram o local,

⁵¹ ANCHIETA, Pe. Joseph de. *Cartas*. Correspondência ativa e passiva, 1984, p. 237-238.

imaginando ser a arma de alguma entidade poderosa. Nesse combate, morreram muitos Tamoio, entre os quais o grande Aimberê. Do lado português, tombaram vários soldados, sendo ferido o capitão Estácio de Sá, que morreu um mês depois em decorrência de uma flechada no rosto.

Essa explosão foi vista como um milagre de São Sebastião, que estaria combatendo com os portugueses. Por isso, a vila portuguesa que se fundou foi chamada de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O segundo grande combate foi contra a aldeia situada em Paranapuku, atual Ilha do Governador, onde vivia o cacique Marakajá. O confronto foi sangrento, morrendo muitos guerreiros. Os sobreviventes refugiaram-se em Cabo Frio, passando a ser liderados pelo cacique Japuguassu. Resistiram por oito anos e, durante esse tempo, continuaram atacando os portugueses instalados na praia da Carioca, no Rio de Janeiro, e na vila de São Vicente. Mais tarde, Marakajá fez as pazes com os portugueses, indo viver com seu grupo no Espírito Santo.

Achando-se incapazes de destruir os Tamoio, o então nomeado governador das capitanias do Sul, Antônio de Salema, com a ajuda de Jerônimo Leitão, capitão-mor de São Vicente, partiu para Cabo Frio, auxiliado por portugueses e por um batalhão Tupi, vindo de São Paulo. Depois de vários dias de combate, com muitos mortos, os Tamoio se renderam a 26 de setembro de 1575, sob a palavra de que não seriam mortos. Mas ocorreu o oposto: cerca de mil prisioneiros foram executados e quase o mesmo número foi levado como escravo para as fazendas de Santos e São Paulo.

Concluindo, os jesuítas encaminharam um memorial ao Vice-Rei do Peru, que descrevia matanças feitas pelos portugueses em São Paulo, exterminando em 25 anos, mais de 300 mil indígenas.

Apresentação de Edmundo Moniz⁵² ao livro *A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, livro publicado em 1856.*

A Confederação dos Tamoios foi um dos episódios mais importantes da história do Brasil no começo da colonização europeia. Foi a primeira reação nativista que teve uma amplitude inimaginável, deixando os colonizadores em plena defensiva. A povoação indígena, ou melhor, as comunidades primitivas que então ocupavam o Brasil muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, demonstraram sua disposição de se unirem para enfrentar os invasores.

Realmente, estas comunidades primitivas julgavam-se donas da terra que habitavam e estavam dispostas a defender o que entendiam ser de seu dever. E a maneira mais adequada para realizar seus objetivos era a unificação em uma confederação de tribos para enfrentar, numa guerra contínua, aqueles que vinham tomar suas terras, suas plantações e tentar escravizá-los.

Os territórios das povoações indígenas pertenciam aos indígenas e não aos portugueses, que vinham ocupá-las pela força sob a alegação de terem descoberto o Brasil.

O que os europeus chamavam de "descoberta do Novo Mundo" era o fato de terem verificado que existia um continente, para eles, desconhecido. Mas tal continente era habitado por vários povos na América do Norte, do Centro e do Sul, que apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento de suas culturas.

⁵² Jornalista e militante trotskista da década de 1930, ligado ao grupo de Mário Pedrosa.

Não houve uma "descoberta", no sentido exato do termo, e sim um encontro de culturas diferentes: a europeia e a americana.

Os povos existentes no continente americano, que os europeus pensavam haver "descoberto", já existiam há milhares de anos e eram tão antigos como as populações europeias.

Impossível dizer há quantos anos os indígenas ocupavam o continente americano. A palavra América, como a palavra Brasil, foram as palavras com que os europeus batizaram suas próprias descobertas, ou melhor, a sua chegada a um Novo Mundo. E teremos de usar estas palavras de batismo porque nos faltam outras para nos referirmos a este mundo. Com efeito, os europeus tiveram a primazia de dar o nome de batismo às terras que encontraram em sua longa peregrinação por mares desconhecidos.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, já encontraram os indígenas vivendo em comunidades igualitárias, mantendo-se da caça, da pesca, da plantação e da colheita. O Rei de Portugal "nacionalizou" as terras, isto é, passou-as à propriedade da coroa. Tratou-se, sem dúvida, de um confisco sem direito à indenização. A sesmaria foi estabelecida depois, constituindo-se de uma doação de terras a novos proprietários, porque originalmente o proprietário era o indígena.

Assim temos a origem da propriedade privada no Brasil. A propriedade comunal foi substituída pela propriedade da coroa e a propriedade da coroa pela propriedade privada. Esta foi instituída a partir da dissolução da comunidade comunal, através da ocupação imposta pela coroa.

Os indígenas não reconhecem a propriedade territorial da coroa nem estavam dispostos a renunciar à sua propriedade. Mas os portugueses dispuseram-se a ocupar a colônia por meio da força.

A *Confederação dos Tamoios* representou a reação organizada dos indígenas contra a ocupação dos portugueses. É possível que tivessem o apoio dos franceses, mas foi um apoio insignificante no contexto da grande guerra que os tamoios iriam travar.

Esta Confederação mostra a importância do movimento nativista, o primeiro que se verificou no Brasil e que foi essencialmente um movimento dos verdadeiros donos da terra, ameaçados de perdê-la, como perderam para os chamados civilizados que iriam cometer o mais hediondo massacre do início dos tempos modernos.

A *Confederação dos Tamoios* teve a significação de pôr em risco a colonização portuguesa. Não foi um movimento sem consistência, de natureza ocasional, sem uma direção firme e consciente. Os tamoios organizaram-se de modo inteligente e seguros de que poderiam obter um grande êxito, como, afinal, estiveram às vésperas de obter.

Francisco Solano Constando, na *História do Brasil desde o descobrimento, por Pedro Álvares Cabral, até a abdicação de Dom Pedro I*, ocupando-se da Confederação, afirma que "a guerra dos tamoios se tornou, dia a dia, mais destrutiva e perigosa para os portugueses e, provavelmente, estes teriam sido expulsos do Brasil se não fosse a intervenção dos missionários jesuítas, a quem os selvagens respeitavam e amavam". E acrescenta: "Nóbrega e seus fiéis companheiros, armados de zelo, encontraram a magnânima solução de expor as próprias vidas indo ao campo dos tamoios implorarem a eles pela paz".

Os índios possuíam grande parte do território do Rio de Janeiro e São Vicente. A vitória era certa. José Ramalho, Brás Cuba, bem como outros chefes de Santos e

São Paulo, não tinham a menor esperança sobre o destino da capitania que seria ocupada pelos tamoios. Mas tal não aconteceu graças à paz tratada pelos tamoios com os jesuítas.

Mas o tratado de paz Iperoig não foi cumprido. Não passou de um pretexto dos portugueses para ganharem tempo, se fortalecerem e atacarem os tamoios quando se sentiram mais fortes, o que fizeram de forma cruel, realizando um dos maiores massacres da história da colonização europeia.

A guerra dos Tamoios, um exemplo de luta, entre centenas de outros...

Por um problema de espaço, nosso curso não tem condições de estudar as grandes guerras de resistência indígena em 200 anos. Por isso, vamos mostrar como exemplo brevemente:

A conquista da Amazônia pelos portugueses

A região estava dominada no Maranhão pelos franceses e o Amazonas pelos espanhóis e holandeses. Em 1614, os portugueses começaram suas incursões de domínio da região, aliados aos potiguaras e tupis que vieram do Nordeste. O domínio do que hoje é Belém foi tranquilo, com apoio dos tupinambás que viviam aí. Sem ter gente para colonizar, o rei de Portugal mandou prisioneiros. O Brasil virou uma colônia penal. Os Tapajós resistiram ao domínio português. Eles tinham uma cultura mais avançada e tinha aldeias com 10 mil pessoas. Na guerra reuniam até 60 mil pessoas. Usavam veneno (*curare*) na ponta das flechas, paralisante, e não se conhecia o antídoto. Tinham uma divisão de trabalho, artesanato, cultivavam milho e mandioca. Já tinha um mercado para troca de excedentes. Um povo que não se submeteu, atacou e matou missionários. Os portugueses fizeram uma blitzkrieg com 300 aldeias queimadas, 700 indígenas mortos e 400 escravizados. *“Percebendo que a pacificação indígena não seria fácil, o rei de Portugal pediu aos Carmelitas estabelecer missões ao longo do Rio Negro”*. Entre 1723 e 1727, se deu a Guerra dos Manaus, liderados por Ajuricaba, que se aliou aos holandeses contra os portugueses. Os indígenas muito bem equipados metiam medo nos portugueses. Veio um jesuíta realizar um “tratado de paz” e ganhar tempo. A paz durou pouco, como sempre. Ajuricaba estava sendo levado preso para Belém, quando amarrado por correntes se jogou no Rio Negro. Uma das características de uma tribo guerreira, os mundurucus, era que as mulheres participavam dos ataques, que inclusive deu motivo para a lenda das Amazonas, por isso o nome da Região, cunhada por europeus. Isso já é por volta de 1790. Os mundurucus ameaçavam as portas de Belém, chegando ao rio Guamá. Neste ano, o governador Manuel da Gama Lobo D’Almada conseguiu que se rendessem, *“através de um tratado de paz e com políticas assistenciais”*.

A participação indígena na Cabanagem

Na *Cabanagem*, “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma Província com certa estabilidade”, na avaliação de Caio Prado Junior.⁵³ Com a saída dos jesuítas, os indígenas se espalharam na região então chamada Grão-Pará, que englobava toda a Amazônia até o Maranhão. Indígenas desaldeados se chamavam

⁵³ Apud Prezia. *Brasil Indígena, 500 anos de Resistência*, ano 2000, p. 174.

de *tapuios*. A morte do governador Bernardo Lobo de Souza foi feita pelo tapuio Domingos Onça. Depois da rendição dos cabanos, se verificou que 46% dos prisioneiros eram indígenas, 24% "mulatos" e negros, 15% mamelucos (mestiço entre indígena e branco/a), 8% cafuzos (mestiço entre indígena e negro/a), 7% brancos. 93% dos revolucionários eram indígenas ou negros escravizados. Milhares de tuxauas foram a vanguarda da resistência cabana. Em 1840, 980 guerreiros se entregam derrotados. Outro povo, os Mura, jogaram um papel decisivo, principalmente na fase final do conflito. Estima-se que morreram 20 mil Mura na *Cabanagem*, portanto, mais da metade das vítimas.

Alguns temas para debate: lições da questão indígena no Brasil

1 **O mito da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.** O território brasileiro foi povoado há pelo menos 15 mil anos, em 1500 já habitavam aqui 95 nações distintas, que falavam 35 línguas diferentes. Originaram-se de dois troncos: tupi-guarani (que ocupavam todo o litoral brasileiro do Amapá ao Rio Grande do Sul, se estendendo para a Bolívia, Paraguai e Argentina) e jê (que ocupavam o centro do Brasil em uma extensa área que ia do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás, parte de Minas, da Bahia, de SP e do PR). Estima-se que, quando os portugueses "descobriram" o Brasil, esses povos originários somavam cerca de 5 milhões de pessoas. As nações que viviam na Costa brasileira eram os Tupinambá (no PA, PE, AL, SE e BA), os Tremembé (MA e PI), os Potiguara (CE, RN e PB), os Tabajara (PB), os Caeté (PE/AL/SE), os Tupiniquim (BA, ES, SP, PR e SC) os Aimoré (BA e ES), Os Tamoios (RJ e SP), Os Goitacaz (RJ) os Carijó- Guarani (SC e RS), os Charrua (RS e Uruguai).

2 **Dificuldades para a escravização da mão-de-obra indígena.** Como não havia mão-de-obra para tocar empresa da colonização e os portugueses não estavam dispostos a "pegar no pesado", a solução encontrada foi a utilização do trabalho escravo indígena. Durante o primeiro século da colonização portuguesa, a escravidão indígena foi adotada em diversas regiões da colônia, tanto nas mais dinâmicas (como Pernambuco e Bahia), quanto nas menos ativas (como São Vicente). Em meados do século XVI, a escravidão indígena nas grandes áreas produtoras de gêneros tropicais foi sendo substituída pela africana. **A partir da impossibilidade da escravização de indígenas, a política foi dupla: 1. exterminar os indígenas e 2. trazer negros escravizados da África,** arrancados do seu habitat e controlados militarmente em terra estranha. **O motivo central que levou o império português a abandonar a escravização indígena foram as guerras de resistência indígena,** atingindo mais de 200 anos de guerra, entre 1535 a 1756, ano em que se aboliu a escravidão de indígenas no Brasil. Não foi porque eram preguiçosos e indolentes e não se adaptavam a sociedade "moderna" como afirma a ideologia dominante. Nem porque eram culturalmente atrasados, "recoletores", e, portanto, não conseguiam produzir com técnicas avançadas, como afirmam alguns intelectuais de esquerda. **Outro motivo é que os indígenas conheciam a terra e fugiam para reencontrá-las, livres.** Um exemplo da dificuldade para escravizar indígenas: "Os Aruã, que viviam no litoral do Amapá começaram a ser catequizados por volta de 1700. Um grande grupo foi convencido pelos frades a ir para Belém, com promessa de proteção e alimento abundante. Chegando lá foi só trabalho forçado, violento e

duro, na construção das fortificações de Belém. Isso provocou uma revolta e os levou a uma fuga em massa para as aldeias de origem.”. **Um terceiro motivo foi a diminuição drástica dos indígenas** devido ao genocídio, em período de grande expansão da produção e da mineração. **Um quarto motivo** é que os indígenas, ao não serem mais escravizados, podiam ser aliados dos portugueses na luta pela dominação do Brasil, contra estrangeiros e contra outras tribos indígenas ou contra os negros, que iniciavam sua luta contra a escravidão.

3

A Igreja foi usada como ponta de lança para a dominação portuguesa, espanhola ou holandesa. Vamos exemplificar com a luta dos portugueses para dominar o sertão nordestino: depois dos portugueses dominarem PE, PB e RN em 1600, resolveram ir para o norte. Foi uma pequena turma de colonizadores, que foram expulsos pelos indígenas na serra de Ibiapaba, na fronteira do Ceará com o Piauí. Aí se formou uma dupla de missionários com indígenas potiguaras, que chegou até a serra, mas foram assassinados pelos Tabajaras, aliados dos holandeses. *“Mais uma vez, os jesuítas foram chamados para, através da catequese, recuperar o território perdido. A finalidade do governador era a reconquista militar, mas os missionários viam, nesse pedido, a retomada da missão e encaravam sua presença como uma nova chance para a conversão e a submissão daquele povo.”*⁵⁴ *“Percebendo que a pacificação indígena não seria fácil, o rei de Portugal pediu aos Carmelitas estabelecer missões ao longo do Rio Negro”.*⁵⁵ Mario Maestri escreveu: *“Foi imensa a importância dos jesuítas na conquista da América. Para os jesuítas, o fracasso da catequese seria devido, sobretudo, ao fato de os brasis mudarem-se periodicamente e não obedecerem a nenhuma autoridade.; Assim sendo, a obediência imposta pela força tornava-se a única alternativa. Em 1550, apenas chegado ao Brasil, Nóbrega exprimira a dúvida de que “talvez por medo” se convertessem os brasis “mais rapidamente do que por amor”. Em meados dos anos 1550, a dúvida se transformara em certeza: Apenas social e politicamente dominados os brasis perseverariam no rigor da vida cristã. Havia que se destruir a ordem social tupinambá, subjugar os nativos, implantar a autoridade lusitana. Em 8 de maio de 1558, Manoel da Nóbrega escrevia uma longa carta onde propunha que a Coroa e a Igreja enfrentassem os brasis com uma nova estratégia. Esse é talvez o mais importante documento missionário brasileiro do século XVI. Ele definia as bases da sólida aliança que se estabeleceria no Brasil entre a Companhia de Jesus e a Coroa. Segundo Nóbrega, devido à oposição dos nativos os portugueses não ousavam se “estender e espalhar pela terra para fazerem fazendas” e aproveitavam apenas “as praias”. Segundo o sacerdote, para ocupar plenamente as descobertas, era necessário subjugar o “gentio”. Em meados dos anos 1550, evangelização e conquista colonial fundiam-se num mesmo e só projeto.”* Quando a tropa portuguesa e bandeirante não conseguia dominar uma nação indígena, mandava-se missionários para “pacificá-la” e, logo depois, exterminá-la. Mais, quando os portugueses estavam sendo derrotados pelos indígenas nos campos de batalha, os missionários propunham um “acordo de paz” enquanto os portugueses recebiam reforços suficientes para dizimar os indígenas. Hoje em dia a Igreja católica, através do Papa Francisco, está beatificando indígenas, com o intuito de esconder o papel nefasto da igreja no genocídio americano.

⁵⁴ Benedito Prezia, *Historia da Resistência Indígena*, 2017.

⁵⁵ Idem, p. 87.

4

A divisão entre tribos indígenas foi condição para vitória dos portugueses, holandeses ou franceses. Se aliar com um contra outro, foi a tônica. Os Indígenas se submeteram a uma cultura mais avançada e se dividiram. Por isso foram exterminados. *"A conquista portuguesa começou a se consolidar, graças à aliança com alguns povos indígenas do litoral, que os auxiliavam no combate às etnias mais guerreiras. A ação dos missionários foi fundamental na consolidação do domínio português, pois esse reino não tinha homens suficientes para expandir os limites do Tratado de Tordesilhas."*⁵⁶

5

De 1750 a 1822 – o extermínio e a assimilação (fim da etnia por miscigenação). Em 1750, o Tratado de Madri, dobrou o território de Portugal na América do Sul. Combinou-se com a derrota dos indígenas na guerra de dois séculos. Por isso, Portugal já não necessitava dos missionários nem dos aldeamentos indígenas já que os nativos foram dizimados e uma parte espalhado, migrando para o meio urbano, indo formar um exercito de reserva, em trabalhos precários. *"...Diretório, lei promulgada em 1756 sobre a Amazônia... A medida acabou com os aldeamentos missionários, transformando-os em vilas portuguesas; proibiu o uso de línguas nativas e aboliu as práticas tradicionais indígenas. Os indígenas seriam livres, tornando-se cidadãos portugueses, mas eram obrigados, dos 13 aos 60 anos, a fazer roças para vender os produtos nas vilas e para o governo, para a recém criada Companhia Geral do Comercio. O trabalho, quando remunerado, ficava com o cacique, que repassava apenas um terço do valor recebido. Como cidadãos portugueses, ficaram proibidos de usar a língua nativa, não podiam ter nomes indígenas, nem viver de forma tradicional. Os que não aceitavam essa determinação eram presos ou perseguidos. Os missionários foram substituídos pelo diretor de índio, que geralmente se beneficiava dessa mão de obra."*⁵⁷.

Assim foram sendo dizimados os povos Tupinambás, Tupiniquins, Goitacazes, Aimorés, Guaianazes, Caetés, Tabajaras, Potiguaras, Tremembés, Tapajós, Manaus, Muras, Aruã, Barbados, Mundurucus, Guaranis, Caatingas, Itatins, Guaicurus, Gamelas, Canelas, Timbiras, Kayapós, Crixás, Xavantes, Payayá, Kariris, Payaguás, Xavantes, Karajá, Xacriabá, Kaingang, Borun, Puri, Bororeno, Pataxó, Maxacali e muitos outros. Vinham os missionários, "pacificavam" e batizavam, escravizavam, tinha revolta, se dava um "tratado de paz", realizado por um religioso, e depois o extermínio. Assim foi com todos os povos indígenas do Brasil, com pequenas variações, mas sempre com grandes traições dos homens brancos sejam portugueses, franceses ou holandeses.

Vale a pena ler a descrição de um destes massacres: *"Tendo feito marchar de São Luis uma expedição composta de 30 canoas e uma barca grande com 140 soldados e 470 índios aliados, surpreenderam os Tremembés descuidados foi tal o furor dos assaltantes que não perdoaram nem o sexo nem a idade. Os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores; e de uma maloca de mais de trezentos só*

⁵⁶ Idem, p. 79.

⁵⁷ Idem, p. 124.

*escaparam 37 crianças, sendo mortas todas as demais.*⁵⁸ Os Tupinambás, que eram cerca de 1 milhão só no litoral brasileiro, foram combatidos, iludidos, escorraçados, aculturados, reduzidos à escravidão, dizimados. **Em menos de um século, desapareciam os povos tupinambás** senhores do litoral no momento da descoberta europeia. Por isso, depois de 1750 desaparece a luta indígena e entra em cena a luta negra. Uma coisa é certa: os colonizadores não tiveram um dia de descanso enfrentando nos dois primeiros séculos as guerras indígenas e nos três séculos seguintes as revoltas negras. O Povo brasileiro é, na sua maior parte, descendentes dos povos originários e dos negros africanos escravizados.

Uma pergunta que não quer calar: quem e como vai se reparar este genocídio?

4.2 Quilombo dos Palmares

Fascículo 4 da Coleção Caros Amigos Revoltas Populares no Brasil Palmares - a gloriosa luta contra a escravidão

Palmares não pertence ao passado. Mais do que nunca, as vozes de **Ganga Zumba, Zumbi e Dandara** atravessam os séculos para lembrar que a suposta democracia racial brasileira nunca passou de um mito. O Quilombo resistiu por mais de cem anos, ao longo do século XVII. Contra todas as probabilidades, Palmares abriu a perspectiva de uma revolução dos escravos muito antes dela ocorrer no Haiti, na passagem do século XVIII para o XIX.



⁵⁸ Apud. PEREIRA DA COSTA, Francisco. Op. cit. p. 7

A vida era um inferno nas senzalas do Brasil colônia. Os cativos viviam amontoados e sofriam terríveis maus-tratos. A disciplina era imposta por meio de castigos exemplares, por vezes mortais. A humilhação tinha por objetivo destruir a identidade e a personalidade dos negros. A vida útil de um escravo era de, no máximo, sete anos. A expectativa de vida de um negro do sexo masculino, em 1872, era de 20 anos, ao passo que a da população como um todo girava em torno de 27,4 anos.

Os negros eram arrancados de seu meio social, separados arbitrariamente, atirados a uma terra de língua, religião e hábitos desconhecidos. Encontravam todos os tipos de dificuldades para manter sua identidade cultural. Conservar suas tradições, por isso, era uma forma de resistir à violência.

A resistência, apesar de tudo, foi intensa. Alguns escravos se rebelavam; outros, recorriam ao suicídio. No livro *Liberdade por um Fio — História dos Quilombos no Brasil*, os historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes afirmam: "Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. (...) Houve um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão — e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e da formação de grupos de escravos fugidos."

Os escravos fugiam sozinhos ou em grupo, e eram perseguidos pelos capitães-domato (jagunços treinados). As fugas coletivas quase sempre davam origem a quilombos: uma ou mais aldeias localizadas numa região de difícil acesso, ou ainda, na definição do Império: "Ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos, arranchados em sítio despovoado." Houve centenas deles, dos quais o mais emblemático foi o de Palmares.

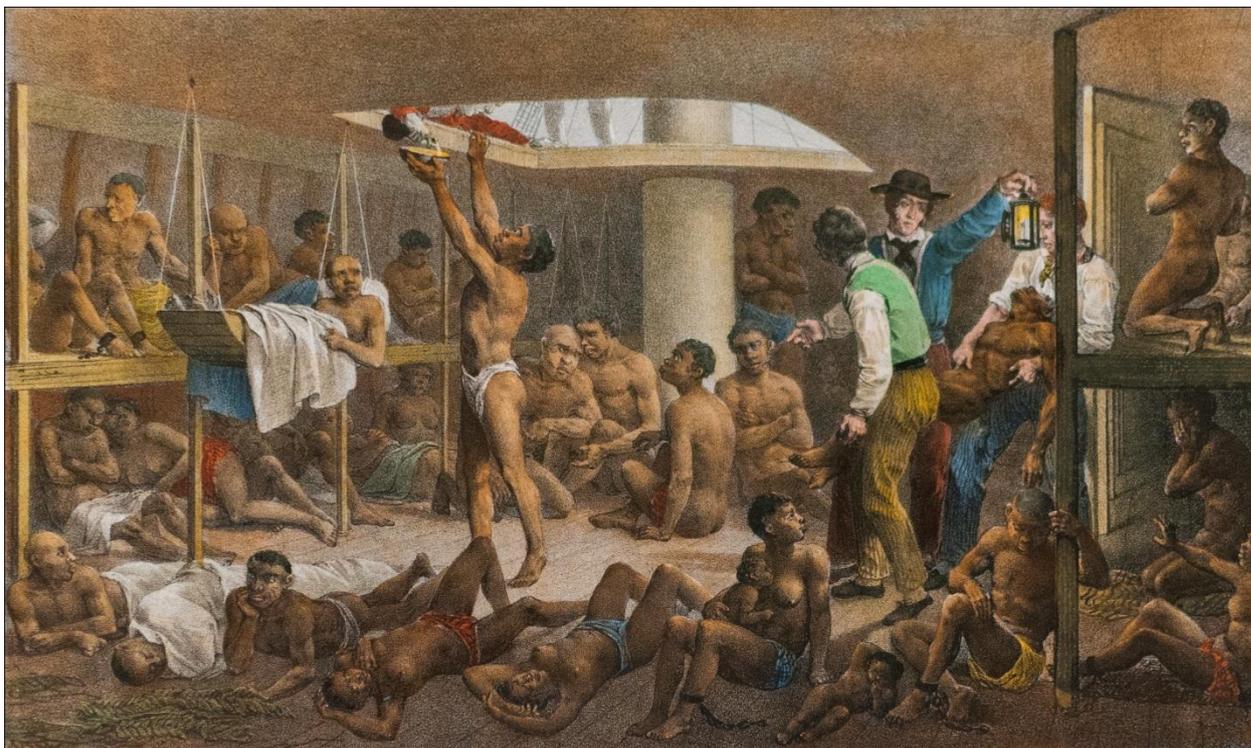
"Não se sabe exatamente quando os mocambos (palhoças) dos Palmares começaram a aparecer. É bem possível que, desde o primeiro momento da escravidão no nordeste, sobretudo na capitania de Pernambuco, alguns escravos já fugissem para a região de Palmares. Esse período começa em meados do século XVI e atinge o seu ápice durante a ocupação holandesa entre os anos de 1630 e 1654. A formação de Palmares se deu de forma contínua", diz o historiador Rômulo Nascimento, da Universidade de Pernambuco (UPE).

Em 1597, cerca de 40 escravos massacraram a população de um engenho situado em Porto Calvo (sul de Pernambuco). Após alguns dias de fuga, o grupo se fixou na Serra da Barriga, local com água em abundância, terras férteis, fauna e é flora diversificadas e que permitia visualizar as áreas ao redor.

Nascia o Quilombo dos Palmares, que chegou a reunir 20 mil habitantes (20% da população total de Pernambuco), numa área de 27 mil km² (equivalente à do atual estado de Alagoas) e resistiu por mais de um século, para se tornar um símbolo da luta pela liberdade.

Brasil colônia

Entre 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros cerca de 4 milhões de escravos africanos, em grande parte do sexo masculino. O número representa cerca de 40% dos homens e mulheres arrancados de terras africanas por meio do tráfico negreiro nesse período. Nos séculos XVI e XVII, vindos principalmente da Guiné Bissau, da Guiné Cacheu, da Costa do Marfim, do Congo e da Angola, os negros aportavam no Brasil colonial para trabalhar nos canaviais de açúcar, que regiam a economia brasileira.



(...) o Brasil colonial em 1700 tinha apenas 300 mil habitantes. (...)

Na lógica da economia mercantilista, as colônias deveriam contribuir para a autossuficiência da metrópole. Tendo isso em vista, Portugal montou uma empresa colonial que produzia uma mercadoria de fácil entrada no mercado europeu: o açúcar. O produto era muito apreciado e raro na Europa e o plantio de cana tinha condições favoráveis no nordeste brasileiro. A produção gerava grandes lucros aos portugueses que se dispusessem a se mudar para o Brasil e explorar a atividade, o que atraiu colonos e criou condições básicas para a produção.

O trabalho escravo, o latifúndio, a monocultura e a produção voltada para o mercado externo — que dependia de suas oscilações - formaram a base do sistema agrícola que se convencionou chamar de plantation e que se instalou no Brasil à partir do século XVI.

Tráfico impulsionou globalização do capital

"O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial." (João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um Fio — História dos Quilombos no Brasil*)

Para investir nos canaviais, Portugal associou-se aos holandeses, que garantiram a distribuição do açúcar na Europa e o financiamento da produção. (...)

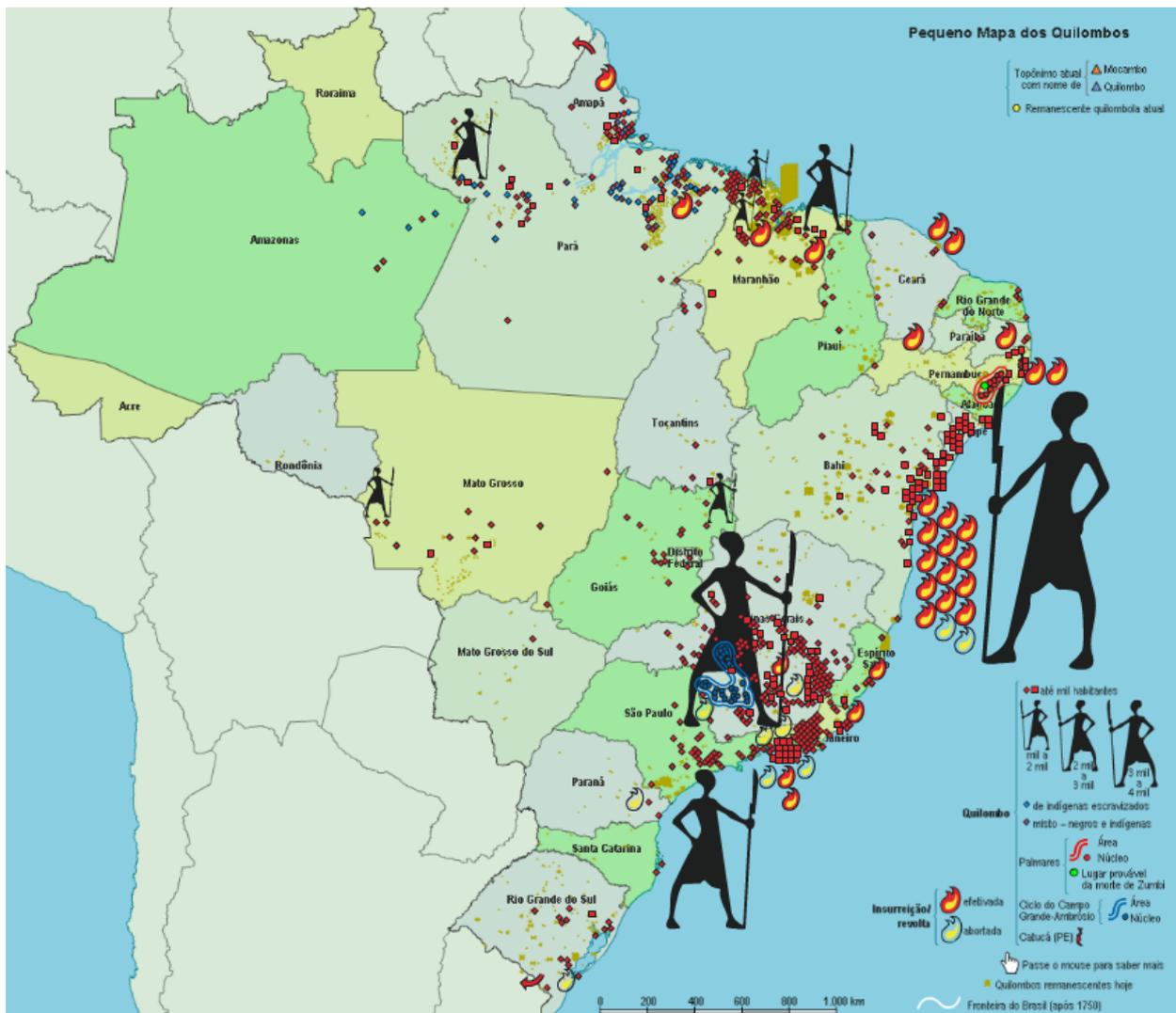
Com grandes latifúndios, Pernambuco tornou-se o principal produtor de açúcar, onde toda a vida girava em torno do plantio e da usinagem da cana. Os centros urbanos, como Olinda e Recife, serviam de entrepostos comerciais para a exportação do açúcar. A produção era baseada na rigidez, disciplina e hierarquia dos escravos.

O escravismo era adequado ao mercantilismo. Não havia grande oferta de trabalhadores assalariados em condições de emigrar para o Brasil e tampouco o trabalho assalariado era conveniente para Portugal. Por isso, o comércio internacional de escravos era um negócio tentador para a burguesia mercantil portuguesa. A compra de escravos nos portos da África, seu transporte para a América e sua posterior venda aos colonos geravam grandes lucros. Um percentual da renda dos senhores de engenho gasto na compra de escravos engrossava os cofres da Coroa. Assim, a produção de riqueza no Brasil colônia foi baseada no trabalho escravo por mais de trezentos anos. (...)

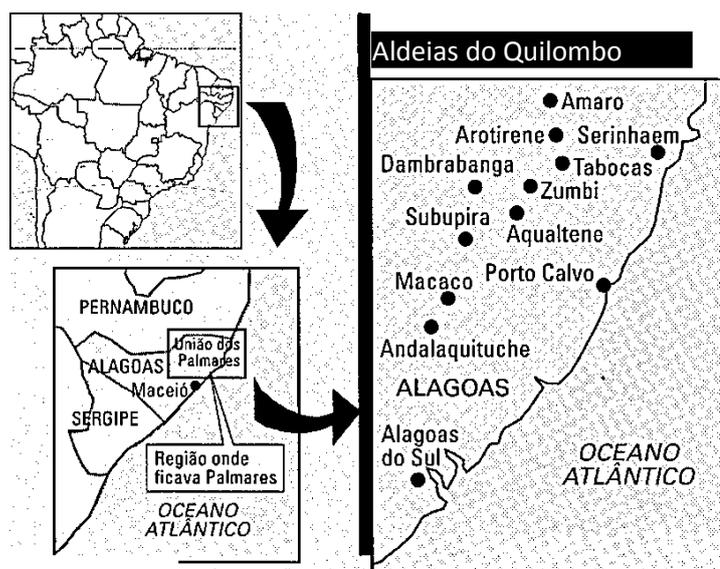
No engenho, os escravos exerciam diferentes tarefas, que iam desde os trabalhos pesados do campo até os domésticos, exercidos pelas mucamas. O engenho era formado pelas terras para o plantio de cana, a casa-grande para a moradia do senhor e sua família, a senzala (que abrigava os escravos) e uma capela. Havia também a casa de engenho, onde se transformava a cana em açúcar. Nela havia a moenda para extrair o caldo da cana, grandes fornalhas e tachos, onde o caldo era cozido e condensado. Também havia a casa de purgar, onde o açúcar secava para se transformar no produto em seu estado sólido. (...)

A guerra provocou o afrouxamento da rigidez no trato com os escravos, o que resultou na fuga de muitos para o quilombo dos Palmares. "Com a invasão holandesa no Nordeste, a desorganização da sociedade escravista luso- pernambucana facilitou a fuga de cativos para a região de Palmares, fortalecendo os quilombos já estabelecidos e formando outros. O mesmo ocorreu durante a luta pela expulsão dos holandeses. Sem a desorganização da coerção física sobre os cativos escravizados na luta entre Portugal e Holanda talvez jamais tivesse havido Palmares, ao menos com a dimensão que obteve", afirma o historiador Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo (RS).

Expulsos do Brasil, os holandeses começaram a negociar o açúcar das Antilhas inglesas e francesas. Passaram a competir com a economia colonial portuguesa. Frente a essa situação, Portugal aumentou a exploração da colônia brasileira como única forma de garantir a sobrevivência de sua economia. Em 1642, criou o Conselho Ultramarinho, instrumento com o qual passou a controlar também politicamente a colônia. O Estado português tornou-se mais autoritário, aumentou os impostos e fez severas proibições. E multiplicou os ataques a Palmares.



A vida no quilombo: Um estado negro na colônia branca



Localização do Quilombo dos Palmares

O quilombo dos Palmares foi o maior, o mais populoso, duradouro e importante quilombo das Américas. Foi uma confederação de comunidades de quilombolas, conhecidas como mocambos, situada na região da Serra da Barriga, que hoje

corresponde a parte do estado de Alagoas e Pernambuco, 70 km a oeste do litoral, em uma área de 27 mil km², área equivalente à do atual estado de Alagoas. O quilombo atraiu dezenas de milhares de negros que resistiram aos assédios dos brancos por cerca de um século. A população chegou à casa dos 20 mil habitantes, o que correspondia a cerca de 20% da população total de Pernambuco.

O quilombo era composto por nove povoados ou mocambos: Amaro, Arotirene, Tabocas, Dambrambanga, Alqualtene, Subupira, Macaco, Zumbi e Andalaquituche. Macaco era a capital e fortificação mais importante, onde ficava o conselho administrativo e a casa grande, fundada provavelmente em 1642. A distância entre os mocambos podia ser de mais de um dia de caminhada.

Em Palmares, prevalecia uma população masculina, muitos nascidos na África, mas também índios fugidos da escravidão, escravos nascidos no Brasil — os "crioulos" — e homens livres brancos e pobres. Alguns dos brancos que viviam em Palmares eram perseguidos pela Coroa, por razões religiosas ou pela prática de crimes e infrações menores. (...)

Os negros tinham origens muito diversificadas. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, "uma parte vinha da Guiné, isto é, embarcavam na África Ocidental (Costa do Ouro, Golfo da Guiné, Golfo do Benim). Outra parte vinha da África centro-ocidental, isto é, do eixo Angola-Congo. Até onde se sabe, a diversidade de procedências não trouxe problemas para Palmares. A condição de quilombola superou as possíveis tensões. Em todo caso, parece ter prevalecido a procedência banto, isto é, os que vinham de Angola e Matamba."

Sabe-se muito pouco sobre o cotidiano de Palmares, dada a escassez de documentos. "O que sabemos vem de fontes administrativas neerlandesas e luso-brasileiras. Qualquer tentativa de descrever o cotidiano palmarino é pura especulação a partir de poucos indícios", afirma o historiador Rômulo Nascimento.

Supõe-se que os quilombolas de Palmares se organizassem politicamente de uma forma parecida a alguns Estados africanos, principalmente os da região banto. Assim, o topo da pirâmide social de Palmares era ocupado por um rei, escolhido coletivamente. Em seguida, posicionava-se um conselho, que se reunia periodicamente na capital Macaco, sob a presidência do rei, e era a instância mais importante do quilombo. Cada membro do conselho era chefe absoluto nos seus respectivos mocambos. Segundo Nascimento, "há indícios de que cada **f** grupo de mocambos guardava a sua própria forma de se gerir. Segundo Sebastião da Rocha Pitta, homicídio, roubo e adultério eram punidos com **e** pena de morte." O rei eleito **tinha unha** como pré-requisito ter coragem e capacidade de liderança. O primeiro rei foi Ganga Zumba depois substituído por Zumbi.

"Em Palmares, no geral, cada um vivia de seu trabalho. Os múltiplos mocambos de Palmares mantinham uma importante autonomia econômica, pois praticavam agricultura e artesanato de subsistência. Era certamente uma vida dura, mas vivida em liberdade", afirma o historiador Mário Maestri. Eles caçavam, pescavam e plantavam milho, mandioca, feijão, banana e batata-doce. Além disso, criavam animais domésticos, como galinhas e porcos. Havia artesãos especializados, como ferreiros, de singular importância. Eles faziam cestos, pilões, tecidos, potes,

instrumentos musicais e peças de barro. Dominavam também a metalurgia. Além disso, havia um ideal comunitário forte e inspirado no sentimento de liberdade.

A abundância alimentar de Palmares contrastava com a miséria da população do litoral. Voltados para sua subsistência, os quilombolas comercializavam o excedente da produção com os vizinhos, em troca de produtos difíceis de produzir. Os colonos pobres, identificando-se mais com os palmarinos que com os latifundiários e outras elites locais, teriam mantido relações estreitas com o quilombo, não apenas comerciais, mas também na esfera privada.

A despeito das qualidades de Palmares, a comunidade vivia sob uma rígida estrutura social. De acordo com Nascimento "os negros buscavam a liberdade em Palmares. Mas, isso não os eximia de um grande senso de disciplina e hierarquia. Como num acampamento militar, um quilombola obedecia a regras e a papéis específicos. É claro que estar em um quilombo, ainda que sob um regime de disciplina, lutando contra uma estrutura escravista, era muito melhor que estar na senzala e na lavoura, onde a disciplina era aviltante ao corpo e ao espírito. Nos mocambos, poderiam partilhar uma vida social e espiritual longe dos olhos dos senhores. Era um naco de liberdade."

Vivendo em casas cobertas de madeira ou palha, havia dois tipos de organização familiar em Palmares: a família poligâmica e a poliândrica. A poligamia era atributo especial dos membros do topo da hierarquia social: Ganga Zumba e Zumbi tiveram três mulheres. Os demais habitantes do quilombo praticavam a poliandria - uma mulher, que era a chefe da família, tinha mais de um marido, todos morando na mesma casa. (...)

A língua falada em Palmares, provavelmente, era uma mescla do português com palavras africanas e indígenas. Os brancos não entendiam essa língua e precisavam de um intérprete em momentos de negociação (...)

A existência desse Estado negro formado por escravos fugidos era uma ameaça para a ordem colonial e escravocrata. Segundo Vainfas, Palmares incomodou a metrópole holandesa e depois a portuguesa: "Saques de engenhos e vilas, emboscadas no mato ou nas estradas, fugas que dilapidavam o patrimônio senhorial. O mais grave, porém, do ponto de vista dos escravistas, era a organização dos fugitivos em comunidades bem assentadas, porque oferecia uma alternativa à escravidão. Um horizonte de autonomia, quem sabe uma chance de reintegrar-se a um estilo de vida mais próximo ao que tinham nos lugares de origem. O problema dos quilombos, para as metrópoles e senhores escravistas, era mais político e social do que econômico." (...)

Por isso, os senhores de engenho e as autoridades da metrópole empenharam-se na destruição do quilombo. Ao lado dos brancos também estavam os jesuítas, que condenavam as revoltas escravas. Segundo Vainfas, o padre Antônio Vieira, já no fim da vida, escreveu uma carta na qual defendia a destruição dos quilombos, convencido de que "nenhum acordo com os quilombolas seria possível".

Com as expedições armadas contra o quilombo, Palmares montou um exército para defender a comunidade. Construíram fortificações compostas por trincheiras, túneis e caminhos com armadilhas. Os mocambos eram circundados por uma paliçada;

montaram "fojos", grandes buracos no chão muitas vezes com lanças apontadas para cima, cobertos com palha e folhagens. (...)

Os mocambos manufacturavam facas, arcos e flechas. As armas de fogo e a pólvora eram comercializadas com moradores da região ou obtidas em ocupações de fazendas vizinhas. Essas ações diversas vezes tinham como objetivo raptar mulheres para equilibrar a população de Palmares, onde havia muito mais homens.

O quilombo durou praticamente um século e constituiu um Estado negro dentro da colônia escravista. Palmares mostrou o desejo incontestável de emancipação dos escravos. A confederação de mocambos foi uma prova de que o negro jamais foi dócil à subjugação e sempre lutou para afirmar sua condição humana.

Escravos de ex-escravos

"Os escravos que se recusavam a fugir das fazendas e ir para os quilombos eram capturados e convertidos em cativos dos quilombos. A luta de Palmares não era contra a iniquidade desumanizadora da escravidão. Era apenas recusa da escravidão própria, mas não da escravidão alheia. As etnias de que procederam os escravos negros do Brasil praticavam e praticam a escravidão ainda hoje, na África. Não raro capturavam seus iguais para vendê-los aos traficantes. Ainda o fazem. Não faz muito tempo, os bantos, do mesmo grupo linguístico de que procede Zumbi, foram denunciados na ONU por escravizarem pigmeus nos Camarões." (José de Souza Martins, Divisões Perigosas. O sociólogo aponta para as limitações históricas inerentes à sociedade formada em Palmares, alertando contra a mitificação de seus integrantes. Trata-se de uma questão que provoca grande polêmica entre estudiosos e historiadores da área.)

Escravos, graças a Deus

As condições de vida dadas aos escravos africanos eram desumanas, já a partir dos navios negreiros que os transportavam da África para o Brasil, onde eram amontoados nos porões, sem ar fresco para respirar. (...)

A Igreja Católica posicionava-se a favor da escravidão. "Desde o século XVII, os jesuítas se empenharam em justificar a escravidão dos africanos e em ditar regras para que ela funcionasse melhor. O pioneiro desta onda discursiva foi ninguém menos que Antônio Vieira. Em um de seus sermões, pregado aos escravos da Bahia, dizia que quanto mais dura era a escravidão no mundo, maior seria a glória dos cativos depois da morte. A escravidão, portanto, era uma benção", afirma Ronaldo Vainfas.

"Outros justificavam a escravidão alegando que os africanos descendiam de Cam, o filho de Noé, cuja linhagem fora condenada à servidão por ter ele escarnecido do pai. Neste caso, a escravidão era um castigo divino. Por outro lado, Vieira, Antonil e muitos outros pregavam contra os castigos cruéis ou contra a negligência senhorial na doutrinação dos cativos. O projeto jesuítico era o de reformar a escravidão para tomá-la cristã."

Ganga Zumba: O herói que caiu em desgraça

Filho da princesa Aqualtune, Ganga Zumba foi o primeiro rei de Palmares que se tem conhecimento, posto herdado da matriarca fundadora do quilombo, Acotirene, a "mãe das mães". Chegou à Serra da Barriga junto com outros escravos fugidos, na época da invasão holandesa.

A coragem e resistência à dominação dos senhores de engenho lhe rendeu o título de rei do Quilombo, e, com Xangô, orixá de origem ioruba, sobre sua cabeça, foi responsável pelo crescimento e consolidação do quilombo. (...)

O quilombo crescia vertiginosamente, causando a ira crescente do governo português, com o conseqüente aumento das ofensivas repressoras. O exército palmarino se fortalecia, as estratégias de combate se aperfeiçoavam e o estado de guerra era constante. As expedições portuguesas, no entanto, tornavam-se cada vez mais frequentes.

Em 1677, 185 homens armados sob o comando de Fernão Carrilho invadiram o mocambo de Aqualtene de surpresa: muitos foram mortos, capturados ou fugiram desordenadamente. Diante desse quadro, Ganga Zumba resolveu negociar com os brancos.

O governo português, utilizando um grande número de presos palmarinos como reféns — entre eles dois filhos de Ganga Zumba —, propôs um encontro com o líder de Palmares. Uma embaixada composta por quinze integrantes do quilombo foi até Recife para ouvir o governador Pedro de Almeida.

O acordo garantia a liberdade para os nascidos em Palmares e concessão de terras (na região do Cucaú, que distava 32 km do quilombo, que havia sido anteriormente prometida aos senhores de engenho). O documento não abarcava os negros de outras localidades, ficava subentendido, portanto, que o restante da população palmarina seria escravizada novamente, pois tinha acumulado "dívidas" com o governo.

Ganga Zumba assinou a paz. Vários chefes dos demais mocambos, entre eles Zumbi, se insurgiram. A imagem do líder se deteriorou cada vez mais, já abalada pelas acusações de comandar o exército em estado de embriaguez.

O quilombo dividiu-se e parte da comunidade seguiu Ganga Zumba para as terras do Cucaú. Zumbi, defensor da autonomia dos negros e da guerra pela liberdade, emergiu como rei do Quilombo dos Palmares. Tido como traidor, Ganga Zumba morreu envenenado em 1678.

Zumbi: Guerreiro até o fim

Zumbi nasceu em 1655, em um dos mocambos de Palmares. Aos 7 anos, foi capturado por soldados e entregue ao Padre Antônio Melo, cânone de Porto Calvo. Batizaram-no Francisco: aprendeu português, latim e foi iniciado na religião católica. Aos 15 anos, fugiu para Palmares e adotou o nome Zumbi.

Logo se destacou pelas suas habilidades militares. O primeiro registro histórico que cita Zumbi data de 1673, em referência a uma expedição derrotada pelos

quilombolas naquele ano. A paz assinada por Ganga Zumba, em 1678, provocou a revolta de Zumbi, que se tornou o novo rei do quilombo. O seu nome e a sua coragem viraram lenda. Em 1685, o rei português Pedro II escreveu-lhe uma carta, a fim de negociar a paz:

"Eu El-Rei faço saber a vós capitão Zumbi dos Palmares que eu hei por bem perdoar-vos de todos os excessos que haveis praticado assim contra a minha Real Fazenda como contra os povos de Pernambuco, e que assim o faço por entender que vossa rebeldia teve razão nas maldades praticadas por alguns maus senhores em desobediência às minhas reais ordens. Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e vossos filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativo ou sujeição, como meus leais e fiéis súditos, sob minha real proteção, do que fica ciente meu governador que vai para o governo dessa capitania."

Face à recusa de Zumbi, as expedições contra Palmares se tornaram cada vez mais frequentes. Ao todo, foram 16, sendo 15 fracassadas. A última, liderada pelo paulista Domingos Jorge Velho, foi definitiva. Em 6 de fevereiro de 1694, Palmares caiu.

Zumbi conseguiu escapar e permaneceu quase um ano escondido, até que uma das expedições capturasse Antônio Soares, um dos chefes palmarinos sobreviventes. Sob tortura, Soares delatou o esconderijo do líder. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi assassinado, seu corpo levado a Porto Calvo, decapitado e exposto em praça pública.

O reconhecimento de Zumbi como herói nacional ocorreu a partir da década de 1970, em detrimento da visão oficial da abolição (13 de maio de 1888). Um dos resultados foi a instituição do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro — data do assassinato de Zumbi.

Dandara, A resistência da mulher negra

A figura de Dandara atravessa os séculos e carrega consigo um histórico de lutas contra as opressões. (...)

Dandara teria se estabelecido no Quilombo dos Palmares muito jovem, ainda durante o governo de Acotirene. Acredita-se que tenha participado, juntamente com Ganga Zumba, das primeiras rebeliões contra a escravidão. Dandara foi companheira de Zumbi, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton.

Conta-se que era uma das mais aptas lutadoras de capoeira da região e que chegou a liderar as falanges femininas do exército palmarino. Dandara foi uma das mais ferrenhas questionadoras do governo de Ganga Zumba. Na ocasião da assinatura do contrato de paz com os portugueses, em 1677, colocou-se ao lado de Zumbi na luta pela autonomia dos negros.

Para Dandara, o acordo representava um retrocesso nas conquistas palmarinas. Ela acreditava que a troca de terras — segundo o acordo, os quilombolas seriam

realocados para o vale do Cucaú pois a Serra da Barriga havia sido prometida aos senhores de engenho representaria a morte de Palmares e a volta à escravidão.

Na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, a expedição liderada pelo paulista Jorge Velho invadiu Palmares. Macaco, o maior mocambo do quilombo, foi destruído, seguido pelos demais. Conta-se que Dandara foi capturada pelas tropas, mas, recusando-se a se submeter à dominação, jogou-se no abismo.

A guerra: Tática de guerrilha leva desespero às tropas coloniais

As primeiras expedições contra Palmares foram organizadas pelos holandeses. "Duas delas tiveram vez em 1644, sob o comando de Roeloff Baro, e um outra ocorreu em 1645, liderada pelo capitão Rijmbach", diz o historiador Rômulo Nascimento. Após a expulsão dos holandeses, em 1654, a capitania de Pernambuco foi desestruturada: os escravos haviam fugido às levadas, os senhores de engenho e o governo tinham investido grande quantidade de recursos na formação de tropas e compra de armas na guerra contra os holandeses. Os pernambucanos também sentiam a crise externa: o Brasil não detinha mais o monopólio da produção de açúcar e competia no mercado mundial com outras colônias.

Palmares passou a preocupar as autoridades luso-brasileiras e a coroa portuguesa. Os senhores de engenho estavam alarmados com as fugas em massa. O governo de Pernambuco, com a benção de Lisboa, elaborou uma estratégia para destruir Palmares, que consistia em reunir homens - incluindo negros escravos e livres e índios - para realizar expedições anuais contra o quilombo.

Em 1655, Antônio Jácome Bezerra e Antônio Dias Cardoso organizaram a primeira entrada. Capturaram quilombolas, o que possibilitou aos portugueses compreender melhor a sua forma de organização. No mesmo ano, os senhores de engenho de Porto Calvo armaram sozinhos uma nova expedição, mas fracassaram.

Entre 1654 e 1694, as expedições consumiram os recursos das populações da região. As câmaras municipais reclamavam da obrigatoriedade que tinham de arrecadar de seus moradores pesadas contribuições para financiar as campanhas. No campo, a violência e a fome eram constantes.

O quilombo contava com diversos fatores a seu favor. Em primeiro lugar, para chegar a Palmares de Porto Calvo era necessário enfrentar duas semanas de viagem através de uma mata selvagem e fechada, com insetos, animais e plantas perigosas. Além disso, a localização do quilombo permitia acompanhar o deslocamento das tropas inimigas a quilômetros de distância. Os quilombolas também preparavam armadilhas contra os que não conheciam a região.

Os povoados vizinhos apoiavam Palmares, já que, de certa forma, dependiam do quilombo para sobreviver. Os pequenos proprietários trocavam armas e pólvora por alimentos de necessidade básica e os criadores de gado trocavam o direito de usar os pastos por esses produtos.

Os quilombolas evitavam o confronto direto com os inimigos, pois sabiam estar em desvantagem bélica e, muitas vezes, numérica. Além disso, boa parte da população

não estava habilitada a lutar. Eles usavam a tática conhecida hoje como de guerrilha, mudando sempre os mocambos de lugar. Como resultado, 15 anos após a expulsão dos holandeses, as 15 expedições organizadas contra Palmares não tinham obtido um único resultado animador. Em 1663, o governador Francisco de Brito Ferreira tentou negociar, mas os quilombolas mataram os seus enviados, conhecidos por "línguas", por compreenderem o idioma de Palmares.

A crise econômica da capitania, agravada pela falta de mão de obra para competir no mercado internacional do açúcar, em decorrência das fugas de escravos, piorou em 1655, com uma epidemia que se espalhou por toda costa, a "peste da bexiga". Mais de duas mil pessoas em Recife foram contaminadas pela doença, que tinha como principal motivo a falta de higiene nas cidades. Após a epidemia, veio a fome.

O Conselho Ultramarinho, a principal instância do governo português para questões coloniais, declarou em 1669 que o quilombo era responsável pela crise na capitania pernambucana. No mesmo ano, as vilas de Alagoas, Porto Calvo e Sirinhaém firmaram um acordo de cooperação para atacar o quilombo.

Em 1672, Antônio Jácome Bezerra chefiou nova expedição. O governo de Pernambuco investiu grandes esforços: um ano antes, abriu caminho na mata para facilitar o acesso a Palmares. A expedição voltou derrotada poucos meses depois.

Palmares venceu graças à estratégia de Zumbi, um chefe de apenas 17 anos. Sob sua orientação, foram desocupados os mocambos que, por sua posição geográfica, receberiam os primeiros ataques. As forças quilombolas se dividiram em três; Com a chegada dos inimigos, um grupo foi de encontro aos homens comandados por Vicente Martins Bezerra, conseguindo distraí-los. Os outros esperaram a aproximação das tropas de Antônio Gonçalo Moreira. Os quilombolas atacaram de surpresa e causaram desespero entre os inimigos, que debandaram. Bezerra, sem alternativas, recuou.

Em 1674, Pedro de Almeida, novo governador de Pernambuco, planejou uma expedição comandada pelo sargento-mor Manoel Lopes, com 280 homens. Em novembro, as tropas de Lopes chegaram ao mocambo de Macaco, que tinha cerca de 2 mil habitantes. O confronto foi acirrado, mas a tropa tinha superioridade bélica e os palmarinos tiveram que recuar.

O comandante permaneceu cerca de 5 meses no local, tentando descobrir o paradeiro dos negros. Quando conseguiu localizá-los, houve uma sangrenta batalha. Zumbi foi ferido por uma bala na perna e ficou aleijado, mas ainda capaz de andar. Cerca de 800 negros morreram, outros foram capturados e alguns amedrontados voltaram para seus antigos engenhos. Os que ficaram tiveram que fugir e se esconder. Foi a primeira derrota de Palmares.

Guerra total: A era do rei Zumbi

Zumbi deu sequência a seus planos de guerra e deslocou mocambos inteiros para lugares estrategicamente mais seguros. Submeteu todos os homens válidos a um intensivo adestramento militar, multiplicou os postos de vigilância, estocou armas e munição e melhorou as fortificações de Macaco. Palmares ressurgiu com força e,

para o pesadelo dos senhores de engenho, mais preparado que nunca para a guerra.

As fortificações eram guarnecidas por sentinelas o tempo todo em alerta, além de homens armados de facas, espingardas e mosquetes. Em Macaco, a fortificação era composta por três muralhas de madeira com cerca de cinco quilômetros e meio de extensão. O número de armadilhas aumentou: havia fojos e estrepes por toda parte.

Em 1682, Manoel Lopes novamente atacou Palmares, mas fracassou. No ano seguinte, Fernão Carrilho volta à Serra da Barriga, mas também perdeu em combate. Palmares ainda cultivava a tática militar da retaguarda e tentava evitar o confronto direto com o inimigo. Os palmarinos revidavam cada expedição contra o quilombo com ataques aos engenhos e fazendas vizinhas. Nessas empreitadas, libertavam os escravos, sequestravam mulheres, apropriavam-se de armas e munição e muitas vezes incendiavam as plantações de cana.

A batalha final: cai Palmares

Em 1685, o governador Souto Maior anunciou que convocara para a luta os paulistas, conquistadores do sertão em todo o país. O nome apontado foi o do bandeirante Domingos Jorge Velho, que ganhara a vida caçando índios. Comandava um exército numeroso composto por índios tabajaras, oruazes e copinhareús sob a chefia de 50 brancos.

Os senhores de engenho hesitaram em aceitar um paulista no comando. Os paulistas eram considerados selvagens que viviam pelos matos, sem a menor noção de civilização e sem escrúpulos. Além disso, poucos deles sabiam falar português - usavam a chamada língua geral, mistura de português com tupi. Na época, o Conselho Ultramarino opinou que "os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares".

A expedição tardou, pela resistência dos senhores porque Jorge Velho foi ao Rio Grande do Norte, em 1688, para acabar com uma rebelião dos Janduís. No final de 1691, finalmente, Jorge Velho chegou a Pernambuco com um exército de quase mil homens. O paulista atacou Palmares no ano seguinte, mas a expedição foi obrigada a recuar.

Um novo ataque começou no fim de 1693, com cerca de seis mil homens: um terço chefiado por Jorge Velho, três mil recrutados entre os moradores de Olinda, Recife e vilas vizinhas, chefiados por Bernardo Vieira de Melo e outros 1500 vindos de Alagoas, além de voluntários de vilas próximas a Palmares.

Ao chegar a Macaco, Jorge Velho deparou-se com a fortificação de 5.434 metros de comprimento, que impedia o avanço da tropa. Os soldados decidiram acampar longe da fortificação para não serem alvos fáceis. O impasse foi solucionado por Vieira de Melo. Ele teve a ideia de construir uma contra cerca de pau a pique de 594 metros, acompanhando a proteção dos quilombolas, que serviria de escudo para os soldados.

Em três de fevereiro de 1694, seis canhões chegaram à Serra da Barriga. Para utilizá-los com eficiência, construiu-se uma segunda cerca, que ia desde a contra cerca até as fortificações de Macaco, permitindo que os soldados se aproximassem do povoado com os canhões com uma boa pontaria. A construção foi realizada entre quatro e cinco de fevereiro de 1694.

Na manhã de cinco de fevereiro, ao fazer uma inspeção, Zumbi se surpreendeu com a manobra adversária e viu as novas artilharias dos colonos. Repreendeu o sentinela, que havia dormido durante o seu turno. Em seguida, ordenou que o executassem. Zumbi estudou uma forma de neutralizar o escudo inimigo e percebeu que os atacantes, ao montar a proteção, tinham deixado uma larga brecha, de 17 metros, que dava para um precipício.

Na madrugada do dia seis, 500 negros passariam através da brecha e atacariam o inimigo de surpresa. O grupo de negros iniciou silenciosamente a operação no estreito corredor à beira do precipício e quase obteve êxito, restando apenas passar pela retaguarda do inimigo, mas a movimentação deles foi descoberta. Um sentinela de Vieira de Melo viu a coluna e atirou, acordando todo o acampamento.

Travou-se um demorado e sangüinário combate na escuridão. A munição dos quilombolas esgotou-se e a resistência não durou muito. Os palmarinos, encurralados entre o abismo e o inimigo, "lutaram com a bravura do desespero", segundo conta o historiador Décio Freitas no livro *Palmares, a guerra dos escravos*. Muitos palmarinos despencaram no precipício, o que no futuro levou muitos estudiosos a falar erroneamente em suicídio coletivo e épico. Macaco caiu, 200 quilombolas morreram, outros 200 pereceram ao cair do desfiladeiro e 500 foram capturados e presos fora da capitania.

Ao amanhecer do dia seis, as tropas de Vieira de Melo e Jorge Velho invadiram o mocambo de Macaco. Os quilombolas lutaram heroicamente. As tropas matavam e degolavam sem misericórdia, inclusive mulheres e crianças. Macaco foi destruída e incendiada. Apenas 510 negros apareceram vivos como prisioneiros.

Em seguida, os outros mocambos também foram atacados e não ofereceram resistência. Por toda a parte se repetiu a matança. No dia sete de fevereiro já corria em Pernambuco a novidade: caíra o maior e mais duradouro quilombo da história das Américas.

Mesmo assim, pequenos grupos de palmarinos sobreviveram no mato por mais algum tempo. Em dezembro de 1694 apareceram sinais de hostilidades negras e correu a notícia de que Zumbi estava vivo e à frente de um grupo armado.

Zumbi e alguns de seus homens conseguiram escapar e continuaram suas ações. No início de 1695, Zumbi foi reconhecido como chefe de um ataque à vila de Penedo. Uma das expedições que caçava o líder palmarino, com 150 paulistas chefiados por André Furtado de Mendonça, acabou prendendo o mulato Antônio Soares, um dos chefes sobreviventes. Sabe-se que Antônio nascera em Recife e fugira para Palmares, onde conquistara a confiança de Zumbi.

Inicialmente Antônio se recusou a falar, mas depois de torturado e de ter a sua vida e liberdade prometida, o mulato concordou em levar a tropa até o esconderijo de

Zumbi, situado na mata, provavelmente na Serra Dois Irmãos, local de muitos penhascos próximo ao rio Paraíba.



Ao amanhecer, Zumbi, que só contava com seis companheiros, ouviu alguém gritar seu nome. Era Antônio Soares. Zumbi saiu do esconderijo e foi ao encontro do amigo que lhe enfiou um punhal no estômago e deu o sinal aos paulistas. Instantaneamente, os colonos saíram da mata e terminaram o serviço. Era o dia 20 de novembro de 1695. Zumbi estava morto.

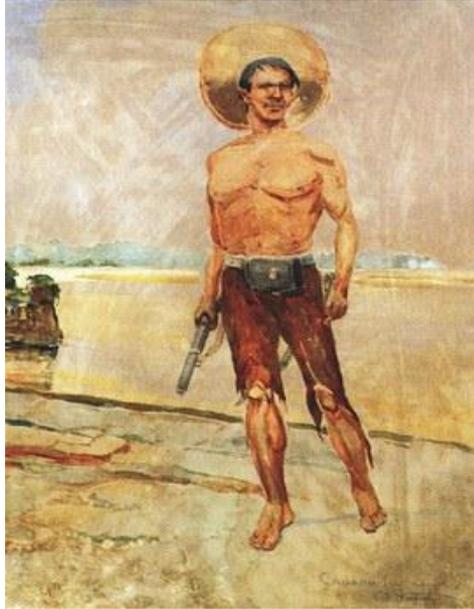
Seu corpo foi levado até Porto Calvo. Para desfazer a crença da imortalidade de Zumbi, que se espalhou pela capitania, o governador Melo e Castro ordenou que fosse decapitado, do que se encarregou um escravo. Em seguida, a cabeça foi salgada e espetada num pedaço de pau na praça principal da cidade. Ficou ali até se decompor por inteiro.

"Por outro lado, a existência de escravos em Palmares jamais configurou um modo de produção escravista. Pelo contrário, o seu modo de produção poderemos chamar de camponês-comunitário. Os escravos que existiam na república eram prisioneiros, escravos que trabalhando nos latifúndios escravistas recusavam-se a aderir a Palmares. Mas essa escravidão política era provisória e todo aquele que conseguisse trazer para a república três negros novos teria a sua situação modificada e passaria a ser livre. Isto deve ser destacado para não se confundir a realidade social palmarina, supondo-se existir um modo de produção escravista naquele reduto." (Escravos em Palmares, opinião de Clovis Moura no livro Rebeliões da Senzala, pág. 48)

Mandinga, mandinga, mandinga.	Vamos arrombar porteiros e portões
Quilombo, quilombo...	Taca fogo nos casarões
Liberdade, igualdade e resistência.	Guiados pela lua caminhos vamos seguir
Terra, comida, arte, estava existência	Engenho latifúndio, vamos invadir
Tambores, atabaques para	Saquear os saqueadores
confraternizar.	Colocar no tronco os senhores
Molejo gingado para capoeirar	Rasgar diplomas de doutores
Companheiros indígenas para se agrupar	Senzalas recebem nossas visitas
Hei nego...! segue o som dos tambores	Vamos crucificar os jesuítas
que ecoa pelo mato	No mar ergue os levantes
Segue o sentimento nativo exato	Limpar com a cara dos bandeirantes
Rei Ganga Zumba, na falsa paz confiou.	Recuperar, ocupar, resistir, construir.
Um tratado um tratado se consolidou	Ergue nossa bandeira
Contra a repressão, quilombo é escudo	Bandeira cor vermelha
Nego Zumbi falou - Liberdade tem que	Recuperar as origens da verdadeira
ser pra todo mundo. (...)	nação brasileira

(Luan Luando)

4.3 Cabanagem



Introdução

A revolta dos cabanos, ou Cabanagem, é considerada por diversos autores o mais sangrento movimento político do Brasil imperial. Cabanos era o nome dado aos negros, índios e mestiços que habitavam as casas miseráveis às margens dos rios da região, as *cabanas*. Formavam uma massa de marginalizados que deu à cabanagem o caráter mais popular de todas as rebeliões ocorridas nas províncias brasileiras no período regencial (1831-1840).

Ainda que tenha ficado conhecida como cabanagem, a revolução ocorrida no coração da Amazônia envolveu personagens de todas as matizes políticas e de classe. Seringueiros, índios, mestiços e negros (homens pobres e explorados), assim como membros do clero, comerciantes e liberais nacionalistas esperavam diversos resultados da independência brasileira, mas poucos foram efetivamente alcançados. Até mesmo setores da aristocracia rural, classe dominante escravagista desenvolvida durante a dominação portuguesa, desenvolveram contradições com o poder central após a independência devido à expectativa de verem aumentado seu poder político.

Diversos interesses de classe, portanto, estavam em jogo. Os indígenas e tapuios (índios fora das tribos, moradores da cidade) queriam o reconhecimento de seus direitos e parar de trabalhar como escravos nas manufaturas e roças. Os negros desejavam a abolição da escravatura. Entre os proprietários comerciantes, profissionais liberais e clérigos, as reivindicações eram pelo afastamento de portugueses e ingleses do poder político e econômico. A elite fazendeira do Grão-Pará ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste, ficando a província do Grão Pará submetida à inegável irrelevância política.

Os setores mais radicalizados, como o clero e os profissionais liberais, iam além e defendiam a formação de uma república liberal, aos moldes do que ocorria na França e EUA, separando-se do Império brasileiro, e com isso conseguir maior estabilidade e autonomia política, além de melhores condições de vida a parcelas mais abandonadas pelo poder, mesmo após a independência. Os cabanos confiaram essa empreitada a líderes com diversas origens sociais, mas foram traídos por quase todos eles. Assim, sua luta por igualdade social e democracia acabou sendo massacrada pelas autoridades imperiais que contaram com auxílio das próprias lideranças cabanas.

Líderes foram mortos ou traíram a luta pelo meio do caminho, passando para o lado do governo oficial, e essa massa prole foi protagonista do momento mais decisivo da revolução social que dizimou cerca de 30 por cento da população amazônica e abarcou um amplo território. A marca de suas ações foi a radicalidade, pois assassinavam sumariamente governos, políticos e portugueses.

Apesar de sua importância na luta pela independência e seus sonhos de autodeterminação, a cabanagem é profundamente desconhecida não só da população brasileira, como dos próprios paraenses. Apesar das inúmeras publicações, muitas delas de valor inestimável, prevalece no senso popular uma visão mística, até certo ponto fantasiosa, desse evento que extrapolou os limites provinciais e mesmo nacionais, ainda que estudado como uma revolta de caráter regional.

É opinião dos principais estudiosos de que há muitos aspectos na cabanagem que precisam ser estudados de forma mais profunda. Não existe um perfil claro da ideologia, das organizações, do programa e dos homens que lideraram a revolução. O que observamos é a influência dos acontecimentos políticos mais importantes da Europa e América, como a revolução industrial inglesa, a revolução francesa e a revolução norte americana, com suas teses filosóficas de liberdade e igualdade, servindo de inspiração para a luta contra as terríveis condições nas quais viviam os trabalhadores e a massa de povo pobre. Heinrich Handelmann, estudioso da cabanagem, concluiu: *'foi a revolta dos que não têm contra os que têm. Uma autêntica luta entre opostos – de classe, de raça e de condição humana'*.

Mesmo com grandes contradições e limitações por parte dos grandes líderes, por serem estes pertencentes às classes dominantes de comerciantes, colonos escravistas e a igreja, como é o caso de seu maior exemplo, o cônego João Batista Campos, as lutas travadas no período regencial (1831-1840), principalmente nos últimos cinco anos (1835-40), tiveram claro viés de classe, na esperança de dias melhores, sem escravidão e com mais direitos políticos. Negros, índios e caboclos pegaram em armas e enfrentaram o então governo central do Brasil para valerem seus direitos. "Foi o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade", disse o historiador Caio Prado Júnior.

Cabanagem, o Povo em Armas na Amazônia

Causas da Cabanagem

Como vimos acima, foram muitas e diferentes as causas da cabanagem, porém, todas refletiam o cenário de luta pela independência do país, com a particularidade da não adesão do Grão Pará à mesma, a não ser um ano depois em meio a grandes conflitos, que culminariam em verdadeiros motins, os quais já haviam “perturbado a ordem” nos primeiros momentos da luta de independência. O descontentamento frente os rumos políticos da província, entre os diferentes seguimentos sociais, como os poderosos querendo o monopólio do comércio e participação direta no poder central, clero e liberais querendo participar do aparato político e social local, defendendo uma república livre do governo imperial. Por seu lado, as camadas exploradas e escravizadas possuíam expectativas de que com o fim do mando português passariam a ter melhores condições de vida, com o fim do servilismo e escravidão. A fraqueza política e o excessivo autoritarismo dos governos regentes foram um banho de água fria nas expectativas de mudanças, o que aumentou o ódio de cor (negros, mulatos, caboclos, mamelucos) aos brancos portugueses, alimentou a insubordinação da força armada, o descontentamento de parte do clero, o surgimento da maçonaria e seu enfrentamento com a igreja. A forma como as organizações políticas e a imprensa se enfrentavam, com exaltação e agressividade, contaminava todo o complexo ambiente político, a ponto de alguns autores considerarem a causa principal da revolução a terrível anarquia que assolava a capital e toda a província, nas mais francas manifestações (Arthur Vianna, *Pontos da História do Pará* – Citado no dossiê de Lúcio Flávio Pinto).

Os historiadores mais tradicionais não relacionam a adesão do Pará à independência nacional com a cabanagem. Mas autores contemporâneos, como LFP dizem “ser possível, ao menos para efeito de análise, dividir esse período de duas décadas em duas fases. Uma, caracterizada pela fermentação ideológica, iria de 1815, data da chegada do padre revolucionário Luis Zagallo a Belém, até 1831, quando a violenta repressão das tropas imperiais determinou a luta armada. A outra, de 1831 a 1839, foi marcada pela dimensão insurrecional. Cada uma dessas fases poderia ser subdividida. Por exemplo: de 1815 a 1821, com o retorno dos irmãos Vasconcelos, de Portugal para Belém, e o início da imprensa. Ou de 1835 a 1836, quando os líderes da Cabanagem ainda conseguiam segurar a massa rebelde”.

Autores divergem também quanto ao aspecto ideológico das lutas sociais no Pará, sendo este deixado de lado por uma boa parte deles. Mas LFP destaca a importância do conhecimento intelectual em outras lutas da época para o domínio de ideias e teses que mudavam o pensamento daqueles nelas envolvidos, desde a Europa. Lembra que enquanto no Rio Grande do Sul, onde estouraria a guerra dos farrapos, apenas os padres sabiam ler e escrever, os 600 soldados que participaram da tomada de Caiena eram pelo menos letrados. A própria proximidade da colônia francesa foi fator importante na propagação de ideias políticas aqui.

“Belém possuía um seminário bem aparelhado, onde eram instruídos os filhos das classes possuidoras. Mendonça Furtado, irmão que o marquês de Pombal mandou para governar a Amazônia, dera atenção especial à rede de ensino. Com isso, a classe dos comerciantes conseguia ser bem mais ampla do que na maioria das demais regiões do país”.

Teria sido fácil ao revolucionário Luis Zagallo introduzir as ideias da revolução francesa, que aprendera em Caiena, por Belém já possuir uma sociedade secreta que lhe deu proteção. Vicente Sales destaca os cuidados adotados na província para evitar a propagação dos ideais de revolução pernambucana de 1817, por saber da existência de um solo fértil em território paraense. Aqui, as ideias republicanas e até mesmo abolicionistas quase que antecederam às de independência. Em 1821, Felipe Patroni propôs a introdução de um artigo no Plano das Eleições, estabelecendo que “um deputado deverá corresponder a cada mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, devem ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos”.

A leitura desse artigo — diria José Ribeiro Guimarães, na denúncia feita ao ouvidor-geral contra Felipe Patroni — “deu um grande choque nos escravos; conceberam ideias de liberdade e julgaram que as figuradas expressões de que se serviram os autores da nossa regeneração política, quando disseram ‘quebram-se os ferros, acabou a escravidão, somos livres’, e outras semelhantes, se entendiam com eles, e começam a encarar Patroni como seu libertador”.

As revoluções francesa e americana influenciam o pensamento político na Província do Grão Pará

No final do século XVIII o mundo vivia sob o impacto das grandes transformações políticas e sociais ocorridas com as revoluções burguesas da França e América (EUA). As teses de liberdade e igualdade defendidas na revolução francesa se espalharam por boa parte do mundo, principalmente nas suas colônias. O pensamento liberal republicano ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países colonizadores levando a que seus governos tomassem medidas para impedir que esses debates não chegassem até suas colônias, principalmente depois da vitória da América do Norte na luta pela independência da Inglaterra. Mas o perigo alastrava-se.

No Brasil essas ideias circulavam amplamente, levando o governo português a tomar medidas, através de ordens secretas, contra quem fizesse propaganda do liberalismo republicano. Em 24 de julho de 1797, o governador do Grão Pará Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho foi advertido para tomar *“grande vigilância sobre todos os indivíduos que por palavras ou por conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios que têm infestado toda a Europa, podendo de qualquer modo desassossegar o governo”*. Apesar dessa precaução as ideias liberais chegaram até o Grão Pará e um conjunto de vozes clamava por uma nova ordem política, social e econômica.

Um acontecimento desse período foi a grande revolução negra em Caiena, onde os escravos tentaram acabar com a escravidão matando os brancos. Alguns comerciantes rurais, com medo dos escravos pediram licença ao governo para se mudarem para o Pará. Essa agitação negra chegou ao Pará, embalada nas teses de igualdade social de François Émile Babeuf.

A doutrina de Babeuf foi trazida de Caiena, em 1815, para o Grão Pará pelo revolucionário padre franciscano Luis Zagallo, um "pedreiro livre" (maçom). Após dois anos divulgando sua doutrina, afrontando a burguesia e causando vexame ao bispo foi expulso em 1817. Além de Belém, atuou fortemente em Cametá onde tentou convencer os escravos a lutar pela liberdade, afirmando que "na época da liberdade e da igualdade não pode haver homens submetidos a outros".

Houve um endurecimento na repressão das correntes de pensamento que chegavam via impressos ou por emissários. A disseminação de pasquins e panfletos foi imensa nesse período, pois os jornais foram proibidos de circular, tanto os internos como os que chegavam de outros lugares. Porém, com o governo do conde Vila Flor (1817-1820), até mesmo os pasquins foram perseguidos e seus autores expulsos e proibidos de voltar à província.

Poucos anos depois, em 1823, entra em evidência o nome de Felipe Alberto Patroni, paraense, estudante em Coimbra, apoiou a revolução liberal do Porto. Terá uma participação efêmera, contraditória, porém marcante nos acontecimentos imediatamente antes e depois da adesão do Grão Pará à independência. Estará na linha de frente da propaganda liberal, atuando como orador, redator de manifestos e panfletos e organizador de planos subversivos. Em circular enviada, através de amigos que vieram de Lisboa, por ocasião da eleição da nova Junta Governamental após adesão, pregava a união das raças e igualdade de direitos, além da independência da província em relação ao governo central, ou seja, a formação de uma nova nação. O papel desse documento possuía como timbre, segundo historiadores, duas mãos, uma branca e outra negra, entrelaçadas. E no final da redação, avisava sua chegada em breve, "para mudar a ordem das cousas". Os três jovens que distribuíram o documento foram processados e presos em fortalezas separadas.

Felipe Patroni em discurso dirigido às cortes anotou: "Delaware é o rio que banha a bela província aonde o famoso Penn manteve os direitos da humanidade, não permitindo lá escravatura. Ah, quem me dera ser o Penn do Pará!", em referência à William Penn, um dos grandes nomes da guerra de independência dos EUA na região da Pensilvânia. Assim, Patroni colocou claramente a questão da luta contra a escravatura na província do Grão Pará como ponto político central. Tudo isso veio logo após as pregações revolucionárias do padre Luis Zagalo.

Tais fatos foram as bases políticas e teóricas para o desenrolar dos conflitos que levariam à explosão do movimento cabano em 35, quando os escravos assumiram a bandeira da abolição e da igualdade social. Duas reivindicações, o fim da escravatura e a formação de uma nova pátria, foram o centro da luta que vai se travar por duas décadas no seio da Amazônia.

No contexto de Felipe Patroni, surgirá o maior e mais polêmico líder cabano, o cônego João Batista Gonçalves Campos. Incansável ativista liberal, foi também

inspirado por outro religioso revolucionário, Frei Caneca, figura central da revolução patriota em Pernambuco, de 1817 a 1824. Batista Campos vai liderar por um quarto de século as lutas no Grão Pará. Brillhante orador popular, e com raro talento para a propaganda através de jornais e panfletos, vai ser, ao lado de Felipe Patroni, o fundador da imprensa no norte do país. Imprensa essa que já nasce polêmica, combativa e revolucionária, com o jornal *O Paraense* (1822).

Com Felipe Patroni inicia-se, também, um dos aspectos mais negativos para o desenvolvimento da revolução social em curso: o caráter contraditório e vacilante das direções burguesas, muitas delas jovens estudantes de Direito, que pelo poder econômico iam estudar em Portugal, França ou Inglaterra. Filho da aristocracia rural, Felipe Patroni foi liberal e nacionalista, sendo eleito deputado nacional por um mandato. O casamento com a filha de um fazendeiro riquíssimo o retirou da vida pública. Suas maiores contribuições foram despertar com suas ideias a consciência da luta em setores chaves da sociedade, dentre eles os escravos, e a fundação da imprensa. O fato que marcou seu abandono das lutas patrióticas e abolicionistas foi uma nota na imprensa vendendo seus escravos, cujo conteúdo chocou o país. Dentre aqueles que receberam com avidez sua mensagem política, o cônego Batista Campos foi seu herdeiro natural, agitando-a de forma firme e decisiva. Foi ele quem dirigiu essas ideias às massas paupérrimas, negros, índios, brancos pobres. A base humana para a revolução ele arregimentou pelo interior inteiro da província.

A independência do país e a adesão do Grão Pará, quase um ano depois, não mudaram em nada a vida de quem sofria os mandos do colonizador. Até mesmos comerciantes abastados e setores do latifúndio encontraram motivos para descontentamento e conflitos. Essa realidade levou a explosão da cabanagem.

Setores da burguesia agrária e comercial se organizaram na luta de independência em Clubes ou Sociedades Secretas

O surgimento de sociedades ditas secretas, ou "clubes", principalmente na cidade de Belém, é um dos eventos mais complexos e contraditórios no cenário da cabanagem.

As medidas repressivas por parte do poder português à imprensa combativa se estendiam, de forma ainda mais agressiva, aos livros, sendo perigoso possuí-los já que estavam proibidos de circular, estando restritos às bibliotecas dos mosteiros. Mas, assim como os jornais, os livros com as ideias liberais republicanas se disseminaram em Belém, vindos da Europa. Os setores letrados, ou seja, membros da classe dominante, tiveram farto acesso a esses materiais e fizeram largo uso dos mesmos, através do que ficou conhecido como conferências. Os chamados conferencistas se reuniam de maneira secreta em suas próprias residências onde estudavam e discutiam o material, tirando daí o conteúdo político de suas ações. Muitas denúncias eram feitas, principalmente por meio de funcionários públicos, já que parte desses conferencistas tinha cargo público. Mas desses "clubes" participavam religiosos, militares, capitalistas, proprietários, ou seja, representantes da classe dominante. Perseguições e prisões eram comuns, muitas vezes com expulsão do envolvido, principalmente se fosse estrangeiro.

Mesmo os grandes estudiosos da cabanagem falam da dificuldade de se compreender esse movimento devido a pouca documentação e vagas afirmações. Mas o que dá para perceber é que essas sociedades secretas foram a forma como o setor dominante se organizou para lutar por sua emancipação política de Portugal e disputar um lugar no novo poder. Defendiam as ideias liberais e republicanas, porém, de forma moderada, não pretendendo construir uma nova pátria, como a ala mais radicalizada liderada por Felipe Patroni e Batista Campos. Essas sociedades se transformaram em lojas de maçonaria quando os conflitos políticos estavam avançados e o movimento da cabanagem estava caminhando para a hora do enfrentamento.

Tolerância foi o nome da primeira loja maçônica inaugurada em Belém no dia 22.11.31, com o apoio do presidente da província José Félix Pereira de Burgo, barão de Itapicuru-Mirim. Em 1818 D. João VI proibiu as sociedades secretas. Em 1823, D. Pedro I revogou a lei. Desde 1822 ele se tornou Grão Mestre das duas lojas do Rio de Janeiro, O grande Oriente e Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. Ele apoiou a maçonaria paraense, mas tempos depois fecharia as lojas do Rio, desterrando seus membros mais influentes.

Também em 1831 foi fundada a organização que teria um papel crucial nas lutas liberais no Grão Pará, a Sociedade União, dirigida pela facção dos "caramurus", capitalistas e proprietários brasileiros e portugueses, unidos por históricos privilégios de classe. Para se contrapor a ela surgiu no mesmo ano a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, liderada por Batista Campos, cujo objetivo seria "instruir o povo nas verdades políticas e sociais, defendendo as liberdades públicas e particulares e debelando o despotismo". Com ele, figuraram diversos nomes que sobressaíram, principalmente por suas disputas através da imprensa, como Gaspar de Siqueira e Queiróz, José Maria de Freitas Dantas, José Batista Gonçalves Campos.

Imediatamente os dois grupos entraram em choque. Essas sociedades foram o melhor em termos de organização, sendo vistas como uma espécie de partido. Em seus enfrentamentos na imprensa, o "partido" de Batista Campos era chamado de *patriota, liberal, exaltado, anarquista e desorganizador*. O outro de *ordeiro, constitucional, moderado, lusitano, absolutista, chumbeiro e caramuru*. O que havia entre eles era uma diferença estratégica: enquanto Batista Campos queria fundar uma pátria livre, a Sociedade União queria garantir poderes econômicos e políticos no Brasil imperial.

Em 1833, surge uma terceira sociedade, formada exclusivamente por mulheres, a Sociedade das Novas Amazonas, ou Iluminadas, cujo estatuto foi assinado em 16 de abril por Guiomar Maria Watrin, Marciana Paula de Oliveira e Ana Joaquina da Silva Campos. Rigidamente hierarquizada, possuía três classes de sócias: primeira, das *Irmãs Educandas*; segunda, das irmãs mais adiantadas na prática de virtudes e ações heroicas, tratadas de *Mestras*; terceira: aquelas que tinham chegado ao auge das virtudes civis, políticas e morais e se condecoravam com o título de *Sublimes Mestras*. Conservadoras e nativistas defendiam a pátria, entrando em conflitos com homens da família que defendiam ideias liberais republicanas. Possuíam um hino próprio, cujo estribilho era:

*"Defender a liberdade,
É das Amazonas guerreiras,
Pela pátria morreremos,
Nas falanges brasileiras"*

A Confederação do Equador influencia a luta republicana na Amazônia

Após a adesão do Pará à independência em 15 de agosto de 1823, o império brasileiro foi concluído. No entanto, a região do extremo norte ficou longe de ser pacificada, muito pelo contrário, os ânimos continuaram acirrados, já que resíduos de colonialismo se mantiveram, forças se reorganizaram e de várias maneiras continuaram influenciando a vida política do Grão Pará.

O império se formou politicamente no bipartidarismo metropolitano, *moderados e radicais*, o qual se repetiu nas províncias. Mas em ambas as facções havia confusão e indefinição de ideias, e diferentes tendências. E, como já foi dito, era o momento no qual as ideias liberais republicanas, discutidas nas revoluções francesa e norte americana, estavam influenciando setores de todas as classes sociais. O povo pobre passou a ter grandes expectativas sobre a possibilidade de mudar de vida. Sua dura realidade social estava escancarada: a pobreza dos peões (homens "libertos"), sem trabalho e moradia, habitando miseráveis cabanas a beira dos rios. A escravidão do negro, a servidão do índio. Unidos, formavam mais de 80% da população. Foram para essas pessoas que se dirigiram os discursos de frei Luis Zagalo, Felipe Patroni e cônego Batista Campos.

As massas estavam inquietas. Passaram a ocorrer, com frequência, as "desordens populares", brigas e arruaças de negros, índios e mestiços com a população branca, a qual era odiada por eles. Essas desordens desestabilizaram tanto a província que muitos capitalistas e negociantes estrangeiros pediram passaportes e abandonaram a cidade. Até mesmo Greenfel, o comandante inglês que garantiu a adesão do Pará à independência, com a fragata Imperatriz e o brigue Maranhão, teve que fugir com sua modesta força naval. Em Cameté, a mais próspera cidade depois de Belém, houve uma forte revolta de negros, o que levou a Junta Provisória a liberar armas para combater os escravos.

Mas nada preocupou o novo império mais do que as ideias da Confederação do Equador. Recife era, desde 1817, o epicentro da agitação e propaganda das ideias republicanas. Expandia sua imprensa revolucionária para todo o nordeste, bem como o norte. Aqui, sabemos que essas ideias encontravam fartos adeptos.

Um dos mais árdus defensores das ideias republicanas foi, como sabemos, Batista Campos, o qual não tinha dificuldades de ganhar a massa para sua política. Mas ele e seus aliados estavam dispostos a ir adiante na sua política de pátria livre, aderindo ao projeto de Confederação chamado por Recife. Assim, em abril de 1824, chega em Belém a escuna Camarão, trazendo a bordo, além de vários paraenses que tinham ido observar de perto o que acontecia em Recife, o comandante José Caetano de Mendonça, enviado por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o principal líder revolucionário de Recife. O objetivo era iniciar os preparativos para garantir a adesão do Grão Pará a Confederação do Equador. Fizeram forte propaganda da constituição da República Colombiana, defendendo a utilização da

mesma para reger a Confederação, enquanto uma nova não fosse promulgada. Ganham muitos adeptos, inclusive dentro do governo, como Félix Clemente Antonio Malcher, membro da Junta, e o médico naturalista, Antonio Correia de Lacerda, presidente interino. A trama foi precipitada pela saída do mais ilustre membro do grupo, Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, filho do presidente da Junta Provisória. Temendo traições, resolveram destituir a Junta Provisória do Governo do Grão Pará e Rio Negro no dia 29 de abril, prendendo os membros não simpatizantes de seu movimento e mantendo em liberdade os membros simpatizantes, como Batista Campos. No dia 30 compuseram a Junta Revolucionária Republicana, com Antonio Lacerda como presidente, ficando para o dia 1º de maio o dia oficial da proclamação no Pará da Confederação do Equador. Porém, esse governo estava fadado a terminar no mesmo dia em que começou. Chegou a Belém, inesperadamente, o coronel José de Araújo Roso, poderoso capitalista que tinha ido levar a documentação da adesão do Pará à independência ao governo imperial no Rio de Janeiro e voltava com a nomeação para ser o primeiro presidente da província do Grão Pará.

O programa dos republicanos sequer propunha o fim da escravatura, apenas garantindo “promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação”. A inegável fraqueza desse movimento revelava as vacilações de “republicanos” ligados, todos eles, à classe de poderosos capitalistas e latifundiários. Foram todos perdoados pelo novo governo, por serem grandes filhos da pátria. Em acontecimentos posteriores, pouco tempo depois, assumirão a verdadeira identidade com a classe a que pertenciam.

Luta política, campo ideológico e seus efeitos nos motins

À medida que as lutas se aprofundam, vão aumentando as contradições historicamente estabelecidas. Uma primeira análise do que ocorria no Grão Pará mostrava apenas a oposição entre brasileiros e portugueses. No entanto, os desdobramentos políticos trazem à tona a maior contradição: de um lado o colono, minoria detentora do poder e dos meios de produção, do outro o colonizado, massa heterogênea de despossuídos, camponeses e peões considerados homens livres, porém, sem trabalho, sem terra e sem moradia, vive as margens da escravidão e muitas vezes em condições piores que o escravo. Representando a imensa maioria da população, é a classe revolucionária.

A classe dos libertos foi se formando ao longo do processo histórico. Envolveu índios em sua destribalização e servilismo, em sua mistura com as classes pobres, os ditos libertos. É a classe dos *caboclos*, por uma definição social e não simplesmente étnica. Servidão e escravidão viviam lado a lado e se misturavam, se confundindo. Mecanismos de ajustamento social diante de uma situação colonial com suas especificidades. Negros, caboclos e mestiços formavam a massa de cabanos, que foi sensível aos discursos libertários.

Um terço da população era de negros escravos, outro tanto de índios e mestiços. Para essas pessoas, a independência não fez nenhuma diferença, apenas mudou o modelo de tirania. José de Araújo Roso (1.5.1824 – 28.5.1825), primeiro presidente da província após a independência, governou com mão de ferro, proibindo a imprensa, fechando as tipografias e perseguindo sem tréguas os

cabanos lutadores e principalmente seus líderes. Batista Campos foi um dos mais visados, justamente por ser aquele que estava mais próximo às bases. Um ano depois, o segundo governo, de João Félix Pereira de Burgo, o barão de Itapicuru-Mirim, mais longo que o do primeiro (28.1825-14.4.1828), permitiu a abertura das tipografias particulares e instituiu uma linha mais liberal ao jornal oficial, divulgando os principais acontecimentos do mundo. Um dos acontecimentos que mais interessaram as massas trabalhadoras do Pará, foram as revoltas da classe operária inglesa contra as máquinas a vapor que estavam retirando trabalho de uma parte dos trabalhadores (ludismo). A constatação de que lá fora havia revolta e luta foi inspiradora.

Todos esses acontecimentos levavam a que o campo ideológico fosse ficando mais definido. Trabalhadores da imprensa governista tentavam exaltar a trégua nos conflitos após a formação do império, com a representação constitucional parlamentar garantida nas províncias. Passar confiança de que as coisas melhorariam, bastando que os governos cumprissem com seu dever.

Porém, por serem liberais acabavam tendo que denunciar uma realidade bem diferente de suas expectativas. Foi o que ocorreu com o maior parceiro de imprensa de Batista Campos, o também cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra. Jornalista talentosíssimo, foi o mais fiel aliado intelectual de Batista Campos em suas pregações revolucionárias. Autores como Vicente Sales dizem que esse religioso viveu uma espécie de dupla existência: por um lado era jornalista oficial do poder constituído e por outro lado um jornalista liberal, combativo que não abria mão de suas ideias. Sales considera isso só ser possível pela característica revolucionária da imprensa brasileira e, particularmente, da imprensa no Grão Pará. Ao contrário de Batista Campos, que fazia um jornalismo mais apaixonado, porém, sob pressão não deixava claro sua posição política, Silvestre Antunes fazia claro recorte de suas posições ideológicas através de um jornalismo objetivo, refletindo os acontecimentos do mundo. Ao lado de outro sarcedote, Gaspar de Sequeira e Queiroz, garantiu o apoio intelectual ao líder da revolução paraense. No auge dos acontecimentos, em 1834, Queiroz se bandeia para o outro lado, porém, Silvestre Antunes continua fiel aos cabanos.

A amplidão do campo ideológico permitia, inclusive, discutir formas de governo. Porém, essa relativa liberdade de expressão logo desapareceria mais uma vez. A abdicação de D. Pedro I para ocupar o trono em Portugal, devido a morte do pai deteriorou a situação política em todas as províncias, sendo que no Grão Pará esse fato falou mais alto. Um clima de inquietações tomou conta da sociedade, como sintomas do que estava por vir.

Em 1831 estava vigente o segundo governo de Burgos, o barão de Itapicuru-Mirim, que iria de 14.7.1830 a 19.7.1831. Nesse curto segundo governo, Burgo governou inteiramente para os conservadores, agindo com extrema violência com os adversários. Deixou marcas profundas na sociedade e foi a volta da instabilidade política em uma cidade que nunca descansava. Fundou a primeira loja maçônica, chamou-a de "Tolerância", mas ironicamente desencadeou uma onda de repressão, utilizando seu comandante d' armas, o general português José de Souza Soares d'Andréa, barão de Caçapava, acusado de absolutista teórico e prático pelos liberais

e que usou de profundo despotismo e tirania contra os brasileiros em todos os comandos d'armas que exercitou. Seria ele, mais tarde, o algoz dos cabanos.

A desenfreada repressão de d'Andréa lhe angariou o ódio das massas e dos líderes liberais, que no Conselho de Governo do dia 25.5.1831 decidiram sua saída do cargo e que fosse remetido imediatamente para a Corte, juntamente com o seu ajudante d'ordem. Seus apoiadores divulgaram nota no jornal oficial falando do perigo da situação, exigindo ordem e condenando a ideia de demissão do comandante d'armas. O presidente não quis cumprir a deliberação. Em 2 de junho explode um motim, logo sufocado. Mas logo em seguida desceu uma ordem da Regência para que o presidente barão e seu comandante d'armas entregassem seus postos a substitutos legais e retornassem à Corte. No comando d'arma, Giraldo José de Abreu. Na presidência, o líder cabano Batista Campos! Seria uma presidência interina, provavelmente um arranjo para conter os ânimos dos liberais. Mas, inseguros com a ideia de Batista Campos na presidência, os burgueses do partido caramuru exigiram que Burgos se mantivesse na presidência até a chegada daquele que seria o presidente, Bernardo José da Gama, visconde de Goiânia. O visconde de Goiânia chega a Belém em 16 de julho, começa a governar no dia 19 e a 7 de agosto, com apenas 19 dias de governo, foi retirado do cargo.

Essa intensa polarização política foi amplamente refletida na imprensa, que foi um capítulo a parte nessa espécie de epopeia amazônica que foi a cabanagem. A expressão maior desse momento é o histórico duelo entre os dois mais importantes jornais da província, o *Orpheo Paraense*, jornal da câmara municipal, mas fundado e comandado pelo cônego Batista Campos e seus companheiros de luta, os padres Gaspar de Sequeira e Queiroz e Jerônimo Pimentel e *A Opinião*, jornal comandado por "liberais moderados", "amigos da ordem" (como os chamavam os redatores do *Orpheo Paraense*), em contraposição aos "exaltados" e "perturbadores" (como os chamavam os redatores de *A Opinião*). *A Opinião* era um jornal maçônico, portanto burguês, comandado por João Batista de Figueiredo Teneiro Aranha, Marcos Antonio Rodrigues Martins (Mundurucu Paiquissé) e o português José Soares de Azevedo. Segundo estudiosos da cabanagem, como Vicente Sales, via nesse duelo de opiniões, além das posições políticas, interesses pessoais e fruto do bipartidarismo nacional, porém, acima de tudo refletia as imensas contradições do Império emergente. No caso específico do duelo entre esses dois jornais, ambos vivem o efêmero momento das lutas partidárias, sendo tão dinâmicos quanto as crises, conflitos, motins; vão-se uns, vêm logo outros no lugar, conforme as necessidades da luta. Assim, ambos jornais só existiram cerca de um ano. Em outubro de 1831, os maçônicos já distribuía o *Echo Independente*, que circulará até julho de 1832. Por não possuírem a fortuna dos maçônicos, o grupo de Batista Campos só consegue lançar um novo título em 10.3.1832 e que será brevíssimo. Chamou-se *A Luz da Verdade* e foi redigido pelo cônego Silvestre Antunes, o fiel companheiro de pena de Batista Campos. Mas ainda nesse ano, esses dois homens incansáveis publicaram o mais polêmico jornal da era da cabanagem, *O Publicador Amazoniense* (8.1832-9.1834). E como se não bastasse, em setembro ambos publicaram *O Paraguassu*, que circulará ao lado de *O Publicador Amazoniense* até 1833.

Para Vicente Sales, a publicação desses dois jornais refletirá a “ideologia da cabanagem”, uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema. Por isso, são leitura obrigatória essas fontes primárias de informação que ainda existem, mesmo que em poucos exemplares nos arquivos de Belém e de outros lugares, para melhor se compreender tão rico processo.

A deposição do visconde de Goiânia, que foi batizada por Batista Campos de agostada, é considerada um golpe durante o processo da cabanagem e que influenciou de forma decisiva o desfecho da mesma. No dia 7 de agosto de 1831, em Belém, a reunião do Conselho Presidencial foi interrompida pelo comandante d’armas, coronel Bittencourt, acompanhado por chefes de corpos militares da capital, que anunciou estar depondo o visconde de Goiânia do cargo de presidente do Grão-Pará, sem condição para resistência, uma vez que o Palácio estava cercado por tropas. Como membro mais votado do Conselho Presidencial, o cônego Batista Campos era o sucessor legal do visconde de Goiânia. Porém, isso não era possível, já que momentos antes da deposição de Goiânia, outro grupo armado havia detido o vice-presidente. Não só Batista Campos como vários outros homens acusados de estarem alinhados ao seu partido estavam sendo presos em vários pontos de Belém ao mesmo tempo.

No dia 10 de setembro de 1831, uma embarcação seguiu com o visconde de Goiânia para o Rio de Janeiro, enquanto uma escuna levava, deportados para pontos ermos da província, Batista Campos e alguns dos seus aliados que não conseguiram fugir da caçada empregada contra eles a partir do dia 7 de agosto. Segundo as páginas do *Publicador Amazoniense*, os responsáveis pela aquartelada foram os maçons da loja Tolerância e da Sociedade União Liberal, do partido caramuru, sendo seu articulador o brigadeiro José Bittencourt, que veio substituir d’Andréa, que também era maçom. O que acontecia na província do Grão Pará com a sucessão desordenada de administradores foi registrado nas páginas de *O Paraguassu*, no estilo visceralmente irônico de Batista Campos e seu grupo.

É preciso esclarecer que no período que antecede a agostada, o governo regente está tentando canalizar as inúmeras lutas, disputas políticas e motins que ocorrem no Brasil império para os canais institucionalizados, ou seja, para o parlamento burguês. Os paraenses já tinham eleito deputados para duas legislaturas, trocando dois terços da sua representação na Câmara de um pleito para o outro. Felipe Patroni, inclusive, foi eleito. Além do Conselho Presidencial, o Conselho Geral da Província já estava situado como uma das principais instituições do Pará, mesmo com pouco tempo de funcionamento. Percebamos que Batista Campos foi cooptado para o aparato institucional já no governo do barão de Itapicuru-Mirim, também deposto, mas que não passou o poder para Batista Campos, que enquanto membro mais votado do Conselho era uma espécie de vice-presidente e assumia interinamente o poder até a Corte Imperial enviar o substituto.

A composição heterogênea desses órgãos é que permitiu o debate em torno de temas que feriam interesses econômicos dos grandes capitalistas, mantendo os conflitos e as crises. O que veremos é que somente com a liquidação da massa cabana a burguesia conseguirá seu intento de “pacificar” a província. Para os inimigos de Batista Campos colocá-lo no poder era um grande erro do governo,

pois ele estaria influenciando o governo do visconde de Goiânia. Um dos pontos cruciais era a proposta do presidente de acabar com a Guarda Nacional, uma tropa de elite que fazia o policiamento em Belém e que deveria permanecer para garantir a segurança exclusiva dos grandes capitalistas já que eram pagas por eles mesmos; no campo havia uma guarda similar, que mantinha a ordem nos seringais e nas grandes roças. Essa guarda passaria a ser comandada pela polícia. Em Belém, era comandada pelo maçom Rodrigues Martins, o célebre Mundurucu Paiquicé, latifundiário e grande senhor de escravos.

Na defesa da manutenção da Guarda, o juiz de paz Luis Antonio de Castro Peruvino disse o seguinte: "a Guarda Nacional se faz necessária para conter as insídias dos verdadeiros anarquistas anticonstitucionais e desorganizadores, os partidários do cônego, diante dos quais cumpria que nos unamos todos, quantos queremos a ordem, lei e liberdade para defendermos debaixo do mando das autoridades legítimas nossas propriedades e vida, fazendo causa comum". Essa guarda tinha papel político, funcionava como milícia, ou como se refere Vicente Sales, um exército de capangas. Bem uniformizada e municada, possuía um distintivo em verde e amarelo, mas em formato de armas portuguesas.

Foi nesse panorama que ocorreu a agostada. Foram desterrados cerca de trinta companheiros do cônego, além dele mesmo, incluindo músicos, padres, maçons, funcionários públicos, jornalistas, mulatos, negros, portugueses, além de uma relação com os nomes de onze "vadios sem ofício", que andavam a "espancar os cidadãos". Mas ainda não será desta vez que calarão a voz de Batista Campos.

Assumiu imediatamente o médico Dr. Marcelino José Cardoso, aristocrata rural, filho de um rico fazendeiro do Marajó (7.8.1831-27.2.1832). Foi substituído pelo tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira. Em 4.12.1833 foi empossado Bernardo Lobo de Souza, e Batista Campos entregou-se abertamente a ação e propaganda revolucionárias e quando não consegue manter o jornal passa ao uso ostensivo de panfletos, tendo ajuda de Lavor Papagaio, jornalista que chegou fugido do Ceará, devido seu ostensivo trabalho de propaganda, considerado rude e radical. A identificação na política e no método foi total, com Lavor indo morar na casa de Batista Campos. Por essa época ganha influência o mulato Joaquim Antonio, do grupo do cônego, que defende abertamente o fim da escravatura e a distribuição de terras abandonadas aos camponeses sem terra. Infelizmente o grande líder cabano morreria no último dia do ano de 1834, por infecção em um ferimento no rosto enquanto fazia a barba escondido na floresta. Ele que, mesmo com grandes contradições, tanto lutou, não participaria do motim final, poucos meses depois. E ainda que o centro da luta cabana fosse a defesa da República, a Cabanagem não chegaria a manter sua proclamação, como fizeram os farrapos do Rio Grande do Sul. No auge da luta armada, com enfrentamentos de extrema violência a atividade da imprensa quase desapareceu, só aparecendo em curtos intervalos. E com a retomada de Belém em 1836, a imprensa política e revolucionária do Pará foi praticamente extinta.

O povo se organiza

Batista Campos desde o começo teve grande influência popular, através da propaganda de suas ideias. Foi assim que ele aproximou aqueles que viriam a ser

governos cabanos, como o jovem Eduardo Francisco Nogueira, que deu a si o nome de luta de Eduardo Angelim, em referência a forte madeira da Amazônia. Orador talentosíssimo, ganhou milhares de cabanos para a batalha, principalmente os escravos. Mesmo com medidas proibitivas para que estes não se reunissem, exibiam ostensivamente os distintivos vermelhos que caracterizavam a organização de Batista Campos, como a bandeira e o “uso indiscreto de lenços de cor encarnada no pescoço”.

Um ofício de 8 de fevereiro de 1834 autorizava a dispersão de “escravos possuídos de ideias partidárias”, “como no dia 6 do corrente aconteceu com o mulato Manoel, escravo de Maria Tereza Pia, o qual entoava versos com audácia de não ser castigado....”. E no dia 14 outro ofício: “... insultam com palavras as autoridades constituídas, e promovem a desordem até com ajuntamentos ilícitos nas ruas e praças, e mais “não tendo surtido efeito as medidas de brandura que tenho aplicado, e parecendo-me indispensável tomar mais sérias providências a respeito de um partido, que se apresenta tão ousado, ainda que diminuto em número, principalmente por servir-se do infame e perigoso meio de aqular os escravos, fazendo-os tomar parte ativa nos negócios do Estado, como tudo consta das partes que me têm sido enviadas sucessivamente há muitos dias pelas autoridades policiais”. Havia claramente um princípio de organização de ambas as partes.

Explode a Cabanagem

Para demonstrar a crise que explodiu no movimento cabanagem propriamente dito, vamos fazer uma breve descrição dos acontecimentos mais contundentes que desembocaram no derramamento de sangue.

Em 16 de junho de 1831 chega a Belém Bernardo José da Gama, Visconde de Goiânia, recém-nomeado presidente daquela província. Seu governo duraria apenas 19 dias. Ele tomou, logo de início, medidas que contrariavam interesses da classe privilegiada, reunida em torno do chamado partido *Caramuru*, ligado à maçonaria.

Os proprietários ricos passam a tramar um golpe. É a agostada, quando o Visconde de Goiânia é deposto e o cônego Batista Campos preso com muita violência. Levado à prisão, ele consegue fugir e passa a comandar uma revolta, que passou a ter o apoio das classes pobres. As massas populares começam a tomar as ruas para protestar contra os conservadores golpistas. Estes põem na presidência da província o médico Marcelino Cardoso, que tenta controlar a agitação social que começava a acontecer e a ganhar adeptos no Exército. Em 12 de abril de 1832, a tropa sediada na Barra do Rio Negro (atual Manaus) se rebela, mata seu comandante e, com o apoio da sociedade civil, decide separar a comarca do Rio Negro da Província do Pará e de seu governo. De Belém são enviadas forças militares para sufocar a rebelião no Rio Negro e restaurar a ordem. Mas a agitação se espalharia por dezenas de vilas e povoados da Amazônia. Na missão de Maués, os índios matam todos os brancos e organizam um foco de resistência.

O novo presidente da província do Grão-Pará e Rio Negro, Bernardo Lobo de Souza foi empossado em 4.12.1833 e desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os conflitos. Não conseguindo, anistia todos os que estavam presos por

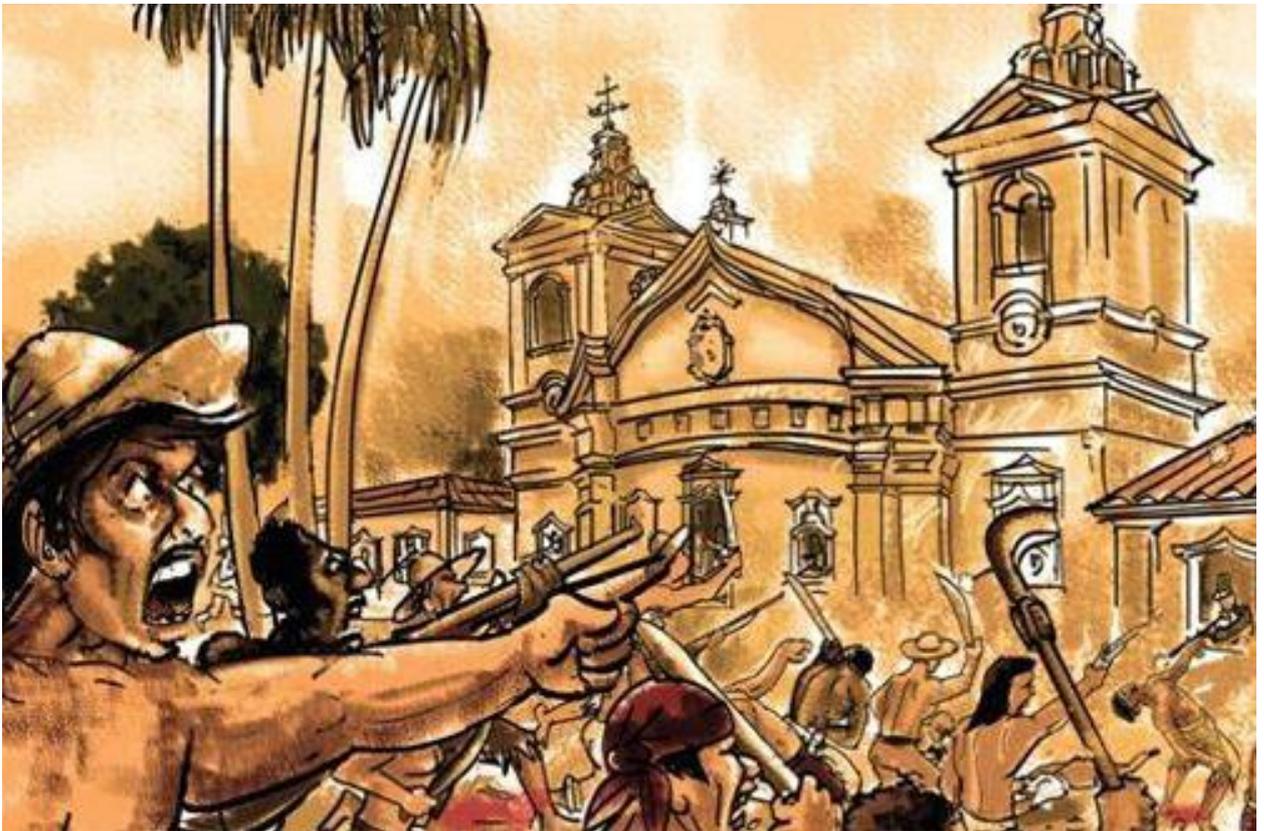
revoltas contra o governo, tentando acalmar os ânimos. O cônego Batista Campos reaparece e comanda a oposição.

Lobo de Sousa, buscando reorganizar o Exército e a Marinha naquela província, recruta elementos das classes baixas, mamelucos e cafuzos. Ele, inadvertidamente, armava os estratos mais pobres da sociedade, já bastante insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos. As Forças Armadas no Norte se enchem de mestiços ressentidos com séculos de exploração e domínio de brancos e portugueses. Falantes da língua geral amazônica, o *nheengatu*, ou *tupi* (o *tupinambá* era o dialeto dessa língua falado pelos mestiços do norte). A língua geral foi usada durante a Cabanagem como instrumento de comunicação entre os revoltosos, oriundos, em geral, das classes pobres, para que não fossem compreendidos pelas tropas enviadas de outras partes do Brasil pelo governo regencial.

O presidente da província, pertencente à maçonaria, indispõe-se com a Igreja. O bispo D. Romualdo Coelho passa a atacar o governo e, em 1834, dirige carta pastoral condenando os maçons. Temendo sua prisão, o bispo foge de Belém para Cametá. Batista Campos publicou essa carta e por não ter sido autorizada pelo governo da Província, foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Félix Clemente Malcher, fazendeiro simpático às idéias liberais. Por essa época seu grupo era grande e diverso, nele encontrando-se os irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio), lavradores e o seringueiro e jornalista Eduardo Angelim. Juntos, reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes.

O destacamento militar enviado para prender o cônego é atacado na floresta por homens rebelados, sob o comando de João Vinagre, grupo constituído de caboclos, quilombolas e gente muito pobre, ressentidos inclusive com a perseguição que a Igreja estava sofrendo. De seu esconderijo, o cônego Batista Campos comanda uma guerra que começava. Porém, faleceria inesperadamente, vitimado por uma infecção no rosto devido às condições precárias nas quais se encontrava, escondido do governo nas matas do Pará. Outros líderes levaram adiante o movimento, com Angelim e os irmãos Vinagre na frente.

Em 6 de janeiro de 1835 João Vinagre e seus homens atacam Belém. O quartel e o palácio do governo foram tomados por índios tapuias, cabanos e negros, liderados por Antônio Vinagre. Matam o governador Lobo de Sousa em um beco (segundo a imprensa da época, indo da casa da amante para o palácio) e trucidam dezenas de portugueses. No dia 7 de janeiro, Félix Clemente Malcher, que se encontrava preso, foi libertado e escolhido como presidente da província e Francisco Pedro Vinagre para Comandante d'armas. É instituído o primeiro governo cabano, de Félix Clemente Malcher. Os *cabanos* estavam no poder. Isso promoveu uma apoderação de material bélico por parte dos grupos revolucionários. Inicia-se a *Cabanagem*, um dos maiores movimentos populares da história do Brasil.



Mas os cabanos tiveram muita dificuldade para se manter no poder e estabelecer um governo revolucionário. As divergências e os conflitos entre os próprios líderes do movimento foram as causas principais do fracasso da rebelião. Clemente Malcher, militar, latifundiário e dono de engenhos de açúcar, se mostrou mais identificado com os interesses do grupo dominante derrotado, logo entrando em conflito com o exército cabano. Ao assumir o governo traiu os interesses cabanos, jurando fidelidade ao imperador e declarando que permaneceria no poder até a maioria do herdeiro do trono. Entrou em confronto com o exército cabano, mandando prender Eduardo Angelim e Vicente Ferreira Lavor, tentando deportá-los. As tropas dos dois lados entraram em conflito, saindo vitoriosa a tropa cabana, comandada por Francisco Vinagre. Malcher foi deposto em 19 de fevereiro de 1835, assassinado e tendo seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém. Assumiu Francisco Vinagre como o segundo governador Cabano, mas o primeiro que participou ativamente da conquista de Belém.

Para decepção dos cabanos, Vinagre também se declarou fiel ao governo imperial e se dispôs a negociar com o mesmo. Com essa traição o governo regencial se sentiu a vontade para organizar numerosa força militar e enfrentar a rebelião. Comandadas pelo português Manuel Jorge Rodrigues, barão de Taquari, e contando com o apoio do próprio Francisco Vinagre as tropas governamentais tomaram Belém. Francisco Vinagre concordou em entregar pacificamente o governo, em julho 1835, em troca de anistia aos revolucionários. A lembrança do massacre do Brigue Palhaço, em 1823, levou os revolucionários a não confiarem em um acordo com o representante imperial, não entregaram as armas e refugiaram-se no interior.

Como previsto, Manuel Jorge Rodrigues não cumpriu o acordo e mandou prender Francisco Vinagre, mesmo com a prova de confiança que este tinha lhe dado. Os

cabanos, indignados, reorganizaram suas forças e atacaram novamente Belém sob o comando de Antonio Vinagre e Eduardo Angelim, em 14 de agosto de 1835. Após nove dias de batalha, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, os cabanos retomaram a capital e proclamaram a República. Eduardo Angelim foi aclamado pelos cabanos o presidente e durante dez meses a elite se viu atemorizada pelo controle cabano sobre a província do Grão-Pará. Tentaram estabelecer um governo revolucionário estável e capaz de governar a província, porém, não tinham um projeto político consistente, nem um ideário revolucionário com medidas concretas para a consolidação do governo rebelde, novas traições e conflitos entre os líderes do movimento provocaram seu enfraquecimento. Mesmo governando por dez meses, não aboliram a escravidão nem proclamaram a independência do Grão-Pará e Rio Negro. A explosão de sentimentos das massas pobres, exploradas durante séculos, não foi canalizada para transformações econômicas e sociais que pudessem melhorar, por fim, suas vidas.

Mas diante da vitória das forças de Angelim, o império reagiu. Em fevereiro de 1836, quatro navios de guerra se aproximaram de Belém, prontos para atacar a cidade, tomada pela desordem, fome e varíola. Foi realizado um bloqueio naval na cidade pelo brigadeiro Francisco José de Sousa Soares d'Andréa, barão de Caçapava, atracando sua esquadra em frente a Belém. Em março foi nomeado pela corte como novo presidente do Grão-Pará, autorizando guerra total contra os cabanos. Era seu segundo momento de carrasco do povo cabano.

Os cabanos insurgentes escapavam pelos igarapés em pequenas canoas, enquanto Eduardo Angelim e alguns líderes negociavam a fuga. Uma esquadra inglesa chegou a oferecer ajuda a Eduardo Angelim para que acabasse com o bloqueio naval brasileiro, mas este recusou. Eduardo Angelim conseguiu furar o bloqueio naval e se refugiou no interior. Em 6 de março de 1836, a Barra do Rio Negro foi tomada pelos cabanos, comandados pelo caboclo Maparatuba. Os cabanos deixaram a capital Belém vazia para as tropas de Soares d'Andréa. O brigadeiro, entretanto, julgando que Angelim, mesmo foragido, seria uma ameaça, determinou que seus homens fossem ao seu encalço. Em abril, a Barra do Rio Negro foi retomada pelas forças d'Andréa. Os cabanos se embrenharam nas selvas, com as forças repressoras em seu encalço, deixando um rasto de sangue atrás de si. Em outubro de 1836, numa tapera na selva, ao lado de sua mulher, Angelim foi capturado, feito prisioneiro na fortaleza da Barra, até seguir para o Rio de Janeiro e depois Fernando de Noronha. A Cabanagem, porém, não acabou depois da prisão de Eduardo Angelim. Mesmo que em 1839, para poder por fim ao movimento, o governo regencial tenha anistiado todos os participantes da Cabanagem, os cabanos, internados na selva, lutaram até 1840, quando foram completamente exterminados. Nações indígenas como os *murá* e os *mauê* praticamente desapareceram.

Estima-se que durante o período do conflito, entre tropas governamentais e revolucionários, a população do Pará, que era de cerca de 100 mil habitantes, foi reduzida a 60 mil. Em 1833, o Grão-Pará tinha 119 877 habitantes; 32 751 eram índios e 29 977, negros escravos. A maioria mestiça (miscigenação de índios, negros e brancos) chegava a 42 mil. A minoria totalizava quinze mil brancos, dos quais mais da metade eram portugueses.

Trinta mil caboclos e índios destribilizados morreram durante aquela insurreição, um quinto da população da província. A língua geral perdeu, assim, milhares de falantes, recebendo seu segundo golpe, após as perseguições do Marquês de Pombal, no século XVIII, quando impôs o português às tribos indígenas.

Intelectual do regime militar, Rego Reis escreveu o livro, *A Cabanagem. Um Episódio Histórico de Guerra Insurrecional na Amazônia (1835/1839)*, onde afirma: *"a cabanagem notabilizou-se pela "efetiva e dominante participação das massas; a ascensão de líderes dos mais baixos estratos da sociedade; a violência sem freios da rebelião e pela escala que a insurreição conseguiu, tomando o poder e mantendo-o por um tempo considerável"*.

4.4 Revolução Farroupilha

A chamada "Guerra dos Farrapos" ou "Revolução Farroupilha" foi uma rebelião no Rio Grande do Sul (na época, província de São Pedro) contra o governo central que durou de 1835 a 1845, realizando-se no conturbado período regencial. Esse movimento foi a mais longa e mais desafiadora insurreição militar no país durante a época do Império (1822-1889).

O termo "farrapos" ou "farroupilhas" ficou historicamente associado aos rebeldes do Rio Grande do Sul, mas em sua origem era referente a todos os opositores radicais ao governo central. As próprias lideranças gaúchas assumiram para si essa expressão originalmente pejorativa.

Ao examinarmos o conteúdo de classe dessa rebelião, veremos que a guerra dos farrapos pode ser considerada como uma revolução burguesa derrotada ou abortada, e que os latifundiários gaúchos, mesmo se enfrentando com o governo regencial, de certo modo se aliaram a ele para massacrar os escravos que participaram do movimento. A rebelião dos farroupilhas, assim, foi um movimento dirigido pelos proprietários de terra sulistas que incorporou setores populares e os traiu ao final do processo em função do temor de uma revolução negra no Brasil, tal como havia ocorrido no Haiti.

O contexto histórico

De 1831 a 1840, o Brasil viveu sob o período das regências. D. Pedro I havia abdicado do trono, sendo que seu sucessor era menor e estava impedido de assumir o poder. Enquanto D. Pedro II não atingia a maioridade, o país foi governado provisoriamente por juntas de governo chamadas "regências".

Em 1831, formou-se a Regência Trina Provisória, que durou apenas dois meses. Ela foi substituída pela Regência Trina Permanente, que se estendeu até 1835. A partir do referido ano, estabeleceu-se um regime de regente único. Foi eleito para este posto o padre Diogo Antônio Feijó, que vinha se destacando como Ministro da Justiça e que, desde sua atuação como ministro, tomou medidas para fortalecer o governo central.

O período das regências foi crucial na formação do Estado brasileiro, na medida em que ele foi marcado por uma forte repressão às rebeliões populares, pelo fortalecimento do poder central e pela defesa da integridade do território nacional. No caso da Guerra dos Farrapos, a postura do governo foi a de impor a autoridade central sobre a província rebelde e de impedir o êxito de um movimento que, se fosse bem sucedido, poderia desencadear a fragmentação do país em várias repúblicas controladas pelas classes dominantes locais.

É importante observar que, originalmente, o movimento farroupilha não tinha pretensões separatistas. As classes dominantes gaúchas foram levadas a isso pela força dos acontecimentos. Seu principal objetivo, e que foi atendido ao final em negociações com o governo central, era resguardar seus interesses econômicos na produção agropecuária, conforme veremos mais adiante. Mas para tratar melhor desse movimento, precisamos conhecer melhor o perfil dessas classes dominantes e o desenvolvimento histórico na região sul do Brasil.

O perfil das classes dominantes na região sul

A região sul do Brasil no período colonial, inicialmente, foi pouco explorada, apesar de ser uma área de disputa entre Portugal e Espanha (e também de contrabando de produtos pelo rio da Prata). De qualquer modo, foi somente na passagem do século XVII para o século XVIII que a administração colonial dedicou mais atenção ao território do atual estado do Rio Grande do Sul. Com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, o gado produzido pelos gaúchos ganhou uma importância maior, uma vez que a extração de minérios aumentou a demanda de animais de tração e corte. Desse modo, a economia sulista tornou-se um ponto de apoio necessário para a economia central de exportação.

Assim, formou-se no sul do Brasil uma classe dominante de latifundiários dedicados à produção de gado, e que se ligava intimamente à administração colonial portuguesa, a qual, por sua vez, distribuía sesmarias (terras cedidas pela administração para estimular a atividade produtiva) e estimulava a ocupação do território com grandes fazendas. E mais do que isso, ela concedeu amplos poderes aos fazendeiros: eles eram chefes dos seus próprios bandos armados, e com isso ajudavam na defesa e demarcação do território contra as investidas espanholas.

Nas estâncias, os trabalhadores estavam submetidos a um sistema de peonagem, muito comum na América espanhola, especialmente no México. Esse sistema, basicamente, gerava uma escravidão por dívidas. Os fazendeiros faziam vários descontos nos salários dos trabalhadores (peões), formando dívidas que passavam de geração em geração, de modo que as famílias dos peões ficavam vinculadas ao trabalho na fazenda a partir de uma dívida eterna e impagável.

Os fazendeiros gaúchos eram chamados de "estancieiros", na medida em que as fazendas eram chamadas de "estâncias". Uma parte deles, porém, era chamada de "charqueadores" por conta da produção de charque (carne seca e salgada). O charque passou a ser produzido em escala maior para abastecer o contingente crescente de escravos no país, sobretudo na região de Minas Gerais. Tratava-se de um negócio bastante lucrativo para os charqueadores, tanto que eles passaram a incrementar sua produção com o uso de mão de obra escrava.

No terreno ideológico, os estancieiros assimilaram os ideais e o discurso das revoluções burguesas em sua luta contra o governo central. O liberalismo de John Locke, que expressava em grande parte os ideais de revolução inglesa, foi invocado no movimento farroupilha na defesa de um governo a serviço dos proprietários, um governo que respeitasse a propriedade privada como um direito absoluto e inviolável. Também houve inspiração em Montesquieu e na experiência norte-americana, pois os farroupilhas tinham também como bandeira a limitação do poder estatal, seja por meio de uma constituição liberal, seja por meio de uma organização federativa do Estado (e não centralista, como era o caso no império brasileiro).

As causas da rebelião

Em suas causas, a Guerra dos Farrapos combinava questões internas com questões externas. Como forma de aproximar o Uruguai e fazer dele um aliado contra a Argentina nas rivalidades regionais, o governo brasileiro passou a facilitar a entrada do charque uruguaio e a taxar o charque e o couro produzidos na região sul. Essa política trouxe prejuízos aos estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul, uma província que, conforme já foi visto, tinha como eixo de sua economia a venda de couro e charque para as outras províncias brasileiras. Pressionados economicamente, os estancieiros se rebelaram contra o Império.



É importante observar que, no século XIX, e particularmente desde a independência do Brasil, houve uma mudança no eixo econômico do país, o que

causou, também, um deslocamento nas frações de classe dominantes no país. O café tornou-se o principal produto, de sorte que a diminuição relativa do papel da mineração enfraqueceu econômica e politicamente os estancieiros, que dependiam dela. Além disso, a independência iniciou o processo de centralização do Estado brasileiro, e que naquele momento se desenvolvia a partir de um regime monárquico autoritário e de um governo centralizado, com sede no Rio de Janeiro. Esse processo enfraqueceu a autonomia provincial do período anterior, criando fortes tensões com as oligarquias locais – tensões que atingiram maior expressão durante as Regências.

Na época das regências, o poder central indicava presidentes de província que não contavam com a aprovação dos fazendeiros sulistas. A assembleia provincial em que se organizavam os estancieiros passou a ter um caráter meramente consultivo. Em 1834, tentando amenizar as tensões, o governo regencial permitiu que as províncias tivessem deliberações efetivas, mas elas não poderiam legislar sobre impostos – e essa era justamente a questão que tocava mais diretamente os interesses dos estancieiros. Aliás, mesmo a possibilidade de dispor sobre tributos na instância provincial não afastaria o forte centralismo político no país, já que a constituição de 1824 estabelecia que cabia ao governo central determinar o quanto dos impostos arrecadados nas províncias ficariam para elas e o quanto seria remetido para a autoridade imperial.

Em resumo, as reivindicações dos estancieiros eram as seguintes: inversão da política do governo brasileiro no modo de taxar carne e couro (no caso, exigia-se uma taxa que protegesse os negócios gaúchos) e maior autonomia política para as províncias. Aliás, vale ressaltar que a proposta original da rebelião farroupilha era afirmar uma autonomia nos marcos de uma vinculação ao império brasileiro. Bento Gonçalves, chefe do movimento, afirmava e reafirmava sua lealdade à coroa brasileira, pontuando apenas que se fazia necessária uma rebelião para defender as liberdades (ou melhor, propriedades) dos gaúchos e para evitar que a região sul se tornasse uma “colônia” da administração imperial.

O desenvolvimento político e militar da rebelião

Não sendo atendidos em suas reivindicações, os farroupilhas iniciaram uma ação armada sob a liderança de Bento Gonçalves em 1835, depondo o presidente da província e o chefe de armas. O governo central reagiu duramente, impondo uma importante derrota militar aos estancieiros em 1836, na batalha de Passo do Rosário. No mesmo ano, porém, os rebeldes venceram a batalha do Seival e se fortaleceram. Aliás, não só se fortaleceram como também aprofundaram o sentido de seu movimento. Diante da intransigência e da repressão da autoridade central, os farroupilhas proclamaram, ainda em 1836, a República Rio-Grandense, que viria a ser chamada de República do Piratini posteriormente. Isto porque a câmara municipal da cidade declarou a independência do Rio Grande do Sul sob a forma republicana, estabelecendo Piratini como capital e Bento Gonçalves como presidente. Essa nova república propunha-se a unir por laços federativos todas as outras províncias dispostas a romper com o centralismo imperial e aderir ao modelo do federalismo republicano.

A fundação de uma república foi uma espécie de “radicalização” do movimento, mas apenas na forma. No conteúdo, a República do Piratini seguia com vários elementos que eram fundamentais à ordem monárquica brasileira, tais como a escravidão e o voto censitário (isto é, a quem tem propriedades e riquezas). Mesmo assim, ampliou-se o nível de enfrentamento com o império, sobretudo porque os farroupilhas, no curso da guerra, buscaram alastrar a rebelião para outras províncias. Em 1839, sob o comando de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi (revolucionário republicano italiano, atuante em vários processos revolucionários), a rebelião farroupilha incorporou a província de Santa Catarina, fundando a República Catarinense. Três anos depois, as duas repúblicas se uniram numa confederação conforme aprovado numa Assembleia Constituinte.

Diante do avanço do movimento separatista, o governo regencial percebeu que a ação militar não estava bastando, e por isso apostou na política. Nomeou Luís Alves de Lima e Silva, que viria a se consagrar como Duque de Caxias no futuro, como presidente da província de São Pedro, e iniciou negociações de paz em separado com Davi Canabarro, um dos líderes rebeldes.

As lideranças farroupilhas encontravam-se divididas. Apesar dos triunfos militares, havia profundas divergências sobre os rumos do novo país. Também se deve levar em conta que o que unia os estancieiros na revolta era a luta contra os impostos e a defesa de uma autonomia administrativa. Uma vez que esses objetivos comuns foram atingidos com a República separatista, não havia nada nenhum objetivo político novo que estimulasse a unidade do bloco político rebelde. Ora, essa divisão na cúpula dirigente foi a brecha encontrada pelo governo central para minar o processo por dentro.

Lima e Silva articulou o fim da rebelião com Canabarro, e este passou a costurar um acordo com outros dirigentes farroupilhas. No entanto, havia nas lideranças alguns setores que tinham dúvidas na reconciliação com o governo regencial. E mais do que isso, a rebelião havia despertado forças populares que não seriam contidas facilmente. Em seu esforço de guerra, os estancieiros prometeram liberdade aos escravos que lutassem em seus exércitos. Essa promessa permitiu a incorporação de um importante contingente militar composto por negros na cavalaria e na infantaria, o que trouxe um traço popular ao movimento, mas que seria traído por sua direção.

Nesse sentido, para convencer os dirigentes hesitantes e para afastar a ameaça dos negros que estavam armados durante a rebelião, e que podiam voltar suas armas contra seus exploradores, Canabarro combinou uma derrota militar com as forças monárquicas. Foi o episódio da batalha de Porongos, travada em 1844: Canabarro enviou os soldados negros ao front de batalha, mas os enviou desarmados para que fossem aniquilados. Com uma só manobra, ele afastou o fantasma da rebelião negra e pressionou os líderes farroupilhas a fazerem um acordo depois de grandes baixas no exército.



Batalha do Porongo

O desfecho do processo

Em 1845, o governo central e os rebeldes assinaram a Paz de Ponche Verde. O movimento separatista foi dissolvido e os estancieiros reconheceram a ordem monárquica, mas foram atendidos em muitas de suas reivindicações: obtiveram o direito de escolher o presidente da província, o perdão de seu crime de terem se insurgido contra a ordem monárquica, o posto de oficiais do exército para os oficiais rebeldes e a garantia do respeito à sua propriedade.

Depois de uma luta de dez anos, os farroupilhas abriram mão da insurreição contra o governo e da bandeira republicana em troca de concessões mínimas e do extermínio dos escravos envolvidos na luta armada. No tocante a eles, aliás, a promessa foi cumprida para 5%. Os outros 95% foram massacrados na batalha de Porongos. Foi assim que os estancieiros honraram sua palavra...

Tanto por suas causas como pelo seu desfecho, o movimento farroupilha mostra-se bastante diferente de movimentos como a Cabanagem no Pará. A Guerra dos Farrapos foi uma aventura de pecuaristas que abandonaram prontamente suas aspirações republicanas para selar um acordo com o governo imperial e destruir o perigo representado pelos negros que haviam participado dos combates. Pode-se dizer, então, que foi uma espécie de revolução burguesa abortada, sabotada por seus próprios dirigentes, e que revela toda a covardia e o racismo que se fazem presentes nas raízes da burguesia brasileira.

4.5 Canudos – a luta dos sertanejos pelo paraíso na terra

Em 5 de outubro de 1897 morriam os últimos combatentes defendendo o arraial de Canudos. Cinco mil soldados marchavam sobre casas de pau-a-pique, já destroçadas por inúmeros tiros de canhão, com ordens expressas de destruir tudo e não deixar nenhum vestígio de uma comunidade que cometera o único crime de defender com unhas, dentes e sangue o seu direito de não morrer de fome no sertão do Nordeste. Se encerrava também uma das experiências mais importantes de luta do povo brasileiro, que criou uma comunidade onde não haviam classes sociais e que os meios de produção pertenciam a toda comunidade.

No fim do século XIX, o Nordeste passava por uma aguda crise causada pelo declínio da produção de açúcar. A maior parte dos sertanejos vivia na miséria, agravada a partir de 1877 pela Seca dos Dois Martelos, uma das maiores da história. Centenas de milhares morreram, parte dos sobreviventes formou bandos de cangaceiros, outra parte aderiu a grupos messiânicos. Foi de um desses grupos que peregrinavam pelo sertão da Bahia que surgiu Antônio Conselheiro. Em 1893, Conselheiro fixou-se às margens do Rio Vaza-Barris, onde construiu o arraial de Canudos. O rápido crescimento do arraial incomodou o governo, os fazendeiros e a Igreja.

Quando a Guerra de Canudos estourou, em novembro de 1896, a república brasileira tinha acabado de surgir, estava completando apenas sete anos. A república nasceu sob o controle militar dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, economicamente dominada por latifundiários de São Paulo e Minas Gerais, que cultivavam a monocultura do café. Em 1894, um de seus representantes, Prudente de Moraes, foi eleito presidente. Foi primeiro presidente civil que o Brasil teve. Mas a situação não estava fácil, uma parte da burguesia estava descontente e queria a volta de Floriano Peixoto, um militar autoritário conhecido como o *Marechal de Ferro*.

Enquanto isso, na Bahia, a velha elite política do Império, representada por proprietários de terras, entrou em conflito com uma nova elite política fruto da República, representada pelo governador Luís Viana. Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, era dono de terras vizinhas a Canudos e exigia que Viana mobilizasse todas as forças para liquidar Conselheiro. O governador hesitava.

A Guerra de Canudos, portanto, aconteceu no contexto de uma disputa política regional da Bahia e diante de uma crise política nacional.

Antônio Maciel, o Conselheiro

Com olhos baixos e fundos, cabelos e barbas longos, alto, magro, pálido com face escaveirada, vestindo uma túnica azul de brim, segurava um bastão em uma mão, em que apoiava seu passo lento de peregrino, e com a outra trazia livros. Assim Euclides da Cunha, um importante escritor brasileiro que trabalhou como jornalista

no último ataque a Canudos, descreveu Antônio Vicente Mendes Maciel, o beato Antônio Conselheiro.

Antônio Maciel nasceu na Vila de Santo Antônio de Quixeramobim (CE), em 1830. Aos seis anos, sua mãe, Maria Joaquina de Jesus, morreu. O pai, Vicente Mendes Maciel, um pequeno comerciante analfabeto, queria que o filho se tornasse padre, por isso o matriculou no curso de Manuel Antônio Ferreira Nobre, um importante educador da região, onde aprendeu aritmética, geografia, francês e latim. Era um aluno dedicado e inteligente. Com o falecimento do pai em 1855, Antônio assumiu a direção do comércio da família. No ano seguinte, teve que hipotecar a casa para pagar dívidas.

Casou-se, em 1857, com Brasilina Laurentina de Lima. Lecionou português, aritmética e geografia numa fazenda vizinha, onde nasceu seu primeiro filho. Mudou-se diversas vezes de cidade. Ao nascer o segundo filho, passou a trabalhar como advogado dos pobres, apesar de não ter diploma. Em 1861, flagrou a mulher em adultério, de quem se separou.

Aquilo representou um momento de ruptura com o próprio passado. Na cidade de Santa Quitéria (CE), conheceu a artesã Joana Batista de Lima, uma santeira que fazia imagens, conhecida como Joana Imaginária. Com ela, teve outro filho. Em 1865, deixou a família para peregrinar. Atravessou os sertões do norte até a Bahia, passando por Ceará, Pernambuco e Alagoas.

A pregação do Conselheiro atraía muitos fieis porque ele, além de ser um grande orador, tinha um discurso diferente dos padres, que estavam sempre ao lado dos ricos. Antônio Conselheiro não naturalizava a pobreza e a fome e mandava os pobres aguardarem o paraíso após a morte. Ele pregava a necessidade de um paraíso na terra, uma vida melhor para os sertanejos. Falava de justiça e de igualdade. Isso provocava muita raiva entre os líderes da Igreja. A Igreja sentia-se ameaçada por Conselheiro, que denunciava a ostentação e a riqueza de muitos sacerdotes católicos. Em 1882, foi proibido de pregar, acusado pelo arcebispo da Bahia de "perturbar a consciência e de reduzir a autoridade dos párocos". Mas isso não o fez parar.

Além da pregação, Conselheiro peregrinava pelo sertão fazendo obras sociais, seguindo o exemplo de um dos sacerdotes que o influenciou, o Padre Ibiapina. Conselheiro ajudava a reconstruir casas, praças, cemitérios, capelas e igrejas, havia herdado o gosto pela construção de seu pai. Algumas das igrejas que construiu estão de pé até hoje.

Ele era defensor da abolição da escravidão bem antes da Lei Áurea de 1888. Muitos ex-escravos o seguiram e tentaram encontrar em Canudos um lugar de paz em meio ao preconceito e a miséria em que foram jogados os ex-escravos libertos. Metade da população de Canudos era composta por negros. As grandes lideranças de Canudos eram negras ou descendentes de negros, como Pajeú e João Abade. Havia também índios. Um documento do médico que acompanhou a segunda expedição militar contra Canudos, narra a presença de índios e de ferimentos em soldados provocados por flechas.

Em 1890, a notícia da Proclamação da República chegou aos sertões. Para Conselheiro, a república era ilegítima. Ele acreditava na doutrina católica do direito divino, segundo a qual o imperador foi posto por Deus para governar o Brasil. Essa é uma das contradições do movimento que foi utilizada para desprestigiá-lo, dizendo que se tratava de um movimento que pretendia a restauração da monarquia no Brasil, e que portanto, era atrasado e reacionário. Tudo ao contrário. O atraso de que padecia Canudos era o atraso do conjunto do proletariado brasileiro que estava apenas se formando e que ainda carecia de um projeto estratégico próprio. Mas, apesar das contradições, Conselheiro criou uma comunidade que em sua ação era muito avançada. Acabou com a propriedade privada dos meios de produção, as mulheres, negros e índios eram tratados como iguais e se armou para resistir contra os ataques do exército dos latifundiários.

Canudos

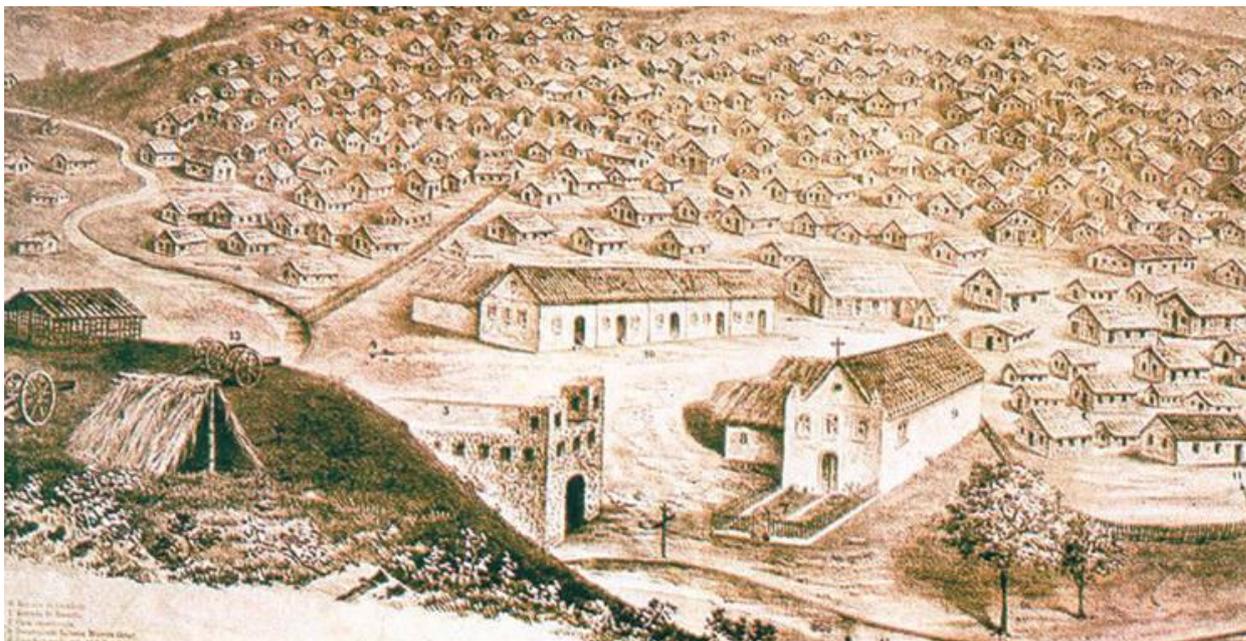
Três anos depois da proclamação da república, o governo federal concedeu aos municípios autonomia para cobrar impostos. Editais de cobrança foram afixados nas portas das casas da Câmara. Acompanhado por cerca de 200 fiéis, na cidade de Bom Pastor (RN), o Conselheiro reuniu o povo na feira e mandou arrancar e queimar os editais em praça pública. Ele considerava que, com os novos tributos, o povo iria trabalhar somente para o governo. O Governo de Salvador enviou uma tropa para prender os rebeldes, mas foi vencida pelos sertanejos que impediram a prisão do Conselheiro.

Ele sabia que aquele pequeno contingente policial enviado pelo governo e derrotado pelos sertanejos seria seguido por outros ataques, afinal a república nunca permitiria que incitadores do povo contra o pagamento de impostos permanecessem impunes. E ele estava certo. Logo foi enviado um contingente maior de policiais. Mas Antônio Conselheiro já havia partido para o norte da Bahia em uma longa peregrinação a procura do lugar ideal para construir sua utopia: uma comunidade igualitária.

Foi o Conselheiro quem escolheu o lugar onde se alojaria com os cerca de 800 que o seguiam. Um vilarejo abandonado nas margens do rio Vaza-Barris, lá fundou o arraial de Belo Monte, mais conhecido como Canudos.

Antônio Conselheiro conhecia bem o sertão e soube escolher o local adequado para a fundação do arraial de Canudos. Além de ser uma região com maior possibilidades de conseguir água, era o local ideal para se defender dos prováveis ataques que sofreriam. Os caminhos que levavam ao velho povoado passavam por desfiladeiros perigosos em montanhas que o cercavam. A estrada de ferro mais próxima ficava em Queimadas, distante 200 quilômetros. Não havia povoado importante entre as duas cidades e para ir de uma a outra só a pé ou no lombo de animal, sendo a caminhada lenta e penosa pela aridez da região. As caatingas de Canudos constituíam o principal elemento de defesa contra qualquer eventual agressão inimiga. Ali, entre cinco serras poderia desenvolver-se com relativa tranquilidade a comunidade igualitária que o Conselheiro havia imaginado e prometido.

O nome de Canudos vem da antiga população do lugar. Na década de 1870 moravam nessa região uma população armada até os dentes que produziam uns estranhos cachimbos de barro pintado, com canudos de um metro de comprimento. Desse produto que eles fabricavam veio a origem do nome do povoado.



Em 1893, com a chegada do Conselheiro e de seus seguidores a situação do lugar se modificou rapidamente. No início eram algumas centenas e rapidamente milhares. Até chegar a 25 mil habitantes, morando em cerca de 5 mil casas. Na época esse número era muito alto. Para se ter ideia, Juazeiro, a maior cidade do norte da Bahia tinha então 3 mil habitantes e Salvador, a capital da província, tinha 200 mil.

A chegada de todo tipo de gente ao arraial provocou espanto nos fazendeiros da região vizinha. O Barão de Jeremoabo, um dos latifundiários da região, escreveu: "Alguns lugares dessa comarca e de outras circunvizinhanças, e até o Estado de Sergipe, ficaram desabitadas, tal o aluvião de famílias que seguiam para Canudos".

Se construíam até doze casas por dia no povoado. A originalidade da cidade era a construção inteiramente diferente das outras cidades do sertão. Existia somente uma rua, Campo Alegre, que dividia a cidade em duas e partia da praça da igreja velha. O resto da cidade era construído de becos estreitos que se comunicavam uns com os outros de maneira irregular. Parecia um labirinto. Ao olhar de fora parecia uma cidade completamente sem organização. As casas eram construídas de maneira desorganizada (uma de frente, outra de fundo, outra de lado), não obedeciam a qualquer alinhamento. Mas porque, Antônio Conselheiro, construtor por natureza, consentiu que se levantasse uma cidade de maneira tão desordenada? Só mais tarde se descobriu que essa construção desordenada tinha uma grande importância tática na guerra de guerrilha travada contra os exércitos invasores.

No centro do arraial ficavam as duas igrejas. A igreja velha era a antiga capela da fazenda. Tinha sido restaurada, mas era pequena. Por isso começou a ser construída uma nova, bem maior, que ainda não estava pronta quando Canudos

começou a ser atacada pelas tropas do governo. Com paredes de quase um metro de espessura, o templo, além de um ambiente espiritual, era também uma fortaleza contra os ataques que a cidade sofreria e suportou firmemente muitos tiros de canhão.

Na cidade em crescimento, reinavam a ordem, a tranquilidade e o trabalho coletivo. Os canudenses produziam mandioca, cenoura, abóbora, frutas e criavam cabras. A população levantou casas e um grande templo: a Igreja Nova, projetada por Conselheiro, já que a velha se tornara pequena. Não existiam autoridades policiais e nem coletores de impostos. Não havia lugar para tabernas e nem para prostíbulos. O álcool era rigidamente proibido. Certa vez alguns tropeiros, vindos de Juazeiro, trouxeram vários barris de bebidas que foram logo abertos a machadadas e a aguardente jogada na terra. As mulheres não precisavam se prostituir para ganhar a vida. Trabalhavam para o bem da comunidade, assim como os homens. O Conselheiro dava muita importância a educação das crianças. Fundara duas escolas e acompanhava o ensino, que se estendia aos adultos que quisessem aprender a ler e a escrever.

O Conselheiro era a principal autoridade do arraial. Seu poder não era fruto da repressão e do medo, mas da confiança depositada nele pelos sertanejos que se juntavam ao povoado. Mas ele não construiu nem dirigiu Canudos sozinho. Ao lado do Conselheiro haviam importantes combatentes e várias figuras que cumpriram um papel importante para o desenvolvimento do arraial. O papel mais importante, depois do Conselheiro, era de João Abade, uma espécie de administrador do povoado, que recebia os novos moradores e cuidava do bem-estar dos habitantes; Timóteo, o sineiro, que desempenhava o seu trabalho diário com maior dedicação e que tocou o sino da igreja pontualmente até durante a guerra, quando foi atingido por uma bala de canhão enquanto tocava a sexta badalada da Ave-Maria; Manuel Quadrado, curandeiro da cidade, que conhecia profundamente a flora medicinal e quando necessário praticava cirurgias; o bravo negro Pajeú, chefe dos combatentes, o mais temido herói da guerra de Canudos; Antônio Calixto do Nascimento, era o comandante da *Guarda Católica*, o organismo responsável pela defesa interna da cidade, que nunca se retiravam e estavam sempre prontos para defender Canudos, quando viu tudo perdido, Antônio Calixto preferiu se atirar nas chamas do que se entregar ao inimigo; Joaquim Macambira, hábil organizador de emboscadas que liderou um grupo de onze homens para tentar destruir o temível canhão Withworth 32, sendo trucidado com dez companheiros pelas balas dos inimigos; Chico Ema, que dirigia o serviço de espionagem no seio das tropas inimigas e nas cidades vizinhas. São inúmeros os simples sertanejos que se tornaram heróis ao lado do Conselheiro, na luta por uma vida melhor e que mereciam ter seus nomes lembrados.

Raramente ocorria algum crime em Canudos. Havia uma cadeia, que era chamada de "Poeira". Mas estava sempre vazia, apesar do Conselheiro não tolerar a impunidade. As contendas internas eram sempre resolvidas pelo próprio Conselheiro, que embora temido nunca empregava a violência como castigo. Nos casos de crime de morte, o Conselheiro expulsava o assassino da cidade ou entregava-o às autoridades da comarca de Monte Santo para ser julgado de acordo com a lei.

A principal razão da paz que reinava em Canudos era a produção e distribuição de bens. Vigorava a propriedade coletiva da terra, das pastagens, dos rebanhos, das plantações. A propriedade individual era reduzida aos objetos de uso, aos móveis e a moradia. Os produtos frutos do trabalho dos canudenses pertenciam à comunidade. A produção de couro de cabra na comunidade deu tão certo que chegaram a exportar para a Europa. Todos trabalhavam e cada um recebia os mantimentos de acordo com as suas necessidades. A produção que ultrapassava o consumo e o excedente era armazenado ou vendido em localidades vizinhas. Para o sertanejo, que até então só conhecia a fome e a falta de tudo, Canudos era de fato o paraíso na terra.

As mulheres em Canudos

Em Canudos as mulheres não eram vistas como inferiores, nem como propriedade do marido. O direito de trabalhar dava às mulheres a possibilidade de serem incorporadas à produção e fazer parte da vida da comunidade. Não havia prostituição e era terminantemente proibido o estupro e a violência. Apesar de o Conselheiro defender o casamento religioso, em Canudos, casava-se quem queria. A mulher que quisesse permanecer solteira poderia e ninguém poderia questionar sua vida sexual. Existem registros de casos em que o Conselheiro foi procurado para punir mulheres que possuíam uma vida sexual sem ser casadas e que ao invés de punir a mulher, o Conselheiro repreendia os moralistas. Diferente do resto da sociedade da época, não havia separação entre as mães solteiras e as casadas. Não havia separação entre filhos legítimos e bastardos, todos eram bem acolhidos e bem tratados. As mulheres tinham mais direitos na Canudos dirigida por rudes sertanejos, que no resto da sociedade brasileira dirigida por ilustres republicanos.

Várias mulheres cumpriram um papel importante em Canudos. Havia, por exemplo, as professoras Maria Francisca de Vasconcelos e Maria Figueira, educadas em Salvador, que dirigiam as duas escolas, caracterizando-se pela paciência e espírito de disciplina que impunham aos alunos. Durante a guerra trabalharam na enfermagem auxiliando o curandeiro Manuel Quadrado no atendimento aos feridos. Maria Francisca desapareceu na guerra, morta a tiros ou no incêndio da cidade. Maria Figueira sobreviveu a catástrofe e transferiu-se para Salvador, onde morreu aos 78 anos morando na rua.

Não foram somente os homens em Canudos que distinguiram-se na guerra. Houve também várias mulheres que participaram na luta heroicamente. Uma delas, Maria Rita, de 18 anos – a *virgem das caatingas* – trocou a roupa de chita pela roupa de couro, sobressaindo-se pelo destemor e pela pontaria. Ao ser atingida por uma bala nas caatingas ainda teve forças de voltar ferida para Canudos, percorrendo vários quilômetros, e morreu na porta da igreja. Havia também Santinha que organizou um piquete feminino devidamente armado para ir ao campo de batalha trazer de volta a Canudos os feridos e os mortos da guerra.

Começa a guerra

Canudos era uma pedra no sapato da república e sua repercussão era cada vez maior. A nova cidade mexeu no calcanhar de Aquiles da estrutura oligárquica:

partilhar a terra de uma região no Brasil naquela época era o mesmo que dividir o poder.

Os frades João Evangelista de Monte Marciano e Caetano de Leo foram enviados a Canudos com a missão de dissolver o povoado, em 1895. Foram bem recebidos pelo Conselheiro, mas quando falaram em desarmar o povo e acabar com o arraial foram rechaçados pelos canudenses e tiveram que sair da cidade escoltados pela guarda pessoal do Conselheiro. A missão fracassou. No relatório, os correspondentes enfatizaram o caráter subversivo de Canudos, considerado núcleo de hostilidade ao governo e supostamente monarquista. Eles tentavam apresentar o Conselheiro como um fanático e falso profeta que apresentava Canudos como a terra prometida onde 'os rios são de leite e os morros de cuscuz de milho'. O relatório conferiu legitimação religiosa à ação militar.

Primeira expedição: tropas em debandada

Canudos se tornava cada vez mais autossuficiente, mas mantinha relações econômicas com os vizinhos. Para a construção da Igreja Nova, Conselheiro havia comprado madeiras lavradas, em 1896, de um comissário de polícia em Juazeiro (BA), cidade próxima. No entanto, as madeiras não chegavam e também não foi devolvida a quantia paga por elas. Os conselheiristas mandaram avisar que, se a madeira não fosse entregue dentro de determinado prazo, iriam a Juazeiro buscá-la. O comerciante das madeiras era ligado ao juiz de direito Arlindo Leoni, a quem informou que os canudenses ameaçavam saquear a cidade. O boato justificou o primeiro ataque militar contra Canudos. O juiz pediu reforço ao governador Luís Viana, que enviou cem soldados para o local.

Os soldados esperaram por cinco dias em Juazeiro e nada do bando de Canudos. Então, sem querer voltar para a capital de mãos abanando, eles resolveram partir para o povoado para tirar satisfação lá mesmo. A caminho de Canudos, a tropa, comandada pelo tenente do exército Manuel da Silva Pires, parou no vilarejo de Uauá. Pela manhã, os canudenses surpreenderam os soldados. Enquanto as tropas dormiam os canudenses chegaram a Uauá em procissão pedindo paz. Acordados pelos conselheiristas, os soldados correram pelas portas, seminus, saltando pelas janelas; vestindo-se e armando-se às carreiras e dispararam fogo contra a procissão.

Mas não esperavam que houvesse uma tropa de defesa junto com os beatos, armados com armas velhas, foices e facões que atacaram os soldados. Eles se desesperaram e atiraram para todos os lados, ficando quase sem munição. A isso se seguiu uma luta corpo-a-corpo com arma branca que durou cinco horas. Após isso os guerreiros canudenses se retiraram, deixando os soldados em frangalhos, desarmados e precisando fazer uma viagem de quatro dias a pé de volta à Juazeiro sem comida. Dez soldados morreram e 16 ficaram feridos.

Segunda expedição: lagoa de sangue

Depois da derrota em Uauá, era necessária uma reação segura. Na segunda expedição militar, o comandante major Febrônio de Brito reforçou a tropa, formada por forças federais e pela polícia militar baiana. Reuniram-se em Monte Santo 600

soldados, em 29 de dezembro de 1896. Eles estavam armados até os dentes com metralhadoras e canhões. A ordem era arrasar Canudos. O Major Febrônio tinha tanta certeza da vitória que deixou em Queimadas um terço da munição que julgava desnecessária.

Os oficiais esperavam uma viagem fácil. Mas tiveram que caminhar cerca de 60 quilômetros com um clima muito quente e os canhões eram puxados por bois, o que atrasava a viagem. A 12 quilômetros de Canudos a comida acabou. A partir dali se iniciou uma guerra para a qual eles não estavam preparados. Eram atacados por tiros e ataques surpresa vindo do meio da mata, que do mesmo jeito que apareciam, sumiam em seguida. Na Lagoa do Cipó em 2 de janeiro de 1897 houve uma terrível batalha e o local foi rebatizado como Lagoa de Sangue. As tropas governistas espantaram os conselheiristas, mas não tinham mais como avançar. Estavam a dois dias sem comer, exaustos e sendo atacados por um inimigo invisível. Nova derrota governista. Os conselheiristas tomaram as armas do exército que teve que fugir do local da batalha.

Terceira expedição: coronel corta-cabeças

Para comandar a terceira expedição, escolheram o coronel Antônio Moreira César, conhecido por vitórias na Revolta Federalista no sul do país, em 1894, por sua violência e implacável brutalidade contra os vencidos, que lhe valeu o apelido de Corta-Cabeças.

Moreira César reuniu 1,6 mil soldados, 15 milhões de cartuchos de fuzil, quatro canhões e inúmeras metralhadoras. A coluna dos soldados tinha três quilômetros de comprimento. No dia 2 de março chegaram em Angico, a 19 quilômetros de Canudos. Como a comida estava acabando e já eram 11 horas da manhã o Coronel Moreira Cesar quis animar seus homens com a frase que ficou conhecida: "vamos almoçar em Canudos". Chegando no morro da Favela, que ficava ao lado do arraial e mandou disparar os canhões e logo após ordenou que os soldados invadissem Canudos. Foi um grande erro. Os becos entre as casas formavam um verdadeiro labirinto e fizeram os soldados se dispersarem em pequenos grupos que eram atacados por todos os lados pelos canudenses que surgiam de repente nas vielas ou de dentro das casas e depois sumiam.

Do alto da torre da igreja nova atiradores alvejavam facilmente soldados, em especial os oficiais. O Coronel Moreira Cesar tentou descer com seu cavalo para animar os soldados e foi atingido por dois tiros na barriga e morreu em seguida. Foi substituído pelo coronel Tamarindo, que também foi atingido por um tiro. As tropas do governo saíram em uma fuga desesperada do arraial. Eram cerca de 800 soldados deixando pra trás armas, munições e até o fardamento com medo de serem reconhecidos no caminho pelos defensores do Conselheiro. A desorganização da tropa pode ser calculada pelas palavras do Coronel Tamarindo, que deveria chefiar a operação: "Em tempo de murici, cada um cuide de si".

A quarta expedição e o grande reforço: o fim de Canudos

A quarta expedição foi organizada diretamente pelo ministro da Guerra marechal Carlos Machado Bittencourt. Reuniu tropas de 17 estados, com setecentas

toneladas de munição, inúmeras metralhadoras, doze canhões Krupp e o temível canhão Withworth, chamado pelos conselheiristas de "matadeira". Sob o comando do general Artur Oscar, a expedição era composta de duas colunas comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget.



Em 21 de março de 1897, 18 dias após o fracasso de Moreira César, Artur Oscar já estava em Queimadas (BA), onde traçou um plano de ação distinto dos usados pelas expedições anteriores. Ordenou às tropas "não deixar ficar em pé nem um só pau que indicasse ter havido ali uma choça sequer".

A expedição pôs-se em marcha, em 5 de abril de 1897, com cerca de 6 mil soldados. Os primeiros combates aconteceram em junho, em Cocorobó, com a primeira coluna. Trezentos seguidores de Conselheiro, que estavam bastante armados, conseguiram deter mais de 2,5 mil soldados por vários dias, provocando cerca de mil baixas nas forças do governo. Com poucas dezenas de guerrilheiros Pajeú colocou a primeira coluna num buraco sem fim. Com táticas guerrilheiras, os conselheiristas cercaram a primeira coluna. Se a segunda coluna não chegasse a tempo, ela teria sido derrotada e a história seria outra. Mas mesmo com as duas colunas juntas, somando cerca de cinco mil homens, o máximo que puderam fazer foi manter a posição. Não tinham como atacar. Pediram reforços urgentes. Eles estavam em risco de ser destruídos. Em agosto chegaram os reforços. Mais 3 mil homens reunidos a pressa por todo o país.

O exército manteve artilharia pesada sobre o povoado, mas apenas em setembro conseguiu cercar e isolar Canudos. A dinâmica da guerra mudou: o arraial, que

ficava em um vale, rodeado por morros, foi atacado de cima a baixo pelas tropas, que se posicionavam em locais altos e protegidos pelos morros, de onde era possível ver a cidade inteira. Com o grande reforço Canudos estava perdida. Os canhões finalmente derrubaram as torres da igreja nova. Ainda assim, quando os comandantes ordenaram que os soldados tomassem Canudos eles foram recebidos com uma resistência feroz que durou cinco dias dentro das vielas da cidade e custaram muitas mortes às tropas do governo.

Massacre: vinte mil mortes e crianças feitas escravas sexuais

Após mais de dois meses de luta na quarta expedição, os sertanejos não puderam resistir a uma força muitas vezes maior que a sua. Canudos resistiu por quase dez meses às investidas de um exército profissional, que representava 50% do efetivo da força terrestre brasileira de então, treinado e com superioridade de combatentes, equipamento e demais recursos.

Em 3 de outubro de 1897, o conselheirista Antônio Beatinho levantou bandeira branca e ofereceu a rendição, obtendo a promessa de que ninguém sofreria represália. Um grupo de 300 canudenses famintos e doentes se entregaram. Todos os homens foram presos e depois degolados, uma execução sumária apelidada de "gravata vermelha".

Canudos caiu no fim da tarde de 5 de outubro de 1897. O Conselheiro havia morrido alguns dias antes de alguma doença desconhecida. Após a batalha o solo ao redor das igrejas foi revirado por ordem dos comandantes da expedição para encontrar o corpo do Conselheiro. Por fim foi encontrado morto no dia 6, envolto em lençol e flores, enterrado numa cova na encosta de uma parede do santuário. Vestia sua túnica de brim azul e alpargatas de couro. Os soldados acharam seu corpo às 10h. Eles o decapitaram e às 11h incendiaram o que ainda restava do arraial.

Depois de queimar Canudos, oficiais, soldados e jornalistas que acompanhavam a expedição não hesitaram em apossar-se dos seus restos humanos. Crianças, especialmente as claras, foram sequestradas. Umas para serem vendidas como escravas, outras para a prostituição ou mesmo para servir aos interesses sexuais dos vencedores. O final da guerra do governo contra Canudos é um reflexo do desprezo da burguesia brasileira pelo povo pobre desse país que tem que se sujeitar a viver na fome e miséria sem buscar construir algo novo.

A Guerra de Canudos foi um dos maiores massacres da história do país. O número de mortos é uma polêmica, não há dados muito exatos. É possível falar de cerca de 20 mil mortos.

A classe operária brasileira vai continuar o legado de Canudos

A existência de um fenômeno social como o de Canudos é consequência da covardia e da fragilidade da burguesia Brasileira, que não realizou a sua revolução democrática e não cumpriu suas tarefas. Entre elas a reforma agrária e solução do problema indígena e negro no país. As contradições sociais geradas pela falta de uma reforma agrária, da enorme concentração de terra na mão dos latifundiários e da miséria dos camponeses pobres e sem-terra, junto com a falta de uma resposta

para a situação dos negros que eram libertos após 300 anos de escravidão e dos índios que foram exterminados e os sobreviventes expulsos de suas terras foi o que gerou o fenômeno social de Canudos. Esses problemas que não foram resolvidos pela covarde burguesia brasileira terão que ser resolvidos pela classe operária em sua revolução socialista no país.

A nossa tarefa é manter viva a memória de Antônio Conselheiro, do grande guerreiro negro Pajeú, de Maria Rita, a *virgem das caatingas*, e de todos 20 mil homens e mulheres pobre que tombaram no sertão pelo crime de não aceitar morrer de fome e de sede. Mais que isso, precisamos continuar a sua luta pela construção de uma sociedade sem classes sociais, com o patrimônio coletivo dos meios de produção e sem opressão de gênero ou raça. Mas que dessa vez seja dirigida pela classe operária organizada democraticamente em conselhos populares. E que deixem vir as expedições militares da burguesia. A classe operária e o povo pobre brasileiro tem em seu sangue a história de luta dos guerreiros de Canudos.

REVOLUÇÕES E CONFLITOS NO BRASIL DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

Nome do conflito	Anos	Local	Descrição resumida do conflito	Sujeito social (com aliados)	Inimigos
França Antártica	1555-1567	RJ	A França Antártica foi uma colônia francesa estabelecida na região da Baía do Rio de Janeiro, no século XVI, com o apoio dos tamoios, a população nativa da Guanabara, existindo de 1555 a 1570, quando os últimos remanescentes da aliança franco-tamoia foram derrotadas na Batalha do Cabo Frio.	Franceses (com apoio dos tamoios)	Portugueses
Guerra dos Tamoios	1556-1567	RJ e SP	VER TEXTO NA APOSTILA - As nações indígenas dos tupinambás, aimorés e temiminós, que ocupavam o litoral paulista e fluminense, entre Bertioga e Cabo Frio, se levantaram contra os brancos, que queriam mão-de-obra escrava para a colonização.	Indígenas tupinambás e outros - apoio francês	Portugueses (com apoio dos indígenas Guaianazes)
Guerra dos Aimorés	1555-1673	BA e ES	Foi resultado de conflitos iniciais de tentativa de escravização das populações indígenas. Fernão de Sá, comandando bandeira no território capixaba, lutava contra os aimorés. Os aimorés venceram e as feitorias do bandeirantes foram destruídas por volta de 1558.	indígenas	portugueses
Guerra dos Potiguares	1586-1599	PB e RN	10 navios conduzindo 900 soldados, que partiram de Pernambuco para fundar uma colônia na foz do Rio Grande, hoje Natal. Lá chegando, foram expulsos pelos índios potiguares com dezenas de baixas. Os soldados passaram a realizar expedições contra as aldeias. Em 1599 se celebrou a paz com os índios, fundando a cidade Rio Grande.	indígenas potiguares	portugueses
Guerra dos Palmares	1597 a 1694	NE	VER TEXTO NA APOSTILA - Foi o maior, o mais populoso, duradouro e importante quilombo das Américas. O quilombo atraiu dezenas de milhares de negros que resistiram aos assédios dos brancos por cerca de um século. A população chegou à casa dos 20 mil habitantes.	Negros libertos	portugueses
Levante dos Tupinambás	1617-1619	PA e MA	Entre 1615 e 1616 os portugueses resolveram começar a expandir seu território em direção à região amazônica. Essa região era disputada com espanhóis, holandeses e ingleses. Até que em 1616 os colonizadores conseguiram estabelecer sua ocupação no Pará, através da construção de um Forte em Belém, chamado de Presépio. O objetivo dos portugueses era proteger a entrada do rio Amazonas. Para conseguir se estabelecer no Norte do país eles contaram com a ajuda de indígenas, entre eles os Tupinambás, que viviam na região. Os índios viam os portugueses com desconfiança, mas em meio à guerra achavam que poderiam se beneficiar com um acordo no comércio e na guerra. Mas o resultado foi infeliz para os indígenas. Eles sofreram todo tipo de violência por parte dos portugueses e muitos foram escravizados (apesar de a escravização dos indígenas ser proibida pelas leis da época, a não ser os conquistados em guerras autorizadas pelo rei). Contra os abusos dos colonizadores portugueses os índios Tupinambás começaram a se revoltar a partir de 1617. Essa foi uma das revoltas mais sangrentas que ocorrerão na região. Os índios uniram várias tribos para atacar o forte em Belém e os portugueses respondiam com muita violência, porque possuíam armas muito mais poderosas. Os líderes indígenas capturados eram levados para ser executados com tiros de canhão para dar exemplo aos demais. As batalhas se seguiram até 1621, com os índios utilizando o método de guerrilha, de atacar e depois se esconder na selva. Até que em 1619 os Tupinambás se uniram para fazer um grande ataque e foram derrotados pelos portugueses, tendo depois suas aldeias devastadas.	indígenas tupinambás	portugueses
Revolta de Cumã	1617	MA	Em janeiro de 1617, na região do Maranhão, espalham-se rumores de que os colonizadores iriam escravizar todos os índios. Nos meses seguintes o núcleo rebelde faz contato com outras nações indígenas que, ao longo de quatro anos, tornaria a resistência generalizada na região. A repressão portuguesa venceu a rebelião.		
Insurreição Pernambucana	1645	PE	Revolta da população nordestina (a partir de 1645) contra o domínio holandês. Sob iniciativa dos senhores de engenho, os colonos foram mobilizados para lutarem. Em 1654, os holandeses foram derrotados e expulsos do País.	portugueses (com aliados indígenas)	holandeses
Motim do Nosso Pai	1666	PE	Foi uma das primeiras rebeliões de cunho nativista no Brasil. Após combater os holandeses por anos os pernambucanos achavam que mereciam reconhecimento da coroa. Mas Portugal nomeou para governar a capitania de Pernambuco um estrangeiro. Ofendidos com a situação os pernambucanos organizaram um golpe e destituíram o governador.	Senhores de engenho	portugueses

Revolução de Beckman (Revolta no Maranhão)	1684-1685	MA	Provocada pelo descontentamento com a Companhia de Comércio do Maranhão. Os revoltosos eram senhores de engenho e comerciantes que pretendiam conseguir mão-de-obra escrava para suas terras e escoar a produção a preços condizentes. Contra os abusos da coroa saquearam os estoques da companhia e depuseram o governo.	Senhores de Engenho e Comerciantes	império português
Confederação dos Cariris - Guerra dos Bárbaros	1686-1692	PB e CE	Rebelião indígena contra a colonização portuguesa e a escravização dos índios no Nordeste brasileiro. A revolta começou com ataques indígenas a vilas e fazendas, que deixou muitos colonos mortos. Após anos de batalhas e resistência indígena, foram finalmente vencidos pelas tropas do temível Coronel João de Barros Braga.	Indígenas cariris	portugueses
Guerras bárbaras - Índios Janduis e Gê	1692	RN e CE	Rebelião dos índios Janduis contra a expansão da criação de gado pelos portugueses em suas terras. Os índios atacavam os colonos e destruíam a criação. Chegaram a mobilizar 22 aldeias com 5.000 homens armados de arco e flecha e armas de fogo. No final foram subjugados e obrigados a ceder parte de suas terras.	Índios Janduis	portugueses
Guerra dos Muras	Século XVIII	Amazonas	Os Muras era um povo indígena que utilizando o método de guerrilha conseguiu impedir por mais de cem anos a colonização dos europeus na região em que estavam instalados, na Amazônia. Eles acabaram sendo colonizados pelos religiosos e logo após exterminados pelos colonizadores.	Indígenas	portugueses
Guerra dos Emboabas	1700	SP e MG	Foi um confronto travado de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais. O conflito ocorreu entre os bandeirantes paulistas, que esperavam ter o monopólio da extração do ouro, e portugueses, conhecidos como "emboabas" que vinham a região para a mineração.	bandeirantes paulistas	portugueses
Revolta do Sal	1710	Santos SP	O sal era gênero de primeira necessidade para as pessoas e o gado. Era explorado Coroa Portuguesa que aumentava o seu preço sem nenhum limite. Um senhor de engenho organizou um grupo armado formado por negros, índios e capangas e tomou os depósitos de sal e carregaram tudo o que puderam, pagando o preço que achavam justo.	grandes proprietários	portugueses
Guerra dos Mascates	1710-1711	PE	Conflito entre senhores de engenho de Olinda (então capital de Pernambuco) e comerciantes portugueses de Recife. Além de estarem falidos os coronéis viram ameaçados seu domínio político com a emancipação de Recife e foram à guerra. A revolta terminou com a intervenção da coroa, que transformou Recife na capital de Pernambuco.	senhores de engenho em decadência	comerciantes portugueses
Motins do Maneta	1711	BA	Os Motins do Maneta foram duas sublevações ocorridas no Brasil Colônia em Salvador contra o monopólio da comercialização do sal e aumento de impostos. Este produto era de comércio exclusivo da metrópole, ou seja, sua produção era proibida no Brasil. Estava criado o clima de revolta, que resultou nos motins populares.	Comerciantes e populares.	portugueses
Revolta de Felipe dos Santos	1720	MG	Movimento social contra a exploração do ouro e cobrança extorsiva de impostos da metrópole sobre a colônia. A revolta contou com cerca de dois mil populares, que pegaram em armas e ocuparam pontos da cidade. A coroa portuguesa reagiu e o líder, Filipe dos Santos Freire, acabou enforcado.	Ricos locais com apoio popular	portugueses
Guerra dos Manaus	1723	AM	Guerra dos Índios da tribo Manau contra os portugueses que os expulsava de suas terras e os escravizava. Os Manaus se aliaram com os holandeses e começaram a atacar as tribos que colaboravam com os portugueses e vendê-los como escravos. A coroa portuguesa reagiu ferozmente e destruiu os Manaus.	indígenas Manaus	portugueses
Guerra Guaranítica	1751-1757	SUL	O Tratado de Madri, assinado entre portugueses e espanhóis, desalojava os índios guaranis de suas terras, no Rio Grande do Sul. A guerra ocorreu pela resistência dos Guaranis em deixar suas terras e casas. Após uma brava resistência indígena, os exércitos português e espanhol atacaram juntos os índios guaranis que foram destruídos.	Guaranis (com apoio de uma parte dos jesuítas)	portugueses e espanhóis

Inconfidência Mineira	1789	MG	Movimento separatista e republicano, mas que não tinha posição clara contra a escravidão (influenciado pelos iluministas franceses e pela revolução de independência dos EUA). Descontentes com o domínio português sobre Minas Gerais e a cobrança de impostos abusivos os revolucionários prepararam um golpe que decretaria a independência de Minas e o estabelecimento de um República, no dia da Derrama. A derrama era um imposto estabelecido pela coroa portuguesa. Nessa época a produção de ouro vinha diminuindo e Portugal culpava o contrabando. Então, para manter abastecidos os estoques da Coroa, Portugal determinou que MG deveria pagar um imposto equivalente a 1500 kg de ouro anual. Se a produção não fosse suficiente para atingir essa quantidade, o que faltasse deveria ser cobrado da população, esse imposto era a Derrama. Os inconfidentes (que eram proprietários rurais, senhores de escravos, intelectuais, clérigos e militares) planejaram o golpe para o dia de cobrança da Derrama. Esperavam que a população se revoltasse nesse dia e que os militares se insurgissem, o que seria utilizado como motor da revolta. Mas eles foram traídos por um dos revoltosos, Joaquim Silvério dos Reis. Ele contou tudo ao governador de Minas em troca do perdão a suas dívidas com a Coroa. A cobrança da derrama foi suspensa e os inconfidentes presos e levados a julgamentos. O único dos insurgentes executado foi o militar Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), o único pobre envolvido. Ele foi enforcado e esquartejado, tendo suas partes penduradas em pontos da cidade para dar o exemplo. Os demais foram presos ou mandados para o exílio na África.	senhores de escravos, grandes comerciantes, com vanguarda entre advogados, dentistas etc.	portugueses
Conjuração Baiana/Revolução dos Alfaiates	1789	BA	Movimento separatista, republicano e abolicionista. Contaram com a participação da elite baiana, na figura do médico Cipriano Barata e do padre Agostinho Gomes, que eram críticos ferrenhos do sistema colonial português. Mas teve ampla participação dos setores populares, que desejavam condições melhores de vida. A revolta foi liderada por simples alfaiates e por soldados. Defendiam a emancipação do Brasil, implantação da República, liberdade comercial, abolição da escravidão e aumento de salários para os soldados. Os revoltosos colaram cartazes em Salvador, que continham a finalidade da revolta e esperavam a participação da população baiana. Mas eles foram delatados e o governo controlou o movimento. Todos os envolvidos na conspiração foram presos. Os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino foram enforcados. Os pertencentes à elite, como Cipriano Barata, foram inocentados. Tanto a Inconfidência Mineira como a Revolta dos Alfaiates pleitearam a emancipação política e possuíam ideais republicanos. Desejavam uma estrutura política representativa que fomentaria o sistema educacional e a industrialização do país. Entretanto, somente o movimento baiano contou com expressiva participação popular e de caráter abolicionista. Os inconfidentes pertenciam à elite da sociedade colonial mineira. Os líderes do movimento baiano, ao contrário, pertenciam às camadas pobres, por isso foram executados. Os participantes desse levante se inspiraram nos ideais de liberdade dos iluministas franceses, da Independência dos EUA e da revolução negra no Haiti.	revolução popular	portugueses
Revolução Pernambucana	1817	PE	Movimento independentista e republicano em Pernambuco, o único do período colonial que conseguiu tomar o poder. Uma das causas foi os altos impostos para manter a corte portuguesa que havia se mudado para o Rio. Não conseguiram apoio de outras províncias, acabaram isolados e derrotados por uma forte reação portuguesa.	Grande proprietário, religioso, comerciante, militares	Governo imperial, com apoio dos senhores de engenho.
Independência da Bahia	1821-1823	BA	Na Bahia a luta pela Independência só concretizou-se quase um ano depois do resto do Brasil. Ao contrário da pacífica independência nacional, só ao custo de milhares de vidas e acirradas batalhas por terra e mar a Bahia emancipou-se de Portugal. Gente humilde participou. A independência da Bahia aconteceu em 2 de julho de 1823.	Revolta popular, dirigida pela burguesia libera	portugueses
Independência do Brasil	1822	Brasil	A independência do Brasil foi produto de vários movimentos revolucionários nas regiões que queriam expulsar os portugueses daqui. D. Pedro I, junto com a classe dominante brasileira, diferentemente dos países latino-americanos que fizeram revoluções de independência, resolveu antecipar-se e promover uma independência de Portugal mais pacífica e controlada possível, combinada com o nascente imperialismo inglês que, neste tempo, dominava o mundo.	brasileiros	portugueses

Confederação do Equador	1823-1824	NE	Movimento revolucionário de caráter separatista e republicano que eclodiu em Pernambuco, se alastrando para outras províncias do Nordeste. Representou a principal reação contra a tendência monarquista e a política centralizadora do governo de Dom Pedro I. Pernambuco vinha de um histórico recente de revoluções separatistas. Os derrotados na Revolução Pernambucana de 1817 esperavam uma constituição que desse autonomia aos Estados. Mas Dom Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte e declarou uma constituição extremamente centralizadora. Revoltados com a situação os insurgentes, liderados por Pais de Andrade, declararam a independência da província de Pernambuco. Enviou-se convites às demais províncias do norte e nordeste do Brasil para que juntas formassem a Confederação do Equador. Contudo, nenhuma delas aderiu. O Ceará foi, depois de Pernambuco, o estado que mais ativamente tomou partido na rebelião. Uma das medidas mais avançadas da Confederação foi o fim do tráfico negreiro no porto de Recife. Os senhores de escravos e terras recuam. Para reprimir os confederados — uma real ameaça de perda, pelo Império, de quase todo o Nordeste — Pedro I contratou mercenários ingleses. Os ingleses tinham ordens terminantes de matar os revoltosos. Enfim, em 12 de setembro de 1824, 3.500 soldados vencem os confederados em Recife, que fogem para Olinda e rendem-se, mas são vítimas do costumeiro banho de sangue. Os ingleses saquearam e incendiaram Recife. Uma boa parte dos confederados não aceitou o fim e continuou a luta, sob liderança de frei Caneca, mas não adiantou; foram derrotados. Ficou três meses no poder.	insurreição popular dirigida pela burguesia liberal e classes dominantes.	Governo Imperial
Noite das Garrafadas	1831	RJ	Foi uma série de protestos contra o imperador D. Pedro I. O conflito culminou quando os portugueses organizavam uma grande festa para recepcionar o governante, mas os brasileiros revoltosos atacaram com pedras e garrafas.	insurreição popular	governo imperial
Cabanada	1832-1835	PE e AL	Rebelião ocorrida após a abdicação de Dom Pedro I. O movimento se deu em Pernambuco e Alagoas. A rebelião assumiu um caráter conservador pois pretendia a volta do monarca português ao trono do Brasil. Porém, foi o movimento revolucionário no Brasil com grande base popular pobre. Contou com grande participação sertanejos pobres, indígenas e negros. Com essa base social radicalizada, o movimento assumiu o caráter de uma revolução popular contra a aristocracia dos senhores de engenhos, atacando a propriedade privada na região. Movimento chegou a ter 15 mil participantes e 7 mil combatentes e era dirigido por Vicente Ferreira de Paula, ex-soldado e "mulato", filho de padre com escravizada negra. Formam comunidades, tentando criar uma nova sociedade, mais ou menos semelhantes a dos quilombos, onde escravos fugidos e mestiços de todo tipo vivem em comunidades, democraticamente governadas. A cabanada foi uma das principais lutas pela terra no Brasil.	rebelião popular, indígena e de negros escravizados	contra Regência de D. Pedro II
Federação do Guanais	1832	BA	Foi um violento movimento federalista que, em fevereiro de 1832, chegou a estabelecer um governo provisório. Apesar do apoio que receberam por parte dos proprietários, ainda tomados pelo forte sentimento federalista, suas forças não puderam fazer frente à resistência do poder constituído.	elite local independentista	Governo Imperial
Revolta do Ano da Fumaça	1833	MG	Foi um movimento de comerciantes portugueses que defendiam a volta de D. Pedro I para o Brasil. Eles tomaram o poder em Ouro Preto, capital de Minas Gerais, e governaram por dois meses.	comerciantes portugueses, burocratas e militares	governo de MG
Revolta de Carrancas	1833	MG	Foi uma rebelião escrava no Sul de Minas Gerais. Os escravos, que somavam mais de 60% da população da região, realizaram um massacre contra os brancos senhores de engenho em diversas fazendas. O objetivo era conseguir a liberdade e tomar o controle das terras pertencentes aos senhores. Dezesesseis foram enforcados no final.	insurreição de escravizados	contra senhor de escravos de MG
A Rusga	1834	MT	Constituiu-se num reflexo da rivalidade entre portugueses e brasileiros. Em Cuiabá, como em outras localidades, o comércio era dominado por portugueses, que fixavam arbitrariamente os preços. Muitas vezes aumentavam os preços a ponto de fazer o povo passar necessidade. A revolta aconteceu contra o domínio português do comércio.	elites locais conservadoras, queriam manter o império.	republicanos
Cabanagem	1835-1840	PA	VER TEXTO NA APOSTILA - Foi uma grande revolução popular e social ocorrida durante o Império devido à extrema pobreza, além do processo de independência do Brasil que não ocorreu de imediato no Pará e por espaço político após a independência. O povo tomou o poder no Pará e o manteve por 10 meses.	indígenas, negros e pobres.	Governo Imperial

Revolta dos Malês	1835	BA	Foi uma mobilização de escravos de origem islâmica em Salvador-BA. Constituiu numa sublevação de caráter social, de escravos africanos de origem mulçumana. Nessa época os escravos correspondiam a cerca de 40% da população de Salvador, os brancos eram apenas 22%. A revolta ocorreu durante o ramadã, nono mês do calendário islâmico, sagrado para os muçulmanos. Foram cerca de 600 escravos e libertos, que carregavam talismãs e textos do corão, e que se levantavam contra o governo da época. O movimento organizou-se em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos que fossem muçulmanos, sendo que a tomada do governo constituía um dos principais objetivos dos rebeldes. "Malê" é o termo que se utilizava para referir-se aos escravos muçulmanos. Os malês propunham o fim do catolicismo - religião que lhes era imposta - e confisco dos bens de todos os brancos e mulatos e a implantação de uma monarquia islâmica. A insurreição foi denunciada na noite anterior e as autoridades se organizaram com rapidez, conseguindo repelir os ataques aos quartéis de Salvador, colocando em fuga os revoltosos. Ao procurar sair da cidade, um grupo de mais de quinhentos revoltosos, entre escravos e libertos, foram vencidos. No confronto morreram setenta do lado dos revoltosos. 281, entre escravos e libertos, foram detidos no Forte do Mar e levados aos tribunais. As condenações variaram entre: a pena de morte para 4 dos principais líderes, além de 16 presos; 8 foram obrigados a realizar trabalhos forçados; 45 foram açoitados; e outros 34 foram deportados.	negros africanos escravizados de origem islâmica.	Governo Imperial
Revolução Farroupilha	1835-1845	RS	A justificativa original para a revolta baseia-se no conflito político entre os que defendiam maior autonomia às províncias e os que defendiam o modelo imposto pela constituição de 1824, de caráter autoritário. O movimento também teve conotação econômica, já que o Rio Grande do Sul produzia para o mercado interno e estavam tendo prejuízo pelos altos impostos. Reivindicavam a retirada dos portugueses que se mantinham em altos cargos do Império e do Exército, mesmo depois da Independência. Inicialmente nem todos os revolucionários eram republicanos e separatistas, mas os acontecimentos conduziram a esse desfecho. Após anos de guerra os revoltosos declararam a República Rio Grandense. Mas eles não conseguiram vencer os exércitos do Império brasileiro. Em fins de 1844 o Império propôs uma paz condições honrosas aos revoltosos. Entretanto, uma questão permanecia insolúvel, a dos escravos libertos pela República para servir no exército republicano e que deveriam ganhar a liberdade. Por fim, a 1 de março de 1845, assinou-se a paz: o Tratado de Poncho Verde, após quase dez anos de guerra que teriam causado 47.829 mortes. Entre suas principais condições estavam a anistia plena aos revoltosos, a libertação dos escravos que combateram no Exército piratinense e a escolha de um novo presidente provincial pelos farroupilhas. Na verdade, todo esse final feliz traduz um conchavo de poderosos. Os negros libertos foram apenas 120, já que 95% dos negros do exército farroupilha morreram na batalha de Porongos, luta arranjada entre Caxias e Canabarro para chacinhar os negros de ambos lados.	grandes estancieiros locais, produtores de carne para mercado interno, com arregimentação popular e militares de alta patente. Tinha muitos abolicionistas e escravos entre os combatentes.	governo imperial
Sabinada	1837-1838	BA	Foi uma revolta autonomista, apoiada nas classes médias, que ocorreu na Província da Bahia e proclamou a "República Baiana", que duraria até que o imperador atingisse a maioridade. Sem adesão das elites e das camadas populares, a repressão por parte do governo imperial tornou-se fácil.	pequena burguesia da capital	Governo Imperial
Balaiada	1838-1841	MA	A revolta tomou o nome de Balaiada porque Balaios era o apelido de um de seus principais líderes. A Balaiada se distingue das outras revoltas desse período por ter sido um movimento eminentemente popular contra os grandes proprietários da região. A miséria, a fome, a escravidão e os maus tratos constituíram os principais fatores de descontentamento popular que motivou a mobilização dessas camadas pobres para a luta contra as injustiças sociais. A classe média maranhense estava insatisfeita politicamente, havia aderido aos princípios republicanos de organização política, muito difundidos na época. Mesmo sem ter sido cuidadosamente preparada e possuir um projeto político definido, a Balaiada eclodiu em 1838. Os balaios conseguiram tomar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão. Organizaram um governo provisório que adotou algumas medidas de grande repercussão política, como a decretação do fim da Guarda Nacional e a expulsão dos portugueses residentes na cidade. Nas ruas, a revolta dos balaios caminhou rapidamente para a radicalização pela origem popular do movimento. Surgiram líderes do povo, como o negro Cosme Bento, líder de um quilombo que reunia cerca de 3 mil escravos fugitivos. A radicalização da revolta, porém, levou a classe média a se desvincular do movimento, e até mesmo a tomar algumas medidas para contê-lo. Foi assim que esses setores acabaram apoiando as forças militares imperiais, enviadas pelo Governo central à região. O combate aos balaios foi bastante violento. O movimento de revolta foi contido em 1841. Cerca de 12 mil sertanejos e escravos morreram nos combates.	insurreição popular, com apoio dos escravizados.	Governo Imperial

Revoltas Liberais	1842	SP-MG	Movimentos rebeldes promovidos e organizados pelo Partido Liberal, que contestava a elevação do Partido Conservador ao poder. Os revoltosos nomearam presidentes para as províncias de São Paulo e Minas Gerais.	Grandes proprietários de São Paulo e Minas	Governo Imperial
Revolução Praieira	1848-1850	PE	Revolta liberal e republicana. Os praieiros lutaram de 1848 a 1849, exigindo voto livre e democrático, liberdade de imprensa e trabalho para todos, inspirados nas revoluções populares de 48, na Europa. As forças imperiais reagiram e mais de 200 revolucionários foram mortos. Contou com a participação das camadas menos favorecidas da Província de Pernambuco, oprimidas pela grande concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários. As principais causas da rebelião foram o predomínio do latifúndio; a dependência e marginalização do pequeno agricultor; o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade; o papel monopolizador dos comerciantes portugueses; o êxodo rural; a crise da economia pernambucana. A revolta teve como causa imediata a destituição, por D. Pedro II, do Presidente da Província Antônio Pinto Chichorro da Gama, representante dos liberais. Os rebeldes queriam formar uma nova Constituinte para alterar a Constituição brasileira de 1824, garantindo direitos democráticos. Depois de receber a adesão da população urbana os praieiros marcharam sobre o Recife com 1.500 combatentes, mas foram rechaçados. Os líderes do movimento pertencentes à classe dominante, foram detidos e julgados quando os ânimos na província já tinham serenado, ocasião em que o governo imperial pôde lhes conceder anistia. Voltaram, assim, a ocupar os seus cargos públicos e a comandar os seus engenhos. Por outro lado, os rebeldes pobres não tiveram direito a julgamento e, ou sofreram recrutamento forçado ou foram anistiados por intervenção de seus superiores para retornarem ao trabalho, exceto aqueles que foram sumariamente fuzilados.	insurreição popular, dirigida pela burguesia liberal e pequena burguesia, com apoio dos mais pobres.	Governo Imperial
Guerra contra Oribe e Rosas	1850-1852		Foi um episódio numa longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai e hegemonia na região do Rio da Prata. A guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas.	Brasil, Uruguai	Argentina
Revolta do Ronco de Abelha	1851-1852	Nordeste	O governo de Pedro II tentava "modernizar" o país, e para recrutar pessoas para o serviço militar, resolveu fazer um censo populacional. Surgiu um boato de que o objetivo do governo era escravizar os pobres e os negros libertos. Um grande número de pessoas se armaram com foices e espingardas, atacaram prédios e autoridades públicas.	revolta popular	governo imperial
Guerra do Paraguai	1865-1870		Com a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) financiados pelos ingleses, desencadearam um verdadeiro genocídio contra o Paraguai. A guerra teve como propósito arrasar com todo o desenvolvimento autônomo que o Paraguai vinha tendo desde 1811: indústria metalúrgica, estaleiros, fundições de ferro, frota mercante, marinha de guerra, estrada de ferro, imprensa gráfica, telégrafo, indústria têxtil. Todas as indústrias que tinham sido negadas pelos ingleses ao Brasil e à Argentina se desenvolveram no Paraguai, que tinha o monopólio do comércio exterior, não possuía dívida externa e cujo comércio era superavitário. O Estado era proprietário de 98% das terras. Aí se produziu uma verdadeira revolução democrático-burguesa, com muito peso estatal, já que a burguesia era muito frágil, como em toda parte da América Latina. No final da guerra tudo foi destruído. Todo o parque industrial foi arrasado. Houve um genocídio do povo paraguaio: quando a guerra começou, o Paraguai tinha cerca de 800 mil habitantes. Ao terminar, só restavam 194 mil habitantes, dos quais 14 mil homens e 180 mil mulheres. A população masculina foi praticamente aniquilada. Dos 14 mil homens que sobreviveram, somente 4.200 tinham mais de 10 anos, e 2.100 tinham mais de 20 anos. No final, só houve um ganhador: a Inglaterra. O Brasil e a Argentina saíram totalmente dominados e endividados com os ingleses. Da independência até a Guerra contra o Paraguai, em 1864, o Brasil se afundou em dívidas. Em 1870, findando a campanha contra o país vizinho, o Brasil devia 20 milhões de libras esterlinas ao banco Rothschild, que havia financiado a guerra. A guerra custou ao Brasil 30 mil mortes. Ao Paraguai, mais de 600 mil mortes.	Brasil, Argentina e Uruguai	Paraguai
Revolta dos Muckers	1868-1874	RS	A Revolta dos Muckers foi um conflito entre representantes do poder estadual e integrantes de uma seita religiosa liderada pelo casal Jacobina Mentz Maurer e João Jorge Maurer, travado entre 1873-74, em São Leopoldo, no RS.	imigrantes alemães de seita religiosa	governo do RS
Revolta do Quebra-Quilos	1874-1875	Nordeste	Foi uma revolta contra a tentativa de implantação do novo sistema métrico no país, instituindo o metro e o quilograma. Para instalar o novo sistema o governo cobrou uma taxa para bancar os equipamentos. Isso gerou revolta, o povo se rebelou e invadiu as Câmaras e destruindo as medidas e os editais	levante popular de pequenos proprietários pobres	governo imperial

Guerra das Mulheres	1875-1876	RN	Cerca de trezentas mulheres saíram pelas ruas de Mossoró em passeata, com o objetivo de protestar contra a obrigatoriedade do alistamento militar. Revoltadas, mulheres invadiram repartições públicas e delegacias, armadas com pedras e pedaços de pau, para rasgar documentos que convocavam seus maridos para as Forças Armadas.	Mulheres de Mossoró	governo imperial
Revolta do Vintém	1880	RJ	Levante de aproximadamente cinco mil manifestantes que se colocou em frente a sede do palácio imperial para exigir a diminuição da taxa de vinte réis (um vintém) cobrados sobre o transporte público feito pelos bondes de tração animal que serviam a população. Houve confronto. As autoridades anularam o reajuste do transporte.	revolta popular contra aumento do transporte.	governo imperial
Revolta do Vintém	1883	PR	Protesto popular contra a cobrança de impostos sobre as rendas, conhecido na época por “imposto do vintém”. No dia que entraria em vigor o “imposto do vintém” os comerciantes, que seriam mais prejudicados, em sinal de protesto, fecharam as portas e distribuíram boletins a população incentivando reivindicações.	revolta popular, dirigida por comerciantes.	governo estadual do Paraná
Proclamação da República 15/11	1889	RJ	Foi um levante político-militar ocorrido em 15 de novembro de 1889 que instaurou a forma republicana federativa presidencialista do governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil e, por conseguinte, pondo fim à soberania do imperador D. Pedro II. Foi, então, proclamada a República do Brasil.	militares e burguesia cafeeira paulista	Governo Imperial
Revolução Federalista	1893-1894	RS	Foi uma guerra civil instada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul da governança de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, e também conquistar uma maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República.	oligarcas antirrepublicanos, militares e monarquistas.	Governo republicano federal
Revolta da Armada	1894	RJ	Foi um movimento contra o presidente Floriano Peixoto. Praticamente toda a marinha se tornou antiflorianista. O principal combate ocorreu na Ponta da Armação, em Niterói, a 9 de fevereiro de 1894. O governo conseguiu a vitória graças a uma nova esquadra, adquirida e aparelhada no exterior, e debelou a rebelião em março.	militares monarquistas	Governo republicano federal, com apoio dos Estados Unidos
República de Cunani	1895-1900	AP	O atual Estado "Amapá" se estende do Rio Amazonas ao Oiapoque, e a parte entre os rios Oiapoque e Araguari era contestada pela França. Enquanto o Brasil e a França não chegavam a um acordo na disputa territorial sobre a região, aventureiros e comerciantes de várias nacionalidades passam a explorá-la e afinal ali fundaram, em 1885, a República do Cunani.	franceses	governo federal
Revolução Acreana	1898-1903	AC	Revolta da população que ocupava o que hoje é o estado do Acre contra a Bolívia, que detinha a soberania da área. O conflito se inicia em julho de 1899, quando o território é proclamado República do Acre e termina em 1903, depois que os brasileiros residentes no local vencem a disputa pela força das armas.	Brasil	Bolívia
Guerra de Canudos	1896-1897	BA	VER TEXTO NA APOSTILA - Foi um movimento de sertanejos pobres no norte de Bahia que fugiam de suas terras e montaram uma comunidade sem classes, onde as pessoas podiam trabalhar e ninguém se apropriava do trabalho dos outros. Sofreu forte reação do governo e resistiu a 3 expedições militares, sendo derrotada na quarta. Tinha peso religioso.	Insurreição popular em resistência ao governo federal.	Governo Republicano
Revolta da Vacina	1903	RJ	O Governo, sem explicar direito sobre a vacinação, aprovou uma lei que obrigava as pessoas a serem vacinadas contra a varíola e que os agentes de vacinação deveriam ir às casas acompanhados de policiais para obrigar as pessoas. Isso fez estourar uma revolta que resultou em 30 mortos e 110 feridos, além de vários presos.	Levante popular	governo federal

Revolta da Chibata	1910	RJ	A Revolta da Chibata foi um motim naval no Rio de Janeiro, Brasil, ocorrido no final de novembro de 1910. Foi o resultado direto do uso de chibatadas por oficiais navais brancos ao punir marinheiros afro-brasileiros e mulatos. Oficiais brancos de elite eram responsáveis pela maioria das equipes de negros e mulatos, muitos dos quais haviam sido forçados à entrar na Marinha por contratos de longo prazo. Estes oficiais frequentemente utilizavam castigos corporais contra seus tripulantes, mesmo para punir delitos menores, algo que havia sido banido na maioria dos outros países e no resto do Brasil. A revolta estourou após um marinheiro receber 250 chibatadas e acabar morrendo. Em resposta, os marinheiros usaram os novos navios de guerra para um motim cuidadosamente planejado e executado em novembro de 1910. Eles tomaram o controle de encouraçados novos, cruzadores e um navio de guerra mais velho—um total que deu aos amotinados o tipo de poder de fogo que enfraqueceu o resto da Marinha brasileira. Liderados por João Cândido Felisberto, os amotinados enviaram uma carta ao governo que exigia o fim do que eles chamavam de "escravidão" praticada pela Marinha. A revolta dos marinheiros conseguiu acabar com a prática da chibata na marinha de guerra brasileira. O governo acuado concedeu anistia por terem se revoltado e a garantia de que não seriam punidos. Mas foram traídos pelo governo que demitiu milhares, se aproveitou de outra revolta para prender 600 deles e trancou 18 dos líderes em uma cela abafada com cal viva seca no chão o que causou a morte por asfixia de 16 deles, sobrevivendo apenas dois, entre eles João Cândido.	marinheiros negros	governo imperial
Guerra do Contestado	1912-1916	SC e PR	Conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro que pretendiam desocupar uma área mais de 6 mil km ² onde moravam muitos posseiros e pequenos agricultores. A tentativa de desocupação da terra gerou a rebelião que contou com elementos religiosos.	posseiros e religiosos	federal
Rebelião de Juazeiro	1914	CE	Ocorreu no sertão do Cariri, interior do Ceará, em reação à interferência do presidente Hermes da Fonseca, no poder das oligarquias no Ceará, os chamados Coronéis. Sob a liderança de Floro Bartolomeu e do padre Cícero, um exército de jagunços derrotou as forças do governo federal, depondo o prefeito interventor, Franco Rabelo.	oligarquias cearenses	governo federal
Coluna Prestes	1923-1925		Insurreição militar. Foi um movimento político, liderado por militares, contrário ao governo da República Velha e às elites agrárias. Este movimento ocorreu entre os anos de 1925 e 1927. Teve este nome, pois um dos líderes do movimento foi o capitão Luís Carlos Prestes. A principal causa foi a insatisfação de parte dos militares (tenentismo) com a forma que o Brasil era governado na década de 1920: falta de democracia, fraudes eleitorais, concentração de poder político nas mãos da elite agrária, exploração das camadas mais pobres pelos coronéis (líderes políticos locais). Os integrantes da Coluna Prestes percorreram cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do território brasileiro. Teve início na cidade de Alegrete (sul do Rio Grande do Sul) e após dois anos e meio e percorrer 11 estados. O núcleo fixo tinha cerca de 200 homens, porém em vários momentos da caminhada o movimento chegou a contar com cerca de 1400 pessoas (militares e simpatizantes do movimento). Os integrantes da Coluna Prestes passam e paravam nas cidades. Conversavam com as pessoas e faziam a propaganda contra o governo federal, mostrando as injustiças sociais da época e defendendo reformas políticas e sociais. O movimento ganhou apoio da população onde avançava, porém despertou ódio por parte dos coronéis a favor da República Velha. Apesar disso, não ocorreu registro de conflito significativo entre os coronéis e os integrantes da Coluna Prestes, para isso os tenentistas usavam táticas de guerrilha. Embora não tenha conseguido derrubar o governo, a Coluna Prestes foi um movimento que enfraqueceu politicamente a República Velha, abrindo caminho para a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder.	capitães e tenentes, representantes da pequena burguesia urbana.	governo federal
Revolta Paulista de 1924	1924		Comandada por um general, contou com a participação de vários tenentes. O objetivo principal do levante era depor o presidente Artur Bernardes. Entre as reivindicações estava o voto secreto, a justiça gratuita e a instauração do ensino público obrigatório. Deflagrada na capital paulista a revolta ocupou a cidade por 23 dias.	revolta de tenentes de SP	governo federal
"Revolução" de 1930	1930		Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de MG, PB e RS, que culminou com o golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório".	Militares apoiados pelas oligarquias do sul	Barões do café de SP / Governo federal.

"Revolução" de 1932	1932	SP	Uma das principais causas do conflito foi a ruptura da política do café-com-leite - alternância de poder entre as elites de Minas Gerais e São Paulo, que caracterizou a República Velha (1889-1930). A chamada Revolução de 30, impediu a posse do presidente paulista Julio Prestes e colocou em seu lugar o pecuarista gaúcho Getúlio Vargas. Sem poder, a classe dominante de São Paulo passou a exigir do governo federal maior participação. Como resposta, Getúlio Vargas não apenas se negou a dividir poder com os paulistas como ameaçou reduzir seu poder dentro do próprio Estado de São Paulo, com a nomeação de um interventor não paulista para governar o Estado. Os paulistas não aceitaram as arbitrariedades de Getúlio Vargas, o que levou ao conflito que opôs São Paulo ao resto do país. Os paulistas fizeram uma grande campanha. Usando jornais e rádios, conseguiram mobilizar grande parte da população. Houve mais de 200 mil voluntários, sendo 60 mil combatentes. No total, foram 87 dias de combates, com um saldo oficial de 934 mortos, embora estimativas, não oficiais, reportem até 2.200 mortos, sendo que numerosas cidades do interior do estado de São Paulo sofreram danos devido aos combates. Apesar da derrota militar do movimento, algumas de suas principais reivindicações foram obtidas posteriormente, por exemplo, com a nomeação de um interventor civil e paulista, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição em 1934. No entanto, essa Constituição teve curta duração, pois em 1937 Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, cassou a Constituição vigente e outorgou uma nova Constituição, justificando tais medidas a um suposto extremismo de movimentos políticos da época.	Barões do café, elite paulista contra o governo federal.	Brasil
Levante Comunista	1935	RJ, RN, PE	Foi uma tentativa de insurreição contra o governo de Getúlio Vargas realizado por militares, organizado pelo PCB, em nome da Aliança Nacional Libertadora. A ideia era estabelecer um governo dos comunistas apoiado pelos setores "progressistas" da burguesia brasileira. A insurreição, por não ter ligação com trabalhadores, foi derrotada e só conseguiu certo êxito em Natal. Um dos méritos deste levante é que um dos líderes do governo revolucionário em Natal, que durou alguns dias, era o spapateo comunista, José Praxedes.	militares, apoiados pelo PCB.	governo federal

5. REVOLUÇÃO RUSSA

1917/2017: 100 anos da Revolução Russa A atualidade da Revolução de Outubro

Introdução

A Revolução Russa foi um processo histórico de grande complexidade. Por essa razão, foi uma tarefa árdua escolher quais aspectos destacar e quais deixar de fora neste material, cujo objetivo é fazer uma simples introdução ao assunto. Escolhemos nos concentrar nos eventos ocorridos em 1917, na ascensão de Stalin e suas consequências e nas características do partido bolchevique. Ao final, são propostas algumas questões para reflexão e há uma breve lista de livros para dar prosseguimento aos estudos. Boa leitura!

Seção I - Como aconteceu a revolução?

A revolução de Fevereiro de 1917

Em 23 de fevereiro, as manifestações das operárias têxteis programadas pelos socialdemocratas, com os bolcheviques à frente, para o dia Internacional da mulher no bairro proletário de Vyborg, transformaram-se espontaneamente em uma greve de massas. Foi o início da insurreição que percorreu o país.

A multidão saiu às ruas, enfrentou a polícia. Nos dias seguintes os soldados chamados a reprimir se negaram a disparar. Vários regimentos se insubordinaram e a insurreição toma os quartéis, as massas ocuparam as prisões e libertaram os presos políticos. O pilar do Estado, as forças armadas, cedeu.

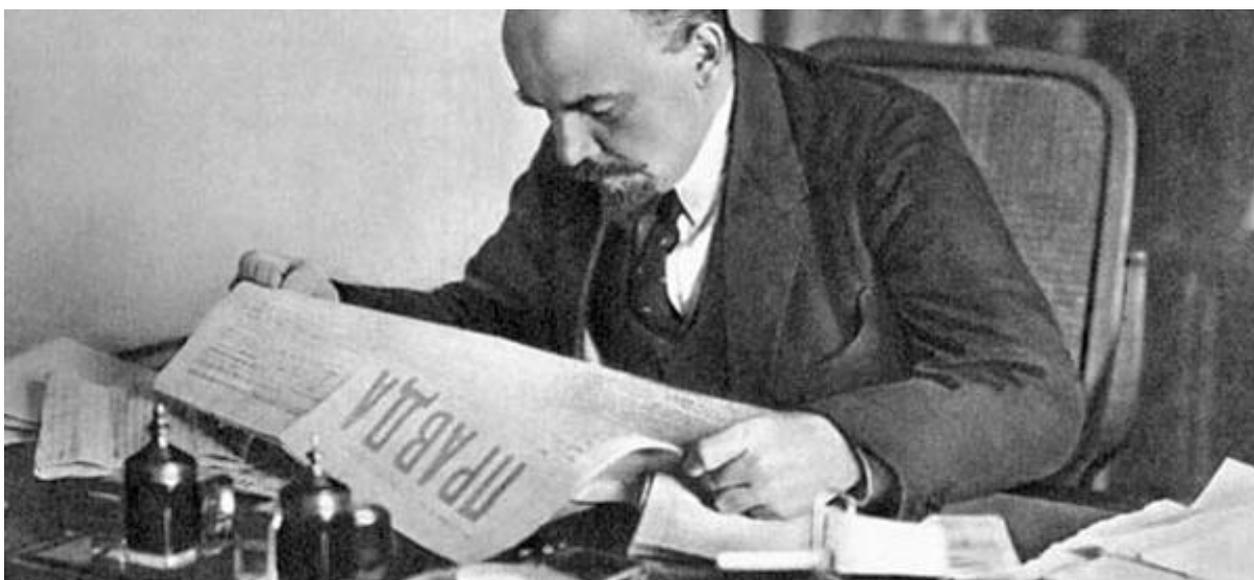
No dia 27 de fevereiro, a insurreição operária e a sublevação dos soldados se uniram. A burguesia, temendo a situação, formou um governo provisório encabeçado pelo príncipe Lvov e composto por Miliukov, principal dirigente do partido liberal burguês Cadete, ocupando a pasta de ministro das relações exteriores, e Kerensky, um advogado ligado aos Socialistas Revolucionários (SR) na pasta da justiça.

O czar abdica do trono. Neste mesmo dia se organizaram as eleições para o soviete de Petrogrado, onde os mencheviques ganharam as eleições, elegendo Cheidze para a presidência do Soviete.

Rapidamente o Soviete de Deputados Operários se transforma em Soviete de Deputados de Operários e Soldados. E na medida em que o exército começa a se desintegrar no front, os camponeses sedentos de terra e paz, depositam toda sua confiança no partido tradicional da revolução camponesa, os SR.

A direção central do partido bolchevique se encontra na Suíça, os quadros com mais experiência estão presos. Assim, a primeira resposta política aos acontecimentos de fevereiro coube ao jovem secretariado composto por Shliápnikov, Zalutski e Mólotov. A essência da política foi a denúncia do governo provisório como um governo de "latifundiários e capitalistas" e a exigência de que o Soviete convocasse uma assembleia nacional constituinte e que estabelecesse uma "república democrática".

A 13 de março, com a chegada de Kámenev, Stálin e Muránov a linha do partido sofre uma brusca mudança: "O processo consiste numa pressão sobre o Governo Provisório que o leve a declarar consentir a abertura imediata de negociações de paz", afirmava agora o **Pravda**. [...]



Portanto agora se trata de pressionar o Governo provisório, já que o mesmo se encontra no campo da revolução, não mais de denuncia-lo e tampouco de agitar um programa de classe. O partido se divide ante a nova linha. Em apoio a linha dos "novos" se incorpora Sverdlov e Goloschekin, contra Kámenev e Stálin.

A tensão aumenta quando no final de março tem lugar uma conferência do partido para decidir a linha para a Primeira Conferência dos soviets. Stálin apresenta uma resolução que diz: "apoiar o governo provisório em sua atividade somente quando este siga pelo caminho de satisfazer a classe operária e os camponeses revolucionários". Esta formula de "apoio às medidas progressivas" não tem nenhuma diferença com a fórmula menchevique.

Trotsky destaca que os bolcheviques, imediatamente após a derrota do Czar, levavam a luta mais à frente: exigiam a adoção da jornada de 8 horas de trabalho, realizavam detenções dos funcionários czaristas, empreendiam a criação de uma milícia operária, para armar os operários.

Tudo isso era considerado excessivo pelos socialistas-revolucionários e mencheviques e criava embaraços sérios no relacionamento desses reformistas com os liberais burgueses. Os soviets, como previra Trotsky, renasceram após a Revolução de Fevereiro. Organizaram-se com maior rapidez e cobriram todo o País. [...]

Embora ainda não se encontrasse na literatura política dessa época a expressão “Frente Popular”, esse primeiro governo encabeçado por Lvov, que sucedeu o do Czar Nicolau II, mesmo contando com apenas um ministro relacionado com o movimento socialista, Kerensky, era um governo de Frente Popular. Isso porque se baseava essencialmente no apoio que lhe davam os soviets e o movimento revolucionário, controlados por esses partidos reformistas, que tinham a sua base social composta por camponeses e operários. Também serão Frentes Populares os governos provisórios posteriores, que tiveram sim quadros das organizações reformistas no ministério.

Esse primeiro governo contou com grande apoio popular inicialmente, embora sejam os soviets que detêm o poder real na Rússia desde fevereiro. [...]

Enquanto os soviets destruíam a monarquia e impunham-se como um poder irresistível, os bolcheviques dirigiam os setores mais decididos e avançados, reunidos nos soviets. Passados esses primeiros dias, deram-se novas eleições para os soviets, inclusive o de Petrogrado. Foi então que se notou o ingresso de setores mais atrasados - que não compunham a vanguarda revolucionária até então - nos conselhos. Trotsky caracterizou essa nova camada que inundou os soviets como pequeno-burguesa. Eram oradores mais preparados e tinham um objetivo claro: conter a Revolução e salvar o poder burguês. Colocando-se entre os operários revolucionários e a burguesia reacionária, deu aos socialistas-revolucionários e aos mencheviques uma maioria sólida nos soviets (o que Trotsky chamou de democracia pequeno-burguesa) e preservou algum poder para a burguesia.

Esses partidos reformistas advogavam a ideia de que somente a burguesia poderia, substituindo o Czar, convocar a Assembleia Constituinte e negociar a paz. Acreditavam que era indispensável o apoio dos aliados da Rússia na 1ª Guerra para construir um regime democrático-burguês no País após o final do conflito militar. Daí a manutenção da Rússia na Guerra ao lado da Inglaterra e da França.

Os soviets

Viu-se na Rússia uma luta entre dois poderes. Enquanto o novo governo buscava recompor o regime burguês destruído pela Revolução e deter o movimento, os operários e o povo realizavam a sua vontade dinamicamente por intermédio dos soviets.

Eram duas concepções de poder e de democracia incompatíveis, vinculadas a duas classes sociais irremediavelmente contrapostas. Da solução dessa contradição - o duplo poder - dependeria o futuro da Revolução na Rússia.

O que eram os soviets nessa época? Os soviets (conselhos em russo) eram organismos revolucionários por excelência. Através deles as massas decidiam que rumo teriam as mobilizações e coordenavam as suas lutas. Porém não eram órgãos de representação ou coordenação de luta, como um sindicato ou um comando de greve, eram órgãos de poder que rivalizavam com o Estado e suas instituições, uma vez que os soviets impunham as medidas necessárias para o funcionamento da vida social em todas as esferas, desde os serviços públicos, até a defesa militar de cidades, passando pelas questões policiais e de abastecimento de água e

os congressos dos sovietes locais era trimestral. O Congresso Soviete Pan-Russo teria de se reunir pelo menos duas vezes ao ano inicialmente. Mais tarde, no 1º Congresso decidiu-se que se reuniria trimestralmente. Os congressos dos sovietes elegiam um comitê executivo para executar as medidas aprovadas.

Os conselhos eram muito mais sensíveis aos eventos políticos do que os órgãos parlamentares oficiais. Embora fossem organismos representativos, se a vontade das massas fosse além da direção dos sovietes, e esta se convertesse em um obstáculo conservador, as massas mobilizadas poderiam, sem maior formalidade, substituir a direção indesejada por outra, mais sintonizada com os seus interesses. Essa vantagem, sobretudo durante episódios revolucionários, foi inestimável.

As diferenças partidárias se manifestavam nos sovietes. A questão da paz e do suprimento de alimentos para as cidades, que escasseavam desde março de 1917, dividia os deputados soviéticos e os partidos políticos. Mais tarde surgirão outras diferenças, principalmente sobre a permanência de burgueses nos governos e tomada do poder pelos sovietes.

O regresso de Lênin e as Teses de Abril



[...] Lênin chega a Petrogrado no dia 4 de Abril (17) e inicia uma batalha política, no dia 5 apresenta o primeiro informe do documento que ficou conhecido como *Teses de Abril*. Realizada em uma reunião conjunta dos Socialdemocratas (Bolcheviques, Mencheviques e independentes) no palácio Táuride, onde o Soviete realizava suas reuniões. Na apresentação de *As Tarefas do Proletariado em nossa revolução*, Lênin foi interrompido várias vezes, Bogdanov, ex-bolchevique exclamou, "Delírios de um louco"! A tarde neste mesmo dia apresenta as **Teses** em uma reunião do CC ampliada; na edição do dia 7 (20) **Pravda** publica as **Teses de Abril (As tarefas do Proletariado na presente revolução)** com uma ressalva, que estas exprimiam a posição pessoal de Lênin, contrária à política adotada pelo jornal.

Os eixos fundamentais das **Teses** eram a continuidade da política desenvolvida nas *Cartas de Longe*:

"1 – Que era necessário explicar a ligação indissolúvel entre o capital e a guerra imperialista, e que era impossível acabar com a guerra com uma paz verdadeiramente democrática sem lutar contra a burguesia, e o governo provisório representava os interesses da burguesia;

2 – A segunda tese afirma que: a peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na passagem da primeira etapa da revolução que deu o poder à burguesia pela falta do grau necessário de consciência e organização do proletariado para a segunda etapa que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas mais pobres dos camponeses.

3 – Nenhum apoio ao governo provisório, explicar a completa falsidade de suas promessas. (...)

*4 – (...) explicar as massas que os Sovietes são a **única** forma **possível** de governo revolucionário, e que, por isso, enquanto este governo se submete a influência da burguesia, nossa missão só pode ser a de explicar os erros... de forma paciente, sistemática, persistente e adaptada especialmente às necessidades práticas das massas.*

Enquanto estivermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento (...) propagando ao mesmo tempo a necessidade que todo o poder do Estado passe aos Sovietes (...)

5 – Não uma república parlamentar; retornar a uma república parlamentar a partir dos soviets seria dar um passo atrás."

As outras teses tratavam do Programa Agrário, defendendo o confisco do latifúndio e a nacionalização da terra; fusão dos bancos.

Cabe também destacar que Lênin na tese 8 definia que: não é tarefa imediata a implementação do socialismo, mas somente iniciar o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Sovietes.

A seguir definia a necessidade de mudança de nome do partido, a formação de uma nova Internacional.

A partir de sua publicação, uma dura polemica se inicia. Enquanto Lênin prepara um texto mais longo para a conferência do partido, publica vários artigos no Pravda (*A dualidade de poderes, Carta sobre Tática*), em todos estes textos ressalta um fator fundamental, a existência dos soviets, que era a expressão organizada do duplo poder, o único que segurava o poder nas mãos da burguesia era a política oportunista das direções. [...]

A conferência do partido (a Sétima) foi realizada em Petrogrado de 24 a 29 de abril (7 a 12 de maio) coube a Lênin o discurso de abertura dos trabalhos. Vale a pena reproduzir um trecho do mesmo que a síntese de toda estratégia:

"Ao proletariado russo coube a grande honra de começar [a revolução], mas não deve esquecer que o seu movimento e sua revolução são apenas uma parte do movimento proletário revolucionário mundial... somente deste angulo visual podemos determinar nossas tarefas."

Participaram da conferência 131 delegados com direitos plenos (voz e voto) e 18 delegados com direito a voz, representando um total de 80 mil membros. Foi a primeira conferência na legalidade do partido feita na Rússia, a pauta de 5 dias foi extensa⁵⁹, os pontos fundamentais contidos nas teses foram aprovados por ampla maioria. [...]

Agosto: O golpe de Kornilov.



A ofensiva militar russa na região da Galícia foi fragorosamente derrotada com um grande número de baixas, uma nova crise ministerial leva a renúncia de Lvov e a nomeação de Kerensky a primeiro ministro.

O General Kornilov foi indicado pelo Partido Cadete para o alto comando militar. Kornilov exigiu que a pena de morte fosse estendida da frente de combate para as tropas da retaguarda e que as estradas de ferro fossem submetidas ao estado de sítio. O Ministro-Presidente da Rússia, Kerensky, acatou as exigências do General e ainda o nomeou para a chefia suprema das tropas.

Trotsky, na ***História da Revolução Russa***, diz que a assunção por Kerensky do programa de Kornilov afrontava gravemente tanto os soviets, como os socialistas-revolucionários e os mencheviques. Mas as duríssimas medidas eram desejadas pelos aliados imperialistas da Rússia na Guerra, pela burguesia russa e pela alta oficialidade do Exército. A derrota da Revolução e a superação do duplo poder, que minavam a economia e o esforço guerreiro da Rússia, exigia um golpe de Estado

⁵⁹ 1) O momento atual (a guerra, o governo provisório, etc) 2) a conferência de paz; 3) atitude frente aos soviets; 4) revisão do programa do partido; 5) situação da internacional e nossas tarefas; 6) a unificação das organizações social-democratas internacionalistas; 7) O problema agrário; 8) O problema nacional; 9) A assembléia constituinte; 10) Questões de organização; 11) informe das regiões; 12) eleição do CC;

que alçasse ao poder uma ditadura militar. A desculpa para o golpe seria a necessidade de derrotar o plano do Partido Bolchevique de entregar a Rússia para a Alemanha. Kornilov era o favorito da burguesia liberal e dos cadetes. Kerensky acreditava que ele próprio deveria se pôr à frente do golpe, uma vez que, além de aceitar o programa da burguesia e da aliança militar que a Rússia integrava, gozava do apoio dos conciliadores alojados nos soviete e reprovava, no momento oportuno, os excessos direitistas dos generais. Porém havia uma diferença importantíssima entre os dois movimentos golpistas: Kerensky precisava exterminar o bolchevismo completamente e os sovietes parcialmente, além de manter o governo acorrentado à sua vontade; Kornilov, entretanto, destruiria impiedosamente os bolcheviques, os sovietes e, indo além, substituiria o governo provisório por outro. [...]

Em 28 de agosto Kerensky, decidido a obstruir o caminho de Kornilov em benefício da sua própria versão golpista, demite Kornilov do cargo a que o nomeara. Kornilov, ainda confiante, decide não acatar a ordem e dá seguimento ao seu próprio plano contrarrevolucionário. Kornilov consegue movimentar as tropas a ele leais inicialmente. Os ministros cadetes, espertamente, demitem-se e deixam o caminho aberto para o golpe. Kerensky mergulha numa incurável indecisão a partir daí e o governo, em frangalhos, paralisa-se por completo.

No dia anterior, 27 de agosto, diante dos boatos de que Petrogrado seria ocupada pelas tropas kornilovianas, o Soviete de Petrogrado reúne-se como os sindicatos e comitês de empresa e decide formar um Comitê Militar Revolucionário para defender a Capital. Esse Comitê Militar Revolucionário é que conduzirá a resistência ao golpe muito mais do que o Comitê Executivo do Soviete. Em curtíssimo tempo, formam-se milícias operárias, os soldados instruem os operários no manejo de armas, os comitês de bairro controlam as ações dos governistas, abrem-se barricadas, estende-se arame farpado pela Cidade. Os ferroviários impedem a movimentação das tropas de Kornilov. Qualquer ordem dos golpistas, transmitida pelo telefone ou pelo telégrafo, é interceptada e informada ao Comitê Militar. Os sindicatos armam as suas bases até onde podem. Em resumo: as massas tomam para si a luta contra o golpe. Os bolcheviques, embora ainda sejam minoritários nos soviete, voltam a ser a vanguarda incontestável da resistência e constituem a maioria da direção do Comitê Militar.

Kornilov e Kerensky tinham planejado desarmar os marinheiros de Kronstadt tão logo Petrogrado fosse retomada do bolchevismo e derrotada. Entretanto o golpe e a oposição ao golpe evitaram que quaisquer medidas punitivas fossem levadas adiante contra os marinheiros estacionados em Kronstadt.

Kornilov era reconhecido apenas pelos altos oficiais. Não dispunha de infantaria nem de qualquer apoio entre os soldados e camponeses. Desse modo tudo pareceu conspirar contra o General. Até mesmo as tropas com que ele mais contava fugiam da luta. Diante do cada vez mais provável fracasso de Kornilov, os comandantes militares de todas as frentes de batalha acabaram abandonando-o e alinhando-se com o governo provisório. Kornilov, em 30 de agosto, já estava liquidado, sem que fosse derramada uma gota de sangue.

Kerensky ainda tentou salvar o General e referendar suas ordens relativas à Guerra, mas, por insistência dos soviéticos, foi obrigado a prendê-lo e instaurar um inquérito contra ele e os demais conspiradores. Apesar disso, não se chegou a punições. Esses mesmos golpistas tentarão estrangular a Revolução em seguida.

Os bolcheviques, desde julho, eram alvo de uma intensa campanha de calúnias, perseguições e prisões, promovidas pelos burgueses e pelos altos oficiais militares. Os conciliadores tinham sido cúmplices da infâmia que caiu sobre os bolcheviques. Quando eclodiu a tentativa de golpe, patrocinada por Kornilov, os socialistas-revolucionários e mencheviques, com a corda comprimindo-lhes o pescoço, não tiveram alternativa senão pedir ajuda aos bolcheviques. Pois bem... os comandados de Lênin não cogitaram se vingar dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques nessa hora. Ao contrário, colocaram-se no campo militar destes e contra Kornilov. O Partido revolucionário sabiamente não trocava o cálculo político e a rigorosa avaliação das forças em combate por ódios e simpatias. Entretanto não deram jamais apoio político aos reformistas. Os bolcheviques bem sabiam que teriam que os derrotar também em breve.

Ainda assim havia um limite entre lutar contra a tentativa de golpe e apoiar o governo de Kerensky, sobre a justa tática para esta situação Lênin, desde o seu esconderijo na Finlândia, dirige uma carta ao CC:

"Mesmo agora, não devemos sustentar o governo de Kerensky. Seria faltar aos princípios. Mas então, dir-se-á, não tem de se combater Kornilov? Certamente que sim. Mas entre combater Kornilov e sustentar Kerensky há uma diferença, um limite, que certos bolcheviques transpõem, caindo no 'conciliacionismo', deixando-se arrastar na torrente de acontecimentos".

Mas para Lênin, esta posição de principio deveria enfrentar uma nova situação aberta com a derrota da tentativa de golpe, assim continua a carta ao CC em termos mais precisos sobre a tática:

*"Em que consiste a mudança de nossa tática depois da sublevação de Kornilov? Em que mudamos a forma de nossa luta contra Kerensky. Sem debilitar um ápice nossa hostilidade contra ele, sem retirar uma só palavra dita contra ele, sem renunciar ao objetivo de derrubar Kerensky, dizemos: temos que levar em consideração o momento; não vamos derrubar Kerensky neste momento; agora encaramos de outra maneira a tarefa de lutar contra ele, ou mais precisamente, fazendo com que o povo (que luta contra Kornilov) veja a debilidades e as vacilações de Kerensky. Antes, **também** fazíamos isso, mas agora passa a ser o fundamental, nisso consiste a mudança."*

E continua:

"Assim, a mudança consiste em que coloquemos em primeiro plano a intensificação da agitação a favor do que poderíamos chamar de 'exigências parciais' a Kerensky: que prenda Miliukov, que arme os operários de Petrogrado, que chame as tropas de Kronstadt ... que dissolva a Duma do Estado...que legalize a entrega das terras dos latifundiários aos camponeses, que implante o controle operário sobre*

* Máximo dirigente do partido Cadete.

o trigo e as fábricas etc., etc. E estas exigências não devemos apresentar somente a Kerensky, nem tanto a Kerensky, mas aos operários, soldados e camponeses ganhos na marcha da luta contra Kornilov. Seguir animando-os alentando a que liquidem os generais e oficiais que se pronunciaram a favor de Kornilov, insistir que eles exijam de imediato a entrega da terra...sugerir a eles a ideia da necessidade de prender Rodzianko e Miliukov.... Aos SR de 'esquerda' são os que mais devemos empurrar nesta direção.” [...]

A conferência democrática e o pré-parlamento

Os conciliadores, buscando recuperar do terreno perdido para os bolcheviques e necessitando se diferenciar tanto de Kornilov e dos cadetes como de Kerensky, já muito desgastado, realizaram, a partir de 14 de setembro, um evento denominado Conferência Democrática. Além das forças políticas reunidas nos soviete, destacando-se uma representação exagerada das suas cúpulas, compareceram delegados das cooperativas rurais e de outras organizações, como as de administração local, chamadas zemstvos. [...]

Somente ao fim da Conferência, depois que Kerensky afirmou que se recusava a participar de um governo integrado apenas pelos socialistas-revolucionários e mencheviques, a Conferência conseguiu sair do atoleiro. Os conciliadores aprovaram a seguinte resolução: a Conferência deveria colaborar na criação de um novo poder; o governo se comprometeria a sancionar uma representação da Conferência; essa representação, indicada pelos partidos, respeitaria o peso das forças políticas ali presentes, sendo-lhe ainda adicionados alguns representantes da burguesia, que não se fizera presente, constituiria um Pré-Parlamento. Esse Pré-Parlamento sancionaria o novo governo em que a burguesia teria participação. O Pré-Parlamento seria uma espécie de conselho de Estado. [...]

A maioria da direção do Partido Bolchevique, infelizmente, deixava-se seduzir pelo “canto de sereia” da reação democrática. Uma vez vencida a contrarrevolução de Kornilov, a burguesia e os reformistas buscavam derrotar a revolução, sobrepondo o Pré-Parlamento aos sovietes até que os conselhos fossem finalmente esmagados. [...]

Entretanto os bolcheviques nem ao menos se sentaram nas poltronas do Pré-Parlamento. Sem perder tempo, os organismos de base do Partido passaram a votar contra a participação no Pré-Parlamento massivamente. Corrigido o erro oportunista da direção, o boicote fez-se maioria no Partido numa reunião do Comitê Central em 5 de outubro, contra 1 único voto, o de Kámenev. Em 7 de outubro Trotsky discursava na abertura do Pré-Parlamento e informava que os bolcheviques não o integrariam e que lutariam para que o poder fosse conferido aos sovietes. Era a ruptura definitiva dos bolcheviques com os conciliadores. [...]

Outubro: A preparação para tomar o poder

Em julho o 6º Congresso do Partido já antecipava que em poucos meses poderia estar em pauta a tomada do poder. Porém o caminho da resolução congressual até a efetiva tomada do poder era desconhecido, perigoso, cheio de armadilhas

ardilosamente preparadas pelos inimigos e muito propício a enganos dos próprios dirigentes bolcheviques.

Em setembro, depois que os bolcheviques tornaram-se maioria nos soviete de Petrogrado e de Moscou e diante do levante camponês, Lênin identificou que estavam maduras as condições para que a insurreição operária agarrasse o poder na Rússia. O líder dos bolcheviques militava clandestinamente porque havia uma ordem de prisão contra ele. Por isso passou a se dirigir aos membros do Comitê Central e a outros dirigentes por meio de cartas, propondo que o Partido tomasse o poder o mais rapidamente possível: sim que o Partido, e não os soviete, tomasse o poder. Trotsky diz, na ***História da Revolução Russa***, que Lênin exigia que o Partido, diante da crise que se instalara na Conferência Democrática de meados de setembro, apoiando-se nos soviete que já conquistara e nas forças militares e operárias que pudesse reunir, organizasse um estado-maior da insurreição, prendesse os membros do governo provisório, derrotasse os inimigos militarmente, prendesse o seu estado-maior do Exército e controlasse os prédios públicos importantes de Petrogrado.

No entanto, mesmo que as condições objetivas - externas ao Partido - estivessem maduras, era impossível aos bolcheviques tomar o poder nos idos de setembro de 1917 exatamente porque ainda faltava à sua direção o que a Lênin sobrava: o grau de resolução indispensável. Não esqueçamos que metade do Comitê Central tinha votado pela participação no Pré-Parlamento e a Conferência aprovaria tal participação em 22 de setembro. [...]

A insurreição

Desde a saída dos bolcheviques do Pré-Parlamento, a ameaça de insurreição pairava no ar. O governo deu-se conta de que necessitava urgentemente dispor de tropas 100% leais a ele em Petrogrado, que, afinal, era a sua sede. Para atingir esse objetivo, recorreu à desculpa de que teria que substituir tropas que lutavam no *front* pelas guarnições de Petrogrado, mais descansadas. O Soviete da Cidade, compreendendo as verdadeiras intenções de Kerensky, recusou a proposta, alegando que a transferência dos efetivos tinha natureza política e não militar. Para superar o impasse os mencheviques, no Soviete, propuseram a criação de um comitê de defesa revolucionária destinado a examinar a necessidade da transferência das tropas.

Os bolcheviques aproveitaram a deixa e tomaram para si a proposta menchevique. Contudo deram ao novo Comitê a finalidade, mais ou menos disfarçada, de ser o estado-maior da insurreição na Capital. Em 12 de outubro o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado aprovava o estatuto do seu braço militar: o Comitê Militar Revolucionário. O estatuto era dúbio de propósito. Os bolcheviques ainda não podiam falar abertamente da ofensiva insurrecional, e a escondiam atrás de propostas ditas defensivas. Os conciliadores perceberam a manobra bolchevique e se negaram a participar do Comitê. O órgão militar, desse modo, foi integrado por bolcheviques, seus simpatizantes e apenas 1 militante orgânico dos socialistas-revolucionários de esquerda, que, de fato, seguia os bolcheviques. O Comitê Militar Revolucionário, embora nascesse por decisão do Soviete e contasse, portanto, com o aval do órgão revolucionário que as massas reconheciam, apoiava-se unicamente

nas organizações militares bolcheviques. O Comitê era presidido por ninguém menos que Trotsky.

Os bolcheviques, no dia 10, tinham decidido trabalhar pela insurreição. Todavia, a sua direção encontrava-se diante de problemas bem difíceis: Como debater os atos conspirativos da insurreição no interior de soviete, bem debaixo do nariz dos inimigos, socialistas-revolucionários e mencheviques, que também integravam o governo provisório? O funcionamento democrático e a composição proporcional à força dos partidos pareciam mesmo incompatíveis com a conspiração. Porém como conclamar as massas à insurreição sem o fazer por intermédio dos sovietes, se era neles que as massas confiavam? Afinal, não seria mais rápido chamar, de surpresa, a insurreição diretamente em nome do Partido? Por outro lado, essa atitude não atrairia para os bolcheviques a desconfiança de outros prováveis aliados, como os socialistas-revolucionários de esquerda ou mesmo dos lutadores que não estavam ligados a um determinado partido? Havia vantagens e desvantagens em cada uma das saídas visíveis para o problema da insurreição e da conspiração. A questão de quando provocar a insurreição ligava-se com a de quem a chamaria.

Segundo Trotsky, esses problemas não admitem uma solução geral única. A melhor tática depende da situação política específica. Mostra na ***História da Revolução Russa*** que mesmo Lênin, que se inclinara categoricamente pela tomada do poder pelo Partido em setembro, no final de outubro já reconhecia que poder poderia ser tomado pelo Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado. Entretanto não perdia de vista que se surgissem dificuldades que retardassem a insurreição, o Partido deveria, em seu próprio nome, dar o último golpe no governo provisório.

A fórmula encontrada pelo Partido em Petrogrado, de formar o Comitê Militar Revolucionário, integrado e baseado quase exclusivamente nas forças dos bolcheviques, em que não intervieram nem os mencheviques nem os Socialistas Revolucionários, mas que tinha sido criado pelo Comitê Executivo do Soviete da Capital, serviu como uma luva ao desfecho da Revolução. O Comitê Militar Revolucionário conspirou para derrubar Kerensky e entregar o poder ao 2º Congresso dos sovietes da Rússia.

O Comitê Militar Revolucionário de Petrogrado, embora tivesse sido criado pelo Soviete em 12 de outubro, somente começou a organizar a insurreição em 20 daquele mês. A partir desse momento, rapidamente, não por obra dos bolcheviques, mas dos próprios soldados organizados no Comitê, se pôde descobrir exatamente a posição de cada unidade militar de Petrogrado e da vizinhança em relação à insurreição. O Soviete aprova o armamento dos operários por meio da distribuição das armas do arsenal do Exército na Cidade. Perguntados pelo governo provisório, quem tinha ordenado a distribuição do armamento e da munição, os dirigentes do Soviete diriam simplesmente: Trotsky, o Presidente do Comitê Militar Revolucionário do Soviete. Constituía-se, desse modo, a Guarda Vermelha, que chegou a contar com dezenas de milhares de operários armados, também subordinada ao Comitê Militar Revolucionário. A Capital se preparava, toda, para a luta.

Se os bolcheviques eram amplamente majoritários entre os soldados e marinheiros estacionados em Petrogrado, Moscou, Kronstadt, Finlândia etc, a situação nas

frentes de combate mais distantes desses centros não lhes era tão confortável. Porém essa conjuntura dava condições aos bolcheviques para planejar a tomada de Petrogrado e a deposição do governo de Kerensky. Foi ao que eles se dedicaram. A organização da insurreição no que toca à parte conspirativa foi entregue aos militares bolcheviques. As operações começaram às 2 horas do dia 25 de outubro com a ocupação pelos soldados, marinheiros e integrantes da Guarda Vermelha de instalações públicas, tais como os correios, os telégrafos, a central telefônica, a estação ferroviária, a central elétrica, o serviço de abastecimento de água, os armazéns de abastecimento de alimentos, os arsenais militares, o Banco do Estado, e também das grandes gráficas. Não houve luta e os primeiros prisioneiros se entregaram resignadamente.

O apoio à insurreição, ao Soviete e aos bolcheviques era tão massivo que não houve necessidade de barricadas nem de intensos tiroteios nem de movimentação súbita de tropas. Tudo ocorreu sem que muito sangue jorrasse. Às 10 horas, embora ainda não se tivesse tomado a sede do governo provisório, o Palácio de Inverno, o Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado divulgou um boletim anunciando a vitória, a deposição do governo e a transferência do poder para o próprio Comitê. Às 12 horas o Pré-Parlamento foi evacuado e os seus membros se dispersaram sem resistência.

Mas a rendição do Palácio de Inverno não tinha se consumado.

O 2º Congresso dos sovietes da Rússia, cuja data de início era prevista para o mesmo dia 25, foi instalado antes que o Palácio de Inverno fosse ocupado pelos insurretos. Evidentemente houve atraso no início dos trabalhos, uma vez que todos queriam saber sob que governo transcorreria a reunião. Na abertura contaram-se 650 delegados com direito a voto. Os bolcheviques, como se esperava, conquistaram a maioria: 390 votos. Mais tarde vieram mais delegados e o número de participantes chegou a 900. Mantiveram-se os bolcheviques em maioria: numa primeira votação, contaram-se 505 votos pela passagem do poder para os soviete, contra 162; assim mesmo esses 162 votos dividiam-se entre votos dados pela "democracia" e outros tantos dados em favor do governo provisório, uns pretendendo que os cadetes seguissem no governo, outros contrários.



II Congresso dos Sovietes de deputados Operários e Soldados

Os conciliadores fizeram diversos discursos exigindo o fim da insurreição e assegurando que se fosse derrubado o governo, os bolcheviques não sustentariam no poder por mais do que alguns poucos dias ou que a Rússia ingressaria numa guerra civil. Como suas ameaças não surtiram o efeito imediato desejado, desanimaram e foram abandonando o Congresso dos soviets. Os delegados socialistas-revolucionários dividiram-se: os de esquerda permaneceram no Congresso, os outros se foram. Cerca de metade dos mencheviques - uns 70 delegados - também deixaram o Congresso.

Às 2 horas e 10 minutos do dia 26 de outubro, quando a sessão de abertura do Congresso já invadia a madrugada, o governo provisório rendeu-se. A rendição custou mortos e feridos dos 2 lados, que se espalharam pelos corredores do Palácio de Inverno. Os ministros foram presos, exceto o Ministro-Presidente. Kerensky partira para a frente de combate na manhã do dia 25.

Kámenev anuncia perante os delegados que o governo provisório acabara de ser deposto e cita o nome dos ministros presos. Noticia também que diversos regimentos, mandados por Kerensky contra Petrogrado, ainda na periferia da Cidade, acabavam de declarar o seu apoio à insurreição.

Os bolcheviques propõem e é aceito um manifesto voltado à população esclarecendo que um novo Estado nascia: o governo provisório fora deposto, o Congresso dos soviets tomava o poder para si, o novo governo apresentará uma proposta de paz imediatamente, entregará a terra aos camponeses, controlará a produção, adotará um regime democrático para reger os militares, convocará a assembleia nacional constituinte.



Dia seguinte à tomada do Palácio de Inverno

Qual será a composição do novo governo? Os socialistas-revolucionários de esquerda ainda não se dispõem a integrá-lo. Afinal a sua ruptura com Kerensky ainda era muito recente. O Comitê Central bolchevique decide, diante da recusa dos aliados, formar um governo apenas com os seus quadros.

As primeiras medidas referem-se a acabar com a guerra, distribuir as terras e instalar o novo governo. O Congresso aboliu a pena de morte, determinou a soltura dos soldados e camponeses por motivos políticos, concedeu a liberdade de agitação, os altos funcionários do governo provisório foram destituídos de seus cargos, foi decretada a ordem de prisão contra Kerensky e Kornilov. O Congresso aprova uma declaração do governo pela paz democrática e sem anexações de territórios nem indenizações e a apresenta às demais nações envolvidas no conflito, assim como aos seus povos. Abole a diplomacia secreta. Propõe uma trégua imediata para que as negociações de paz se realizem. Conclama particularmente os operários franceses, ingleses e alemães a lutarem pela paz e a pressionarem os seus próprios governos e também a lutarem contra toda a exploração.

No tocante à questão agrária, Lênin propõe, em nome dos bolcheviques, a desapropriação sem direito a qualquer indenização das terras dos nobres, do Czar e das igrejas, incluídos os utensílios e o gado arrendado, que passam a ficar à disposição dos soviets e comitês agrários, legalizando o levante camponês. As terras dos camponeses pobres, bem como as dos ricos (os kulaks) não sofrem o confisco. Assim seria mantida a propriedade privada de terra na Rússia soviética. Lênin ainda acrescentou da tribuna que, embora o programa dos bolcheviques para o campo fosse diferente, os operários e o seu Partido não poderiam impô-lo aos camponeses. Seria errado adotar um programa que desse as costas aos anseios dos próprios camponeses e que desrespeitasse a sua experiência política. Entretanto esse decreto sobre as terras foi acompanhado de diretrizes gerais para a realização de uma reforma agrária que iam além: mencionava a revogação da propriedade privada das terras, reconhece o direito de todos os cidadãos utilizarem as terras, propõe o fim do trabalho assalariado no campo e a exploração igualitária das terras.

Finalmente o problema do novo governo é enfrentado. O poder governamental passa a ser exercido por um colegiado de comissários do povo. O colegiado será chamado Conselho dos Comissários do Povo. Esse órgão concentrará as funções executivas e legislativas. O controle das atividades do governo será confiado ao Congresso dos soviets e ao seu Comitê Executivo Central. Como os socialistas-revolucionários de esquerda ainda contavam com a possibilidade de atrair os conciliadores para o novo poder, e que ficar de fora dele lhes deixaria numa melhor posição para alcançar esse objetivo, eles não integraram o governo soviético. Os bolcheviques compõem o Soviete dos Comissários do Povo, onde figuram Lênin, Trotsky, Rikov, Stálin e outros. Kámenev será o presidente do Conselho Executivo Central do Soviete e Zinóviev será o redator do jornal do Soviete. O Congresso sanciona o novo governo soviético sob uma tempestade de aplausos. Nascia o primeiro Estado operário.

Encerrado o 2º Congresso do Soviete, incertezas tomaram conta da Rússia. Os bolcheviques conseguiriam, mesmo contando apenas com certo apoio dos socialistas-revolucionários de esquerda e dos mencheviques internacionalistas,

manter-se no poder? Por todos os lados se comentava que Kerensky tinha conseguido reunir um grande exército, mas será que ele teria forças para dobrar os operários? E Kornilov, como agiria? A burguesia e os reformistas, fazendo da Duma de Petrogrado, um covil contrarrevolucionário, patrocinavam todo tipo de ataques ao Estado operário.

Em 29 de outubro Kerensky invadiu com tropas cossacas Czarcoie-Selo (os cossacos eram colonos do Sul da Rússia que tinham recebido doações de terra dos czares em troca da obrigação de defender a fronteira; eram guerreiros ferozes), enfrentando pequena resistência – os soldados que apoiavam os bolcheviques tinha deixado a cidade em direção a Petrogrado, levando consigo a artilharia.

Em Moscou a luta foi sangrenta e equilibrada. Depois que os militares contrarrevolucionários expulsaram os bolcheviques do Kremlin, os contendores chegaram a uma trégua: todos aguardavam a sorte do combate decisivo a ser travado nas imediações de Petrogrado.

Enquanto isso por todo o interior da Rússia chegava a notícia de que um governo operário se erguia e do conflito armado entre os partidários do antigo e do novo regime.

Também em Petrogrado houve combates. Os guardas vermelhos venceram os seus oponentes no Centro da Cidade e recuperaram posições antes tomadas de assalto pelos partidários do governo deposto. Mas Kerensky, vindo de Czarcoie-Selo, poderia invadir a Capital a qualquer momento. As tropas soviéticas não esperaram por ele e partiram de encontro ao inimigo.

O choque das tropas de Kerensky com as de Petrogrado ocorreu na noite entre 30 e 31 de outubro na localidade Pulcovo. Trotsky, que tinha acompanhado os combatentes, telegrafou para Petrogrado anunciando que o ataque de Kerensky tinha sido rechaçado. [...]

Em seguida as tropas soviéticas avançaram e tomaram Czarcoie-Selo, desbaratando a resistência de Kerensky e Kornilov.

Os combates foram retomados em Moscou. Causaram perdas humanas e materiais muito grandes. Prolongaram-se até os primeiros dias de novembro, quando os bolcheviques readquiriram o pleno controle sobre a Cidade.

A estratégia dos bolcheviques

Os acontecimentos que se desenvolvem após a tomada do poder demonstraram a força da revolução socialista, e a força desta revolução residiu no fato de que ela teve uma direção consciente. Que queremos dizer com uma direção consciente reside em uma afirmação simples: o partido bolchevique estava armado com uma estratégia e cada passo tático se relacionava com este objetivo.

O dito acima, não desconsidera em absoluto que no marco desta estratégia, os desafios que se apresentaram para a república dos soviets, não implicavam a existência de fortes polêmicas no interior do partido. Ao contrario, desde a dissolução da Assembleia Constituinte, passando pela paz de Brest, até as táticas a

utilizar na guerra civil e posteriormente a NEP, foi palco de lutas políticas, fracionamento, ameaças de rupturas.

Mas a questão que se coloca para o balanço histórico da Revolução Russa (explicação do Stalinismo, surgimento da burocracia e, na atualidade, a restauração do capitalismo) é em que se equivocaram os bolcheviques.

Todos os críticos da revolução fazem o seu balanço histórico sem considerar o essencial para este balanço: qual era a estratégia fundamental dos bolcheviques ao chegar ao poder?

Por isso a maioria dos críticos atuais do bolchevismo acabam por repetir os velhos argumentos, fazendo as vezes este debate girar em círculos, repetindo os velhos argumentos dos chefes da II Internacional. Por exemplo, Jacob Gorender, afirmar que o Stalinismo é tão somente uma continuidade do bolchevismo. Enxerga no Stalinismo uma consequência natural da política dos bolcheviques no poder, no mesmo sentido, vai organizações oriundas do próprio trotskismo como o Secretariado Unificado, cujo balanço histórico da revolução russa e da restauração do capitalismo os levou a retirar do programa a Ditadura do Proletariado.

Soprando com estes mesmos ventos, novas teorias negam completamente a necessidade de tomar o poder, como Holloway, que passam a questionar qualquer perspectiva de luta pelo socialismo que tenha como período de transição a conquista do Estado.

Nos ventos opostos, o Stalinismo reciclado do PCdoB, busca justificar o Stalinismo como uma necessidade histórica e culpando a estratégia de expropriação da burguesia, buscam um "novo socialismo" que agora convive com o mercado, Cuba e China, portanto seria o atual modelo.

Assim, a maioria destes autores, cada um ao seu modo consideram distintos aspectos do problema isolando-os, uns atribuem o processo de burocratização ao caráter do Estado, a ditadura do Proletariado, outros a necessidade de uma convivência prolongada entre mercado e economia planificada.

Antes de irmos aos acontecimentos que marcam a trajetória dos bolcheviques no poder, vamos tomar um aspecto o qual nenhum dos autores acima citados aborda em profundidade: a estratégia dos bolcheviques: **a revolução mundial.**

Os primeiros cinco anos de poder soviético foram marcados por uma luta titânica para manter e consolidar o poder dos soviets. Lênin divide este período de acordo com as tarefas centrais que estavam colocadas:

"Para sustentar uma corrente devemos agarrá-la pelo elo fundamental. Não se pode eleger artificialmente o elo que se queira. Em que consistia todo o quid em 1917? Em sair da guerra, coisa que exigia todo o povo e eclipsava todo o resto. (...) esta era a necessidade fundamental de todo o povo. Nos anos de 1919 e 1920 onde estava o quid ? Na defesa militar. (...) em 1921, o quid estava no recuo ordenado. Por isso era necessária uma severa disciplina (...) E agora [1922] onde está o quid ? (...) Chegamos a conclusão de que o Quid da situação está nas pessoas, na seleção das pessoas. (...)

*chegamos a uma situação que deve ser julgada com serenidade no sentido político: avançamos tanto que não podemos nem devemos manter todas as posições.”*⁶⁰

Para Lênin o partido pôde conduzir corretamente a luta porque identificou a tarefa central em cada um dos períodos acima citados e assim concentrou todas as suas forças. Quando avançar e quando recuar, até onde avançar, estes foram temas os quais se discutiu apaixonadamente entre revolucionários.

No entanto, avançar e recuar não deixam de ser movimentos táticos, a proporção do avanço e do recuo deve ser operado de acordo com uma estratégia determinada, pois se assim não for não se chega a nenhum lugar. Analisaremos cada um dos períodos acima nas páginas seguintes, mas o que se deve ter em conta na sucessão de acontecimentos e na resposta que se deu em cada uma das situações é que as mesmas estavam sendo realizadas em consonância com uma estratégia fundamental.

Em sua obra sobre a História da Rússia Soviética, Carr, sintetiza a estratégia com as seguintes palavras:

*“Lênin havia estabelecido as condições necessárias para a transição ao socialismo; apoio dos camponeses e da revolução europeia e a esperança na realização destas condições haviam sido à base de seu otimismo (...).”*⁶¹

Qualquer um analista sério sobre os primeiros anos da Rússia Soviética deve tomar com base para discutir os resultados imediatos e futuro tanto as condições objetivas em que se desenvolvia o exercício do poder, como os objetivos fundamentais de tal exercício.

Assim podemos definir que no *front* interno, a luta do partido bolchevique para manter o poder e consolida-lo tinha como eixo a destruição da velha máquina estatal burguesa a serviço da repressão e a construção de um novo poder, um novo tipo de Estado, as bases fundamentais do programa estava desenvolvido em sua obra *O Estado e a Revolução*.

Mas a incorporação da classe operária através dos soviets na administração do Estado estava determinada pelo nível do desenvolvimento da sociedade herdada, ou seja, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o nível de industrialização e da cultura.

Vencer estas dificuldades era impossível somente do ponto de vista interno, daí que nesta relação dialética entre a revolução nacional e internacional, o poder soviético necessitava da revolução mundial como o ar que se respira, ao mesmo tempo a consolidação da república era um fato impulsionador da revolução mundial.

Esta estratégia foi expressa por Lênin desde antes da tomada do poder, nas **Teses de Abril** e na polêmica com os “velhos bolcheviques” sobre o caráter da revolução em curso. Desenvolve também no mês de setembro, no artigo **Poderão os**

⁶⁰ Lênin, *Informe político ao XI Congresso do PC(b)R*, Obras Completas Tomo 45, pág.117-118.

⁶¹ *A revolução bolchevique* (1917 -1923) Vol.1.pág.264.

bolcheviques manter o poder estatal?⁶² E em vários outros documentos e artigos, a revolução foi construída como antessala da revolução europeia.

No apêndice da **Historia da Revolução Russa**, Trotsky demonstra através de quase uma dezena de citações o quanto o tema da revolução internacional estava a tal ponto vinculada a estratégia do partido. As intervenções dos delegados nos congressos, demonstrado pelas atas dos mesmos, até a "**Declaração dos Direitos dos Trabalhadores e dos Povos Explorados**" – o programa estatal básico introduzido em nome do poder soviético na Assembleia Constituinte – proclamou ser a tarefa da nova estrutura "o estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países... O poder soviético procederá resolutamente ao longo desta linha até a vitória completa da insurreição internacional dos trabalhadores contra o jugo do capital".

Assim o que salta aos olhos é que o tema da revolução mundial não era um elemento a mais dentro nos debates sobre o futuro da URSS, senão a peça fundamental discutida e incorporada não somente pelo partido, mas pelos sovietes, tarefa consciente e necessária.

Após a tomada do poder o debate sobre o desenvolvimento e ritmo da revolução internacional foi um dos centros para assinar a paz de Brest. Mas o fundamental foi expresso por Lênin no folheto **Êxitos e dificuldades do poder soviético**, publicado em 1919, explicava:

"Não podemos vencer definitiva e completamente a escala mundial somente com a Rússia. Somente venceremos quando o proletariado triunfe em todos os países, ou pelo menos, nos países mais adiantados (...) Somente então poderemos dizer com certeza que a causa do proletariado triunfou, que alcançamos nosso primeiro objetivo: a derrubada do capitalismo. Alcançamos esse objetivo em relação a um país, e agora esta colocada uma segunda tarefa. Se o poder dos sovietes é uma realidade, se a burguesia foi derrubada em um país, a segunda tarefa é a luta a escala internacional, a luta em outro plano, a luta do Estado proletário no meio dos Estados capitalistas."

Assim a vitória do proletariado russo era uma vitória tática, no marco da estratégia fundamental colocada: a derrubada do capitalismo. Para ser conseqüente com esta política o bolchevismo cria o instrumento necessário para esta luta, para a derrubada do capitalismo a escala internacional o instrumento será a III Internacional.

E para que não fique nenhuma dúvida com relação a este tema, o próprio Lênin explica: *Em várias ocasiões disse reiteradas vezes: em comparação com os países adiantados, foi mais fácil aos russos **começar** a grande revolução proletária, mas será mais difícil a eles **continua-la** e leva-la até o triunfo definitivo, no sentido da organização completa da sociedade socialista.*⁶³

⁶² "Não há poder na Terra que possa impedir os bolcheviques, se eles não se deixarem intimidar e conseguirem tomar o poder, de mantê-lo até a vitória da revolução socialista mundial"

⁶³ **A III Internacional e seu lugar na História**, Obras Completas Tomo 38, página 326

Assim, manter o poder dos soviets, aprofundar a construção do Estado operário fortalecendo a participação das massas na administração estatal, construir a aliança com os camponeses e desenvolver a revolução mundial foi a política empreendida pelos bolcheviques, até a morte de Lênin.

Assim a estratégia dos bolcheviques nunca foi a construção do socialismo na Rússia. Para Lênin, a chave do desenvolvimento da revolução russa estava no desenvolvimento da revolução mundial, pois aí se concentrava as condições materiais para que a humanidade pudesse saltar do reino das necessidades básicas. Assim a revolução alemã era a peça fundamental desta estratégia.

Seção II - O Partido Bolchevique: ferramenta indispensável para a vitória da revolução de outubro



A pequena diferença referente ao parágrafo 1 dos Estatutos em 1903 agora se revelava como duas concepções diferentes de partido: um partido de combate para tomar o poder ou um partido reformista-eleitoral?

No início do Século XX, dois tipos de partidos operários surgiram na Europa: o Partido Social Democrata Alemão (PSD) e o Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Enquanto o primeiro tinha uma ação focada nas eleições e no parlamento, o segundo estava voltado para a mobilização revolucionária.

O PSD, surfando um grande crescimento econômico da Alemanha, chegou a ter 50% dos votos nos centros urbanos e eleger 110 deputados. Tinha um milhão de filiados. Possuía 43 jornais diários, escolas e universidades. Isto gerou uma ilusão de que o capitalismo podia melhorar a vida do povo. Acreditavam na via pacífica ao socialismo, através do parlamento. Por isso, abandonaram a ideia da revolução.

Na Rússia, pelo contrário, reinava uma ditadura feroz, não tinha eleições regulares nem sindicatos. Qualquer ação política levava à prisão, ao exílio ou à morte. Isto levou à construção de um partido combativo, revolucionário, disposto a matar ou morrer. Um partido diferente, cujo objetivo principal era desenvolver a luta de classes para a transformação revolucionária. Não tinha um milhão de filiados, mas possuía alguns milhares de militantes que davam a vida pela revolução.

Os tiros da Primeira Guerra Mundial estraçalharam o PSD alemão enquanto fortaleceram o Partido Bolchevique, já que abriu as perspectivas de uma revolução. Três anos depois da guerra, o PSD salvou, junto com a burguesia, o imperialismo alemão enquanto o Partido Bolchevique confiscou a riqueza da burguesia e entregou o poder aos trabalhadores.

O partido bolchevique se forjou como um partido revolucionário, uma organização disciplinada para tomar o poder pela via de uma insurreição armada. Uma organização de luta pela revolução socialista nacional e internacional. Esse programa determina o partido bolchevique como um partido de combate, revolucionário em oposição ao partido menchevique, cujo objetivo era reformar a sociedade capitalista, através do parlamento e das eleições.

A tarefa principal do partido bolchevique tratava de elevar a consciência de classe do proletariado na necessidade de uma revolução violenta e na ruptura com o Estado capitalista. Se, para os mencheviques, as reformas representavam o objetivo supremo, para os bolcheviques eram apenas meios de mobilização geral do proletariado para a revolução.

O partido bolchevique era composto por **militantes ativos**. Tinha uma rigorosa centralização e disciplina quase militar. Baseava-se em militantes ativos, que dedicavam uma parte importante da sua vida para a construção do partido. O Partido bolchevique estava composto pelos trabalhadores e trabalhadoras mais conscientes, não almejava organizar no seu interior toda a classe trabalhadora russa. Por isso, buscava selecionar meticulosamente os candidatos a membros do partido.

O Partido bolchevique era parte integrante da III Internacional e entendia que a classe operária é internacional por sua própria natureza e que só podia cumprir um papel revolucionário em seu país se aprendia com a experiência de luta e organização dos outros países. Estava disposto a colocar toda sua força, estrutura e militância a serviço da construção da Internacional Comunista. Já a organização menchevique é nacional pela sua natureza, mantendo apenas "relações internacionais", troca de ideias no marco internacional.

O Partido bolchevique era um Partido operário, pela sua ideologia, pela sua atividade principal entre os operários industriais, pelos seus militantes e dirigentes. O Partido leninista se construiu tendo como prioridade a classe operária industrial, buscando ter uma maioria de operários na sua base e na sua direção. Cada fábrica, canteiro de obra, usina, refinaria, etc. deviam ser conquistadas pelo partido bolchevique e convertida em uma fortaleza da revolução. Já o partido menchevique tinha sua base no "povo" em geral, já que tá de olho apenas no voto.

O Partido bolchevique combinava permanentemente a ação legal e ilegal. A participação no parlamento, nos sindicatos eram oportunidades legais que o partido utilizava para propagandear o programa revolucionário. Porém, sua estrutura fundamental de organização do partido se mantinha na clandestinidade. Por outro lado, o Partido desenvolveu um trabalho político e de organização nas fileiras dos aparatos de repressão do Estado, tratando de ganhar a base destes aparatos para a defesa da revolução socialista.

O partido bolchevique concebia o centralismo democrático como um princípio de organização. Neste, a minoria se subordina à maioria e o indivíduo ao coletivo, a parte ao todo, permitindo uma unidade de ação de todo o partido numa disciplina férrea. No partido menchevique predominava uma frente de tendências e frações permanentes. Nessa visão, a minoria (parte) não se subordina à maioria (ao todo). Aparentemente é uma estrutura democrática, porque cada um faz o que lhe convém, porém o indivíduo prevalece sobre o coletivo. Outra expressão deste mesmo desvio é a visão de que o Partido é constituído por uma federação (frente) de tendências permanentes. A federação pressupõe um acordo entre organizações diferentes sendo, portanto, partidos dentro de partidos. Ambos os desvios transformam a democracia operaria (onde a minoria se subordina à maioria) em ditadura dos chefes: na imposição da vontade da minoria sobre a maioria da base militante.

Na atualidade, 99% das organizações de esquerda capitularam ao reformismo. As correntes centristas que se deslocaram do bolchevismo para o reformismo (incluindo dezenas de organizações trotskistas) tentam reescrever a história do Partido Bolchevique, dizendo que bolcheviques e mencheviques conviveram no mesmo partido por mais de uma década. Com isso buscam justificar a dissolução de sua estrutura leninista para adaptar aos partidos reformistas e neoreformistas, partidos eleitorais que funcionam em base a tendências e frações permanentes no seu interior.

Essa interpretação-justificativa da história do bolchevismo não é verdadeira. Só na **forma** havia um partido único. Na realidade, entre 1903 e 1912 haviam dois partidos dentro do POSDR, com direção própria, estratégias e táticas próprias, jornais próprios, organizações próprias e finanças próprias. Em 1906 houve um congresso de "unificação" que não unificou as duas frações. Quem defendia a "unidade" do partido era Trotsky, cuja posição equivocada sofreu duros ataques de Lênin, já que não dava para unir bolcheviques e mencheviques, isto é, revolucionários e reformistas no mesmo partido. A fração bolchevique já tinha um **conteúdo** de partido desde 1903, que estava em contradição com a **forma** unificada do POSDR, portanto, a **forma já não correspondia ao conteúdo** e esta contradição se resolveu em 1912, às vésperas da guerra, com a ruptura completa do partido.⁶⁴

Em 1914, com a primeira guerra mundial e a capitulação da II Internacional às burguesias imperialistas, Lênin defendeu a ruptura incondicional com o reformismo e a impossibilidade de coabitação no mesmo partido.

A guerra demonstrou que o reformismo não era um estágio inevitável do movimento operário, um matiz de opinião legítimo dentro do partido, apenas professando ideias diferentes. O reformismo se transformou em um enorme aparato internacional, completamente submisso e corrompido pelo imperialismo, com **interesses materiais próprios** como setor social, uma camada social

⁶⁴ Lênin e Trotsky corroboram essa visão quando afirmaram: "O bolchevismo existe como corrente de pensamento político e como partido político desde 1903." Lênin, Esquerdismo, doença infantil do comunismo, 1920, Obras Completas Tomo XXXXI. "A fração bolchevique tinha uma existência independente. (...) A fração-partido bolchevique desenvolvia uma luta contra o menchevismo, que nesta época já tinha se revelado completamente como uma agência pequeno-burguesa da burguesia liberal." Trotsky, De um arranhão ao perigo de gangrena, 24 de janeiro de 1940

burocratizada, corrompida. Lênin chamava os reformistas de agentes da burguesia no interior do movimento operário, que tinham que ser destruídos, coisa impossível de ser feita estando no mesmo partido. Lênin concluiu que a condição para derrotar o imperialismo, passava por derrotar o reformismo. Portanto, o partido revolucionário se constrói no dia a dia dos enfrentamentos de classe, disputando a direção da luta com os reformistas. Lênin criticou os comunistas alemães que demoraram em romper com os reformistas, atrasando a construção do partido comunista.⁶⁵

A época imperialista, época da revolução socialista, não permite essa coabitação no mesmo partido, a não ser com a subordinação (ou adaptação) da tendência revolucionária ao quadro interno de um partido reformista.

Seção III - A construção do Estado operário

A luta contra a opressão



8 de Março de 1917

Esses primeiros anos da Revolução, apesar das limitações, são um tempo de progresso cultural em diversos aspectos da vida social. Chamamos atenção para um especial, a luta contra o machismo.

"O proletariado não chegará a emancipar-se totalmente se não conquistar para as mulheres uma liberdade completa." A frase, proferida por Lênin em 1920⁶⁶, sintetizava o critério com o qual a República via a luta contra a opressão.

⁶⁵ "Vocês estão no período preparatório. A primeira etapa deste período é a ruptura com os mencheviques, semelhante a que realizamos com os nossos em 1903. Os sofrimentos que toda a classe operária da Alemanha suporta durante o prolongado período de pós-guerra na história da revolução alemã, são devido ao fato de que o partido alemão não rompeu com os mencheviques." Lênin, Obras Completas, Tomo XXXIV, 18 de junho de 1921, *Discurso sobre o problema italiano*, página 17.

⁶⁶ *As Operárias* – tomo 25 das Obras Completas

Enquanto a maioria das nações burguesas negava os direitos mínimos às mulheres, tais como o divórcio, o aborto e até mesmo o direito ao voto, o Estado operário, nos seus primeiros anos de existência, reconheceu a igualdade jurídica, ou seja, formal, entre homens e mulheres e ofereceu ao mundo um exemplo, retirando o lixo de discriminação das mulheres da legislação nacional: direitos políticos iguais aos dos homens e nomeadamente o direito de votar e ser eleita sem quaisquer restrições; direito ao trabalho e princípio do trabalho igual, salário igual; estabilidade no emprego durante a gravidez e durante o primeiro ano de vida dos filhos; licença-maternidade (8 semanas anteriores e posteriores ao parto); dispensa para amamentação e direito a um subsídio de aleitamento; medidas especiais de apoio às mães adolescentes; seguridade social - direito à aposentadoria (reforma) e pensão por velhice, apoio nas situações de doença e em situações resultantes de acidentes de trabalho; cuidados médicos e medicamentosos qualificados e gratuitos para todos; uso da terra sem distinção de sexos, quando as mulheres, ao contrário do que previa a legislação anterior, passou a ter direitos sobre a terra (Decreto da Terra, de 8 de novembro de 1917, ponto 6); instituição do casamento civil como o único reconhecido perante a lei; legalização do divórcio, com formalidades simplificadas e por solicitação de um dos cônjuges; legalização do aborto terapêutico gratuito por simples solicitação da mulher.

O avanço legislativo, no entanto, foi encarado apenas como um primeiro passo na emancipação. A igualdade de homens e mulheres perante a lei não significa a igualdade de fato. Há uma imensa distância entre a igualdade formal – aquela da lei - e a forma como o direito é exercido realmente na vida cotidiana pela maioria da população em virtude das desigualdades sociais. A abolição da propriedade privada criava as condições para iniciar a luta contra a opressão em um nível superior. O combate pela igualdade de fato impunha que todos os setores explorados e oprimidos tomassem seu lugar na construção do Estado, em particular as mulheres.

O Estado operário deveria ser, portanto, expressão não somente dos explorados economicamente, mas também dos oprimidos, dos que sofrem a dupla opressão: além da exploração capitalista, das outras ideologias como o machismo, a homofobia, o racismo, a xenofobia etc. Por isso a luta contra a opressão significava impulsionar a participação de todos os setores na vida política.

A forma como o Estado operário revolucionário encarou a luta contra a opressão demonstra, num sentido profundo, a superioridade da democracia operária sobre a democracia burguesa. A incorporação da classe operária e dos setores oprimidos na administração do Estado foi além da mera representação destes setores no regime burguês parlamentar: a maioria da população deveria romper a barreira da representação formal e se incorporar à vida política dos soviets.

Por isso, a luta contra a opressão começava com a garantia da igualdade jurídica formal, mas o passo decisivo seria criar as condições sociais para que o proletariado em geral e as mulheres em particular pudessem romper a condição de opressão secular que reservava a estas o papel de escravas domésticas e/ou lhes impunha a dupla jornada. A coletividade deveria tomar para si as tarefas que a sociedade anterior tinha reservado para as mulheres. Assim o Estado deveria garantir as maternidades, as creches, as lavanderias públicas, os jardins da

infância, os restaurantes públicos nos bairros, organizações desportivas e escolas. A libertação do trabalho doméstico não estaria reservada a uma minoria que pode pagar por ele, senão a milhões de mulheres.

Isso dependia do desenvolvimento das forças produtivas e a elevação de nível cultural. Era necessário romper a estrutura da família herdada pelo capitalismo, mas esta família não poderia ser abolida pela lei. O seu fenecimento seria o resultado, primeiro de uma luta consciente para reafirmar a plena igualdade de direitos entre homens e mulheres, depois, do desenvolvimento duma base material que permitisse que os direitos fossem exercidos pelas amplas massas femininas.

As conquistas do Estado operário nesse terreno, isso é, a o reconhecimento de direitos dos oprimidos e a sua incorporação na administração estatal, serão completamente desfeitas pela burocracia que assumirá o poder na Rússia. A análise feita por Trotsky, em **A Revolução Traída**, demonstra como a burocracia irá monopolizar as tarefas de administração pública, afastando delas as massas e os oprimidos, em particular as mulheres. A burocracia russa, para isso, revitalizará e se apoiará em todas as ideologias burguesas para manter a mulher oprimida. Esse retrocesso se expressará na própria legislação com a proibição do aborto.

As primeiras medidas

Depois de nacionalizar os bancos, e confiscar os depósitos de alimentos para entregar o pão às Cidades, o Conselho dos Comissários do Povo, diante dos ataques e mentiras da imprensa burguesa, confisca as gráficas e os estoques de papel. Apenas os jornais dos partidos soviéticos podiam circular livremente.

O confisco dos meios burgueses de impressão dividiu seriamente os bolcheviques. Rikov (Comissário do Povo para o Interior), Shliápnikov (Comissário do Povo para o Trabalho), Noguín (Comissário do Povo para o Comércio), Miliutin (Comissário do Povo para a Agricultura) e Teodoróvich (Comissário do Povo para o Abastecimento) se demitiram dos cargos. Outros, embora não se demitissem, manifestaram sua discordância.

Este é um aspecto importante do debate sobre o tema da Democracia Operária, como garantir a liberdade de imprensa? A democracia burguesa tem como eixo de sua democracia a propriedade privada, a posse ou não da propriedade define o grau de democracia e de liberdade que o indivíduo tem no interior da sociedade.

A democracia soviética se constrói sobre outras bases: a coletividade. Assim ao expropriar as máquinas impressoras e o estoque do papel, o soviete e colocou o mesmo a disposição de "todos os cidadãos" que organizados tivessem um determinado número de filiados.

Há então uma profunda diferença entre estatizar um meio de comunicação no Estado burguês e expropriar o mesmo sobre a Ditadura do Proletariado. No Estado operário revolucionário, a expropriação dos meios de imprensa e colocar a serviço do conjunto da sociedade é a garantia da democracia. O controle dos trabalhadores é o conteúdo e a forma desta democracia.

As sessões da Assembleia Constituinte estavam marcadas desde antes do 2º Congresso dos soviets e ocorreriam proximamente. Havia ainda ilusões de que a Assembleia Constituinte pudesse resolver problemas importantes do País numa perspectiva revolucionária. Todavia tratavam-se apenas de ilusões, porque o novo poder, nascido do proletariado e da Revolução, poderia enfrentar melhor e resolver esses desafios. Logo isso se esclareceria para as massas.

Os bolcheviques faziam política para as massas e davam a devida importância à consciência delas. Tanto que eles, diante das ilusões no poder constituinte, decidem instalar a Assembleia Constituinte. Já no seu início propõe que a assembleia reconheça o poder dos soviets, encarnado no novo governo. Quando fica claro para o povo que os reformistas, em maioria na constituinte, recusavam-se a acatar as decisões dos soviets, os bolcheviques, a partir dos soviets, fecham a Assembleia Constituinte, contando com o apoio popular. O poder resta, assim, entregue inteiro aos soviets. [...]

A guerra civil

Em de maio de 1918 explode a Guerra Civil, que se prolongará por 2 anos e meio, até novembro de 1920, e marcará definitivamente o destino da Revolução Russa.

Diante do ataque da burguesia imperialista em consonância com a burguesia local, o governo, em detrimento do planejamento anterior de retardar as expropriações é obrigado a fazer o oposto e acelera a expropriação, a resistência burguesa deveria começar a ser rompida no plano interno, rompendo o seu poder econômico.

Apenas muito superficialmente trataremos da Guerra Civil em si mesma, interessam-nos aqui bem mais os reflexos dela sobre o proletariado russo e o Partido Bolchevique.

Os generais e altos oficiais monárquicos que tinham sido, ingenuamente, perdoados pelos bolcheviques, sob a simples promessa de que não apontariam as armas contra o novo Estado, conduzirão parte das ações contrarrevolucionárias na Guerra Civil, conformando os exércitos brancos. As nações imperialistas, principalmente a França, a Alemanha, os Estados Unidos da América, o Japão e a Inglaterra - até o ponto que os operários ingleses permitiram -, além de financiar os guardas brancos, tomaram iniciativas diretas contra o novo Estado operário. Trotsky é, desde março de 1918, quando foi concluída a paz, o Comissário do Povo para a Guerra. O conflito inicia-se em maio de 1918, quando 50.000 soldados tchecos e voluntários russos, por iniciativa dos antigos aliados franceses na 1ª Guerra Mundial, invadem, pelo Oeste, a Rússia. Desembarcam milhares de soldados em solo russo e são tomadas diversas cidades, inclusive Omsk. O êxito dessa invasão leva os franceses e ingleses a se unirem e, sob o falso pretexto de defender a Rússia de uma nova invasão alemã, desembarcam em Murmansk em julho e em Vladivostok em agosto, mais de 100.000 soldados. Várias cidades importantes são tomadas, entre elas Kazan. No Norte ainda intervêm tropas norte-americanas e sérvias. Em setembro os russos rechaçam os invasores, sob o comando de Trotsky, e retomam as cidades antes tomadas. No Sul, o general czarista, Denikin, armado pelos ingleses, monta um exército, a que se chamará de Exército Branco, em contraposição ao Exército Vermelho dos soviets. Os invasores chegaram a

estacionar a apenas 15 km de Petrogrado em 1919. É o período mais crítico da Guerra Civil. Entretanto os bolcheviques resistem heroicamente e expulsam os brancos. Na Sibéria, ao Leste, os russos combatem os japoneses, que tinham se aliado aos cossacos. Em março de 1920, a Polônia, que os russos tinham entregado para os alemães, invade a Rússia pelo Oeste. Em setembro, diante do contra-ataque do Exército Vermelho, os poloneses são obrigados a assinar um armistício. Os alemães, financiados por dinheiro francês, retomam a ofensiva na Ucrânia, que é detida pelos russos em novembro de 1920. Só então acaba a Guerra Civil.

Como se formou o Exército Vermelho sobre os restos das tropas czaristas e como ele se fez vitorioso? Antes de tudo, como define Deutscher, é um exército de classe, da classe operária e dos camponeses. Trotsky ia diretamente as grandes fábricas e nelas eram realizadas assembleias onde os dotes de agitador do revolucionário demonstrava a necessidade da defesa da revolução. Os principais regimentos tinham como estrutura básica os operários, quando estes foram formados passou-se ao recrutamento dos camponeses.



Em um terceiro momento, se convocou cerca de 30.000 oficiais czaristas, quase todos contrários ao regime dos soviets, para organizar a defesa do País. Não havia outros comandantes experientes de que Trotsky pudesse lançar mão. Por cautela, atrás de cada um desses militares graduados, Trotsky mantinha um comissário político, que, ao menor indício de traição do oficial vigiado, atiraria contra ele. Os comissários políticos também eram responsáveis por manter elevado o moral das tropas.

Entretanto para manter o fogo contra tantos exércitos inimigos e numa frente de combate tão extensa, não bastava apenas recorrer aos soldados profissionais e aos oficiais do velho regime, os bolcheviques foram obrigados a conclamar os operários das cidades industriais a se deslocarem para as fronteiras do País e ajudar a dirigir o Exército Vermelho. Todos os recursos políticos e humanos dos soviets são

mobilizados. É a única chance de não sucumbir ao cerco da burguesia russa e do imperialismo. "A República é um acampamento fortificado. Vivemos sob o regime da ditadura militar do proletariado", escrevem Bukharin e Preobrazhenski. A Rússia e o novo regime vão empregar suas últimas energias e perder os seus mais experientes quadros políticos e a sua vanguarda operária revolucionária nessa desesperada luta. E quando dizemos "perder", referimo-nos à perda no sentido biológico do termo: grande parcela da vanguarda e da própria classe operária russa morrerá em combate!

Os métodos de Trotsky, avalizados por Lênin, não contaram com o apoio unânime no seu Partido. Ao contrário, numerosos dirigentes se opuseram ao formato profissional dado pelo Comissário do Povo para a Guerra, preferindo o modelo de organização das milícias operárias e dos grupos guerrilheiros, dotando-o de uma validade universal. Não admitiam que os comandantes fossem escolhidos pelo estado-maior do Exército Vermelho e exigiam a eleição dos comandantes pelos comandados. Não admitiam que os soldados fossem comandados por oficiais que tinham servido ao Czar. Contraditaram, igualmente, a férrea centralização das ações militares e a dura disciplina imposta aos combatentes, inclusive com a volta da pena de morte para coibir a insubordinação. Esse movimento ficou conhecido como "Oposição Militar".

A Oposição Militar era dirigida por Smirnov e Frunze, mas tinha o apoio de Stálin nos bastidores. Trotsky enfrentou a Oposição Militar, mostrando que a plataforma do agrupamento carecia de sentido político e não se justificava no terreno técnico, porque apenas um país com economia e cultura muito superiores às da Rússia de então poderia utilizar tais métodos com êxito.

Colhemos um trecho da Revolução Traída – **O que é e para onde vai a Rússia**, de Trotsky, para mostrar o fundamento do pensamento do chefe do Exército Vermelho. Ele diz em 1º de abril de 1922 o seguinte:

"Eu não duvido que um país com a economia socialista desenvolvida, que fosse compelido a fazer guerra com um país burguês, teria uma estratégia completamente diferente. Mas isso não nos dá razão para tirar da cartola hoje tal estratégia proletária... desenvolvendo a economia socialista, elevando o nível cultural das massas... enriquecemos, sem dúvida alguma, a arte militar com novos métodos, mas para isso, é necessário aprender assiduamente com os países capitalistas avançados, e não tentar deduzir uma nova estratégia com métodos especulativos da natureza revolucionária do proletariado."

A Oposição Militar foi derrotada no 8º Congresso partidário por 174 votos contra 95.

No princípio da Guerra Civil, o Comitê Militar Revolucionário de Petrogrado criou uma polícia política de combate à contrarrevolução e à sabotagem a que a burguesia recorria sistematicamente: a Cheka. Ela, diante do aprofundamento da Guerra Civil, torna-se uma comissão extraordinária com a mesma finalidade e passa a gozar de grande autonomia. Somente prestará contas ao Conselho dos Comissários do Povo e ao Comitê Executivo do Soviete da Rússia. É dirigida por

Dzerzhinski e, nas suas palavras, age como um órgão de repressão à burguesia. Interessava menos à Cheka o que o indiciado dissera ou fizera contra o regime soviético, muito mais importante era a sua origem de classe, o seu grau de instrução e profissão. Trata-se de uma polícia de classe. É o "terror vermelho" que se abate sobre os elementos burgueses indistintamente.

Nesses 2 anos e meio, as necessidades impostas pela Guerra Civil acabam gerando o que ficou conhecido como o comunismo de guerra: a indústria é nacionalizada e estatizada, o comércio privado desaparece totalmente, destacamentos de operários armados vão às aldeias e requisitam os grãos para poder alimentar as cidades e os soldados, não existe arrecadação de impostos nem uma estrutura administrativa capaz de organizar as requisições, os salários caem, a inflação é gigantesca, não há nem mesmo moeda circulando e os pagamentos são feitos em espécie.

Bukharin e Preobrazhenski, no livro **Abc do Comunismo**, sustentam que a contrarrevolução só não chegou ao ponto de destruir o Estado soviético porque os invasores tiveram de dedicar a enfrentar os seus próprios operários e massas populares que se levantaram contra eles, chegando mesmo a realizar revoluções como na Hungria e Alemanha, embora fossem derrotadas ao final.

Aliás, os bolcheviques, fiéis às suas tradições internacionalistas e aproveitando o impacto da Revolução Russa e a influência de que gozavam junto aos vários setores socialdemocratas na Alemanha, na Hungria, na Itália, na França, na Suécia, na Noruega, na Inglaterra e mesmo nos Estados Unidos, sem esquecer o Brasil e muitos outros países, em março de 1919, em Moscou, fundam a 3ª Internacional. Essa organização, nos seus primeiros anos de vida, impulsionará a revolução no mundo todo.

Após o fim da Guerra Civil, grande parte do território que a Rússia tinha cedido à Alemanha no final da 1ª Guerra Mundial é recuperada. Em 22 de dezembro de 1922 será fundada, tendo Moscou como centro político, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – a URSS. Mais de uma dezena de repúblicas europeias e asiáticas se unirão sob essa denominação. Por razões didáticas, continuaremos empregando o termo "Rússia" mesmo que nos refiramos à União Soviética.

Pela mesma razão, seguiremos chamando de Partido Bolchevique o seu sucessor, o Partido Comunista.

O sangramento dos soviets é brutal. Durante a Guerra Civil, conforme Pierre Broué, no livro **O Partido Bolchevique**, os soviets deixam de lado qualquer discussão sobre a repressão desencadeada pela Cheka e sobre a Guerra Civil, e passam a se dedicar exclusivamente a questões administrativas locais. Assim Kámenev descreve o funcionamento dos soviets nesse período:

"Sabemos que durante a guerra, os melhores trabalhadores abandonaram as cidades em massa e que muitas vezes disso resulta uma situação que exige criar um soviete em determinada província ou cidade, dando-lhe base para um funcionamento regular. Lentamente, as assembleias do soviete, considerado como organização política, enfraquecem, pois a gente se ocupa de tarefas puramente técnicas. As assembleias gerais do soviete se celebram em escassas ocasiões e, quando se reúnem os deputados, sua única

missão consiste em ser informados de uma circular, escutar um discurso etc."

Noutra citação retirada da obra citada de Broué, Zinóviev defende a ditadura do partido sobre os soviets do seguinte modo:

"O poder soviético não teria durado 3 anos, sequer três semanas, se não fosse pela férrea ditadura do partido comunista. O controle do partido sobre os órgãos soviéticos e sobre os sindicatos é a única garantia sólida de que nenhuma camarilha ou grupo de pressão poderá impor-se e de que só prevalecerão os interesses do proletariado em sua totalidade."

A Guerra Civil estenderá os seus efeitos maléficos sobre o Partido e o modificará para sempre. Broué no livro citado diz o seguinte:

"Preobrazhenski não escandaliza ninguém ao sugerir que se decida a desapareição de um partido que, em sua opinião, resulta inútil, pois os comunistas são os dirigentes reconhecidos do Estado. Osinsky propõe que se legalize a situação existente de fato sugerindo para isso fusão do Soviete de Comissários do Povo como o Comitê Executivo [do Soviete da Rússia] em um único órgão colegiado que haveria de incluir todos os membros do Comitê Central do partido: esse plano foi levado à prática na Letônia soviética sob a direção de Stuchka."

Os órgãos do Estado suplantam e assimilam os do Partido em virtude da conjuntura adversa atravessada pela Revolução.

Em 17 de março de 1919 morre o organizador Sverdlov. Fica um vácuo na direção.

O 8º Congresso decide que o Partido deve recuperar a sua disciplina e definir as suas fronteiras. O Congresso reconhece que os soviets têm funcionado muito mal, porém entende que eles somente voltarão a funcionar a contento se o Partido, que é o seu motor, se curar. O Partido deverá funcionar de maneira estritamente disciplinada como a fração comunista nos soviets.

O Comitê Central deverá reunir-se pelo menos de 2 em 2 meses. No intervalo dessas reuniões, um Birô Político do Comitê Central dirigirá o Partido e deliberará sobre questões urgentes. Esse Birô poderá transferir essa função para um Comitê Executivo, integrado por Lênin, Trotsky, Kámenev, Bukharin e Stálin. Também é formado um Birô de Organização do Comitê Central. Stálin participa dos 2 birôs. Também será criado um Secretariado do Comitê Central, encarregado do funcionamento geral do Partido. Será dirigido por Krestinsky e, a partir de 1919, Preobrazhenski e Serebriakov também o integrarão. O órgão crescerá ano após ano e em 1921 já contará com 600 funcionários.

Refazem-se os elos entre o Comitê Central e os órgãos locais. As circulares do Comitê Central passam de 71 em 1919 para 253 em 1921. O Secretariado do Comitê Central rapidamente consegue identificar todos os militantes. O Birô de Organização e, em seguida, o Secretariado, devido ao controle dos quadros partidários de que dispunha, passa a influenciar na escolha dos dirigentes dos soviets e dos sindicatos. Stálin assumirá a direção do Secretariado. O 9º Congresso delegará a esse órgão a função nomear e transferir os dirigentes

partidários para cumprir as tarefas, negando o critério histórico anterior, de eleição dos dirigentes pela base.

A composição social do Partido se modifica drasticamente durante a Guerra Civil. Alguns dados levantados por Pierre Broué, em **O Partido Bolchevique**, ilustram essa mudança já em 1919: Torna-se difícil encontrar algum militante que conheça O Capital, de Marx, ou outra obra marxista fundamental. Em março de 1919 o Partido contava com 250.000 membros. Muitos elementos oportunistas ingressaram no Partido nessa época. Em março de 1921, o Partido já contará já 730.000 militantes. Em 1919 apenas 8% dos militantes tinham ingressado no Partido antes de fevereiro de 1917 e aproximadamente 20%, antes de outubro do ano da Revolução. O nível cultural decaiu muito. Em 1919 apenas 5% tem educação superior e 8%, educação secundária. Em outubro de 1919 53% dos militantes trabalham no Estado e destes 8%, no aparato do Partido e dos sindicatos, 27 % serve ao Exército, a maior parcela detendo patentes de oficial. A maioria imensa dos quadros partidários exerce funções de autoridade pública: é governo. Esses novos militantes aderiram ao Partido durante os difíceis anos da Guerra Civil. Eles foram educados de forma distorcida pelo próprio Partido. Para eles, conforme uma expressão famosa de Rádek, o Partido é *“antes de tudo, um exército, uma força de choque, e só depois, um partido político”*.

Os salários pagos aos quadros partidários, inclusive para os comissários do povo, eram equivalentes aos dos operários qualificados. Viviam muito modestamente e não gozavam de nenhum privilégio. Zinóviev, por exemplo, membro do Comitê Executivo do Soviete da Rússia, chegou a perder um filho por inanição. Entretanto um grande número de dirigentes governamentais começa a se afastar de classe operária, mesmo que tivesse iniciado a sua militância junto aos operários.

Do “comunismo de guerra” à NEP (Nova Economia Política)

A situação desesperadora por que passava a Rússia durante a Guerra Civil e o seu isolamento político e comercial provocaram no interior do Comitê Central do Partido um debate sobre como conduzir a economia. Trotsky, em dezembro de 1919, portanto em plena Guerra Civil e já se encontrando a indústria nacionalizada e controlada pelo Estado, apresentou o documento, denominado “Teses Sobre a Transição entre a Guerra e a Paz”, em que propunha a “militarização do proletariado”. Trotsky acreditava que os proletários não podiam ficar vagando pela Rússia, ao contrário o Estado deveria determinar onde cada operário trabalharia, assim como o Exército Vermelho definia onde cada soldado devia combater. Propunha que o trabalho fosse obrigatório e que patrulhas punitivas reprimissem os que “desertassem” das atividades profissionais. Ainda sustentava que houvesse estímulo salarial em favor dos operários mais produtivos. Defendia que o Exército Vermelho interviesse diretamente no terreno econômico quando fosse necessário.

Segundo Trotsky, não caberia papel algum independente aos sindicatos e às organizações econômicas operárias na condução econômica do País. Os sindicatos e as organizações similares deviam obediência completa ao Estado, que, afinal, tinha natureza operária. Entendia que a Rússia era pobre e atrasada demais para adotar outra saída que a afastasse do caos que se aproximava. Os operários ainda não tinham condições de ocupar o papel que lhes guardaria o futuro: a autogestão das

empresas. Essa política ficou conhecida como "comunismo de guerra". Bukharin, que está próximo de Trotsky nesse momento, sugere que as organizações sindicais se integrem aos órgãos estatais, a fim de melhor zelar pela disciplina no trabalho. Frise-se, a bem da verdade histórica, que Trotsky, durante esse debate, diversas vezes esclareceu que o "comunismo de guerra" somente vingaria se a maioria dos trabalhadores o apoiasse voluntariamente e que, portanto, em tese, não haveria contradição entre ele e a democracia operária.

Ressalte-se também que a maioria da direção bolchevique concordava, em linhas gerais, com essa concepção de Trotsky e permitiu que ela fosse praticada durante meses.

Somente mais tarde Lênin e outros dirigentes expressariam a divergência com o ponto de vista de Trotsky. Lênin defendeu uma posição contrária a militarização dos sindicatos, argumentando que os sindicatos deviam manter sua independência do aparelho do Estado, já que este estado tinha suas deformações burocráticas e precisava que os sindicatos defendessem os trabalhadores contra eventuais erros do poder soviético. É o teor da "Plataforma dos Dez", publicada em janeiro de 1921, subscrita por Kámenev, Zinóviev, Tmsky, Stálin, além de Lênin. [...]

O documento de Trotsky era reservado aos membros do Comitê Central. Entretanto, por engano, Bukharin o divulgou na imprensa. Foi deflagrado um tenso debate. A posição de Trotsky foi criticada severamente pelos setores sindicais do Partido, que viam nela apenas mais uma ofensiva burocrática e antidemocrática. As teses de Lênin, apoiadas por Zinóviev, Stálin e pela maioria do Comitê Central, são vitoriosas no 10º Congresso. Elas adquirem 336 votos, contra 50 de Trotsky e Bukharin e 18 dados à Oposição Operária de Kollontai.

Apesar das enérgicas medidas adotadas, a economia continuava decaindo. Estima-se que a produção fabril e mineira tenha caído em 1921 para 20% dos níveis de antes da 1ª Guerra, com muitos itens essenciais tendo um declínio ainda mais pronunciado. A produção de algodão, por exemplo, caiu para 5% e de ferro para 2% dos níveis de antes da Guerra. Os camponeses responderam à requisição de sua produção recusando-se a cultivar o solo. Em 1921 a extensão das terras cultivadas encolheu para 62% da área de antes da 1ª Guerra, e a colheita era apenas 37% do normal. O número de cavalos declinou de 35.000.000 em 1916 para 24.000.000 em 1920, e o gado caiu de 58.000.000 para 37.000.000 de cabeças durante o mesmo período. No câmbio, o dólar americano, que havia sido cotado em 2 rublos em 1914, subiu para 1.200 em 1920. As condições de vida das populações urbanas eram péssimas, incluídos os salários pagos. Em 1920 os sindicatos calculavam que os gastos absolutamente indispensáveis seriam de 2,5 a 3 vezes maiores que os salários.

Em virtude dessa penúria, a população urbana abandona as maiores cidades russas. Petrogrado, em 3 anos perdeu mais da metade dos seus habitantes (57,5%). No mesmo período, 44,5% dos habitantes de Moscou a abandonaram.

A heroica classe operária encolhe visivelmente em termos numéricos. Considerando o seu nível de consciência política, o recuo também foi muito grande. Na verdade não existe mais na Rússia, imediatamente depois da Guerra Civil, uma vanguarda operária. Nem mesmo se pode dizer que haja um proletariado industrial

propriamente dito no País nessa época. Pelas cidades vaga uma massa de operários sem emprego ou subempregados.

Em 1921 uma onda de fome devasta as cidades e também o campo. De acordo com a estatística oficial, 36.000.000 de camponeses passam fome, chegando-se inclusive a se registrarem casos de canibalismo. [...]

A situação é desesperadora. Em 24, 25 e 26 de fevereiro de 1921 os operários de Petrogrado deflagram uma greve. Exigem o fim das requisições de alimentos, melhora no abastecimento das cidades e a supressão das milícias de trabalho. Os dirigentes da paralisação ainda exigem que seja limitada à ação repressiva da Cheka. Em 24 de fevereiro o Soviete de Petrogrado elege um Comitê de Defesa.

Distante apenas 30 km de Petrogrado, a guarnição marítima de Kronstadt apoia o movimento dos grevistas. [...]

Kronstadt era uma fortificação estratégica e dispunha de farto armamento e munição. Como foi explicado, é vizinha de Petrogrado. O mais grave é que o levante não estava isolado. Um exército, dirigido pelo anarquista Makhnó, controlava a Ucrânia. Na região de Tambov, um exército com cerca de 50.000 combatentes, dirigido pelo socialista-revolucionário Antonov, desafiava os soviets. Essas 2 insurgências armadas e a de Kronstadt eram apenas as mais importantes. Ainda existiam cerca de 50 outros focos de resistência ao novo governo nas regiões rurais. A rebelião de Kronstadt, pela sua localização estratégica, poderia potencializar as demais revoltas, e ferir Petrogrado. Além disso, os últimos tiros da Guerra Civil tinham sido ouvidos há apenas 3 meses. O governo soviético via nessa instabilidade toda uma possibilidade real de que os exércitos brancos retomassem o ataque.

Os bolcheviques, inicialmente, não recorreram às armas e tentaram negociar com os marinheiros. Porém os seus porta-vozes, enviados a Kronstadt, Kuzmin e Vassiliev, acabaram sendo presos pelos rebeldes.

O governo não poderia aceitar essa situação e decide sufocar a rebelião da guarnição pela força. Em 5 de março o Comissário do Povo para a Guerra exige a rendição dos rebeldes. Eles a rejeitam. Trotsky nomeia Tukhachevsky, que é encarregado de recuperar o controle sobre Kronstadt e lhe são disponibilizados cerca de 50.000 soldados. Em 7 de março começa o combate, que só termina 10 dias depois, com a vitória do governo. A repressão do Exército Vermelho é impiedosa. Após a derrota dos marinheiros rebeldes, entre os quais se contavam muitos bolcheviques, segue-se o fuzilamento de centenas de militares pelas ruas da Cidade. Os marinheiros eram dirigidos por correntes políticas anarquistas. Depois desse desfecho sangrento, os anarquistas se afastarão para sempre dos marxistas e dos bolcheviques. [...]

O 10º Congresso do Partido ocorreu em março de 1921 e coincidiu com os combates em Kronstadt. Entretanto há outra coincidência bem mais emblemática: Também em março de 1921 é derrotada a Revolução na Alemanha. O Partido Comunista Unificado da Alemanha, seção da 3ª Internacional, embora não fosse a direção majoritária do proletariado, tinha 350.000 militantes. Orientado pela política ultra-esquerdista da Internacional da época, protagonizou uma precoce,

mal preparada e finalmente fracassada greve geral insurrecional. Perdeu 2/3 dos seus membros depois da aventura, amargando perda de sua influência e um total isolamento em solo alemão. O sonho dos bolcheviques de furar o cerco do imperialismo à Rússia atrasada, que tanto carecia de técnicos e especialistas, por meio da vitória da revolução num país avançado vira pesadelo. [...]

A principal consequência da derrota da Revolução Alemã sobre a Revolução Russa foi logo percebida: os bolcheviques não poderiam contar com a perspectiva de novas revoluções a curto prazo; ao contrário, teriam de adotar táticas defensivas enquanto não mudassem os ventos, trazendo um novo ascenso operário.

Referindo-se ao ano de 1921, Lênin o considera como o momento mais crítico da revolução. Apesar de consolidada a vitória militar sobre a contrarrevolução, a situação da economia é caótica, fome, desabastecimento marcam a vida nas cidades. No campo, apesar do apoio majoritário a luta contra o exército branco, houve uma profunda ruptura da aliança com os camponeses devido a necessidade de abastecer o exército e as cidades. Além do que a miséria no campo crescia.

No front internacional, a já mencionada derrota da revolução na Alemanha.

O reflexo deste quadro interno no partido foi o aumento da temperatura interna do debate e crise, o fracionamento no interior do partido, subproduto das dificuldades da situação, incidia sobre ela, na medida em que o partido majoritário poderia não apresentar uma saída razoável para as massas, fruto de sua própria divisão interna.

A conjuntura exigia da classe operária, dos camponeses e do partido, forças incomensuravelmente superiores as de outubro. O Congresso chama o partido à ordem, Lênin defende categoricamente o recuo, assim como o tinha defendido em 1918, antes que todas as forças fossem exauridas pela guerra civil.

Uma nova retirada, este é o conteúdo das resoluções do X Congresso, que se expressa por um lado nas alterações no regime do partido: é votada a proibição das frações e tendências, uma medida considerada provisória e claramente parte da necessidade de organizar o recuo como observa Lênin. Por outro lado, se expressa na NEP.

A NEP

Quando iniciamos os relatos dos bolcheviques no poder, nos utilizamos da síntese feita por Carr, onde afirma que a estratégia de Lênin para a transição estava baseada em dois eixos: a revolução europeia e a aliança com os camponeses. A traição da socialdemocracia termina a onda revolucionária aberta em 1914, em 1923 a Alemanha estará colocada novamente a possibilidade da tomada do poder, que foi desperdiçada.

A aliança forjada com os camponeses a partir do decreto de nacionalização das terras sofre uma profunda ruptura com a guerra civil e o comunismo de guerra. Apesar do amplo apoio que as massas camponesas depositaram ao regime dos soviets contra o exército branco que significava a volta dos antigos senhores. Mas a requisição forçada da produção agrícola e a fome que se espalha no campo, criam

uma nova situação nas relações com o campo que poderia significar um isolamento ainda maior do regime.

Neste quadro exige uma nova política, o conteúdo fundamental da NEP é exposto por Lênin no 10º congresso:

*"Nos países de capitalismo desenvolvido há uma classe de trabalhadores assalariados agrícolas que se formou no curso de algumas décadas... Onde esta classe está suficientemente desenvolvida, a transição do capitalismo para o socialismo é possível. Nós temos enfatizado – numa série de escritos, em todos os nossos discursos, em toda a nossa imprensa – o fato de que na Rússia a situação não é esta – que na Rússia temos uma minoria de trabalhadores na indústria e uma enorme maioria de pequenos donos de terras. Em tal país, a revolução social pode conseguir seu sucesso final apenas sob duas condições: primeiro, com a condição de um apoio oportuno por uma revolução social em um ou vários países avançados... A outra condição é um acordo entre... o proletariado que mantém o poder estatal e a maioria da população camponesa... **Apenas um acordo com os camponeses pode salvar a revolução socialista na Rússia até começar a revolução em outros países.**"*⁶⁷ [...]

A NEP substitui as requisições da produção dos camponeses por um imposto em espécie, desta forma o centro da política econômica da NEP foi permitir que a imensa massa de camponeses que constituía o grosso da economia russa pudesse vender livremente seus produtos no mercado. O resultado imediato foi restabelecer o abastecimento das grandes cidades. A liberdade de comércio, reativa o mercado, traz de volta o uso da moeda nas transações comerciais, que tinha sido praticamente abolida no período do comunismo de guerra; ao mesmo tempo em que tolera o empreendimento privado em pequenas e médias indústrias, sob controle estatal, e permite o investimento estrangeiro.

Enfim, é uma tentativa de superar o caos econômico por que passa a Rússia, pondo fim ao comunismo de guerra, ou seja, a política da "fortaleza sitiada", por meio da concessão e de uma liberalização do mercado.

A NEP começa a dar frutos positivos. A agricultura se desenvolve. Embora a maioria dos camponeses viva precariamente, os kulaks acumulam excedentes. Em 1922 a colheita de trigo se recupera e atinge $\frac{3}{4}$ da produção de antes da 1ª Guerra Mundial. Há melhora no abastecimento de alimentos das cidades e elas voltam a crescer. A indústria também se desenvolve: de 1921 para 1922, cresceu 46%, embora ainda significasse apenas $\frac{1}{4}$ do nível de antes da 1ª Guerra. Mas o fundamental, é que se restabelece a confiança dos camponeses no regime, a agitação política no campo cessa em um país de maioria camponesa, esta conquista não era um acontecimento menor.

Mas tanto no informe para a Internacional como na maioria dos seus escritos desde 1922, quando a saúde assim o permitia, Lênin estabelecia que a NEP estava

⁶⁷ Lênin, Obras Completas, Tomo 44.

vinculada a uma estratégia, diminuir o aparato do Estado que era ineficiente, mal organizado e:

"(...) salvar a indústria pesada, sem restabelecê-la, não poderemos construir nenhuma indústria, e sem esta pereceremos totalmente como país independente. Isto já sabemos com sobras.

A salvação de Rússia não está somente em uma boa colheita no campo – isto não basta –; tampouco está somente no bom estado da indústria leve que abastece os camponeses com bens de consumo – isto tampouco basta –; necessitamos, além disso, uma indústria pesada. (...)

*A indústria pesada necessita de subsidio do Estado. Se não os encontramos pereceremos como Estado civilizado, sem dizer que pereceríamos também como Estado Socialista. (...)"*⁶⁸

A morte de Lênin



Uma grave doença tinha atingido Lênin seriamente. Do final de 1921 ao início de 1924, ele permaneceu semiparalisado. Via-se frequentemente incapaz de falar. Era vítima de vômitos incessantes e terríveis dores de cabeça. De maio de 1922 a março de 1923, Lênin sofre 3 infartos. É vítima de um atentado, em que é baleado, em 26 de maio de 1922. A bala se aloja no pescoço, muito próxima da coluna vertebral. É obrigado a se afastar completamente de suas tarefas por cerca de meio ano.

Sua militância, desde o final de 1922 até os primeiros meses de 1923, é marcada pela ruptura política com Stálin e pelo início de uma luta contra a burocracia que este chefia. Lênin denuncia uma tendência de natureza pequeno-burguesa que diz

⁶⁸ Lênin, Informe ao IV Congresso da Internacional Comunista, novembro de 1922. Obras Completas Tomo 45.

ser inevitável num país como a Rússia a redução dos membros dos sovietes a parlamentares, ou seja, burocratas, retirando-lhes o poder de decidir sobre o que mais importa. Lênin conclui o seguinte: *“Temos que combater essa tendência fazendo com que todos os membros dos sovietes participem da direção dos assuntos.”*

Lênin, já muito abalado em sua saúde, denuncia o método burocrático e violento com que o Stálin reprimiu um caso de indisciplina partidária na República da Geórgia: a maioria dos bolcheviques georgianos se opunha à instituição de um governo único no território do antigo Império Russo em substituição aos governos das federações independentes. Chega a pedir a saída de Stálin da Secretaria Geral publicamente num artigo no ***Pravda*** em 6 de fevereiro de 1923. Temos que acabar *“com a burocracia não só nas instituições soviéticas senão também nas do Partido”*, afirma Lênin.

Lênin propõe a Trotsky uma aliança com o fim de retirar Stálin do Secretariado e pede que ele denuncie o burocratismo e violência com que Stálin interveio na Geórgia no 12º Congresso.

Esse será último combate de Lênin. Permanecerá inconcluso, pois ele falece em 21 de janeiro de 1924, logo depois do 4º infarto. [...]

A vitória da contrarrevolução burocrática



A proibição das frações, adotada pelo Partido, por proposta de Lênin em 1921, em caráter excepcional, diante das extremadas dificuldades enfrentadas pelo Estado operário naquele período, converte-se numa regra sagrada e imutável do 15º Congresso em diante. A burocracia, a partir deste momento, apresenta o

monolitismo partidário como se fosse a essência do bolchevismo desde os tempos de Lênin: mentira deslavada.

A contar de 1930, Stálin dominará completa e solitariamente o Partido. Tomsy foi o último velho bolchevique a ser afastado do Birô Político do Partido. Restaram Stálin e outros homens já formados no espírito burocrático. O Secretário-Geral domina completamente o Partido e não há qualquer possibilidade de o Comitê Central contrariá-lo nem na menor medida.

Stálin foi um dirigente sem grande brilho nem grande ideia. Porém era trabalhador, muito organizado, tenaz e sabia como utilizar o esforço alheio. Stálin tinha um talento especial para permanecer na sombra, pacientemente aguardando o melhor momento para puxar o tapete e derrubar os líderes que se faziam visíveis aos olhos de todos. Então, da escuridão ele surgia.

Após as medidas tomadas por Stálin, os kulaks semearam menos grãos. O preço do trigo subiu 20% em 1928. O kulak continuava controlando a agricultura.

O governo, diante do boicote do plantio, do aumento de preços e da fome que chega às cidades, em virtude da catastrófica situação da agricultura, vê-se obrigado a coletivizar a terra. No segundo semestre de 1929, os kulaks têm os seus bens expropriados. Eles e suas famílias são proibidos de integrar as cooperativas. Pelo menos 10.000.000 de pessoas, classificadas como kulaks e contrarrevolucionárias, são afastadas de suas casas pela força. As residências, o gado, as aves são coletivizados. Os camponeses ricos se revoltam e, quando podem, queimam as suas propriedades, matam os animais. Imediatamente são agrupadas pela GPU e enviadas para a Sibéria, onde serão submetidos a trabalhos forçados. A violência empregada nessa expropriação conhece bem poucos paralelos na história da humanidade.

A produção agrícola despencou de 1930 para 1931. A fome assolou o campo russo. Não há levantamentos estatísticos, mas o próprio Stálin admitirá, mais tarde, que entre 1.000.000 e vários milhões de seres humanos morreram de fome. Aplica-se a pena de morte para os ladrões de cereais. Volta o racionamento de alimentos às cidades.

Em plena crise mundial, em 1929, a Rússia aplica uma política de industrialização acelerada. Era preciso produzir tratores, máquinas, aço e combustível maciçamente para criar uma indústria, mas também para reanimar a agricultura, mergulhada no caos.

A industrialização do País devia ter ocorrido antes e preparado as condições para a coletivização da terra. Porém esses 2 processos econômicos vieram juntos no tempo. Do modo improvisado e brutal como os burocratas coletivizaram a terra, eles acabaram inibindo fortemente o crescimento econômico. O efeito foi um aumento da inflação, que produziu uma perda de cerca de 40% no poder de compra dos salários no início dos anos 1930.

Em 1931 começa a haver uma maior diferenciação salarial. Cerca de 75% do operariado é pago por empreitada. Há ainda um sistema de premiações pela produção. Nesses idos cerca de 20% dos assalariados embolsa 40,3% da massa

salarial. Os especialistas mais privilegiados chegam a receber entre 80 e 100 vezes mais que os operários. O valor dos salários em 1932 corresponde à metade do que tinha sido em 1928. É exigida uma disciplina opressiva dos operários. A menor falta é punida com o maior rigor. Em 1932 é adotada a carta de trabalho, onde todas as faltas do operário são anotadas. A apresentação desse documento é obrigatória na contratação do trabalhador. O controle é feito pela direção das empresas. A mera ausência ao trabalho por 1 único dia pode se punida com a demissão. Em agosto de 1932 é editado um decreto que pune com a pena de morte aquele que furtasse a propriedade estatal. As condições de trabalho são péssimas. Foi essa desumana exploração dos operários, exercida pela burocracia, associada à ausência do lucro capitalista privado, à economia planificada e ao controle estatal do comércio exterior, assegurados pelo caráter operário do Estado, que embasou o grande desenvolvimento econômico russo nesse período: em 1930 a produção russa alcançava a economia alemã.

A GPU cresce imensamente em virtude do elevado número de agentes necessário na repressão dos kulaks. Essa polícia secreta é controlada pelo Secretário-Geral do Partido, Stálin, é claro. A polícia cerca toda a sociedade. A GPU converte-se em órgão policial de aniquilação de qualquer oposição ao governo.

A necessidade do Estado de reunir recursos para desenvolver a indústria, a indústria pesada sobretudo, é um disfarce excelente para a burocracia tomar dos camponeses e dos operários os recursos que sustentarão os privilégios materiais de que passa a gozar.

Em 1936 o Partido conta com 97% dos administradores de fábricas, 40% dos engenheiros-chefes. Trotsky avalia que 5.000.000 de pessoas, incluídos os familiares, sem nada produzir, ordenam, administram, dirigem e distribuem recompensas para os altos funcionários do Estado. Seriam mais 2.000.000 de burocratas nos sindicatos e no Partido. Outros 5.000.000 ou 6.000.000 se somariam à aristocracia operária que divide com os demais os privilégios.

A burocracia segue perseguindo ferozmente os seus adversários. São expulsos do Partido Zinóviev e Kámenev no início dos anos 1930.

Segue-se na União Soviética uma campanha ainda mais intensa de difamação e expulsão de qualquer militante que tivesse oposto a menor resistência à política da direção do Partido. São jogados uns contra os outros e ameaçados de morte os militantes, caso não se denunciem reciprocamente. Toda a militância se vê aterrorizada.

Não se conhecem os números verdadeiros, mas estudiosos desse período da história russa indicam que teriam sido detidas mais de 7.000.000 de pessoas e que entre 7.000.000 e 12.000.000 teriam sido condenadas a trabalhos forçados.

O Partido está já completamente desfigurado e nele não resta o menor traço da organização de Lênin. Em mais de 90% dos cargos mais importantes do Estado e do Partido encontram-se quadros que ingressaram na organização depois da morte de Lênin. A geração revolucionária fora exterminada.

Seção IV - Síntese e polêmicas

A primeira questão que se coloca nestes 100 anos da Revolução Russa, que devemos discutir é : foi possível exercer uma democracia sem parlamento? É possível que as fábricas produzam sem patrão? É possível que a administração do Estado fosse realizada por anônimos operários e operárias, que até então foram educados a obedecer?

Outubro demonstrou que é possível e necessário e a 100 anos desta revolução ela permanece mais atual do que nunca. Para nós, moderno é acabar com o capital.

A segunda questão: foram os erros dos bolcheviques os responsáveis pela burocratização? Lênin inúmeras vezes começou seus informes demonstrando a quantidade de erros e equívocos cometidos, mas antes de mais nada buscava compreender a natureza social dos próprios erros:

*"Não há dúvidas que cometemos e cometeremos muitíssimas burrices. Ninguém pode julgá-las melhor nem vê-las melhor do que eu. Mas porque cometemos tantas burrices? A razão é simples: Primeiro porque somos um país atrasado; segundo, porque a instrução em nosso país é mínima; terceiro, porque não recebemos nenhuma ajuda de fora, nem um dos países civilizados nos ajuda. Pelo contrário (...) E quarto, por culpa de nossa administração pública (...)"*⁶⁹

Alguns dos que renegam o legado da revolução de outubro atribuem aos erros dos bolcheviques o desvio da revolução. Por exemplo, o Secretariado Unificado, toma as medidas do X Congresso do PCR, concernente a proibição das frações utilizada posteriormente por Stálin como um profundo erro, outros tomam o programa da Oposição Operária como a política correta e alguns as vacilações iniciais de Trotsky, que não utilizou o testamento de Lênin no XII Congresso.

Não se trata aqui de afirmar que os bolcheviques eram infalíveis, mas a crítica superficial acaba por creditar uma importância decisiva aos possíveis erros de percurso, como se estes tivessem um papel decisivo no sentido de questionar a estratégia da revolução e leva-la à degeneração.

Assim das críticas superficiais passam a questionar a essência e a estratégia: a luta pelo poder, a concepção de partido e de internacional.

Nesta forma de encarar o problema é inevitável concluir que o stalinismo foi uma consequência do leninismo.

O marxismo sempre vai procurar explicar a natureza dos fenômenos políticos em suas causas sociais. Este é o método com o qual Lênin, na citação acima explica a natureza dos erros cometidos pelos bolcheviques partia de uma causa social profunda, o atraso econômico e cultural da sociedade.

Este fator amarrava o destino da revolução a uma estratégia, o desenvolvimento da revolução mundial. Não havia neste terreno meio termo, ou se imporia a revolução

⁶⁹ Lênin, Obras Completas Tomo 45, pág. 307.

ou o atraso econômico e o esgotamento das massas que desenvolveram ao longo de anos avanços colossais, acabaria por derrotar a revolução.

Por isso, todos os recuos e avanços propostos por Lênin, não estavam desvinculados da estratégia última da expansão da revolução.

Neste sentido, os erros de percurso, sem entrar aqui em quais foram e o mérito de cada um, foram cometidos por uma direção que tinha um caráter de classe determinado e agiam de acordo com uma estratégia determinada.

O bolchevismo tinha assim uma estratégia, a luta pela destruição do capitalismo, que somente poderia ser construída a escala internacional. O Estado resultado da revolução de outubro em que pese sua transcendência histórica era tão somente a expressão concreta de uma realidade concreta, como atesta Trotsky:

"O bolchevismo é somente uma tendência política, estreitamente fundida com a classe operária, mas não é idêntica a ela. E na União Soviética, além da classe operária, existem cem milhões de camponeses, várias nacionalidades e uma herança de opressão, miséria e ignorância. O Estado construído pelos bolcheviques reflete não somente o pensamento e vontade do bolchevismo, mas também o nível cultural do país, a composição social da população, a pressão de um passado bárbaro e um imperialismo mundial não menos bárbaro. Apresentar o processo de degeneração do Estado Soviético como a evolução de um bolchevismo puro, é ignorar a realidade social em nome de somente um de seus elementos, isolado mediante um ato de lógica pura."

Assim, o Estado operário estava preso das condições sociais, ao mesmo tempo em que impulsionava a solução internacional de seu atraso, era também preso por esta contradição.

Assim o stalinismo foi a vitória das relações sociais atrasadas no plano interno que foi impulsionada pelo atraso da revolução mundial. Foi a expressão no campo político da vitória da contrarrevolução.

O homem constrói a sua própria história, nos explica Marx, mas não a constrói ao seu bel prazer, ainda que a construção da direção revolucionária é a condição fundamental para a destruição do capitalismo, esta opera em condições históricas determinadas:

"Seja como for, o bolchevismo jamais se identificou com a Revolução de Outubro, nem com o Estado surgido desta. O bolchevismo sempre se considerou um fator da história, o fato 'consciente' importante mas de nenhuma maneira o decisivo. Jamais caímos no pecado do subjetivismo histórico. Para nós, o fator decisivo – sobre a base das forças produtivas existentes – era a luta de classes, não a escala nacional, mas a escala internacional."

Por isso que todas as análises superficiais sobre a vitória da burocracia deixam de considerar um elemento fundamental, que o stalinismo foi a expressão superestrutural da vitória da contrarrevolução internacional no interior da jovem república dos soviets.

E tampouco como nos explica Trotsky esta foi uma vitória pacífica:

"Em essência, o que dizem estes cavaleiros é: o partido que não contém em si mesmo a garantia contra sua própria degeneração é mal. Com este critério, o bolchevismo está condenado, pois não tem talismãs. Mas o critério é errôneo. O pensamento científico exige uma análise concreta: como e por que se degenerou o partido? Depois da purga, a linha que demarca o stalinismo e o bolchevismo não é uma linha sangrenta, mas toda uma torrente de sangue. A aniquilação de toda a velha geração bolchevique, de um setor importante da geração intermediária, a que participou da guerra civil, e do setor da juventude que assumiu seriamente as tradições bolcheviques, demonstra que entre o bolchevismo e o Stalinismo existe uma incompatibilidade que não somente é política, mas também física."

A vitória da burocracia e sua reacionária teoria do *socialismo em um só país* criou a ilusão de que seria possível a convivência do Estado operário com o imperialismo por um tempo indefinido, sem que a burocracia atacasse as bases sociais da revolução.

As circunstâncias históricas depois da derrota do Nazismo chegou mesmo a confundir os revolucionários agrupados na IV Internacional sobre a natureza de classe da burocracia e que a longo prazo ela seria incompatível com a existência da propriedade nacionalizada.

Sobre a restauração do capitalismo e como a burocracia leva adiante esta empresa, não é o objeto deste texto, recomendamos o trabalho de Martin Hernandez sobre o tema⁷⁰, aqui o fundamental é ver como encarava este tema a máxima direção do partido antes da vitória da contrarrevolução, pois na medida em que são estratégias diametralmente opostas, nos dá a dimensão da ruptura, vejamos o que nos diz Lênin sobre o tema em 1919:

"Não vivemos apenas em um Estado, mas em um sistema de Estados, e a existência da República Soviética lado a lado com os Estados imperialistas por um período extenso é inconcebível. No fim, um ou outro irá vencer."

O prognóstico de Lênin é feito sobre a base da existência de uma direção revolucionária a frente do Estado, que ainda assim uma convivência por muito tempo do Estado operário revolucionário com imperialismo seria **impossível**.



Churchill (R.U.), Roosevelt (EUA) ao lado de Stalin

⁷⁰ O livro sobre as causas fundamentais da restauração do capitalismo na ex-URSS de Martin Hernandez, *O veredito da História*, editora Sundermann.

Por isso o centro de nossa militância na construção da internacional é a principal conclusão da revolução de outubro.

O desenvolvimento da luta de classes internacional ditou os ritmos e os rumos de um fenômeno inédito na história a burocracia que se apodera do primeiro Estado operário e a política de coexistência pacífica desta burocracia com o imperialismo não fez reverter a previsão feita por Lênin.

Mas diante de tudo isso, o resgate da revolução de outubro para as novas gerações de revolucionários se converte hoje, depois da explosão da burocracia stalinista em uma tarefa fundamental.

Para encerrar este trabalho queremos dar a importância do resgate e do estudo da revolução de outubro o significado que o próprio Lênin atribuiu a esta obra gigantesca da classe operária.

*"Quando começamos naquela época nossa revolução internacional, fizemos isto não com a convicção que poderíamos antecipar seu desenvolvimento, mas porque toda uma série de circunstância nos obrigou a iniciar esta revolução. **Nossa ideia era: ou a revolução internacional virá em nossa ajuda, e neste caso nossas vitórias estão totalmente asseguradas, ou então faríamos nossa modesta tarefa revolucionária na consciência de que, em caso de derrota, não obstante, servimos à causa da revolução, e nosso experimento irá ajudar outras revoluções.** Estava claro para nós que sem o apoio da revolução internacional uma vitória do levante proletário seria impossível. Mesmo antes da revolução, assim como depois dela, nossa ideia era: imediatamente, ou de qualquer modo muito rapidamente, uma revolução irá começar em outros países, nos países capitalisticamente mais desenvolvidos – ou no caso contrário, teremos que perecer. Apesar desta consciência, fizemos tudo para preservar o sistema soviético em todas as circunstâncias e a qualquer custo, já que sabíamos que estávamos trabalhando não apenas para nós mesmos, mas para a revolução internacional."*

APÊNDICE 1

A Arte da Insurreição

(trecho de "História da Revolução Russa" de L Trotsky)

(...) De modo inteiramente distinto, as coisas se passaram com a nova insurreição : esta foi **preparada conscientemente pelo Partido Bolchevique.**

A tarefa de conceber corretamente o **momento para o sinal de ataque** competiu, assim, ao **corpo de comando bolchevique.**

A palavra "**momento**" não pode ser tomada de modo inteiramente literal, tal qual fixada em dia e hora.

Também para o fenômeno do nascimento, a natureza permite um considerável **interstício de oscilação**, por cujos limites não se interessam não apenas a arte praticada pela parteira, senão ainda a casuística do **Direito de Herança**.

Entre o momento em que a tentativa de convocar uma insurreição demonstra-se, inevitavelmente, como ainda precipitada - havendo de conduzir necessariamente à morte do nascituro -, e o momento em que há de se considerar a situação favorável já como lamentavelmente perdida, transcorre **um certo período da revolução** - que pode ser medido em termos de semanas, às vezes de meses -, no curso do qual a insurreição pode ser executada com maior ou menor perspectiva de vitória.

A percepção desse prazo relativamente curto e a eleição do momento - já no sentido preciso de **dia e hora para o último assalto** - colocam a **direção revolucionária** diante da tarefa que envolve a maior responsabilidade imaginável.

Pode-se designar esse fato, justamente, como sendo o nó górdio do problema, pois conecta a **política revolucionária** com a **técnica da insurreição**.

Devemos recordar que a insurreição, tal como a guerra, representa apenas a continuação da política com outros meios ?

(...) A **Resolução do Congresso de Julho de 1917 dos Bolcheviques** que advertiu os trabalhadores sobre a deflagração de enfrentamentos precipitados indicou, ao mesmo tempo, que cumpriria assumir a luta :

"... quando a **crise nacional** e o **intenso ascenso das massas** criarem condições favoráveis para a passagem dos pobres da cidade e do campo para o lado dos trabalhadores."

Esse momento chegou em **Setembro-Outubro de 1917**.

A insurreição pôde contar, a partir de então, com o sucesso, pois que logrou apoiar-se sobre a verdadeira maioria do povo.

2. UM PLEBISCITO SOBRE A QUESTÃO DA INSURREIÇÃO?

Tudo isso não deve, naturalmente, ser entendido de maneira formal.

Se um **plebiscito acerca da questão da insurreição** fosse organizado de antemão, seriam produzidos resultados extremamente contraditórios e oscilantes.

A disposição interna de apoiar uma insurreição não é, de nenhuma maneira, idêntica à capacidade de dar-se conta de sua necessidade, clara e antecipadamente.

Além disso, as respostas dependeriam, em grande medida, da colocação das questões e do órgão que conduzisse semelhante investigação ou - dito de maneira mais simples - dependeria da classe que estivesse no poder.

Os métodos da **Democracia** possuem os seus limites.

É possível consultar todos os que devem viajar acerca do tipo de veículo por eles mais desejado, porém não é possível consultá-los sobre a conveniência de ser necessário frear o trem, em pleno movimento, quando se encontra ameaçado por uma catástrofe.

Entretanto, executando-se hábil e oportunamente a ação de resgate, pode-se estar seguro, de antemão, acerca da obtenção da concordância dos passageiros.

Consultas parlamentares do povo são executadas, concomitantemente.

Porém, na revolução, as diversas camadas do povo alcançam a mesma conclusão, em espaços de tempo impostergáveis e, por vezes, muito ínfimos.

Enquanto a vanguarda ardia de impaciência revolucionária, as camadas atrasadas apenas começavam a se movimentar.

Em **Petrogrado** e em **Moscou**, encontravam-se todas as organizações de massas sob a direção dos bolcheviques.

Na **Província de Tambover**, onde se contava com uma população de mais de três milhões de pessoas - i.e. algo menos do que ambas capitais juntas -, a fração bolchevique, pouco antes da **Revolução de Outubro de 1917**, começava apenas a surgir, pela primeira vez, no **Soviete**.

Os silogismos do desenvolvimento objetivo não coincidem, de nenhum modo e nem concomitantemente, com os silogismos do pensamento das massas.

Portanto, tornando-se inadiável uma grande decisão prática, a ser tomada no curso das coisas, não se permite, absolutamente, um plebiscito acerca do tema.

As diferenças de nível e de temperamento das camadas específicas do povo são superadas mediante a ação : os mais avançados arrastam os vacilantes, isolando os que resistem.

A maioria não é contada, senão conquistada. (...)

3. ARRASTAR AS TROPAS PARA O LADO DA INSURREIÇÃO

(...) A **tarefa de toda insurreição** consiste, de início, em trazer as tropas para o seu lado.

Para isso, servem, principalmente, a **greve geral**, as **passeatas de massas**, os **enfrentamentos de rua**, as **lutas de barricadas**.

A característica especial da **Revolução de Outubro de 1917** - nunca e nenhum lugar antes contemplada em semelhante plenitude - foi constituída pelo fato de que a **vanguarda do proletariado** conseguiu, em decorrência da feliz determinação das circunstâncias, trazer para o seu lado a **guarnição da cidade**, ainda **no início da insurreição aberta**.

E não apenas a trazer, senão ainda **consolidar essa conquista também em sentido organizativo**, mediante a **Conferência da Guarnição**.

Não se pode conceber o mecanismo da **Revolução de Outubro** sem termos perfeitamente claro o fato de que a **tarefa da insurreição de Petrogrado** - tarefa mais importante e mais difícil de ser calculada antecipadamente - já se encontrava em essência **resolvida antes do início da luta armada**.

Isso não significa que a insurreição tenha-se demonstrado como supérflua.

Do lado dos trabalhadores, encontrava-se, em verdade, a **maioria esmagadora da guarnição**.

Uma minoria estava, porém, contra os trabalhadores, contra a revolução, contra os bolcheviques.

Essa pequena minoria era composta de **elementos qualificados das Forças Armadas : oficiais, cadetes militares, militares da tropa de choque** e, talvez, também **cossacos**.

Esses elementos não podiam ser conquistados politicamente : era necessário derrotá-los.

A última parte da tarefa da revolução - que entrou na história, precisamente, sob o nome de **Insurreição de Outubro de 1917** - teve, dessa maneira, um caráter puramente militar.

Na última etapa, tiveram de decidir fuzis, baionetas, metralhadoras e, talvez, canhões.

Por essa via, dirigiu o **Partido Bolchevique**. (...)

4. SOBRE O CORPO DE COMANDO E AS UNIDADES DA TROPA DE COMBATE

(...) Os bolcheviques representavam a coluna dorsal política das **unidades de tropa**.

Porém, estas não apenas **não conseguiam exercer o comando**, senão também, em sua maioria, **manejavam mal as armas**.

A massa de soldados não era homogênea. Os elementos ativos e combativos formavam, como sempre, a minoria. A maioria dos soldados simpatizava com os bolcheviques, neles votava, elegia-os, deles também esperando uma solução.

Nas unidades de tropa, os elementos hostis aos bolcheviques eram infimamente pouco numerosos, para poderem ousar empreender qualquer tipo de iniciativa. A **composição política da guarnição** era, assim, extremamente favorável à insurreição.

Porém, o peso de seu espírito de luta não era grande. Isso era, desde logo, visível.

5. DA MILÍCIA ARMADA DAS FÁBRICAS E BAIROS OPERÁRIOS ÀS FORÇAS ARMADAS INSURRECIONAIS ATRAVÉS DAS LISTAS DE GRUPO

(...) A questão do armamento dos trabalhadores concentrou-se, originariamente, nas mãos dos **Comitês de Fábrica e de Distrito do Partido**.

Depois que se recompuseram da **Derrota de Julho de 1917**, a **Organização Militar dos Bolcheviques** – que antes havia trabalhado apenas na guarnição e no fronte – voltou-se, pela primeira vez, à construção da **Guarda Vermelha**, proporcionando aos trabalhadores instruções militares e, em alguns casos, também armamentos.

A **perspectiva da insurreição armada**, formulada pelo Partido, preparou, gradativamente, os trabalhadores avançados para a nova ordem da **Guarda Vermelha**.

Já não se tratava de uma **milícia das fábricas e dos bairros operários**, mas sim de quadros das futuras **Forças Armadas Insurrecionais**.

Em agosto, acumularam-se os incêndios em fábricas e indústrias.

Toda crise que se aproxima precede a uma **convulsão da consciência coletiva** que se manifesta através de uma **onda de exasperação**.

Os **Comitês de Fábrica** desenvolveram uma intensa atividade para a proteção das fábricas contra os atentados. As armas escondidas apareceram novamente. O **Levante de Kornilov** legalizou definitivamente a **Guarda Vermelha**. Nas **listas de grupos** inscreveram-se 25.000 trabalhadores que puderam ser equipados com fuzis e, em parte, com metralhadoras –, ainda que não de modo integral, evidentemente.

Os trabalhadores da **Fábrica de Pólvora Schlüsselburg** entregaram, através do **Neva**, um carregamento cheio de granadas e materiais explosivos contra **Kornilov!** (...)

6. GUARDA VERMELHA: ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DO PROLETARIADO PARA A LUTA CONTRA A CONTRA-REVOLUÇÃO E PARA A DEFESA DAS CONQUISTAS REVOLUCIONÁRIAS

(...) A passagem do **Soviete de Petrogrado** para as mãos dos bolcheviques modificou radicalmente a situação da **Guarda Vermelha**.

Até então amaldiçoada e tolerada, tornou-se um órgão oficial soviético que já estendia a mão em direção do poder. Não raramente, os trabalhadores encontraram seu próprio caminho rumo às armas, exigindo do **Soviete** apenas a sua sanção. Desde o fim de setembro de 1917 – e, em particular, desde 10 de outubro – a preparação da insurreição aberta permaneceu na ordem do dia.

Há um mês da revolução, ocorreram, em dezenas de fábricas e indústrias de **Petrogrado**, **intensos exercícios militares** e, principalmente, **aulas de tiro**. Em meados de outubro, o interesse pelas armas atingiu um nova dimensão. Em algumas fábricas, quase todos se inscreveram nas **listas de grupos**. De modo cada vez mais impaciente, os trabalhadores exigiam armas do **Soviete**. Porém, quando as mãos se estendiam, poucos fuzis existiam à disposição. Nesse sentido, o engenheiro **Kosmin** declarou :

" - *Eu vinha diariamente ao **Smolny** e observava como, antes e depois das reuniões do **Soviete**, trabalhadores e marinheiros dirigiam-se a **Trotsky**, a fim de*

pedir ou reclamar armas para fornecê-las aos trabalhadores, relatar onde e como essas armas eram distribuídas e perguntar : Quando tudo vai começar ? A impaciência era grande ...”

Em sentido formal, a **Guarda Vermelha** permanecia sendo apartidária. Porém, quanto mais tendia para uma decisão, tanto mais surgiam os **bolcheviques no cenário**.

Formavam o **núcleo de cada grupo**, em suas mãos repousava o **aparato de comando** e de **interconexão com as outras fábricas e distritos**.

Trabalhadores apartidários e socialistas-revolucionários (SRs) de esquerda marchavam junto com os bolcheviques.

Porém, também agora, às vésperas da insurreição, as fileiras da guarda não eram numerosas.

Em 16 de outubro, **Moisei Uritsky**, membro do **Comitê Central Bolchevique**, estimava contar o exército dos trabalhadores de **Petrogrado** com 40.000 baionetas.

Esse número era, porém, arbitrário.

As fontes de auxílio do armamento permaneceram sempre muito limitadas : mesmo com toda a **impotência do Governo** não era possível ingressar na posse dos arsenais de outra forma, senão pela via da **insurreição aberta**.

Em 22 de outubro de 1917, teve lugar a **Conferência Municipal da Guarda Vermelha** : centenas delegados representavam cerca de 20.000 lutadores.

Esse número não podia ser tomado, porém, literalmente : nem todos os inscritos desenvolviam atividades. Porém, em contrapartida, uma torrente de voluntário inundou os destacamentos, naqueles momentos de alarme.

Os **Estatutos** adotados por essa conferência, em 23 de outubro, denominaram a **Guarda Vermelha** de **"organização das Forças Armadas do Proletariado para a luta contra a contra-revolução e para a defesa das conquistas revolucionárias"**.

Observe-se que, ainda 24 horas antes da insurreição, a tarefa insurrecional era expressada em termos de defesa e não de ataque.

7. ESTRUTURA DA GUARDA VERMELHA

(...) No quadro insurrecional, a **unidade de luta fundamental** foi o **grupo** de 10.

Quatro grupos de 10 constituíam uma **coluna**.

Três colunas, um **esquadrão**.

Três esquadrões um **batalhão**.

Um batalhão contava com mais de 500 homens, incluindo-se o **corpo de comando** e os **grupos de especialistas**.

Os batalhões de um distrito constituíam uma **divisão**.

Em grandes fábricas – tal qual a **Fábrica Putilov** -, formaram-se **destacamentos próprios**.

Comandos especiais técnicos - lançadores de bombas, ciclistas, telegrafistas, escoltistas de metralhadoras, artilheiros – foram recrutados nas respectivas fábricas e divididos em destacamentos de fuzileiros ou operavam autonomamente, segundo o caráter da tarefa.

Todo o corpo de comando era elegível.

Esse fenômeno não constituía nenhum perigo, pois que todos eram voluntários e todos se conheciam bem.

(...) A história da **Guarda Vermelha** constitui, em grande parte, a história do duplo poder.

Através de suas contradições internas e embates, essa guarda facilitou aos trabalhadores a **conquista de um poder armado considerável, antes mesmo da insurreição**.

Calcular o número global dos destacamentos de trabalhadores do país inteiro, no momento da insurreição, constituía uma tarefa pouco realizável, ao menos no momento em causa.

Em todo caso, tratava-se de **dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores armados** que formavam os quadros dessa insurreição.

As reservas proletárias eram quase inesgotáveis.

(...) Estando em contato cotidiano com os **trabalhadores, soldados e marinheiros**, os **bolcheviques** davam-se conta claramente das profundas diferenças qualitativas, existentes nas partes integrantes daquelas forças armadas que lhes surgiam pela frente e que deviam ser dirigidas à luta.

No cálculo dessas diferenças, construiu-se, em grande medida, o plano da insurreição.

8. OS ADVERSÁRIOS DA INSURREIÇÃO NO INTERIOR DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

(...) Os adversários da insurreição, situados no interior das fileiras do próprio Partido Bolchevique encontraram, ainda assim, motivos suficientes para conclusões pessimistas.

Grigory Zinoviev e Lev Kamenev advertiram contra a subestimação das forças adversárias :

“Petrogrado decidirá tudo. Em Petrogrado, porém, os inimigos possuem ... forças significativas: 5 mil cadetes militares, magnificamente armados e treinados em combater. E, então, o corpo de comando. E, então, os militares das tropas de choque. E, então, os cossacos. E, então, uma parte expressiva da guarnição. E,

então, uma artilharia muito considerável, agrupada em torno de Petrogrado, à maneira de um leque. Além disso, os adversários tentaram, certamente, aproximar tropas do fronte, com o auxílio de seu Comitê Executivo Central. ...”

Essa listagem soa de maneira imponente. Nada mais é, porém, do que uma listagem. Sendo as forças armadas em seu conjunto um retrato da sociedade, representam ambas as forças armadas – ocorrendo o caso de sua aberta cisão – retratos dos campos em luta. As forças armadas da classe possuidora portavam consigo o cupim da isolamento e da decomposição.

6. REVOLUÇÃO CUBANA

Definições prévias

Faremos o estudo da revolução cubana utilizando a seguinte sistematização realizada por Nahuel Moreno:

O que é uma reforma e o que é uma revolução?

Ocorre reforma e revolução em tudo que existe, pelo menos em tudo que é vivo. "Reforma", significa melhorar, adaptar alguma coisa, para que continue existindo. "Revolução", ao contrário, é o fim do velho e surgimento de algo completamente novo, diferente.

"Revolução" e "reforma" são termos relativos ao segmento da realidade que estamos estudando, isto é, ao objeto ao qual aplicamos essas categorias.

Se nos referimos à **estrutura das sociedades**, às classes sociais, a única revolução possível é a expropriação da velha classe dirigente pela classe revolucionária. Essa expropriação muda totalmente a sociedade, porque desaparece a classe que até esse momento dominava a produção e a distribuição, e seu papel é assumido por outra classe. Essa é uma **revolução econômico-social**. Em relação a ela, qualquer outro fenômeno é uma reforma.

Se nos referimos ao **estado**, a única revolução possível é que uma classe destrua o estado da outra; que a expulse e o tome em suas mãos, construindo um estado diferente. Essa revolução se chama **político-social**. Tudo que possa ocorrer com os regimes e governos (se não atinge o estado) é apenas reforma. Em relação às forças armadas, pode-se dizer que quando se consegue a destruição das forças armadas da classe dominante, houve o triunfo da **revolução militar**.

Nahuel Moreno opina que o mesmo se aplica aos regimes políticos. Que, nos regimes também pode se dar reformas e revoluções.

As revoluções que só ocorrem em relação ao regime e não ao estado, são conhecidas com o nome de **revoluções democráticas ou políticas**.

Contrarrevolução e reação

O processo oposto à revolução é a contrarrevolução. O oposto à reforma é a reação. Estas categorias também são relativas. Pode haver uma contrarrevolução no regime, por exemplo, um golpe militar contra um regime democrático-burguês. Porém, em relação ao estado foi uma reação, pois ele continua sendo o mesmo estado capitalista. Outro grande exemplo é a contrarrevolução estalinista dos anos 1930.

A Revolução Cubana

Esta revolução tem muitos pontos em comum com a revolução chinesa, tanto objetivos (a situação de crise política e econômicas extremas) como subjetivos (ser dirigidas por um partido-exército com base social pequeno-burguesa). Tanto em Cuba quanto na China existia uma situação de extrema miséria e um regime extremamente totalitário e corrupto, dirigido por um militar, Fulgêncio Batista. A economia estava destruída, dedicada totalmente ao monocultivo do açúcar e de grande prostíbulo para a burguesia e a máfia dos Estados Unidos. O regime de Batista enfrentava-se não só com os trabalhadores e camponeses pobres, mas também com grande parte da burguesia nacional que se opunha à corrupção crescente. Em 1951, o dirigente do Partido Ortodoxo (partido da burguesia liberal) suicidou-se diante dos microfones de uma rádio, em protesto contra a corrupção.

Na Juventude desse partido militava o jovem advogado Fidel Castro, que começou uma atividade de organização dos jovens contra a ditadura.

Ocorrem importantes mobilizações estudantis antiditatoriais que foram brutalmente reprimidas.

Em 26 de julho de 1953, o grupo de Fidel Castro organizou a tomada do Quartel Moncada. A tentativa fracassa e os participantes são mortos ou presos. Fidel Castro foi condenado a 15 anos, porém foi liberado dois anos depois.

Ao sair da cadeia, vai para o México, onde organiza o Movimento 26 de Julho. Os objetivos do movimento era invadir a ilha para derrubar Batista e impor um governo democrático. No México, o médico argentino Ernesto Guevara se integra ao Movimento 26 de Julho.

Anuncia-se publicamente que a invasão ocorrerá em 30 de novembro de 1956. Nesse dia ocorre, na cidade de Santiago de Cuba, um levantamento de apoio a invasão que sofre uma forte repressão. Os revolucionários vinham no navio *Gamma*, que por problemas técnicos, atrasou 7 dias o desembarque, que foi atacado pela ditadura e salvaram-se apenas 12 homens.

A guerrilha rural. O triunfo da revolução militar.

Os sobreviventes do Movimento 26 de Julho vão para a *Sierra Maestra* onde começa o recrutamento e treinamento de um exército guerrilheiro. A base desse exército é principalmente camponesa, cuja direção absoluta é Fidel Castro.



Vilma Espin, Fidel Castro, Raul Castro e Celia Sanchez

Durante dois anos se dá uma luta guerrilheira no campo. Vão liberando territórios, ocupando as terras e criando governos revolucionários, criam-se escolas, mento médico, etc.

Nesses dois anos vai se produzindo uma desmoralização no exército de Batista e grande quantidade de seus soldados se passam para o exercito rebelde. Ocorrem importantes vitórias militares do exército guerrilheiro.

Da *Sierra Maestra*, Fidel Castro dita uma lei de reforma agrária e denuncia a farsa eleitoral que a ditadura estava preparando para 1959. Em 1 de janeiro de 1959 Batista foge do país e Fidel Castro convoca a greve geral revolucionária, que é acatada em todo o país. Em 8 de janeiro de 1959, Fidel, no comando do exército rebelde, entra em Havana e toma o poder.

O governo com a burguesia

O programa do Movimento 26 de Julho era democrático- burguês (ver no Apêndice 1- Manifesto da Serra), por isso, depois da tomada do poder forma-se o novo governo presidido por um juiz, membro de uma das principais famílias burguesas cubanas e homem de confiança do imperialismo norte-americano: Manuel Urrutia.

Fidel Castro viaja aos Estados Unidos para propor relações econômicas em condições mais favoráveis para Cuba.

A ruptura com a burguesia

Os ianques não concordaram com a proposta cubana, pelo contrário, começaram os ataques a Cuba, as provocações e as sabotagens.

Fidel Castro e seu exército são obrigados a defender-se. Destituem Urrutia (muito ligado aos ianques) e Castro passa a dirigir diretamente o governo cubano.

A pressão do movimento de massas que exige o avanço da revolução e principalmente os ataques do imperialismo, obrigam a direção cubana a ir mais longe do que ditava seu programa e avançar na ruptura com a burguesia e o imperialismo. (ver apêndice 2- As nacionalizações)

Em março de 1959, a CIA explode um navio que levava armas para Cuba. Morrem 70 trabalhadores.

Operários desfilam armados pelas ruas de Havana. Em junho de 1960 o governo intervém na empresa petroleira Texaco. Em julho o governo norte-americano reduz a quota de compra do açúcar cubana. A URSS oferece comprar o açúcar que os americanos se recusam a comprar. Em setembro nacionalizam-se os bancos norte-americanos. Em janeiro de 1961 as relações entre Estados Unidos e Cuba são rompidas. Los ianques impulsionam a sabotagem da indústria cubana. Em abril inicia-se a invasão da *Playa Girón*, que foi derrotada totalmente. Em dezembro de 1962, Cuba foi excluída da OEA. Em fevereiro, Fidel responde com a II Declaração de Havana, (ver Apêndice 1) onde define a revolução como socialista. Em outubro, os Estados Unidos declaram o bloqueio militar a Cuba.

A revolução econômico-social

Finalmente, em dezembro de 1962, produz-se a **revolução econômica e social**, todas as empresas privadas são nacionalizadas e, em consequência, a burguesia deixa de existir como classe social em Cuba.

Da mesma forma que na revolução chinesa, em Cuba triunfa a revolução operária com a expropriação da burguesia. A burguesia desaparece como classe e nasce o Estado operário. Porém, nasce burocrático, deformado. Apesar disto, a expropriação da burguesia e a planificação da economia permitem o grande avanço do nível de vida das massas. Acaba com o analfabetismo, com a prostituição, e Cuba assume o primeiro lugar, na América Latina, na educação e na saúde.

O novo regime

No entanto, da mesma forma que na China, em Cuba nunca se deu uma revolução **político-social**, que se deu na Rússia. Os trabalhadores nunca controlaram o Estado cubano.



O regime de Fidel Castro teve, produto da sua história, diferenças com o regime de Stalin. O regime de Stalin foi produto de uma contrarrevolução. Ele precisou realizar um massacre para acabar com a democracia operária imposta pela revolução de outubro. Fidel Castro não precisou fazer uma repressão de massas (como fez Stálin) para acabar com os poderes dos organismos operários, porque esse poder nunca existiu em Cuba. Ademais, o regime cubano por ser produto de uma revolução e não de uma contrarrevolução, teve uma relação diferente com o movimento de massas. Castro foi obrigado a aceitar uma certa participação popular. Criaram-se os Comitês da Revolução (CDR). Os CDRs eram organizações por bairros e por quadras que, ainda que nunca tiveram poder de decisão, jogaram um papel importante na luta contra os "bandidos" (os agentes da burguesia que

faziam ataques armados) nos primeiros anos da revolução, e nas campanhas de trabalhos voluntários (alfabetização, corte de cana). Com o passar dos anos, esses CDRs transformaram-se em organismos que distribuíam o orçamento destinado a cada bairro, e num elemento de controle muito importante da população pelo regime.

Outra forma utilizada para dar uma aparência de participação popular foram os grandes atos (aos que se dava nome de assembleia) onde o único orador era Fidel, que falava duas ou três horas e depois votava por aclamação suas propostas.

Apesar dessa relação diferente com o movimento de massas, o regime castrista, não foi qualitativamente diferente ao regime de Stálin. Igual a este regime, os trabalhadores cubanos não dirigiam o Estado cubano. Em Cuba não existiram organismos operários com poder de decisão. Nunca existiu democracia operária em Cuba. Nunca houve sindicatos independentes do Estado e sempre existiu um só partido legal. Cuba sempre foi controlada burocraticamente pelo partido-exército dirigido por Fidel Castro. Por isso, nunca existiram liberdades políticas nem sindicais. Da mesma forma que na China, sempre existiu um regime de partido único. Porém, na realidade tampouco o partido comunista era quem dirigia o Estado cubano. Não eram os organismo do partido os que resolviam (a melhor prova é que na história do partido comunista cubano só existiram 6 congressos). Todo o poder de decisão estava com Fidel Castro e seu grupo de confiança. Isto é, nunca se rompeu com a hierarquia do partido-exército original.

A política internacional da direção cubana

A revolução cubana provocou um grande impacto em toda América latina, e gerou uma grande simpatia em toda a vanguarda. Num primeiro momento, diante do perigo de uma possível invasão americana, a direção cubana tentou expandir sua revolução a outros países. Porém rapidamente aderiu à política da URSS de coexistência pacífica com o imperialismo e mudou sua política internacional. Quando no final dos anos 70 e início dos anos 80, deu-se um processo revolucionário na América Central, iniciado com o triunfo da revolução sandinista, a direção cubana usou seu prestígio para convencer aos revolucionários nicaraguenses que a Nicarágua não tinha que ser outra Cuba. Que não se devia romper com a burguesia, pelo contrário, tinha que governar com ela. E, anos mais tarde, fez o mesmo com a revolução salvadorenha, onde aconselhou que não fizesse nem o que se fez na Nicarágua e que deveria assinar os Acordos de Paz, que enterraram a revolução. Essa política foi trágica não só para a revolução centro-americana, como também para a economia da pequena ilha que ficou isolada, dependente totalmente da economia da URSS e tendo que enfrentar, sozinha, o permanente ataque econômico do imperialismo yanque.

Isso levou a que, desde o final dos anos 70, à aplicação de reformas pré-capitalistas em Cuba e a que, na década de 90, depois da restauração do capitalismo na ex-URSS, a direção cubana, a mesma que dirigiu a revolução, conduziu o país até a restauração capitalista.

Principais diferenças com a Revolução Russa

Se bem que os elementos objetivos da revolução (crise da classe dominante, crise do regime, miséria das massas) estavam mais agudizados em Cuba, não residia aí a principal diferença. A diferença está em dois aspectos subjetivos da revolução: Em Cuba, o sujeito social não foi a classe operária e o sujeito político não foi o partido marxista revolucionário, o partido leninista.

Por essa causa, a revolução cubana, mesmo não tendo havido o triunfo da contrarrevolução interna (como foi o caso da Rússia) retrocedeu até chegar à restauração do capitalismo, e foi a mesma direção que dirigiu a revolução e encabeçou o processo de restauração.



Bibliografia utilizada

Revoluções do Século XX - Nahuel Moreno

A Revolução cubana - Isaac Deutscher

APÊNDICE I

As mudanças de Fidel, Manifesto da Serra, 12 de junho de 1957

Desde Sierra Maestra, onde nos reunimos no sentido do dever, fazemos este chamamento aos nossos compatriotas.

Chegou a hora em que a nação pode-se salvar da tirania pela inteligência, o valor e o civismo de seus filhos, pelo esforço de todos os que sentem no interiormente o destino desta terra, onde temos direito a viver em paz e em liberdade.

A nação cubana é incapaz de cumprir seu alto destino ou recai a culpa da sua impotência na falta de visão dos seus dirigentes políticos públicos? Será que não se pode oferecer à pátria, na sua hora mais difícil, o sacrifício de todas as aspirações pessoais ou de grupo, por justas que pareçam, de todas as paixões subalternas enfim, de quanto sentimento mesquinho ou pequeno impediu de se por em pé, como um só homem, este formidável povo, desperto e heroico, que é o povo cubano? Ou o desejo vaidoso de um aspirante público vale mais que todo o sangue que custou esta república?

Nossa maior debilidade foi a divisão e a tirania, consciente disso, promoveu-a por todos os meios, em todos os aspectos. Oferecendo meias soluções, tentando ambições umas vezes, outras a boa fé ou ingenuidade de seus adversários, dividiu os partidos em frações antagônicas, dividiu a oposição política em linhas divergentes e, quando mais forte e ameaçadora era a corrente revolucionária, tentou enfrentar os políticos aos revolucionários, com o único propósito de bater primeiro a revolução e burlar os partidos depois.

Não era um segredo para ninguém que se a ditadura conseguia derrotar o baluarte da Sierra Maestra e sufocar o movimento clandestino, livre já do perigo revolucionário, não restava mais remota possibilidade de eleições honradas, no meio da amargura e o ceticismo geral.

Suas intenções ficaram evidenciadas, talvez demasiado cedo, quando através da segunda minoria senatorial, aprovada com escarnio da Constituição e zombando dos compromissos contraídos com os próprios delegados opositoristas, tentava de novo a divisão e preparava o caminho das eleições.

Que a Comissão Interparlamentar fracassou o reconhece o próprio partido que a propôs no Congresso; o afirmam categoricamente as sete organizações opositoristas que participaram nela e hoje denunciam que foi uma zombaria sangrenta; o afirmam todas as instituições cívicas; e sobretudo, o afirmam os fatos. E estava chamada a fracassar porque se quis ignorar o grão de duas forças que fizeram sua aparição na vida pública cubana: a nova geração revolucionária e as instituições cívicas, muito mais poderosas que qualquer capelinha. Assim, a manobra interparlamentar só podia prosperar a base do extermínio dos rebeldes. Aos combatentes da serra se oferecia apenas, nessa mesquinha solução, a cadeia, o exílio ou a morte. Jamais deveria aceitar discutir nessas condições.

Nesta hora, o único dever patriótico é a união. Unir é o que tem de comum todos os setores políticos, revolucionários e sociais que combatem a ditadura. O que têm de comum todos os partidos políticos de oposição, os setores revolucionários e as instituições cívicas? O desejo de por fim ao regime de força, as violações aos direitos individuais, os crimes infames e buscar a paz que todos desejamos pelo único caminho possível que é o direcionamento democrático e constitucional do país.

Os rebeldes da Sierra Maestra não queremos eleições livres, um regime democrático, um governo constitucional?

Lutamos desde 10 de março porque nos privaram destes direitos. Por desejar-los mais que todos estamos aqui. Para demonstrá-lo, aí estão nossos combatentes mortos na serra e nossos companheiros assassinados nas ruas ou presos nas masmorras das prisões; lutando pelo belo ideal de uma Cuba livre, democrática e justa. O que não fazemos é comungar com a mentira, a farsa e com acordos espúrios.

Queremos eleições, porém, com uma condição: eleições verdadeiramente livres, democráticas, imparciais.

Porém, pode haver eleições livres, democráticas, imparciais com todo o aparato repressivo do Estado gravitando como uma espada sobre as cabeças dos opositoristas? ¿A atual equipe governante depois de tantas zombarias ao povo pode dar confiança a alguém, em umas eleições livres, democráticas, imparciais?

Não é um contra sentido, um engano ao povo que vê o que está ocorrendo aqui todos os dias, afirmar que pode haver eleições livres, democráticas, imparciais, sob a tirania, a antidemocracia e a parcialidade?

De que vale o voto direto e livre, a contagem imediata e demais concessões fictícias se no dia das eleições não deixam votar ninguém e enchem as urnas com votos fraudados na ponta da baioneta?

Por acaso serviu a comissão de sufrágios e liberdades públicas para impedir o fechamento das rádios e as mortes misteriosas que continuaram sucedendo-se? Para que serviu até hoje as reclamações da opinião pública, as exortações à paz, o choro das mães?

Querem acabar com a rebeldia com mais sangue, com mais terror se quer por fim ao terrorismo, com mais opressão se quer por um ponto final ânsia pela liberdade.

As eleições devem ser presididas por um governo provisório, neutro, com o respaldo de todos, que substitua a ditadura para propiciar a paz e conduzir o país à normalidade democrática e constitucional. Esta deve ser a consigna de uma grande frente cívico-revolucionária que reúna todos os partidos políticos de oposição, todas as instituições cívicas e todas as forças revolucionárias.

Conseqüentemente, propomos a todos os partidos políticos opositoristas, todas as instituições cívicas e todos os setores revolucionários o seguinte:

- 1] Formação de uma frente cívico-revolucionária com uma estratégia comum de luta.
- 2] Designar desde agora uma figura chamada a presidir o governo provisório, cuja eleição seja desinteressada pelos líderes opositoristas e pela imparcialidade do que resulte eleito, ficando a cargo do conjunto de instituições cívicas.
- 3] Declarar ao país que, dada a gravidade dos acontecimentos, não há outra solução possível que a renúncia do ditador e a entrega do poder à figura que

conte com a confiança e o respaldo majoritário da nação, expressado através de suas organizações representativas.

4] Declarar que a frente cívico-revolucionária não invoca nem aceita a mediação ou intervenção alguma de outra nação nos assuntos internos de Cuba. Que, em troca, respalda as denúncias que por violação dos direitos humanos feitas pelos emigrados cubanos ante os organismos internacionais e pede ao governo dos Estados Unidos que que suspenda todo envio de armas a Cuba enquanto se mantenha o regime de terror e ditadura.

5] Declarar que a frente cívico-revolucionária, por tradição republicana e independentista não aceitaria que governasse provisoriamente a república nenhum tipo de junta militar.

6] Declarar que a frente cívico-revolucionária alberga o propósito de separar o exército da política e garantir a intangibilidade dos organismos armados. Que os militares nada têm a temer do povo cubano e sim da camarilha corrompida que os envia para a morte numa luta fratricida.

7] Declarar sob formal promessa que o governo provisório celebrará eleições gerais para todos os cargos do Estado, as províncias e os municípios ao término de um ano sob as normas da Constituição de 1940 e o Código Eleitoral de 1943 e entregará o poder imediatamente ao candidato que seja eleito.

8] Declarar que o governo provisório deverá ajustar sua missão ao seguinte programa:

A] Liberdade imediata para todos os presos políticos, civis e militares.

B] Garantia absoluta à liberdade de informação, à imprensa radial e escrita e de todos os direitos individuais e políticos garantidos pela Constituição.

C] Designação de prefeitos provisórios em todos os municípios, previa consulta com as instituições cívicas da localidade.

D] Supressão da malversação de fundos públicos em todas sus formas e adoção de medidas que tendam a incrementar a eficiência de todos os organismos do Estado.

E] Estabelecimento da carreira administrativa.

F] Democratização da política sindical promovendo eleições livres em todos os sindicatos e federações de indústrias.

G] Início imediato de uma intensa campanha contra o analfabetismo e de educação cívica, exaltando os deveres e direitos que tem o cidadão com a sociedade e com a pátria.

H] Sentar as bases para uma reforma agrária que tenda a distribuição das terras baldias e a converter em proprietários a todos os colonos, parceiros, arrendatários e precaristas que possuam pequenas parcelas de

terra, sejam propriedade do Estado ou particulares, com prévia indenização aos proprietários anteriores.

I] Adoção de uma política financeira sã que resguarde a estabilidade da nossa moeda e tenda a utilizar o crédito da nação em obras reprodutivas.

J] Aceleração do processo de industrialização e criação de novos empregos.

Em dois pontos deste projeto temos que fazer uma insistência especial. Primeiro, a necessidade de que se designe desde agora a pessoa chamada a presidir o governo provisório da república, para demonstrar diante do mundo que o povo cubano é capaz de unir-se em pro de uma consigna de liberdade e apoiar à pessoa que, reunindo condições de imparcialidade, integridade, capacidade e decência, possa encarnar essa palavra de ordem. Sobram homens capazes em Cuba para presidir a república! Segundo, que essa pessoa seja designada pelo conjunto de instituições cívicas, por ser apolíticas essas organizações, cujo respaldo liberaria o presidente provisório de todo compromisso partidário dando lugar a umas eleições absolutamente limpas e imparciais.

Para integrar esta frente não é necessário que os partidos políticos e as instituições cívicas se declarem insurreccionais e venham a Sierra Maestra. Basta que lhe neguem todo respaldo a composição eleitoreira do regime e declarem ante o país, ante os institutos armados e ante a opinião pública internacional, que, depois de cinco anos de inútil esforço, de contínuos enganos e de rios de sangue, em Cuba não há outra saída que a renúncia de Batista, que já gravitou em duas etapas durante dezesseis anos nos destinos do país, e Cuba não está disposta a cair na situação de Nicarágua ou Santo Domingo.

Não é necessário vir a serra para discutir, nós podemos estar representados em Havana, no México ou onde seja necessário.

Não é necessário decretar a revolução: organize-se na frente que propomos e a caída do regime se dará por si só, talvez sem que caia um só pinga de sangue.

É preciso estar cego par não enxergar que a ditadura está em seus últimos dias. E que este é o minuto em que todos o cubanos devem colocar o melhor da sua inteligência e esforço.

Poderá haver outra solução no meio da guerra civil com um governo que não é capaz de garantir a vida humana, que não controla já nem a ação das suas próprias forças repressivas e cujas zombarias tornaram impossível a menor confiança pública.

Ninguém deve cair no engano da propaganda governamental acerca da situação da serra. A Sierra Maestra é um baluarte indestrutível da liberdade que se apossou do coração dos nossos compatriotas, e aqui saberemos honrar a fé e a confiança do nosso povo.

Nosso chamamento poderá ser desprezado, porém a luta não se deterá por isso e a vitória do povo, ainda que muito mais sangrenta e custosa, ninguém poderá impedir. Esperamos, no entanto, que nossa apelação será ouvida e que uma

verdadeira solução detenha o derramamento de sangue cubano e nos traga uma era de paz e liberdade.

Primeira Declaração de Havana, 2 de Setembro de 1960

Junto a imagem e a lembrança de José Martí, em Cuba, Território Livre da América, o povo, em uso dos poderes inalienáveis que originam-se do efetivo exercício da soberania, expressada no sufrágio direto, universal e público, se constituiu na Assembleia Geral Nacional.

“Em nome próprio, e expressando o sentimento dos povos da nossa América, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba,

“PRIMEIRO: Condena em todos os seus termos a denominada Declaração de São José da Costa Rica, documento ditado pelo imperialismo norte-americano, e contrário à autodeterminação nacional, à soberania e à dignidade dos povos irmãos do Continente.

“SEGUNDO: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena energicamente a intervenção aberta e criminosa que durante mais de um século exerceu o Imperialismo norte-americano sobre todos os povos da América Latina; povos que mais de uma vez viram a invasão de seu solo no México, Nicarágua, Haiti, Santo Domingo ou Cuba; que perderam perante a voracidade dos imperialistas ianques extensas e ricas zonas, como Texas, centros estratégicos vitais, como o Canal do Panamá, países inteiros, como Porto Rico, convertido em território de ocupação; que sofreu, além disso, o trato vexatório dos fuzileiros navais, o mesmo contra nossas mulheres e filhas que contra símbolos mais altos da história da pátria, como a efígie de José Martí.”

Essa intervenção, consolidada pela superioridade militar, em tratados desiguais e na submissão miserável de governantes traidores, converteu, ao longo de mais de cem anos, a nossa América, a América que Bolívar, Hidalgo, Juárez, San Martín, O'Higgins, Sucre, Tiradentes e Martí, queriam livre, no critério de exploração, no quintal do império financeiro e político ianque, na reserva de votos para os organismos internacionais, nos quais os países latino americanos temos figurado como párias do “Norte revoltoso e brutal que nos despreza”.

“A Assembleia Geral Nacional do Povo declara que a aceitação por parte de governos que assumem oficialmente a representação dos países da América Latina dessa intervenção continuada e historicamente irrefutável, trai os ideais independentistas de seus povos, apaga sua soberania e impede a verdadeira solidariedade entre nossos países; o que obriga essa Assembleia a repudiá-la, em nome do povo de Cuba, e com voz que reúne a esperança e a decisão dos povos latino-americanos e a vontade libertadora dos heróis imortais da nossa América.

“TERCERO: A Assembleia Geral Nacional do Povo rechaça a tentativa de preservar a Doutrina Monroe, utilizada até agora, como previu José Martí, “para estender o domínio na América” dos imperialistas vorazes, para injetar melhor o veneno também denunciado a tempo por José Martí, “o veneno dos empréstimos, dos canais, das ferrovias...”

“Por isso, frente ao hipócrita pan-americanismo que é só predomínio dos monopólios ianques sobre os interesses de nossos povos e gestão ianque de governos prostrados ante Washington, A Assembleia do Povo em Cuba proclama o latino-americanismo libertador que pulsa em José Martí e Benito Juárez. E, ao estender a amizade até o povo norte-americano – o povo dos negros linchados, dos intelectuais perseguidos, dos trabalhadores forçados a aceitar a direção de gangsteres –, reafirma a vontade de marchar “com todo mundo e não com uma parte dele”.

“QUARTO: A Assembleia Geral Nacional do Povo declara que a ajuda espontaneamente oferecida pela URSS a Cuba, no caso de nosso país ser atacado por forças militares imperialistas, não poderá ser considerado jamais como um ato de intromissão, senão que constitui um evidente ato de solidariedade, e que essa ajuda brindada a Cuba ante um iminente ataque do pentágono ianque, honra tanto o Governo da URSS que a oferece, como desonra ao Governo dos Estados Unidos, suas covardes e criminosas agressões contra Cuba.

“Portanto: A Assembleia Geral Nacional do Povo declara ante América e o mundo que aceita e agradece o apoio dos foguetes da URSS, se seu território for invadido por forças militares dos Estados Unidos.

“QUINTO: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba nega categoricamente que tenha existido pretensão alguma por parte da URSS ou da República Popular da China de “utilizar a posição econômica, política e social de Cuba, para quebrar a unidade continental e colocar em perigo a unidade do hemisfério”.

“Desde o primeiro até o último disparo, desde o primeiro até o último dos 20.000 mártires que custou a luta para derrubar a tirania e conquistar o poder revolucionário, desde a primeira até a última lei revolucionária, desde o primeiro até o último ato da Revolução, o povo de Cuba atuou por livre e absoluta determinação própria, sem que, por isso, se possa culpar jamais a URSS ou a República da China pela existência de uma revolução que é a resposta cabal de Cuba aos crimes e às injustiças instauradas pelo imperialismo na América.

“Pelo contrário, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba entende que a política de isolamento e hostilidade com a URSS e a República Popular da China, preconizada pelo Governo dos Estados Unidos e imposta por este aos governos da América Latina, e a conduta belicista e agressiva do Governo norte-americano, e sua negativa sistemática a entrada da República Popular da China nas Nações Unidas, apesar de representar quase a totalidade de um país de mais de 600 milhões de habitantes, coloca em perigo a paz e a segurança do hemisfério e do mundo.

“Portanto: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba ratifica sua política de amizade com todos os povos do mundo, reafirma seu propósito de estabelecer

relações diplomáticas também com todos os países socialistas, e a partir deste instante, em uso de sua soberania e livre vontade, expressa ao Governo da República Popular da China, que concorda com estabelecer relações diplomáticas entre ambos os países e que, portanto, continuam revogadas as relações que até hoje Cuba havia mantido com o regime fantoche que sustentam na Formosa os barcos da Sétima Frota ianque.

“SEXTO: A Assembleia Geral Nacional do Povo reafirma – e está segura de fazê-la como expressão de um critério comum aos povos da América Latina – que a democracia não é compatível com a oligarquia financeira, com a existência da discriminação do negro e os excessos da Ku-Klux-Klan, com a perseguição que privou de seus cargos cientistas como Oppenheimer; que impediu durante anos que o mundo escutasse a voz maravilhosa de Paul Robeson, preso em seu próprio país, e que levou à morte, ante o protesto e o espanto do mundo inteiro, e apesar da apelação de governantes de diversos países e do Papa Pio XII, ao casal Rosenberg.

“A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba expressa a convicção cubana de que a democracia não pode consistir só no exercício de um voto eleitoral, que quase sempre é fictício e está gerido por latifundiários e políticos profissionais, senão em direito dos cidadãos para decidir, como agora o faz esta Assembleia Geral do Povo de Cuba, seus próprios destinos. A democracia, além disso, só existirá na América quando os povos sejam realmente livres para escolher, quando os humildes não estejam reduzidos – pela fome, pela desigualdade social, pelo analfabetismo e os sistemas jurídicos – à mais ameaçadora impotência.

“Por isso, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba: condena o latifúndio, fonte de miséria para o camponês e sistema de produção agrícola retrógrado e desumano; condena os salários de fome e a exploração desigual do trabalho humano por bastardos e privilegiados interesses; condena o analfabetismo, a ausência de professores, de escolas, de médicos e de hospitais; a falta de proteção na velhice que impera nos países da América; condena a discriminação do negro e do índio; condena a desigualdade e a exploração da mulher; condena as oligarquias militares e políticas que mantêm nossos povos na miséria, impedem seu desenvolvimento democrático e o pleno exercício de sua soberania; condena as concessões dos recursos naturais de nosso país aos monopólios estrangeiros como política entreguista e traidora dos interesses dos povos; condena aos governos que ignoram o sentimento de seus povos para acatar os mandatos de Washington; condena o engano sistemático aos povos por órgãos de divulgação que respondem ao interesse das oligarquias e a política do imperialismo opressor; condena o monopólio de notícias por agências ianques, instrumento de trusts norte-americanos e agentes de Washington; condena as leis repressivas que impedem os trabalhadores, camponeses, estudantes e os intelectuais, as grandes majorias de cada país, de organizarem-se e lutarem por suas reivindicações sociais e patrióticas; condena os monopólios e empresas imperialistas que saqueiam continuamente nossas riquezas, exploram os nossos trabalhadores e camponeses, sangram e mantêm em atraso nossas economias, e submetem a política da América Latina a seus desígnios e interesses.

A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena, por fim, a exploração do homem pelo homem, e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital

financeiro imperialista. Em consequência, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba proclama perante a América:

“O direito dos camponeses à terra; o direito do trabalhador ao fruto do seu trabalho; o direito das crianças à educação; o direito dos doentes à assistência médica e hospitalar; o direito dos jovens ao trabalho; o direito dos estudantes à educação gratuita, experimental e científica; o direito dos negros e dos índios à “dignidade plena do homem”; o direito da mulher à igualdade civil, social e política; o direito dos idosos a uma velhice segura; o direito dos intelectuais, artistas e cientistas a lutar, com suas obras, por um mundo melhor; o direito dos Estados a nacionalização dos monopólios imperialistas, resgatando assim as riquezas e recursos nacionais; o direito dos países ao comércio livre com todos os povos do mundo; o direito das nações pela sua plena soberania; o direito dos povos em converter suas fortalezas militares em escolas, e armar seus trabalhadores, seus camponeses, seus estudantes, a seus intelectuais, o negro, o índio, a mulher, o jovem, o idoso, todos os oprimidos e explorados, para que defendam, por si mesmos, seus direitos e seus destinos.

“SÉTIMO: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba postula: O dever dos trabalhadores, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos negros, dos índios, dos jovens, das mulheres, dos idosos, de lutar por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais; o dever das nações oprimidas e exploradas de lutar por sua libertação; o dever de cada povo de solidarizar-se com todos os povos oprimidos, colonizados, explorados ou agredidos, seja qual for o lugar do mundo em que estes se encontrem e a distância geográfica que os separe. Todos os povos do mundo são irmãos!

“OITAVO: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba reafirma sua fé de que a América Latina marchará em breve, unida e vencedora, livre das ataduras que convertem suas economias em riquezas alienadas ao imperialismo norte-americano e que a impede de fazer ouvir sua verdadeira voz nas reuniões onde os chanceleres domesticados fazem coro vergonhoso ao amo despótico. Ratifica, por isso, sua decisão de trabalhar por esse destino latino-americano comum que permitirá aos nossos países edificar uma solidariedade verdadeira, assentada na livre vontade de cada um deles e nas aspirações conjuntas de todos. Na luta por essa América Latina liberada, frente às vozes obedientes de quem usurpa sua representação oficial, surge agora, com potência invencível, a voz genuína dos povos, voz que abre caminho desde as entranhas de suas minas de carvão e de estanho, desde suas fábricas e usinas de açúcar, desde suas terras enfeudadas, onde maltrapilhos, caboclos, gaúchos, campesinos, herdeiros de Zapata e de Sandino, empunham as armas de sua liberdade, voz que ressoa em seus poetas e em seus romancistas, em seus estudantes, em suas mulheres e em suas crianças, em seus idosos enfermos. A essa voz irmã, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba lhe responde: Presente! Cuba não falhará. Aqui está hoje Cuba para ratificar, ante América Latina e ante todo o mundo, como um compromisso histórico, seu dilema irrenunciável: Pátria ou Morte.

“NONO: A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba.

"Resolve que esta declaração seja conhecida com o nome de 'Declaração de Havana', Cuba, Havana, Território Livre da América. 2 de setembro de 1960."

1962, Segunda Declaração de Havana

Do povo de Cuba aos povos da América e do mundo

As vésperas de sua morte, em carta inconclusa porque uma bala espanhola atravessou-lhe o coração, em 18 de maio de 1895, José Martí, apóstolo da nossa independência, escreveu ao seu amigo Manuel Mercado: "Já posso escrever... já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever... de impedir, a tempo, com a independência de Cuba, que se estendam pelas Antilhas os Estados Unidos, e joguem mais esse peso sobre nossas terras da América. Tudo o que fiz até hoje, e farei, é para isso... As mesmas obrigações menores e públicas dos povos mais vitalmente interessados em impedir que em Cuba se abra, pela anexação dos imperialistas, o caminho que se há de fechar e com nosso sangue estamos fechando, da anexação dos povos de nossa América, ao Norte revolto e brutal que nos despreza, impediu a sua adesão ostensiva e patente a este sacrifício que se faz em seu bem imediato. Vivi no monstro e lhe conheço as entranhas; e a minha funda é a de David."

Já em 1895, Martí assinalou o perigo que ameaçava a América e chamou o imperialismo pelo seu nome: imperialismo. Aos povos da América advertiu que eles estavam, mais do que ninguém interessados em que Cuba não sucumbisse à cobiça ianque, desprezadora dos povos latino-americanos. E com seu próprio sangue, vertido por Cuba e pela América, rubricou as palavras póstumas que, em homenagem à sua memória, o povo de Cuba subscreve hoje, no princípio desta Declaração.

Transcorreram 67 anos. Porto Rico foi convertido em colônia e é ainda colônia, saturada de bases militares. Cuba caiu também nas garras do imperialismo. Suas tropas ocuparam nosso território. A Emenda Platt foi imposta à nossa primeira Constituição, como cláusula humilhante que consagrava o odioso direito de intervenção estrangeira. Nossas riquezas passaram às suas mãos. Nossa história falseada, nossa administração e nossa política moldadas inteiramente aos interesses dos interventores; a nação submetida a 60 anos de asfixia política, econômica e cultural. Mas Cuba se levantou, Cuba pôde redimir-se da bastarda tutela. Cuba rompeu as cadeias que atavam sua sorte ao império opressor, resgatou suas riquezas, reivindicou sua cultura, e hasteou sua bandeira soberana, de território e povo livre da América. (...)

Que é a história de Cuba senão a história da América Latina? E que é a história da América Latina senão a história da Ásia, da África e da Oceania? E o que é a história de todos estes povos senão a história da exploração mais desapiadada e cruel do imperialismo no mundo inteiro? Em fins do século passado e começos do presente, um punhado de nações economicamente desenvolvidas, haviam terminado de repartir o mundo entre si, submetendo a seu domínio econômico e

político, a dois terços da humanidade, que, desta forma, viu-se obrigada a trabalhar para as classes dominantes do grupo de países de economia capitalista desenvolvida. (...)

O sistema capitalista de produção, quando realizou tudo que era capaz, converteu-se num obstáculo ao progresso da humanidade. Porém, a burguesia, desde sua origem, trazia consigo mesma seu contrário. No seu interior se desenvolveram gigantescos instrumentos produtivos, que, por sua vez, desenvolveu-se uma nova e vigorosa força social: o proletariado, chamado a mudar o sistema social já velho e caduco do capitalismo por uma forma econômico-social superior e de acordo com as possibilidades históricas da sociedade humana, convertendo em propriedade de toda a sociedade esses gigantescos meios de produção que os próprios povos, com seu trabalho, criaram e acumularam. (...)

Los interesses da humanidade exigiam o fim da anarquia na produção, o desperdício, as crises econômicas e as guerras de rapina próprias do sistema capitalista.

As crescentes necessidades do gênero humano e a possibilidade de satisfazê-las, exigiam o desenvolvimento planejado da economia e a utilização racional dos seus meios de produção e recursos naturais.

Era inevitável que o imperialismo e o colonialismo entrassem em profunda e irreversível crise. A crise geral se iniciou na Primeira Guerra Mundial, com a revolução dos operários e camponeses que derrubou o império czarista da Rússia e implantou, em difícilíssimas condições de cerco e agressão capitalistas, o primeiro Estado socialista do mundo, iniciando uma nova era na história da humanidade. Desde então até nossos dias, a crise a decomposição do sistema imperialista tem se acentuado incessantemente.

A Segunda Guerra Mundial desatada pelas potências imperialistas, e que arrastou a União Soviética e outros povos da Europa e da Ásia, criminosamente invadidos, a uma sangrenta luta de libertação, culminou na derrota do fascismo, a formação do campo mundial do socialismo, e a luta dos povos coloniais e dependentes pela sua soberania. Entre 1945 e 1957, mais de 1 milhão e 200 mil seres humanos conquistaram sua independência na Ásia e na África. O sangue derramado pelos povos não foi em vão.

O movimento dos povos dependentes e colonizados é um fenômeno de caráter universal que agita o mundo e marca a crise final do imperialismo.

Cuba e América Latina fazem parte do mundo. Nossos problemas são parte dos problemas que se originam da crise geral do imperialismo e a luta dos povos subjugados; o choque entre o mundo que nasce e o mundo que morre. A odiosa e brutal campanha desatada contra nossa pátria expressa o esforço desesperado e inútil que os imperialistas fazem para evitar a libertação dos povos. Cuba dói de maneira especial aos imperialistas. Que se esconde por trás do ódio ianque a Revolução Cubana? Que explica racionalmente a conspiração que reúne no mesmo propósito agressivo a potência imperialista mais rica e poderosa do mundo contemporâneo e as oligarquias de todo um continente, que juntos supostamente representam uma população de 350 milhões de seres humanos, contra um pequeno

povo de apenas 7 milhões de habitantes, economicamente subdesenvolvido, sem recursos financeiros nem militares para ameaçar nem a segurança nem a economia de nenhum país?

O que os une e congrega é o medo. O que explica é o medo. Não o medo a Revolução Cubana; o medo a revolução latino-americana. Não o medo aos operários, camponeses, estudantes, intelectuais e setores progressistas das classes médias que tomaram o poder de forma revolucionária em Cuba, senão o medo a que os operários, camponeses, estudantes, intelectuais e setores progressistas das classes médias tomem revolucionariamente o poder nos povos oprimidos, famintos e explorados pelos monopólios ianques e a oligarquia reacionária da América; o medo a que los povos saqueados do continente tomem as armas dos seus opressores e se declarem, como Cuba, povos livres da América. (...)

As condições subjetivas de cada país — quer dizer, o fator consciência, organização, direção— podem acelerar ou atrasar a revolução segundo seu maior ou menor grau de desenvolvimento; porém, cedo ou tarde, em cada época histórica, quando as condições objetivas amadurecem, a consciência se adquire, a organização se conquista, a direção surge e a revolução se produz. (...)

A inquietação que hoje se registra é sintoma inequívoco de rebelião. Agitam-se as entranhas de um continente que foi testemunha de quatro séculos de exploração escrava, semi-escrava e feudal do homem, desde seus moradores aborígenes e os escravos trazidos da África, até os núcleos nacionais que surgiram depois; brancos, negros, mulatos, mestiços e índios hoje sentem o desprezo, a humilhação e o jugo ianque, e se irmanam na esperança de uma amanhã melhor. (...)

E diante da realidade objetiva e historicamente inexorável da revolução latino-americana, qual é a atitude do imperialismo ianque? Disposição de levar uma guerra colonial com os povos da América Latina; criar o aparato de força, os pretextos políticos e os instrumentos pseudo-legais, apoiados pelos representantes das oligarquias reacionárias para reprimir a sangue e fogo a luta dos povos latino-americanos.

A intervenção do governo dos Estados Unidos na política interna dos países da América Latina tem cada vez mais aberta e desenfreada.

A Junta Interamericana de Defesa, por exemplo, foi e é o ninho onde se incubam os oficiais mais reacionários e pró-ianques dos exércitos latino-americanos, utilizados depois como instrumentos golpistas a serviço dos monopólios.

As missões militares norte-americanas na América Latina constituem um aparato de espionagem permanente em cada nação, vinculado estreitamente a CIA, inoculando nos oficiais os sentimentos mais reacionários e tratando de converter os exércitos em instrumentos de seus interesses políticos e econômicos.

Atualmente, na zona do Canal do Panamá, o alto comando norte-americano organizou cursos especiais de treinamento para oficiais latino-americanos, de luta contra guerrilhas revolucionárias, dirigidos a reprimir a ação armada das massas camponesas contra a exploração feudal a que estão submetidas.

Nos próprios Estados Unidos, a CIA organizou escolas especiais para treinar agentes latino-americanos nas mais sutis formas de assassinato, e é uma política decidida pelos serviços militares ianques a liquidação física dos dirigentes anti-imperialistas.

É notório que as embaixadas ianques em distintos países da América Latina estão organizando, instruindo e equipando bandos fascistas para semear o terror e agredir as organizações operárias, estudantis e intelectuais. Esses bandos, que recrutam os filhos da oligarquia, a lumpens e gente da pior qualidade moral, realizaram já uma série de atos agressivos contra os movimentos das massas. (...)

Esta política declarada do imperialismo norte-americano, de enviar soldados para combater o movimento revolucionário em qualquer país da América Latina, quer dizer, para matar operários, estudantes, camponeses, homens e mulheres latino-americanos, não tem outro objetivo que o de seguir mantendo seus interesses monopolistas e os privilégios da oligarquia traidora que os apoia.(...)

Esta política de paulatino estrangulamento da soberania das nações latino-americanas, e de mãos livres para intervir nos seus assuntos internos, teve seu ponto culminante na última reunião de chanceleres. Em Punta del Este, o imperialismo ianque reuniu os chanceleres, para arrancar-lhes, mediante pressão política e chantagem econômica sem precedentes, com a cumplicidade de um grupo dos mais desprestigiados governantes deste continente, a renúncia à soberania nacional dos nossos povos e a consagração do odiado direito de intervenção ianque nos assuntos internos da América; a submissão dos povos à vontade onipresente dos Estados Unidos, contra a qual lutaram todos os próceres, desde Bolívar até Sandino. (...)

Naquele conclave imoral, a voz titânica de Cuba elevou-se sem debilidade nem medo para acusar ante todos os povos da América e do mundo o monstruoso atentado, e defender virilmente, e com dignidade que constará nos anais da história, não só o direito de Cuba, senão o direito desamparado de todas as nações irmãs do continente americano. (...)

Em Punta del Este se travou uma grande batalha ideológica entre a Revolução Cubana e o imperialismo ianque. Que representavam ali, por quem cada um falou? Cuba representou os povos; Os Estados Unidos representou os monopólios. Cuba falou pelas massas exploradas da América; Estados Unidos pelos interesses oligárquicos exploradores e imperialistas. Cuba pela soberania; Estados Unidos pela intervenção. Cuba pela nacionalização das empresas estrangeiras; Estados Unidos por novos investimentos de capital estrangeiro. Cuba pela cultura; Estados Unidos pela ignorância. Cuba pela reforma agrária; Estados Unidos pelo latifúndio. Cuba pela industrialização da América; Estados Unidos pelo subdesenvolvimento. Cuba pelo trabalho criador; Estados Unidos pela sabotagem e pelo terror contrarrevolucionário que praticam seus agentes, a destruição de canaviais e fábricas, os bombardeios de seus aviões piratas contra o trabalho de um povo pacífico. Cuba pelos alfabetizadores assassinados; Estados Unidos pelos assassinos. Cuba pelo pão; Estados Unidos pela fome. Cuba pela igualdade; Estados Unidos pelo privilégio e a discriminação. Cuba pela verdade; Estados Unidos pela mentira. Cuba pela libertação; Estados Unidos pela opressão. Cuba pelo futuro luminoso da

humanidade; Estados Unidos pelo passado sem esperança. Cuba pelos heróis que morreram em Girón para salvar a pátria do domínio estrangeiro; Estados Unidos pelos mercenários e traidores que servem ao estrangeiro contra sua pátria.

Cuba pela paz entre os povos; Estados Unidos pela agressão e a guerra. Cuba pelo socialismo; Estados Unidos pelo capitalismo.

Os acordos obtidos pelos Estados Unidos com métodos tão lamentáveis que o mundo inteiro critica, somente acrescentam a moral e a razão de Cuba; demonstram o entreguismo e a traição das oligarquias aos interesses nacionais e mostram aos povos o caminho da libertação; revelam a podridão das classes exploradoras, em cujo nome falaram seus representantes em Punta del Este. A OEA foi desmascarada como o que é: um ministério de colônias ianques, uma aliança militar, um aparato de repressão contra o movimento de libertação dos povos latino-americanos.

Cuba viveu três anos de Revolução sob incessante ameaça de intervenção ianque em nossos assuntos internos. Aviões piratas, procedentes dos Estados Unidos, lançando materiais inflamáveis, queimaram milhões de arrobas de cana; atos de sabotagem internacional perpetrados por agentes ianques, como a explosão do vapor La Coubre , custou dezenas de vidas cubanas; milhares de armas norte-americanas de todo tipo foram lançadas de paraquedas pelos serviços militares dos Estados Unidos sobre nosso território para promover a subversão; centenas de toneladas de materiais explosivos e máquinas infernais foram desembarcados sub-repticiamente nas nossas costas por lanchas norte-americanas para promover a sabotagem e o terrorismo; um operário cubano foi torturado na base naval de Guantánamo e privado da vida sem processo prévio nem explicação posterior alguma; nossa cota açucareira foi suprimida abruptamente, y proclamado embargo de peças e matérias primas para fábricas e maquinários de construção norte-americana para arruinar nossa economia; barcos artilhados e aviões de bombardeio, procedentes de bases preparadas pelo governo dos Estados Unidos, atracaram de surpresa em portos e instalações cubanas; tropas mercenárias, organizadas e treinadas nos países da América Central pelo próprio governo, invadiram nosso território com intuito de guerra, escoltadas por barcos da frota ianque e com apoio aéreo desde bases exteriores, provocando a perda de numerosas vidas e a destruição de bens materiais; contrarrevolucionários cubanos são instruídos no exército dos Estados Unidos e novos planos de agressão realizam-se contra Cuba. Tudo isso ocorreu durante três anos incessantemente, à vista de todo o continente, e a OEA não se inteira. Os chanceleres se reúnem em Punta del Este, e sequer adverte ao governo dos Estados Unidos nem os governo cúmplices materiais dessas agressões. Expulsam a Cuba, o país latino-americano vítima, o país agredido. Estados Unidos têm pactos militares com países de todos os continentes; blocos militares com quanto governo fascista, militarista e reacionário haja no mundo: a OTAN , a SEATO e a CENTO, aos quais deve-se agregar agora a OEA; intervêm no Laos, no Vietnam, na Coréia, em Formosa, em Berlim; envia abertamente barcos a Santo Domingo para impor sua lei, sus vontade, e anuncia seu propósito de usar sus aliados da OTAN para bloquear o comércio com Cuba, e a OEA nem toma conhecimento. Reúnem-se os chanceleres e expulsam Cuba, que não tem pactos militares com nenhum país. Assim, o governo que organiza a

subversão em todo o mundo e forja alianças militares nos quatro continentes, expulsa Cuba, acusando-a nada menos que de subversão de vinculações extracontinentais.

Cuba, o país latino-americano que converteu em donos das terras a mais de 100.000 pequenos agricultores, assegurado emprego todo o ano em granjas e cooperativas a todos os operários agrícolas, transformado os quartéis em escolas, concedido 60.000 becas a estudantes universitários, secundários e tecnológicos, criado aulas para a totalidade da população infantil, liquidado totalmente o analfabetismo, quadruplicado os serviços médicos, nacionalizado as empresas monopolistas, suprimido o abusivo sistema que convertia a moradia em um meio de exploração para o povo, eliminado virtualmente o desemprego, suprimido a discriminação por motivo de raça ou sexo, varrido o jogo, o vício e a corrupção administrativa, armado o povo, feito realidade viva o desfrute dos direitos humanos ao liberar o homem e a mulher da exploração, a incultura e a desigualdade social; que se libertou de toda tutela estrangeira, adquirido plena soberania e estabelecido as bases para o desenvolvimento de sua economia afim de não ser mais país monoprodutor e exportador de matérias primas, é expulso da OEA por governos que não conseguiram para seus povos nem uma só destas reivindicações. Como poderão justificar sua conduta ante os povos da América e do mundo? Como poderão negar que em seu conceito a política de terra, de pão, de trabalho, de saúde, de liberdade, de igualdade e de cultura, de desenvolvimento acelerado da economia, de dignidade nacional, de plena autodeterminação e soberania, é incompatível com o hemisfério? (...)

Grande como foi a epopeia da independência da América Latina, heroica como foi aquela luta, à geração de latino-americanos de hoje lhes toca uma epopeia maior e mais decisiva para a humanidade. Porque aquela luta foi para libertar-se do poder colonial espanhol, de uma Espanha decadente, invadida pelos exércitos de Napoleão. Hoje lhes toca uma luta de libertação contra a metrópole imperial mais poderosa do mundo, frente a força mais importante do sistema imperialista mundial, e para prestar à humanidade um serviço todavia maior do que fizeram nossos antepassados.

Porém, esta luta mais que aquela, serão feitas pelas massas, pelos povos; os povos vão jogar um papel muito mais importante que antes; os homens, os dirigentes, importam e importarão nesta luta menos que importaram no passado.

Esta epopeia que temos na nossa frente vai ser escrita pelas massas famintas de índios, de camponeses sem terra, de operários explorados; vão escrever as massas progressistas, os intelectuais honestos e brilhantes que tanto abundam em nossas sofridas terras da América Latina. Luta de massas e de ideias; epopeia que levarão adiante nossos povos maltratados e desprezados pelo imperialismo, nossos povos desconhecidos até hoje, que já começaram a tirar-lhe o sono. Nos considerava rebanho impotente e submisso, e já começam a assustar-se com este rebanho; rebanho gigante de 200 milhões de latino-americanos que serão os coveiros do capital monopolista ianque.

Com esta humanidade trabalhadora, com estes explorados infra-humanos, paupérrimos, não se deu importância nem se levou em consideração.

Desde os inícios da independência seus destinos tem sido os mesmos: índios, gaúchos, mestiços, brancos sem bens nem rendas, toda essa massa humana que se formou nas filas da "pátria" que nunca desfrutou, que morreu aos milhões, que foi despedaçada, que ganhou a independência de sua metrópole para a burguesia; essa, que foi desterrada da repartição da riqueza, seguiu ocupando o último degrau dos benefícios sociais, seguiu morrendo de fome, de enfermidades curáveis, de desatenção, porque para ela nunca chegaram os bens salvadores: o simples pão, a cama de um hospital, o remédio que salva, a mão que ajuda.

Porém, a hora da sua reivindicação, a hora que ela mesma elegeu, vem sendo assinalado com precisão agora também de um extremo a outro do continente. Agora, esta massa anônima, esta América de cor, sombria, taciturna, que canta em todo o continente com uma mesma tristeza e desengano, agora esta massa é a que começa a entrar definitivamente na sua própria história, começa a escrever com seu sangue, começa a sofrer e a morrer. Porque agora, pelos campos e montanhas da América, pela base das suas serras, por seus vales e suas selvas, entre a solidão, ou no tráfego das cidades, ou nas costas dos grandes oceanos e rios, começa-se a estremecer este mundo cheio de razões, com os punhos quentes de desejos de morrer pelo que é seu, de conquistar seus direitos quase 500 anos enrolados por uns e por outros. Agora, sim, a história terá que contar com os pobres da América, com os explorados e vilipendiados da América Latina, que decidiram começar a escrever eles mesmos, para sempre, sua história. Já se vê eles pelas estradas, um dia e outro, a pé, em marchas sem fim, de centenas de quilômetros, para chegar até os "olimpós" governantes buscando seus direitos. Já se vê a eles, armados de pedras, de paus, de facões, de um lado a outro, a cada dia, ocupando as terras, fincando seus garfos na terra que lhes pertence e defendendo-a com sua vida; Já se vê levando suas bandeiras, suas palavras de ordem, fazendo-as correr no vento entre as montanhas ou ao longo dos vales. E esta onda de estremecido rancor, de justiça reclamadas, de direito pisoteado que se começa a levantar pelas terras da América Latina, essa onda já não parará mais. Essa onda irá crescendo a cada dia que passa, porque essa onda os que acumulam com seu trabalho as riquezas, criam os valores, fazem andar as rodas da história, e que agora despertam do longo sono embrutecedor a que foi submetido.

Porque esta grande humanidade disse "Basta!" e começou a andar. E sua marcha de gigantes já não se deterá até conquistar a verdadeira independência, pela que já morreram is de uma vez inutilmente. Agora, em todo caso, os que morram, morreram como os de Cuba, os da Playa Girón, morrerão por sua única, verdadeira, irrenunciável independência!

Pátria ou Morte!

Venceremos!

O povo de Cuba

Havana, Cuba, Território Livre da América, 4 de fevereiro de 1962

1979, discurso de Fidel Castro no ato central pelo XXVI aniversário do assalto ao Quartel Moncada, efetuado na praça da revolução "General Calixto Garcia Iñiguez" de Holguin, em 26 de julho de 1979

(extratos)

Heroicos combatentes sandinistas; Companheiros da Direção do Partido e do Governo; Holguineiros; Orientais; Compatriotas:

Há duas semanas pensávamos que neste ato se falariam diversos temas, e entre outros, o tema dos êxitos e dos méritos desta região; da sua enorme transformação que pode se ver em todos os cantos da região e da cidade; da sua impetuosa marcha e seu progresso, das suas novas construções, das suas novas fábricas, do seu espírito trabalhador, dos seus êxitos na produção. O grande mérito que significa o fato de haver produzido 764.000 toneladas de açúcar nesta safra; 150.000 toneladas mais que no ano anterior, contribuindo a que nosso país alcançasse nesta colheita uma produção açucareira de 7.992.000 toneladas, faltando-nos só 8.000 toneladas para alcançar os 8 milhões de toneladas, superando em mais de meio milhão a produção do ano passado, enfrentando-se com condições climáticas adversas no país.

Pensávamos isto. Pero, quando em menos de 48 horas soubemos que nosso povo teria uma honra extraordinária, que um numeroso contingente de combatentes, de chefes abnegados e heroicos, de dirigentes do povo irmão da Nicarágua desejavam estar conosco neste 26 de Julho, compreendi que este ato de hoje se converteria inevitavelmente em um ato sandinista.

Do que falar, de que outra coisa se podia falar, que acontecimentos mais extraordinários nestes tempos, que fato de maior relevância histórica, de maior significado ocorreu nestes últimos tempos que a vitória sandinista na Nicarágua? Que tocou mais profundamente nos nossos sentimentos, que nos interessou mais nestas semanas, que nos emocionou mais e alentou mais que esta popular e heroica vitória? E que honra maior poderíamos receber, que maior realce poderia ter esta data revolucionária nossa, que maior honra para esta cidade e região que a visita fraternal, afetuosa e solidaria desta constelação de heroicos, valorosos, inteligentes e capazes Comandantes e combatentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua?

Digo solidária, porque nós também necessitamos de solidariedade; digo estimulante, porque também necessitamos desses estímulos. Solidária, estimulante, porque durante tanto tempo foi quase um crime visitar Cuba; durante tanto tempo o imperialismo tratou de cortar os laços com nossos povos irmãos da América Latina e do Caribe; durante tanto tempo que nos bloqueiam, durante tanto tempo se proibiu e se impediu a aproximação e desenvolvimento dos laços naturais, históricos, lógicos entre o povo nicaraguense o povo cubano.

Durante tantos anos temos recordado e chorado os nossos irmãos que morreram combatendo em Girón, daquele ataque que partiu precisamente do território

nicaraguense, em um dos mais infames serviços prestados pelo tirano ao imperialismo, posto que este mesmo Somoza era o chefe do Estado Maior do Exército da Nicarágua quando dali partiam os bombardeiros B-26 a bombardear nossos lares, a matar famílias camponesas, mulheres e crianças, a descarregar toneladas de bombas sobre nossos milicianos e soldados.

Como não ver neste gesto dos sandinistas, neste gesto espontâneo... Porque não foi nossa a iniciativa, já que nós sabemos toda a tarefa que têm agora, todo o trabalho, toda a necessidade da sua presença no país, especialmente nestes dias iniciais. Não teríamos sido capazes de pedir-lhes esta honra, esta imensa, infinita honra, que partiu inteiramente deles.

Prova de valor político do sandinismo, prova de valor revolucionário, porque conhecemos este mundo e sabemos que nem sempre sobra o valor político e o valor revolucionário.

Eles não tiveram preconceitos, não temeram vir aqui. Eles não tiveram que pedir permissão a ninguém para vir a Cuba. Eles não tiveram que prestar contas a ninguém, nem preocupar-se com a opinião de ninguém.

Prova de honestidade política, porque não andam com simulações, não negam que são amigos de Cuba, que sentem respeito por Cuba, que são solidários com Cuba. São abertos, não têm medos. E, por isso, creio que inspirarão confiança não só ao nosso povo como a todos os povos e na opinião política mundial.

Não têm preconceitos, apesar do falatório, das intrigas, de que agora virão as campanhas, de que agora virão as acusações, depois que passe a lua de mel da vitória.

Não tem preconceitos porque não temem que confundam a Revolução Nicaraguense e a Cubana, porque eles estão acima destes preconceitos. E nem por isso vão dizer que as duas revoluções são exatamente iguais. São duas revoluções profundas, iguais em muitas coisas e diferentes também em muitas coisas, como têm que ser todas as revoluções verdadeiras.

Isto é importante para nosso povo, importante também para a opinião mundial. Cada país tem seu caminho, tem seus problemas, tem seu estilo, tem seus métodos, tem seus objetivos. Nós temos os nossos, eles os seus. Nós fizemos de uma maneira, nossa maneira; eles farão à sua maneira. Semelhanças: eles alcançaram a vitória por um caminho semelhante ao nosso; eles alcançaram a vitória da única forma em que, tanto eles quanto nós, podíamos libertar-nos da tirania e do domínio imperialista: com as armas na mão, lutando duramente, heroicamente. (...)

As bandeiras de Fonseca foram erguidas por jovens combatentes. Sim, aqui falou-se da média de idade de 20 anos, porém, os dirigentes, que média de idade têm? Trinta, trinta e tantos, alguns, os mais antigos, que começaram a lutar desde que tinham praticamente 15, 16, 17 anos, e enfrentaram as dificuldades e obstáculos durante 20 anos. Vinte anos para colher os primeiros frutos da semente plantada, cultivada e regada com sangue durante tanto tempo, para alcançar a vitória em meio a uma verdadeira epopeia popular.

Quem de nós viu nos cinemas, na TV, nos livros e revistas, as imagens da brutal e incrível repressão, a inescrupulosa e genocida guerra desata contra o povo nicaraguense pela tirania somozista? Quem não viu as imagens das mães chorando pelos seus filhos, pelos seus filhos queridos; as imagens dos filhos chorando por seus pais, dos lares destruídos, da montanha de cadáveres, das torturas, dos assassinatos, dos bombardeios das cidades? Quando se viu semelhante caso de barbárie?

Quando se viu uma força aérea descarregar toneladas e toneladas de bombas sobre as cidades do próprio país? Sobre Manágua, sobre Masaya, sobre León, sobre Estelí, sobre esse conjunto de cidades mártires.

Quando não se detinha em dar a ordem de lançar bombas de 500 libras sobre bairros povoados e inclusive superpovoados, fatos que realmente encheram o mundo inteiro de indignação e assombro e que, de certa forma, contribuíram para criar essa gigantesca campanha e esse sólido sentimento de solidariedade com o povo nicaraguense e os combatentes sandinistas.

Estes foram os frutos da intervenção imperialista na Nicarágua. Aí estão os frutos da intervenção, aí estão os frutos amargos da política imperialista no nosso hemisfério. Porque foram eles que forjaram, impulsionaram e apoiaram esses regimes sangrentos, repressivos, reacionários, tirânicos, fascistas, no nosso hemisfério. E se disse, creio que o próprio Somoza disse, que sempre votou junto com o governo dos Estados Unidos na ONU.

A política dos Estados Unidos em todo o mundo criou este tipo de regimes políticos, em todo o mundo! Não só na nossa América, em todos os continentes sem exceção! (...)

O triunfo sandinista não é só a vitória diante dos 45 anos de somozismo; é a vitória frente a 150 anos de dominação estrangeira no país, é a vitória alcançada sobre séculos e séculos de conquista, de exploração e domínio estrangeiro; porque, se algo pode assegurar-se é que, pela primeira vez, o povo nicaraguense é totalmente livre e independente em toda sua história, quando em 19 de julho as aguerridas colunas de combatentes sandinistas entraram em Managua, já que do domínio espanhol nossos povos passaram ao domínio ianque, especialmente a América Central, que se converteu em objeto de intervencionistas e até de piratas. Portanto, comemora-se não só o dia do triunfo da Revolução, como também o dia do triunfo da independência da Nicarágua, dois grandes e transcendentais objetivos históricos numa mesma batalha. Essa é a importância e o significado que tem para nós a vitória da luta de FSLN.

Porém, esta vitória sandinista, esta luta, significa mais que isso. Em torno da luta sandinista criou-se uma grande solidariedade internacional, uma grande unidade de toda a esquerda centro-americana e latino-americana; Em torno da luta sandinista criou-se, de forma tácita, o que podemos chamar uma grande frente democrático-independentista-anti-intervencionista na América Latina, algo que tem significado histórico e enorme importância.

Na América Latina e no Caribe, no âmbito deste hemisfério, o sandinismo estimulou o sentimento independentista e anti-intervencionista dos povos latino-americanos.

Isto teve seu momento mais destacado, seu momento culminante, na última reunião da OEA. Mencionamos ela pela primeira vez sem epítetos, porque pela primeira vez, se produziu uma verdadeira insubordinação dos Estados latino-americanos, e isto é muito sintomático, já que os setores mais reacionários e agressivos dos Estados Unidos aconselharam a atual administração norte-americana seguir um caminho intervencionista na Nicarágua, e os Estados Unidos propôs nessa reunião a criação de uma Força Interamericana de Paz, diziam que era para levar a paz para a Nicarágua... (...)

E os pretextos eram "muito nobres" como sempre: "levar a paz ao sofrido povo da Nicarágua"; para que não chegasse este momento, que não chegasse o 19 de julho. Um mês depois, os sandinistas levaram a verdadeira paz, a paz de um povo feliz, vitorioso, cheio de sofrimentos, sim; porém, cheio de esperança e de otimismo no futuro. (...)

E deve-se dizer que a proposta dos Estados Unidos ficou isolada. No final adotaram uma posição inteligente. Se votavam a favor da proposta dos Estados Unidos, quer dizer, a favor da proposta intervencionista se juntariam com o Paraguai e Somoza, porque o único que queria a intervenção, que votou abertamente pela intervenção era Somoza e creio que Paraguai. (...)

Porém, temos que dizer que a decisão, o resultado dessa reunião constituiu uma grande vitória dos povos da nossa América e contribuiu para o desenvolvimento deste espírito de solidariedade com a Nicarágua; e, na posição mantida na OEA deve-se destacar o papel do Panamá, da Costa Rica, da Venezuela e demais países do Pacto Andino, do México, da Jamaica, de Granada e outros. Na criação desta frente democrática, anti-intervencionista que se criou, deve-se mencionar não só nomes de países, também de pessoas: os nomes de Torrijos, de Carazo, de López Portillo, de Manley, de Bishop. E também é justo recordar o nome de quem, ainda quando já não é presidente em seu país, ajudou muito no desenvolvimento desta solidariedade com a luta sandinista: o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez. (...)

Manter este clima, manter esta frente, manter este espírito é muito importante para todos os povos que ainda sofrem sob o fascismo e sob as mais sangrentas tiranias. Esse é um dever —segundo nossa opinião— também dos sandinistas, qual será sua contribuição, a contribuição do povo vitorioso da Nicarágua para manter este espírito, manter esta frente ampla. (...)

Por isso, as afirmações e os temores expressados por certas pessoas, que a Nicarágua ia se converter numa nova Cuba, os nicaraguenses deram uma magnífica resposta: não, a Nicarágua vai se converter numa nova Nicarágua, que é uma coisa muito distinta. (...)

Não existem duas revoluções iguais. (...) no nosso caso não houve esta frente de que falei anteriormente, inclusive o imperialismo começou imediatamente com suas campanhas, suas agressões; o imperialismo sabia menos, porque o imperialismo aprendeu algo também. (...)

Deve-se destacar algumas características que temos observado nos companheiros revolucionários nicaraguenses. (...) Souberam combater heroicamente, porém

souberam também ser flexíveis, e quando foi necessário negociar para evitar os riscos de uma intervenção não tiveram medo de negociar. (...) Inclusive nessa fase final em que o regime somozista agonizava, discutiram alguma forma de como seria o trânsito final, quer dizer, como seria o enterro de Somoza. E nessas negociações participaram distintos países, participou o Governo de Reconstrução Nacional, participou a Direção sandinista, participaram inclusive os Estados Unidos. (...) Os sandinistas fizeram algumas concessões e foi sábio fazê-las, as que consideraram que deviam fazer, e souberam manter-se firme e não fazê-las onde não deviam fazer. (...)

De modo que os sandinistas não só souberam ser heroicos e eficientes na guerra, flexíveis na política, foram extraordinariamente magnânimos no triunfo! E estou seguro de que isso vai suscitar as mais amplas simpatias e vai fortalecer o sentimento de solidariedade em todo o mundo; vai retirar os argumentos e as armas da reação, vai tirar a lenha do fogo da difamação e da calúnia.

Isto demonstra, ademais, a influencia enorme que os comandantes sandinistas e o Governo de Reconstrução Nacional tem sobre as massas, porque as massas não esqueceram nem esquecerão jamais os crimes, as torturas e os bombardeios. Não esqueceram. Porém, deram uma grande prova de confiança na Direção para se segurar, quando era necessário segurar-se. (...)

Porque disseram: se é necessário uma eleição, não importa que hajam eleições. Qualquer eleição que ocorra na Nicarágua, mesmo com todos os recursos que tenham os reacionários, os sandinistas vão ganhar por amplíssima maioria. Qualquer tipo de eleição, sob qualquer forma constitucional onde o cidadão possa votar e vote, ganham os sandinistas.

É por isso —e isto explico para nosso povo—, que as circunstâncias em que se produziu a vitória nicaraguense determina que as formas que eles adotem sejam diferentes das nossas. Ademais, o fato de que hoje o país está em ruínas, o país está totalmente destruído, requer um programa de reconstrução nacional com a participação de todos os setores da sociedade nicaraguense.

Os sandinistas são revolucionários, não vamos ocultar isto para nós, ninguém vai ocultar, eles não vão ocultar; porém, não são extremistas, são realistas. E da madeira dos realistas se fazem as melhores revoluções, as melhores e mais profundas revoluções. E penso que vão chegar longe, porque não se apressam, porque não são extremistas, porque vão devagar e sabem que objetivo corresponde em cada etapa de um processo político e revolucionário e as formas que se correspondem com esses objetivos. Estou seguro disto. (...)

Tem muita fome no país. Eu penso que a Nicarágua necessita da ajuda de todo o mundo. Nas semanas anteriores, grande número de dirigentes de países expressou sua disposição a ajudar a Nicarágua. Parece-nos o mais justo.

Governos de todos os matizes, de diversas ideologias, de diversos sistemas políticos, expressaram sua disposição de dar uma grande ajuda ao povo nicaraguense. E a Nicarágua necessita.

Inclusive os Estados Unidos expressaram sua disposição de enviar alimentos e instrumentar distintas formas de ajuda. (...) Nos parece muito bom. Martí disse, em uma ocasião, que o céu não quis que os tiranos sejam mais de uma vez sábios. Somoza não foi nem uma só vez; porém, o Governo dos Estados Unidos, pelo menos, foi uma vez, já que é muito melhor em todos os sentidos e mais frutífero, e desenvolve melhor as relações entre os povos e um clima de paz no mundo, enviar alimentos em vez de enviar bombardeiros e fuzileiros navais, como fizeram no Vietnam e como fizeram em vários lugares.

É claro que — já que falei no Vietnam —, a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua teria sido um ato realmente suicida para a política de Estados Unidos no hemisfério, porque não temos a menor dúvida de que os sandinistas teriam seguido lutando, ainda que houvesse uma intervenção ianque. (...)

Nos alegramos de que os Estados Unidos envie alimentos. Nos alegramos de que todos los países enviem alimentos e ajuda de todo tipo ao povo da Nicarágua.

Nós não somos ricos, nós não podemos competir com os Estados Unidos em número de aviões e em toneladas de alimentos. Algo mandaremos, porque da nossa pobreza somos capazes de tirar algo.

E uma questão muito importante: se não temos muitos recursos financeiros ou recursos materiais, temos recursos humanos. (...)

Viva a vitória revolucionaria da Nicarágua!

Viva Sandino!

Viva a FSLN!

Viva o Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua!

Viva a amizade e a solidariedade entre os povos da Nicarágua e de Cuba!

Pátria ou Morte!

Venceremos!

Discurso de Fidel Castro na ONU, 12 de dezembro de 1979

(fragmentos)

Trazemos o mandato da Sexta Conferência de Chefes de Estado ou de Governo do *Movimento dos Países Não Alinhados*, para apresentar ante as Nações Unidas o resultado de suas deliberações e das posições que delas derivam.

Somos 95 países de todos os continentes, que representam a imensa maioria da humanidade. Nos une a determinação de defender a colaboração entre nossos países, o livre desenvolvimento nacional e social, a soberania, a segurança, a igualdade e a livre determinação. Estamos associados no empenho para mudar o atual sistema de relações internacionais, baseado na injustiça, na desigualdade e na opressão. Atuamos na política internacional como um fator global independente.

Reunido em Havana, o Movimento acaba de reafirmar seus princípios e confirmar seus objetivos. Os Países Não Alinhados insistimos em que é necessário eliminar a abismal desigualdade que separa os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Lutamos por isso para suprimir a pobreza, a fome, a doença e o analfabetismo que ainda padecem centenas de milhões de seres humanos.

Aspiramos a uma nova ordem mundial, baseada na justiça, equidade e na paz, que substitua o sistema injusto e desigual que hoje prevalece, no que segundo se proclamou na Declaração de Havana, "a riqueza segue concentrada nas mãos de umas quantas potências cujas economias, fundadas no desperdício, são mantidas graças a exploração dos trabalhadores e a transferência e saque dos recursos naturais e outros recursos dos povos da África, América Latina, Ásia e demais regiões do mundo".

Entre os problemas a debater neste período de sessões a Assembleia Geral, a paz figura no primeiro lugar das preocupações. A busca da paz constitui também uma aspiração do Movimento de Países Não Alinhados e foi objeto da sua atenção na Sexta Conferência. Porém, a paz, para nossos países, resulta indivisível. **Queremos uma paz que beneficie igualmente os grandes e os pequenos, aos poderosos e aos débeis, que abarque todos os âmbitos do mundo e chegue a todos seus cidadãos.**

Desde sua fundação, **os Países Não Alinhados consideram que os princípios da coexistência pacífica devem ser a pedra angular das relações internacionais**, constituem a base do fortalecimento da paz e a segurança internacional, da extensão desse processo a todas as regiões do mundo e a todos os aspectos das relações, e devem ser aplicados universalmente nas relações entre os Estados. Porém, ao mesmo tempo, a Sexta Cúpula considerou que esses princípios da coexistência pacífica incluem também o direito dos povos sob dominação estrangeira e colonial à livre determinação, a independência, a soberania, a integridade territorial dos Estados, o direito de cada país a colocar um final na ocupação estrangeira, a aquisição de territórios pela força e a definir seu próprio sistema social, político e económico.

Só assim a coexistência pacífica poderá ser a base de todas as relações internacionais.

A situação de atraso agrícola e industrial, do qual os países em desenvolvimento não conseguem superar é, sem dúvida, o resultado das relações internacionais injustas e desiguais. Porém, se junta a isto agora, a crise prolongada da economia internacional. Não vou deter-me demasiado neste aspecto. Precisemos agora o que os chefes de Estado ou de governo consideramos que a crise do sistema econômico internacional não é conjuntural senão que constitui um sintoma de desajustes estrutural e de um desequilíbrio que está na sua própria natureza; que esse desequilíbrio foi agravado pela negativa dos países desenvolvidos de economia de mercado a controlar seus desequilíbrios externos e seus altos níveis de inflação e desemprego; que a inflação foi gerada precisamente nestes países desenvolvidos que agora resistem a aplicar as únicas medidas que podiam eliminá-la. E assinalamos ademais que esta crise é resultado da persistente falta de equidade nas relações econômicas internacionais, de maneira que resolver essa desigualdade, como propomos, contribuirá a atenuar e afastar a própria crise.

Quais são as principais questões que os representantes do Movimento de Países Não Alinhados foram obrigados a formular Havana? Condenamos ali o persistente desvio de recursos humanos e materiais para uma carreira de armamentos improdutivo, desperdiçadora e perigosa para a humanidade. E exigimos que parte considerável dos recursos que agora se empregam em armamentos, particularmente pelas principais potências, sejam destinados ao desenvolvimento econômico e social.

Senhor Presidente e Senhores representantes: o intercâmbio desigual arruína nossos povos e deve acabar!

A inflação é exportada para nossos países e nos arruína. Ela deve acabar! O protecionismo arruína nossos povos e deve acabar! O desequilíbrio que existe referente a exploração dos recursos marinhos é abusivo e deve ser abolido! Os recursos financeiros que recebem os países em desenvolvimento são insuficientes e devem ser aumentados! Os gastos em armamentos são irracionais. Devem cessar e seus fundos empregados para financiar o desenvolvimento! O sistema monetário internacional que hoje predomina nesta bancarrota, deve ser substituído! As dívidas de países de menor desenvolvimento relativo e em situação desvantajosa são insuportáveis e não tem solução. Devem ser canceladas! O endividamento sufoca economicamente o restante dos países em desenvolvimento e deve ser aliviado! O abismo econômico entre os países desenvolvidos e os países que querem desenvolver-se, em vez de diminuir aumenta, deve desaparecer! Tais são as demandas dos países subdesenvolvidos.

Senhor Presidente, senhores representantes: a atenção a essas demandas, algumas das quais foram apresentadas sistematicamente pelos países em vias de desenvolvimento nos fóruns internacionais, através do Grupo dos 77 e do Movimento de Países Não Alinhados, permitiria uma mudança de rumo na situação econômica internacional, que ofereceria aos países em vias de desenvolvimento as condições institucionais para organizar os programas que os situariam definitivamente no caminho do desenvolvimento.

Porém, ainda que todas estas medidas fossem levadas à prática, ainda que se retificassem os erros e vícios do presente sistema de relações internacionais, os países subdesenvolvidos careceriam de um elemento decisivo: o financiamento externo.

Todos os esforços internos, todos os sacrifícios que fazem e estão dispostos a fazer os povos dos países em vias de desenvolvimento, todas as oportunidades de incrementar seu potencial econômico que se conseguiriam ao eliminar a desigualdade entre os preços de exportação e os de importação e melhorar as condições em que se realiza seu comércio exterior não serão, no entanto, suficientes. À luz de sua situação financeira real e atual, necessitam ademais recursos em tal quantidade que lhes permitam pagar suas dívidas e empreender os enormes gastos que exige o salto ao desenvolvimento.

Aqui também as cifras são demasiado conhecidas para que necessitemos repeti-las. A Sexta Cúpula preocupou-se diante do fato de que não só a dívida dos países subdesenvolvidos é praticamente insuportável, como também que esta dívida cresce cada ano a um ritmo que podemos considerar galopante. Os dados que acaba de informar o recente informe do Banco Mundial, emitido nos mesmos dias em que celebrávamos a Conferencia de Havana, confirmam que a situação é cada dia mais grave. Só no ano de 1978, a dívida pública externa de 96 países em desenvolvimento aumentou em US\$ 51 bilhões de dólares. Este ritmo eleva a dívida a cifras astronômicas mencionadas.

Não podemos, Senhor Presidente, nos resignar a este panorama sombrio! Os mais reputados economistas, tanto os ocidentais como aqueles que se reivindicam marxistas, admitem que a forma em que funciona o sistema de endividamento internacional dos países em vias de desenvolvimento é completamente irracional e que sua manutenção ameaça com uma súbita interrupção, que colocará em perigo todo o precário e instável equilíbrio econômico mundial. Alguns tratam de explicar o surpreendente fato econômico de que os centros bancários internacionais continuem enviando fundos a países que estão tecnicamente quebrados, argumentando que se trata de uma contribuição generosa para ajudar a esses países a suportar as dificuldades econômicas. Porém, não é assim. É, na realidade, uma operação de salvamento da própria ordem internacional capitalista. Em outubro de 1978 a Comissão das Comunidades Europeias admitia de forma esclarecedora: "O equilíbrio atual da economia mundial depende em grau considerável de que continue a corrente de empréstimos privados aos países em desenvolvimento não produtores de petróleo... em uma escala sem precedentes antes de 1974, e qualquer impedimento a essa corrente colocará em perigo dito equilíbrio". A quebra financeira mundial seria muito dura, em primeiro lugar, para os países subdesenvolvidos e para os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos. Afetaria também as economias socialistas mais estáveis. Porém, o sistema capitalista poderia não sobreviver a semelhante catástrofe. E seria difícil que a terrível situação econômica resultante não gerasse, inevitavelmente, uma conflagração mundial. E já se fala de forças militares especiais para ocupar os campos petrolíferos e as fontes de matérias primas. Porém, se é dever de todos a preocupação por este panorama sombrio, é dever, primeiro, dos que possuem uma

maior soma de riqueza e bem-estar material. Aos revolucionários, ao fim e ao cabo, a perspectiva de um mundo sem capitalismo não nos assusta muito.

Foi proposto que no lugar do espírito de enfrentamento utilizemos o sentido da interdependência econômica mundial que permita conjugar as forças de todas as economias para obter benefícios comuns, porém, o conceito da interdependência só é aceitável quando se parte de admitir a injustiça intrínseca e brutal da atual interdependência. Os países em vias de desenvolvimento rechaçam que se lhes proponha como "interdependência" a aceitação da injusta e arbitraria divisão internacional do trabalho, que o colonialismo moderno lhes impôs a partir da revolução industrial inglesa e que o imperialismo aprofundou.

Se se quer impedir o confronto e a luta, que é o único caminho que aparece aberto para os países em vias de desenvolvimento, um caminho que oferece largos e difíceis combates cujas proporções ninguém podia saber agora, é necessário que todos busquemos e encontremos fórmulas de colaboração para resolver os grandes problemas que, se bem afetam aos nossos povos, não podem resolver-se sem afetar de alguma forma os países mais desenvolvidos.

Estamos seguros, estimado Senhor Presidente e Senhores representantes, que se o Secretário Geral das Nações Unidas, assistido pelo Presidente da Assembleia, com todo o prestígio e o peso desta organização, apoiada ademais, de início, pela influência que os países em vias de desenvolvimento e, mais ainda, o Grupo dos 77, emprestariam a esta iniciativa, convocasse os distintos fatores que mencionamos para iniciar discussões nas quais não haveria lugar para o antagonismo chamado Norte-Sul nem para o denominado antagonismo Leste-Oeste, senão que ali concorrerem todas as forças como uma tarefa comum, como um dever comum e uma esperança comum, esta ideia que apresentamos agora à Assembleia Geral pode ser coroada pelo êxito.

Porque não se trata de um projeto que beneficie só aos países em vias de desenvolvimento, beneficiaria a todas as nações. Como revolucionários, o confronto não nos assusta. Temos fé na história e nos povos. Porém, como porta-vozes e intérpretes do sentimento de 95 países, temos a responsabilidade de lutar pela colaboração entre os povos. E essa colaboração, se ela se consegue sobre bases novas e justas, beneficiará todos os países que constituem hoje a comunidade internacional. E beneficiará em especial a paz mundial.

O desenvolvimento pode ser, a curto prazo, uma tarefa que traga aparentes sacrifícios e até donativos que pareçam irrecuperáveis. Porém, o vasto mundo que hoje vive no atraso, desprovido de poder aquisitivo, limitado ao extremo em sua capacidade de consumir, incorporará com seu desenvolvimento uma torrente de centenas de milhões de consumidores e produtores, o único capaz de reabilitar a economia internacional, incluindo a dos países desenvolvidos que hoje geram e padecem a crise econômica.

A história do comércio internacional demonstrou que o desenvolvimento é o fator mais dinâmico do comércio mundial. A maior parte do comércio dos nossos dias se realiza entre países plenamente industrializados. Podemos assegurar que enquanto mais se estenda a industrialização e o progresso no mundo, mais se estenderá também o intercâmbio comercial, beneficiando a todos.

É por isso que pedimos em nome dos países em vias de desenvolvimento e advogamos pela causa dos nossos países. Porém, não é uma dádiva o que estamos reclamando. Se não encontramos soluções adequadas, todos seremos vítimas da catástrofe. Senhor Presidente, distinguidos representantes: Se fala com frequência dos direitos humanos, porém, deve-se falar também dos direitos da humanidade.

Porque uns povos haverão de andar descalços para que outros viajem em luxuosos automóveis? Porque uns hão de viver 35 anos para que outros vivam 70? Porque uns hão de ser pobres miseráveis para que outros sem exageradamente ricos? Falo em nome das crianças que no mundo não tem um pedaço de pão; falo em nome dos doentes que não têm remédios; falo em nome daqueles a quem se negou o direito à vida e a dignidade humana.

Uns países têm mar, outros não; uns têm recursos energéticos, outros não; uns possuem terras abundantes para produzir alimentos, outros não; uns estão tão saturados de máquinas e fábricas que não podem nem respirar o ar de suas atmosferas envenenadas, outros não possuem mais que seus esqueléticos braços para ganhar o pão. Uns países possuem, enfim, abundantes recursos, outros não possuem nada. Qual é o destino destes? Morrer de fome? Ser eternamente pobres? Para que serve então a civilização? Para que serve a consciência do homem? Para que servem as Nações Unidas? Para que serve o mundo? Não se pode falar de paz em nome das dezenas de milhões de seres humanos que morrem por ano de fome ou doenças curáveis em todo o mundo. Não se pode falar de paz em nome de 900 milhões de analfabetos.

A exploração dos países pobres pelos países ricos deve cessar! Sei que em muitos países pobres existem também exploradores e explorados.

Dirijo-me às nações ricas para que contribuam. Dirijo-me aos países pobres para que distribuam. Basta de palavras! Faltam fatos! Basta já de abstrações, faltam ações concretas! Basta já de falar de uma nova ordem econômico internacional especulativo que ninguém entende; deve-se falar de uma ordem real e objetiva que todos compreendam!

Não vim aqui como profeta da revolução; não vim pedir ou desejar que o mundo se convulsione violentamente. Vimos falar de paz e colaboração entre os povos, e vimos advertir que se não resolvemos pacífica e sabiamente as injustiças e desigualdades atuais o futuro será apocalíptico. O ruído das armas, da linguagem ameaçante, da prepotência no cenário internacional deve cessar. Basta já da ilusão de que os problemas do mundo podem se resolver com armas nucleares. As bombas poderão matar os famintos, os doentes, os ignorantes, porém, não pode matar a fome, as enfermidades, a ignorância. Não podem tampouco matar a justa rebeldia dos povos e no holocausto morrerão também os ricos, que são os que mais têm a perder neste mundo.

Digamos adeus às armas e consagremo-nos civilizadamente aos problemas mais complicados da nossa era. Essa é a responsabilidade e o dever mais sagrado de todos os estadistas do mundo. Essa é, ademais, a premissa indispensável da sobrevivência humana. Muito obrigado!

Discurso de Fidel Castro nas escadas da Faculdade de Direito, Buenos Aires 26 de maio de 2003

(Fragmentos)

Um golpe colossal ao neoliberalismo (...)

Nós não recomendamos fórmulas dogmáticas, não recomendamos que tenham tal ou qual sistema social. Conheço países tantos recursos, que com o uso adequado dos recursos **não teriam nem necessidade de fazer uma mudança revolucionária em relação a economia, de tipo radical, como o que foi feito em nosso país**. Sabemos o que ocorre nos lugares, como o mais pobre deste hemisfério, que é o Haiti, os problemas que têm de recursos naturais, e alguns muito ricos, não vou discutir sobre este tema; porém, o problema está na distribuição equitativa da riqueza. Isto não necessita sequer confiscar; não, em uma concepção do possível..., porque deve-se pensar no desejável e no possível, deve-se diferenciar entre o que se pode sonhar e o que se pode realizar agora, e o que se pode realizar agora e o que poderia se realizar dentro de 20 ou 30 anos, a partir das realidades do mundo atual.

Nós não temos nem um átomo de arrependimento do que fizemos em nosso país e da forma que organizamos nossa sociedade. Tivemos a possibilidade de aprender muito sobre nossas possibilidades e temos uma ideia de prioridades, porque é muito importante para os que desejamos um mundo melhor ter ideia das prioridades, das possibilidades, das realidades. Mencionei-lhes como duas vezes ou três o famoso projeto da ALCA. Hoje uma enorme necessidade dos nossos povos é evitar que esse veneno se implante em nossos países e estaríamos obtendo uma grande vitória. Posso completar que vemos na América Latina um movimento de avanço que está se produzindo. Se me perguntasse alguém porque senti uma grande satisfação e júbilo quando chegaram as notícias de um resultado eleitoral na nossa queridíssima Argentina, notem, há uma razão muito grande: o pior do capitalismo selvagem, como diria Chávez; o pior da globalização neoliberal e que é o símbolo por excelência... E não menciono nome, ninguém pode queixar-se, a não ser que alguém se sinta símbolo do que digo. Minha opinião é que uma das coisas extraordinárias é que o símbolo da globalização neoliberal recebeu um golpe colossal.

Vocês não sabem o serviço que prestaram a América Latina; vocês não sabem o serviço que prestaram ao mundo ao afundar na fossa do Pacífico –não sei como se chama agora–, que tem mais de 8.000 metros de profundidade, o símbolo da globalização neoliberal. Insuflaram tremenda força a um numero crescente de pessoas que tomaram consciência na América sobre que coisa tão terrível e fatal que se chama globalização neoliberal.

Se quiser, podíamos partir do que disse o Papa quando esteve de visita ao nosso país, quando falou da globalização da solidariedade. Alguém estaria contra da globalização da solidariedade no mais completo conceito da palavra, que abarque não só as relações entre os homens e mulheres dentro da fronteira de um país, senão dentro das fronteiras do planeta, e que a solidariedade seja exercida também

por aqueles que desperdiçam o dinheiro, destroem os recursos naturais e condenam a morte aos habitantes deste planeta?

Não se alcança o céu num dia, porém creia-me – não o digo para bajular, e trato de dizê-lo com o maior cuidado – que vocês deram um golpe descomunal a um símbolo, e isso tem enorme valor, e se produziu, precisamente, neste momento crítico, de crise econômica internacional, onde estão todos envolvidos; já não é uma crise no sudeste asiático, é uma crise no mundo, mais ameaças de guerra, mais consequências de uma enorme dívida, somado a fatalidade de que o dinheiro fuja. O problema é mundial, e por isso mundialmente também está se formando uma consciência e por isso será um dia de glória esse dia em que o povo argentino, apesar das dificuldades, que como sabemos todos existem aqui e em outras partes, muitas vezes fragmentação, muitas vezes divisões, e divisões pode haver e até devem haver, porém é que há tantas coisas de interesse comum que pode-se ter a convicção de que estas devem prevalecer, o mundo possível. Notem que essa frase se fortaleceu: um mundo melhor é possível. Porém, quando se alcance um mundo melhor, que é possível, temos que seguir repetindo: um mundo melhor é possível, e voltar a repetir depois: um mundo melhor é possível.

Expressei – e estou próximo a terminar –, assim nestas peculiares condições, e me alegro mais, a experiência modesta do nosso país, e como dia a dia aprendíamos coisas novas e coisas novas, e quando lutávamos contra 30% de analfabetismo, que longe estávamos de pensar que um dia estaríamos massificando os estudos universitários, estendendo as universidades por todos os municípios do país, a partir do capital humano que tínhamos criado, sem o qual havia sido impossível essa aspiração, e, por isso falei, e Martí já tinha falado muitos anos antes, que aos que lhe chamavam de sonhador ele dizia que os sonhos de hoje serão as realidades do amanhã.

Os sonhadores não existem, disse um sonhador que teve o privilégio de ver realidades que não foi capaz de sonhar. Não o considero um mérito, senão também privilégio e azar afortunado de viver, apesar das centenas de planos para acelerar minha viagem para a tumba, com o qual me fizeram um enorme favor, obrigar-me a perder todo instinto de preservação e conhecer que os valores se constituem na verdadeira qualidade de vida, a suprema qualidade de vida, acima dos alimentos, teto e roupa. Não diminuo a importância das necessidades materiais, sempre deve-se colocá-las em primeiro lugar, porque para poder estudar, para adquirir essa outra qualidade de vida deve-se satisfazer determinadas necessidades que são físicas, que são materiais; porém, a qualidade de vida está nos conhecimentos, na cultura. (...)

Argentinos todos, irmãos entranhados da América Latina, qualquer que seja sua crença, seu pensamento ou suas ideias, não tive a intenção de ferir nem ofender a ninguém. Se alguém considera que alguns conceitos a que expressei seja algo como uma ingerência nos assuntos argentinos, algo que certamente tratei de evitar, e com mais razão a partir da extraordinária solidariedade e calor com que fui recebido nesta cidade e neste país, se ofendi a alguém, peço sinceramente que me desculpe. Viva a irmandade entre os povos!; Viva a humanidade!; Até a vitória sempre!

Obrigado!

APÊNDICE 2:

A Nacionalização: Novas Armas - (do Livro *Che, O Caminho Do Fogo*, escrito por Orlando Borrego)

Orlando Borrego, foi o primeiro tenente na coluna 8 "Ciro Redondo" sob o comando de *Che*, Depois do triunfo da revolução foi Segundo Chefe e depois Chefe do Departamento de Industrialização (1959-60); vice-ministro primeiro do Ministério da Indústria (1961-1964); Ministro da Indústria Açucareira (1964-1968); Assessor do Comitê Executivo do Conselho de Ministros (1973-1980).

Atualmente é assessor econômico da Cátedra "Che Guevara" da Universidade de Havana e assessor do Ministério de Transporte de Cuba.

Em 13 de outubro de 1960 e em resposta a novas agressões norte-americanas, o Governo Revolucionário respondeu com novas medidas. Mediante a Lei 890 desse ano se nacionalizaram as empresas industriais e comerciais, incluindo os engenhos açucareiros, que passaram a ser dirigidas pelo Departamento de Industrialização. A decisão do Conselho de Ministros sobre a nacionalização foi tomado pela madrugada. Che chamou por telefone desde o Palácio Presidencial instruindo-me da parte do Primeiro Ministro que buscasse os administradores necessários que deviam assumir a direção das indústrias no dia seguinte. Essa foi a ordem e tinha que cumprir sem titubear. Uma vez reunidos todos os companheiros que trabalhávamos no Departamento, analisamos todas as variantes possíveis para solucionar a complexa e imprevista tarefa. Logo recebemos outra chamada telefônica com uma decisão que resolveria o problema. Naquele momento tínhamos concentrado cerca de 200 jovens que estavam se preparando de forma acelerada para enviá-los a um lugar da Sierra Maestra chamado Minas del Frío onde se ministrava um curso para professores. Estes jovens estavam com idade entre 15 e 20 anos e a maioria tinha um nível de escolaridade do sexto grau. Além destes jovens contávamos com uma pequena reserva de oficiais do Exército Rebelde que estavam se formando para futuros administradores de fábricas. Seu nível escolar era similar ao dos professores de Minas del Frío. A decisão de Fidel foi nomeá-los como administradores das novas fábricas e assim fomos informados pelo Che imediatamente. A nomeação seria com caráter provisório, de tal forma que prontamente se encontraram os administradores definitivos, os jovens de Minas del Frío deviam regressar a sua importante missão original. Fidel decidiu reunir-se com os professores quase ao amanhecer do mesmo dia da sua nomeação.

Passadas quatro décadas desde o triunfo da Revolução, acumulamos inúmeras recordações sobre fatos singulares que ocorreram em distintos cenários do nosso país. Certos acontecimentos aparecem de forma inapagável a nós que participamos deste excepcional processo histórico. Aquela reunião com os professores voluntários, em uma madrugada, recordo como uma das emoções mais perduráveis daqueles primeiros anos da revolução. Os rostos sonolentos daqueles adolescentes, cheios de energia e entusiasmo juvenil confirmavam o acerto das medidas revolucionárias e a decisão de todos para cumprir qualquer missão que se encomendasse naqueles momentos. Na medida em que Fidel lhes explicava as tarefas que tinham que assumir e a firmeza e segurança com que deviam levar a cabo, os gritos de aprovação retumbavam no amanhecer. A expropriação massiva

de centenas de indústrias, incluindo as usinas açucareiras, assim como a nomeação daqueles adolescentes para a administração delas, constituiu uma das decisões mais audazes por parte do Governo Revolucionário naqueles momentos e um dos golpes mais demolidores às agressões norte-americanas e à reação contrarrevolucionária dentro do país. Se esperássemos ter administradores profissionais para ocupar as indústrias, ninguém podia dizer teria sido a reação dos norte-americanos, que foram surpreendidos pelas medidas revolucionárias aplicadas em resposta a suas agressões.